SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 2

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos do Senado Federal n° 1371, de 2021 e 1372, de 2021, para "apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.".

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz
VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues
RELATOR: Senador Renan Calheiros

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria das Comissões
Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE MAIO DE 2021, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e dez minutos do dia seis de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Jorginho Mello e Jean Paul Prates, e ainda dos Senadores não membros Eliziane Gama, Simone Tebet, Wellington Fagundes, Zenaide Maia, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Rose de Freitas e Leila Barros. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcos Rogério e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta que se divide em três partes: **1ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, em atendimento aos requerimentos 122/2021, 129/2021, 200/2021 e 276/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da ANVISA, em atendimento aos requerimentos 110/2021, 121/2021, 128/2021, 176/2021 e 272/2021. **Resultado:** Oitiva adiada. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 341 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Saúde, informações sobre a compra de exames para a detecção da Covid-19 do tipo PCR por parte do Ministério da Saúde durante o período de março" **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 347 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 348 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Amazonas, cópia de todos os documentos e comunicações, encaminhados ou recebidos, que comprovem ações do órgão no sentido de prover o Sistema Único de Saúde (SUS) com ventiladores artificiais para o atendimento a pacientes com COVID-19." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 350 de 2021** que: "Requer à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Amazonas e Secretaria Municipal de Saúde de Manaus (AM), o envio de cópias de todas as correspondências, ofícios e demais comunicações que façam referência, ainda que indireta, a pedidos de auxílio material ou humano, bem como o envio de suprimentos, insumos e equipamentos médicos e hospitalares, em especial oxigênio hospitalar, com as respectivas respostas do Poder Executivo Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Braga. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 353 de 2021** que: "Requer ao Tribunal de Contas da União, que realize auditoria dos dados fiscais referentes aos recursos da União transferidos aos 26 estados, ao Distrito Federal, às capitais e aos municípios com mais de

quinhentos mil habitantes para o combate à pandemia do Covid-19." **Autoria:** Senador Omar Aziz. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 354 de 2021** que: "Requer à Procuradoria da República no Distrito Federal a cópia integral do Inquérito Civil n. 1.16.000.000183/2021-81." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 356 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Anvisa, Antônio Barra Torres, os vídeos e as atas das reuniões da Anvisa que trataram da questão da liberação da vacina Sputnik V." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 357 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do CNTBio, Paulo Augusto Viana Barroso, informações sobre Adenovírus replicante." **Autoria:** Senador Otto Alencar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 361 de 2021** que: "Rquer ao Tribunal de Contas da União cópias integrais da TC 014.575/2020-5 e da TC 019.895/2020-8, com os respectivos apensos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 362 de 2021** que: "Requer à Procuradoria da República no Distrito Federal cópia integral do Inquérito Civil 16.000.000183/2021-81 e respectiva Ação de improbidade administrativa." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 363 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde cópia integral de lista de documentos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 364 de 2021** que: "Requer documentos ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 365 de 2021** que: "Requer ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região – TRF 1 cópia integral da ação de improbidade administrativa ajuizada pela Procuradoria da República no Amazonas, em decorrência do Inquérito Civil nº 1.13.000.00061/2021-04." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 366 de 2021** que: "Requer à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) cópias integrais das atas e gravações audiovisuais (ou qualquer outra modalidade de registro) de todas as reuniões com empresas/instituições produtoras e fornecedoras de vacinas para a Covid-19 (Pfizer, Instituto Butantan, Fiocruz entre outras)." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 368 de 2021** que: "Requer ao Tribunal Regional Federal – TRF cópia integral do Inquérito nº 4862, que foi encaminhado a uma das Varas Criminais da Seção Judiciária Federal de Brasília." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 372 de 2021** que: "Requer ao Ministro da Saúde informações sobre o retorno do financiamento do leitos de UTI." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 373 de 2021** que: "Requer informações ao Ministro da Saúde, em razão de denúncias referente ao atraso por parte do Ministério da Saúde em dar resposta às ofertas de aviões com oxigênio para o Estado do Amazonas por parte da Organização das Nações Unidas (ONU) e pelo governo dos Estados Unidos (EUA)." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 375 de 2021** que: "Requer Ministério de Relações Exteriores, o Senhor Carlos Alberto Franco França, informações sobre declarações do Embaixador brasileiro na França, quanto ao enfrentamento

da pandemia da Covid-19 no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 376 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores, Carlos Alberto Franco França, informações sobre a viagem a Israel entre os dias 6 e 10 de março." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 377 de 2021** que: "Requer ao Ministro de Estado da Defesa informações sobre leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 378 de 2021** que: "Requer sejam prestadas pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 379 de 2021** que: "Requer sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre leitos em hospitais ligados à estrutura do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 380 de 2021** que: "Requer ao MInistério da Justiça e Segurança Pública informações sobre a ação da Polícia Rodoviária Federal de "monitorar redes sociais para identificação de ações adversas que atentem contra os objetivos da missão", realizada no âmbito da operação de auxílio do Governo Federal para debelar a crise sanitária que se instalou no Estado do Amazonas." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 381 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações documentadas acerca da viagem de comitiva oficial do governo brasileiro a Israel." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 382 de 2021** que: "Requer informações sobre a disponibilização do chamado "kit covid" no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil e sobre a aquisição, a produção, os estoques e a dispensação dos medicamentos cloroquina e hidroxicloroquina no tratamento da covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 383 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre o incentivo financeiro destinado aos Estados e Distrito Federal, para estruturação de unidades de Rede de Frio do Programa Nacional de Imunizações e para Vigilância Epidemiológica." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 384 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Comunicações informações sobre o posicionamento institucional e as estratégias da Pasta acerca da comunicação e divulgação de informações sobre vacinas no Brasil, especialmente no que tange à futura vacinação contra a covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 385 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informações e o envio de documentação sobre o estado geral do fornecimento de apoio às comunidades e povos tradicionais para o enfrentamento da pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 386 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a oferta de ações e serviços de saúde sexual e reprodutiva durante a pandemia de covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 387 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre o processo que levou à contratação da empresa Talktelecom Comércio de Equipamentos de

Informática e Serviços Empresariais S/A." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 388 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre a não participação do Brasil na iniciativa internacional para financiar pesquisas voltadas à imunização e tratamento da covid-19, lideradas pela União Europeia." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 389 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Relações Exteriores informações sobre a decisão no primeiro semestre de 2020 de não endossar a Resolução da Assembleia-Geral da ONU, a qual demanda uma ação global para acelerar rapidamente o desenvolvimento, a produção e o acesso à remédios, vacinas e equipamentos médicos para fazer frente ao coronavírus." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 390 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a oferta de vacinas da farmaceutica Pfizer ao governo brasileiro." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 391 de 2021** que: "Requer informações ao Ministério da Saúde acerca das medidas deste Ministério relacionadas a aquisição das vacinas Sputnik V e Covaxin." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 392 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação informações a respeito da atuação do MCTI no que se refere à compra e ao desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 393 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações sobre a aquisição de medicamentos do chamado “kit intubação” para abastecimento emergencial do SUS em decorrência da pandemia causada pelo Covid-19." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 395 de 2021** que: "Requer informações às Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 396 de 2021** que: "Requer informações a Est. e Munic. sobre contratação de oxigênio para os hospitais e fornecimento de EPI." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 39 - REQUERIMENTO Nº 397 de 2021** que: "Requer informações a Estados e capitais sobre folha de pagamento." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Retirado. **ITEM 40 - REQUERIMENTO Nº 398 de 2021** que: "Requerimento de Informações ao Instituto de Atenção Básica e Avançada à Saúde (IABAS)." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 41 - REQUERIMENTO Nº 404 de 2021** que: "Requer ao Ministério das Comunicações: 1. Planos de Comunicação anteriores e atuais elaborados pela Secretaria Especial de Comunicação Social que tenha como tema a pandemia de covid-19, com respectivas indicações orçamentárias e de execução e avaliação de seus resultados e impactos; 2. Plano de Comunicação elaborado pela Secretaria Especial de Comunicação Social e assinado pelo então Secretário Flávio Rocha, referido na reportagem da Folha de São Paulo, de 04/05/2021, intitulada “Sem tomar vacina, Bolsonaro boicota plano do governo de combate à Covid: Saúde e Comunicação elaboraram estratégia para vacinar presidente em evento público, mas Bolsonaro se recusa a tomar imunizante”" **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 42 - REQUERIMENTO Nº 405 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Justiça e Segurança

Pública informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 43 - REQUERIMENTO Nº 406 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 44 - REQUERIMENTO Nº 407 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Defesa informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 45 - REQUERIMENTO Nº 408 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 46 - REQUERIMENTO Nº 409 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Cidadania informações acerca da condução dos cuidados com a saúde indígena ao longo da pandemia de coronavírus no Brasil." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 47 - REQUERIMENTO Nº 410 de 2021** que: "Requer a 12.ª Vara Criminal da Justiça Federal de Brasília, em meio eletrônico arquivo eletrônico contendo cópia integral do procedimento investigativo criminal aberto em razão da “Operação falso negativo." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 48 - REQUERIMENTO Nº 411 de 2021** que: "Requer ao Ministério da Saúde cópia integral: 1) Processo nº 25000.039379/2020-21, tendo sido contratada a TALKTELECOM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS EMPRESARIAIS S/A, no valor de R$ 46.800.000,00. 2) Processo nº 25000.035465/2020-64 , tendo sido contratada a Empresa Topmed Assistência à Saúde Ltda, no valor de R$ 144.009.900,00." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 49 - REQUERIMENTO Nº 414 de 2021** que: "Requer informações: a) ao Ministério Público Federal em Sergipe: disponibilização do teor e resultados das investigações acerca de possíveis ilícitos na montagem do Hospital de Campanha de Aracaju; b) ao Ministério Público Federal na Bahia: disponibilização do teor e resultados das investigações de possíveis ilícito na compra dos respiradores pelo Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 50 - REQUERIMENTO Nº 415 de 2021** que: "Requer as seguintes informações: a) ao destacamento da Advocacia-Geral da União no Ministério da Saúde: íntegra dos pareceres proferidos referentes à compra e produção de cloroquina e/ou hidroxicloroquina; b) à CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde): acesso a pedidos de compra e produção de cloroquina e outras drogas para o tratamento da Covid-19." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 51 - REQUERIMENTO Nº 418 de 2021** que: "Requer a gravação da reunião ministerial realizada em 22 de abril de 2020." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 52 - REQUERIMENTO Nº 423 de 2021** que: "Requer ao Comando do Exército informações referentes à produção de comprimidos de cloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 53 - REQUERIMENTO Nº 424 de 2021** que: "Requer à FIOCRUZ cópia do inteiro teor dos processos administrativos que antecederam a celebração de contratos de aquisição do sal difosfato para produção de cloroquina." **Autoria:**

Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 54 - REQUERIMENTO Nº 425 de 2021** que: "Requer à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) informações sobre produção e destino de comprimidos de cloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 55 - REQUERIMENTO Nº 426 de 2021** que: "Requer à Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) cópia do inteiro teor dos contratos de aquisição do sal difosfato para produção de cloroquina, durante os anos de 2017 a 2021, ainda que não tenham sido concluídos." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 56 - REQUERIMENTO Nº 427 de 2021** que: "Requer à Presidência da República informações sobre todas as reuniões - realizadas, a partir de 1 o de janeiro de 2020, para tratar, direta ou indiretamente, de qualquer tema relacionado à pandemia da covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 57 - REQUERIMENTO Nº 428 de 2021** que: "Requer à Secretaria-Geral da Presidência da República, cópia integral do(s) processo(s), pareceres e documentos que instruíram a edição do Decreto n° 10.282, de março de 2020, bem como de suas posteriores alterações." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 58 - REQUERIMENTO Nº 429 de 2021** que: "Requer ao Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (DENASUS) cópia integral de todos os relatórios de auditoria ou de inspeção técnica cujo objeto tenha relação com a pandemia da covid-19." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 59 - REQUERIMENTO Nº 432 de 2021** que: "Requer cópia integral do processo administrativo que tratou da alteração do Plano de Contingência Nacional." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 60 - REQUERIMENTO Nº 433 de 2021** que: "Requer informações sobre o armanezamneto, fracionamento e distribuição de comprimidos de hidroxicloroquina." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 61 - REQUERIMENTO Nº 434 de 2021** que: "Requer informações sobre aquisição de comprimidos de Cloroquina 150 mg." **Autoria:** Senador Renan Calheiros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 62 - REQUERIMENTO Nº 439 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Sergipe cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 63 - REQUERIMENTO Nº 440 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Ceará cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 64 - REQUERIMENTO Nº 441 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Maranhão cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 65 - REQUERIMENTO Nº 442 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Piauí cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 66 - REQUERIMENTO Nº 443 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado do

Rio Grande do Norte cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 67 - REQUERIMENTO Nº 444 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para a Controladoria Geral da União – CGU, acerca dos processos administrativos, fiscalizações, ações de auditoria pública cujo objeto seja a suposta aplicação irregular das verbas destinadas ao combate da COVID-19 nos Estados e capitais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 68 - REQUERIMENTO Nº 445 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para a Procuradoria Geral da República - PGR, acerca dos processos administrativos, fiscalizações, inquéritos civis públicos, ações de improbidade cujo objeto seja a suposta aplicação irregular das verbas destinadas ao combate da COVID-19 nos Estados e capitais." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 69 - REQUERIMENTO Nº 446 de 2021** que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelos 26 Estados da Federação, suas respectivas capitais e Distrito Federal, acerca do panorama geral dos gastos desses governos com a pandemia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 70 - REQUERIMENTO Nº 447 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da aquisição direta, por estes entes federados, de vacina SARS COV-2." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 71 - REQUERIMENTO Nº 448 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da aquisição direta e aplicação, por estes entes federados, de testes rápidos para a detecção de covid-19." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 72 - REQUERIMENTO Nº 449 de 2021** que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelos 26 Estados da Federação, suas respectivas capitais e Distrito Federal, acerca do panorama geral dos gastos desses governos com a pandemia." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 73 - REQUERIMENTO Nº 450 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca da quantidade de óbitos nos anos de 2019, 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 74 - REQUERIMENTO Nº 451 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde dos Estados e das Capitais brasileiras acerca das tratativas para a aquisição direta, por estes entes federados, de doses da vacina Sputnik V." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 75 - REQUERIMENTO Nº 452 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretaria de Saúde do Estado do Ceará acerca da retenção de medicamentos pelo Governo do Ceará." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 76 - REQUERIMENTO Nº 453 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Alagoas cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 77 - REQUERIMENTO Nº 454 de 2021** que: "Requer que sejam

encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado de Pernambuco cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 78 - REQUERIMENTO Nº 455 de 2021** que: "Requer o envio de pedido de informações para as Secretarias de Saúde das Capitais brasileiras acerca de fornecedores que tenham, eventualmente, sido contratados para a prestação de serviços no enfrentamento à pandemia da COVID-19 e que prestaram serviços para candidatos na respectiva circunscrição eleitoral no pleito de 2020." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 79 - REQUERIMENTO Nº 457 de 2021** que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelo Ministério da Saúde quais autoridades dos Estados da Federação, seus municípios e do Distrito Federal fizeram solicitação das substâncias, Azitromicina, Ivermectina, Cloroquina e Hidroxicloroquina para uso nas suas respectivas unidades da federação." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 80 - REQUERIMENTO Nº 458 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Consórcio Nordeste cópia de todos os documentos relativos às movimentações bancárias, a lista dos servidores públicos lotados no órgão e a lista de todas as contratações de serviços e aquisições de equipamentos realizadas em 2020 e 2021." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 81 - REQUERIMENTO Nº 459 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de 300 (trezentos) respiradores contratados pelos estados da Região Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 82 - REQUERIMENTO Nº 460 de 2021** que: "Requer que sejam encaminhados pelo Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste) cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de 450 (quatrocentos e cinquenta) respiradores contratados pelos estados da Região Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 83 - REQUERIMENTO Nº 461 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Bahia cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 84 - REQUERIMENTO Nº 462 de 2021** que: "Requer sejam encaminhados pela Secretaria Estadual de Saúde do Estado da Paraíba cópia de todos os documentos relativos à aquisição frustrada de respiradores através de contratação do Consórcio Nordeste." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 85 - REQUERIMENTO Nº 467 de 2021** que: "Requer explicações sobre o depoimento do ex-ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta." **Autoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 86 - REQUERIMENTO Nº 469 de 2021** que: "Requer seja concedido a todas Entidades de direito público (União, Estados, Distrito Federal e Municípios, além de respectivas autarquias e fundações) e Entidades de Direito privado, o prazo de 10 (dez) dias úteis para o envio dos documentos requeridos por esta Comissão Parlamentar de Inquérito." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 87 - REQUERIMENTO**

Nº 470 de 2021 que: "Requer a prestação de informações em meio digital pelos 26 Estados da Federação, suas respectivas capitais e Distrito Federal, acerca da Folha de Pagamento desses Entes Federativos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 88 - REQUERIMENTO Nº 471 de 2021** que: "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Diretora do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, Sandra de Castro Barros, informações sobre a existência de um estoque de comprimidos de cloroquina." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às vinte e um horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/06

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19, bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se às oitivas dos Srs. Marcelo Queiroga, Ministro da Saúde, e Antonio Barra Torres, Presidente da Anvisa. E há ainda requerimentos em pauta para apreciação.

Eu quero comunicar: os Requerimentos aprovados nºs 139 a 143, de autoria do Senador Ciro Nogueira, mencionavam informações de Municípios de até 200 mil habitantes. Há um erro material, uma vez que a referência será somente a Municípios a partir de 200 mil habitantes. Nesse sentido, a Secretaria fará a devida retificação nesses requerimentos.

Eu vou aguardar a chegada do...

Ministro, por favor, desculpa. (*Pausa.*)

Eu vou aguardar a chegada do Relator para que a gente inicie os trabalhos.

Pois não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Estou com o Senador Tasso na linha, ele está pedindo uma questão de ordem antes de iniciar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – V. Exa. poderia passar para ele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Passo ao Senador Tasso Jereissati, por favor. Eu não o estou vendo no vídeo. Estou vendo Izalci, Marcos e Otto. Ah, estou vendo-o agora.

Senador Tasso, com a palavra, por favor.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente Omar Aziz, muito obrigado pela deferência.

Eu gostaria de colocar que ontem o Presidente da República fez as declarações mais graves e sérias que eu já vi um Presidente da República do Brasil fazer, de que haveria... De que a pandemia, o coronavírus, poderia fazer parte de uma guerra química provinda da sua origem, evidentemente ele não fala o nome, mas da China. Isso é muito grave. Se nós estamos vivendo uma guerra química, é uma das piores situações mundiais desde a Segunda Guerra Mundial; se não, nós estamos fazendo uma injúria e uma calúnia contra o nosso maior fornecedor de vacinas neste momento.

Eu gostaria de fazer um requerimento verbal agora, mas que estou enviando por escrito, para que convidássemos a Abin, o responsável pela Abin, para vir a esta Comissão e explicar essa questão de guerra química, se existe isso, se não existe, porque, se não existe, é um verdadeiro boicote intencional à compra de vacinas ou envio de vacinas da China.

É esse o requerimento que eu vou apresentar e queria apresentar já verbalmente, Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com certeza o requerimento do Senador Tasso Jereissati será apreciado pela Comissão.

Eu vou passar a palavra ao Senador Izalci, que também pede uma questão ordem aqui.

Senador Izalci. (*Pausa.*)

Eu não estou te ouvindo. O Senador Izalci, eu não estou conseguindo ouvi-lo.

É lá nele ou é aqui? (*Pausa.*)

Senador Izalci, é o seu computador aí.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Não, eu estou no celular. Agora, Presidente, está ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já estou ouvindo agora V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu fiz uma questão de ordem que V. Exa. acatou, mas, de qualquer forma, o Senador Girão apresentou um requerimento, que é o item 47, o Requerimento 410. É só para reforçar a questão de ordem que V. Exa. já acatou, a questão é lá da 12ª Vara, está no item da pauta de hoje, o 47. Só para reforçar, para ficar aprovado o requerimento que V. Exa. acatou como questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já foi enviado, Senador Izalci. Já foi corrigida a vara que V. Exa. pediu. Nós já corrigimos, já enviamos, tá?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Ótimo. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Alguém pediu aqui?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Só uma pergunta. Eu sei que não membros falam após os titulares e após os suplentes, mas qual é o tempo que os não membros têm para questionamentos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É o mesmo tempo de todos, Senador, quinze minutos. Geralmente, está interagindo entre o Senador e o que nós estamos ouvindo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Quinze minutos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quinze minutos. Geralmente, pergunta, responde; pergunta, responde.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k., mas quinze minutos no total.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É igual para todos.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – O.k.

Muito obrigado. Eu vou tentar ser disciplinado, então.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – ... só uma questão de ordem – uma questão de ordem mesmo –, que é sobre a ordem dos trabalhos nossos, Presidente.

Presidente, veja, nós estamos em uma Comissão que trata do enfrentamento da pandemia, da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – São necessárias aqui nesta Comissão, por óbvio, todas as medidas de segurança, em especial aos membros desta que estão comparecendo ao Plenário da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, eu queria sugerir a V. Exa. – é, inclusive, uma sugestão conjunta desta Presidência – que oficializássemos a S. Exa. o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, para que fosse assegurado aos membros efetivos e suplentes desta Comissão o exame periódico, a periodicidade de exames em virtude da circunstância de todos nós estarmos neste ambiente da Comissão, frequentando este ambiente da Comissão diariamente e, além disso, porque a ampla maioria de nós estamos retornando para os nossos Estados em voos e retornando novamente para cá. Então, é só uma questão administrativa para que esta Presidência encaminhe à Presidência do Congresso Nacional para que sejam assegurados exames periódicos, semanalmente pelo menos, aos membros desta Comissão em proteção aos próprios membros, mas em proteção também às pessoas com quem temos tido contato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, nós faremos isso imediatamente.

Ontem eu e o Senador Randolfe, na hora em que o Presidente Rodrigo Pacheco estava presidindo a reunião, pedimos para ver se há condições de fazermos num ambiente um pouco maior, até porque há muita gente aqui, alguns convidados nossos precisam de alguns assessores para trabalhar. Solicitamos, e o Presidente ficou de ver a estrutura e nos dar uma posição. Eu, mais tarde, vou ligar para ele para saber como está o encaminhamento. Mas hoje, já preocupado com a questão de haver muita gente aqui dentro, nós procuramos o Presidente...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, posso intervir para contribuir, para colaborar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – É, me parece, Senador Randolfe, que a Presidência e a Vice-Presidência desta Comissão, neste próprio ambiente, já podem estabelecer algumas regras, como, por exemplo: o distanciamento entre os assessores pode ser bem maior do que o observado neste momento, porque temos um corredor bem maior. Portanto, se cada um de nós tiver a consciência de estabelecer o distanciamento necessário, nós já fazemos uma evolução bastante razoável diante das necessidades.

Por exemplo, eu soube que o Corpo de Bombeiros está ocupando o Auditório Petrônio Portella por razões óbvias. Então, neste momento, o Auditório Petrônio Portella está ocupado, mas eu acho que, aqui dentro desta sala, se os Srs. Senadores concordam, dá para fazer um

espaçamento. Aqui nós trabalhamos normalmente com três ou quatro vezes mais Senadores e assessores do que nós estamos trabalhando. O que não pode é os assessores ficarem colados uns nos outros quando nós estamos falando e tratando de um protocolo que deve ser atendido por todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir à Secretaria...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só para responder... Responder não, para contribuir.

Vou pedir para a Secretaria da Mesa orientar os assessores que ficam aqui, até para ficarem...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, é o distanciamento que todo mundo tem de fazer.

Senador Ciro Nogueira, por favor.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Peço que essa preocupação seja levada também não só aos Senadores e suplentes, mas aos nossos funcionários que estão aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É extensivo a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não é só para os Senadores não, é para todos os servidores que estão aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A nossa preocupação é, inclusive, em relação a todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É para todos eles, até porque, se um deles pegar, passa para a gente também.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E, Presidente, o senhor pode até pedir ao Presidente Rodrigo Pacheco que todos os nossos assessores e servidores façam semanalmente o teste rápido do PCR para que, semanalmente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me parece que já tem uma regulamentação, Senador Ciro e Senador Eduardo, por parte da Presidência da Casa, em relação aos servidores e assessores, de uma regularidade do teste. Pela frequência na CPI... Existe, obviamente, já uma regularidade a cada 14 dias. Pela frequência da CPI, nós poderíamos reduzir essa frequência para ser semanalmente. Nesses termos eu acho que é o requerimento que temos que fazer a S. Exa. o Presidente do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Tasso está com uma mão erguida.

Senador Tasso Jereissati, V. Exa. quer falar alguma coisa?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, tá. Já é para o depoente.

Ministro Queiroga, eu até peço desculpa, porque eu falava Ministro "Quiroga", e não é. Desculpa, é "Marcelo Queiroga".

Eu vou passar ao nosso Relator...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não. Desculpa.

O senhor pretende fazer uma preliminar ou já quer que a gente possa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Posso fazer uma saudação aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu queria que V. Exa...

Com a palavra o Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Exmo. Sr. Senador Omar Aziz, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito; Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, ilustre Relator; Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente da Comissão; saúdo todos os demais Senadores em nome do Senador Ciro Nogueira.

Não é a primeira vez que eu estou nesta Casa participando de uma audiência como esta, não de CPI, mas de audiências públicas. E, na outra oportunidade, nas duas outras oportunidades, essas audiências foram muito importantes para o nosso País. Agora, eu venho contribuir com os senhores na qualidade de Ministro de Estado da Saúde.

Como todos sabemos, vivemos um momento especial da vida sanitária do mundo: a pandemia da Covid-19.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu vou pedir para as pessoas fazerem um pouco de silêncio. O Ministro Marcelo Queiroga está aqui explanando. E eu, com o barulho que está aí de conversa, não estou ouvindo – nem eu que estou aqui do lado dele.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Só uma breve indagação: foi submetido ao compromisso de dizer a verdade o Sr. Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa. Desculpa.

Ministro, o senhor promete, sob a palavra de honra, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador. Esse é o nosso compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A partir deste momento, o senhor está sob o compromisso de dizer a verdade, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, como eu dizia aos senhores, desde março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a Covid-19 como uma pandemia, e, desde então, essa doença tem infelicitado a sociedade mundial de

forma marcante, especialmente o nosso País, o Brasil. Hoje, como os senhores bem sabem, já temos mais de 400 mil óbitos. Cabe a nós, os homens públicos, oferecer as respostas que a sociedade brasileira enfrenta de nós.

Então, foi com esse espirito que aceitei a convocação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Jair Bolsonaro para conduzir o destino do Ministério da Saúde nessa época sanitária de grande gravidade.

Nós só temos um inimigo: o vírus, o novo coronavírus. E temos que unir as nossas forças para cessar o estado pandêmico dessa doença. Essa pandemia, ela não é apenas uma pandemia; ela é considerada uma sindemia, porque além dos aspectos sanitários, nós temos aspectos socioeconômicos muito importantes que criam desfechos que são muito desfavoráveis e podem levar o nosso País a uma situação muito complexa.

Então, entendo que a minha participação aqui nesta reunião, juntamente com os senhores do Senado Federal, e eu estendo à Câmara dos Deputados, ela visa a buscar, sim, soluções para o enfrentamento eficaz desse problema. E aqui eu destaco que a solução que nós temos para o problema da pandemia é a campanha de vacinação. Então, precisamos vacinar a nossa população.

A vacina contra a Covid é uma resposta da ciência. Nunca em tão pouco tempo tivemos vacinas eficazes para combater uma doença viral como a Covid. Os senhores sabem as dificuldades que temos com a dengue, para a qual ainda não temos uma vacina específica. Pois bem. Então, a ciência nos prodigalizou com vacinas, e o Brasil, ele tem um destaque especial, porque o Brasil é um país que, reconhecidamente, tem competência em vacinar a sua população. Tanto é que nós temos dois institutos públicos que são o orgulho da população brasileira e têm sido responsáveis pela maior parte das vacinas ofertadas à sociedade.

Ao contrário dos meus ilustres antecessores que estiveram aqui no meu lugar, o ex-Deputado Mandetta e o Dr. Nelson Teich, eu sou o Ministro de Estado da Saúde. Essa é a diferença. Então, compete a mim liderar as políticas públicas no enfrentamento a essa doença. E o médico – o Senador Humberto Costa, que é meu colega, sabe –, no dizer também do nosso ilustre antecessor, Ministro Adib Jatene, ele tem, Senador Eduardo Braga, a missão de curar. Quando o médico não consegue curar, aliviar; quando não consegue curar e aliviar, confortar. Os médicos têm que ser especialistas em gente.

Então, esse é o meu espírito. Esse é o compromisso que eu assumo, que já assumi com os Srs. Senadores e com toda a população brasileira. E é isso que tenho feito, Senador Omar Aziz, desde o primeiro dia em que assumi a gestão. Aliás, a minha posse foi em uma cerimônia reservada, uma cerimônia fechada, porque não havia motivos para solenidades ou comemorações. E desde então, temos dialogado com todos os segmentos da Medicina e das outras profissões de saúde, por que não dizer? O meu primeiro compromisso oficial como Ministro foi uma visita à Universidade de São Paulo, à congregação da Faculdade de Medicina da USP, onde discutimos os pontos principais que já colocamos em prática à frente do Ministério da Saúde.

É claro que, quando eu assumi, nós estávamos diante do pico da segunda onda e aquela situação, uma situação de extrema gravidade, requereu do Ministro da Saúde e de sua equipe um pronto atendimento aos Estados e aos Municípios em relação a insumos estratégicos necessários para o enfrentamento à pandemia. Aqui me refiro particularmente ao chamado *kit*

de intubação, sedativos, anestésicos, bloqueadores neuromusculares. E esses itens foram dispensados para Estados e Municípios de tal sorte a atender as necessidades das secretarias municipais e estaduais de saúde.

Por outro lado, fizemos uma série de ações coordenadas pelo nosso Presidente da República com outros ministérios, aqui, em particular, o Ministério das Relações Exteriores, liderado pelo nosso Chanceler Carlos França. E essa ação visou ao diálogo tanto com instituições multilaterais, como com embaixadas de países produtores de vacinas ou de insumos, porque há a necessidade de reforçar o nosso programa nacional de imunização com doses, doses prontas ou com IFA para abastecer as nossas indústrias de fabricação de vacina. E nós temos tido sucesso nessa iniciativa: mais de 77 milhões de doses de vacinas já foram distribuídas para secretarias estaduais e municipais, o que faz do Brasil o 5º país que mais distribui doses de vacinas. E essas vacinas são aplicadas nas 38 mil salas de vacinação espalhadas por todo o Brasil. E, desde que esse processo siga a lógica tripartite estabelecida e pactuada entre Estados, União e Municípios, nós temos certeza de que teremos eficiência na entrega de doses para a nossa população. E esses resultados já fazem aparecer... Nós já temos uma redução de óbitos em pacientes com a faixa etária maior, e isso já é um alento, isso já é uma esperança para a saída dessa situação difícil.

Então, para além da campanha de vacinação, nós ampliamos, Senador Randolfe Rodrigues, a nossa relação com organismos multilaterais da saúde pública. Participamos já em mais de uma reunião com o Presidente da Organização Mundial da Saúde, Sr. Tedros Adhanom, com quem até hoje mantemos um relacionamento muito fluido; com outros diretores da Organização Mundial da Saúde, a exemplo da Dra. Mariângela Simão, que é Diretora da OMS; com a Organização Pan-Americana de Saúde, seja a sede mesmo da Organização Pan-Americana, com seus diretores, o Dr. Jarbas Barbosa, seja aqui no Brasil, com a representante, a Dra. Socorro Gross. Ou seja, a nossa relação com os organismos multilaterais da saúde pública é extremamente produtiva e caminha em um crescente, e isso tem sido fundamental para conseguirmos insumos estratégicos para o nosso sistema de saúde.

Além das ações com os organismos multilaterais, estreitamos, mais ainda, a nossa relação com o Conass, presidido pelo Secretário Estado de Saúde do Estado do Maranhão, o Dr. Carlos Lula, e com o Secretário, o Presidente do Conasems, o Dr. Wilames.

Enfim, temos todo um ambiente favorável para que possamos, através das políticas públicas, dar as respostas que a sociedade brasileira quer de nós.

É claro que eu só tenho pouco mais de 40 dias à frente do Ministério da Saúde e não tenho condições de me ater a todos os detalhes de um ministério extremamente complexo como é o Ministério da Saúde, que, nesta condição sanitária, é o foco da atenção de todos os brasileiros.

Temos também, nesse diálogo com a comunidade científica, estabelecido um vínculo de resgate das sociedades científicas para participar do diálogo com o Ministério da Saúde. Então, presidentes das sociedades científicas correlatas com o enfrentamento à pandemia da Covid-19 estão em permanente diálogo comigo. Aqui eu destaco a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, presidida com muita proficiência pela Dra. Suzana Lobo. A terapia intensiva é estratégica. Os senhores sabem que são eles que enfrentam as síndromes respiratórias agudas graves, que são as principais causas de óbito da Covid.

Estamos com eles, sob a liderança do Professor Carlos Carvalho, dialogando com os técnicos do ministério para a elaboração de Protocolo Clínico e Diretriz Terapêutica, conforme dispõe a lei do Sistema Único de Saúde, a Lei 8.080, de 1990, que foi complementada com a lei que criou a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Essa lei foi de 2011. Eu considero a Conitec como uma comissão estratégica neste momento, porque é ela que tem a prerrogativa de fazer os Protocolos Clínicos e as Diretrizes Terapêuticas e tem um olhar técnico sobre uma questão técnica de um ministério que é eminentemente técnico. Essa posição da Conitec tem que ser colocada em consulta pública, fica em consulta pública para receber a contribuição da comunidade científica, mas também de todos os brasileiros.

A partir daí, vamos buscar consensos, que é o que eu entendo que é o espírito desta douta Comissão. Não devemos aprofundar nossas divergências. Nós devemos, sim, construir consensos, criar estradas pavimentadas para a saída dessa situação sanitária complexa e devolver a cada brasileiro a alegria de nos darmos as mãos sem precisar lavá-las depois com álcool, de as pessoas terem o direito de trabalhar e ganhar um salário com o suor do seu trabalho, que é um direito fundamental da pessoa humana. Isso consta da Declaração dos Direitos Humanos e consta da nossa Constituição Federal, a Constituição Cidadã, de 1988, que consagrou a dignidade da pessoa humana como seu pilar fundamental, sendo que o direito à saúde é um direito fundamental, conforme o art. 196. A Ministra Cármen Lúcia disse que o art. 196 é conhecido, Senador Randolfe Rodrigues, até nos bares: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas [...]".

É dever do Ministério da Saúde proteger o Sistema Único de Saúde. O Sistema Único de Saúde do Brasil é um patrimônio de cada um dos 220 milhões de brasileiros e deve ser um compromisso de qualquer cidadão que assume o Ministério da Saúde. Então, Srs. Senadores, eu gostaria de pedir aos senhores um voto de confiança para que o nosso trabalho que tem sido feito no Ministério da Saúde possa ser continuado, possa ser aprimorado e, para tanto, os conselhos, as recomendações e as demandas que vêm do nosso Parlamento são fundamentais para o sucesso dessa iniciativa.

Então, Senador Omar Aziz, eu agradeço muito a V. Exa. pela oportunidade de estar diante dos senhores, que são os legítimos representantes dos seus Estados, da nossa Federação e da nossa Nação. E conclamo para que juntos consigamos deter essa pandemia, que tem criado tanta infelicidade para o povo brasileiro.

Eu me disponho a esclarecer os pontos que sejam suscitados pelos senhores. Aquilo que eu eventualmente não souber, eu posso, através da nossa assessoria, trazer esses dados para os senhores, de tal sorte que esse é o nosso espírito.

Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, antes de o Relator iniciar, quero só entregar ao Relator a notícia que acaba de ser veiculada: o Instituto Butantan acabou de anunciar a redução da previsão do recebimento de matéria-prima da vacina. O Sr. Dimas Covas, diretor do instituto, responsabiliza a falta de alinhamento do Governo Federal, em especial com a China. É só para subsidiar o Sr. Relator nos questionamentos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E a fala de ontem também.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E a fala de ontem também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Vice-Presidente, Senador Randolfe Rodrigues; Srs. Líderes; Srs. Senadores; Sras. Senadoras, eu quero, em primeiríssimo lugar, agradecer a honrosa presença entre nós do Exmo. Sr. Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga. Como V. Exa. sabe, ministro, o senhor está aqui na condição de depoente, de testemunha. E, portanto, digo isso de uma forma gentil, está obrigado a responder a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem prerrogativa de autoridade judicial na condução da investigação e, para tanto, V. Exa. acaba de prestar compromisso.

Ontem nós tivemos aqui um depoimento verdadeiro do Ministro Nelson Teich, que, a exemplo do Ministro Mandetta, deixou clara a existência de um gabinete paralelo, que não era, segundo o ministro, órgão consultivo, mas que dispunha de recursos e de políticas públicas, especialmente sobre cloroquina e sobre produtos para o chamado tratamento precoce, já que essas decisões de política pública e de recursos para o tratamento precoce e para cloroquina política pública de recursos para o tratamento precoce e para a cloroquina não passavam pelo Ministério da Saúde. Foram, como eu disse, dois grandes depoimentos. E esta Comissão Parlamentar de Inquérito começou muito bem – muito bem! –, para mim além de qualquer expectativa. E a expectativa que nós temos com relação ao seu depoimento, Ministro, é exatamente igual à expectativa que tivemos com relação ao depoimento dos outros dois ministros.

Com a permissão de todos, Presidente, passo às perguntas.

V. Exa. assumiu o Ministério da Saúde há um mês e meio, mais ou menos 45 dias, com a missão de reorientar a política de enfrentamento da pandemia da Covid no País em seu pior momento – V. Exa. já reconheceu – de maior número de casos e mortes. Pergunto: nesse curto período em que V. Exa. esteve à frente da pasta da Saúde, já foi possível fazer um diagnóstico da situação e definir uma estratégia para revertê-la?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, naturalmente estamos trabalhando fortemente nesse diagnóstico – já temos o diagnóstico. Nós precisamos investir fortemente na vacinação da nossa população. Nós temos que orientar a nossa população a aderir às medidas não farmacológicas, que parecem simples, e são simples, mas é necessário um reforço reiterado, como por exemplo o uso das máscaras. Aqui, antes de começarmos esta sessão, o Senador Omar Aziz, o senhor mesmo e os demais Senadores, nós buscávamos os protocolos de segurança. Então, temos que investir nas medidas não farmacológicas. Nós temos que adotar uma política de testagem para orientar isolamentos de pacientes que sejam contaminados, bem como dos seus contactantes. E nós temos que fortalecer o nosso sistema de saúde para que ele seja capaz de atender aqueles casos mais graves, aqueles pacientes com síndromes respiratórias agudas graves, sobretudo aqueles que precisam de ventilação mecânica.

É claro que essa não é uma política que é executada só pelo Ministério da Saúde. O Sistema Único de Saúde é um sistema tripartite – União, Estados e Municípios –, e a pactuação é feita de tal forma a delegar atribuições específicas para cada ente federativo. Estamos com a

nossa equipe técnica trabalhando para ter diretrizes gerais que devam ser colocadas para a sociedade brasileira e para as secretarias estaduais e municipais, que naturalmente necessitam de uma pactuação com Conass e Conasems para que tenhamos mais sucesso no enfrentamento a essa doença.

Essa é uma doença que, até há pouco tempo, Senador Renan, V. Exa. sabe, era uma doença desconhecida, uma doença que nós não tínhamos um tratamento específico para ela. Nós tínhamos outras situações não pandêmicas, mas semelhantes, que causavam síndromes respiratórias agudas graves, mas a evidência e o conhecimento científico foi produzido ao longo do tempo.

Então, estamos trabalhando fortemente, de maneira diuturna, para apresentar determinados protocolos, protocolos assistenciais, protocolos que definam e disciplinem a mobilidade urbana, a questão do distanciamento social, a adoção de uma política publicitária mais intensa para trazer a adesão da população. Nós sabemos que não é uma tarefa simples. Vários sistemas de saúde do mundo, vamos dizer assim, tiveram muita dificuldade no enfrentamento à Covid-19. Aqui eu destaco: o sistema de saúde inglês, o sistema de saúde italiano, o próprio sistema americano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não dá para comparar porque nenhum chefe de Estado nem de governo desses países tratou o vírus como gripezinha. Então, essas comparações são ineficazes, não dá.

Eu queria perguntar a V. Exa., na sequência, o seguinte: em sua opinião, o que faltou ao Brasil para evitar que esses trágicos números de mortos e o colapso, referido aqui por V. Exa., do sistema de saúde que estamos enfrentando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós não temos uma resposta exata para essa situação, porque nós lidamos com um vírus que tem uma imprevisibilidade biológica extrema. Esse vírus tem capacidade de mutações, o que aconteceu com a variante P1, que foi muito mais intensa do que aquela primeira onda. Então, se há alguma coisa que nós podemos fazer a mais, é procurar focar nos nossos consensos, é buscar uma forma mais homogênea de tratar essa situação. É uma situação complexa que exige decisões que não são simples e que exige a adesão de todos para que tenhamos o resultado.

O que foi feito de bom? Por exemplo, a medida provisória que o Presidente da República editou com R$20 bilhões para vacinas e que foi aprovada pelos Srs. Senadores; o auxílio emergencial, que foi aprovado por esta Casa. E aqui eu já cumprimento os Srs. Senadores por apoio a essa medida importante.

Eu, como Ministro da Saúde, como o senhor destacou, há 45 dias na pasta, estou procurando, de maneira muito determinada, buscar esses consensos e trazer os subsídios úteis para que o nosso Governo consiga, em parceria com Governos de Estados e Municípios, dar as respostas que a sociedade exige de nós – não é só do Poder Executivo ou do Ministério da Saúde, é de todos os homens públicos desta grande Nação, dos Prefeitos dos mais de 5 mil Municípios, dos Governadores dos Estados, dos Parlamentares, enfim, de todos nós. Unir a população brasileira é o que precisamos fazer, Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, se V. Exa. me permitir, eu perguntei, no seu entendimento – e me permita lembrar de novo,

gentilmente, a prerrogativa da Comissão Parlamentar de Inquérito, nós estamos aqui para ouvi-lo –, o que faltou para evitar esse grande número de mortes e esse colapso do sistema de saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O que faltou verdadeiramente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O fortalecimento do nosso Sistema Único de Saúde. Os senhores sabem as condições em que o sistema de saúde do Brasil estava antes desta pandemia: UTIs lotadas, dificuldades nos pronto atendimentos, problemas em formação de médicos especialistas. Isso foi o que faltou, foi um dos pontos que faltou, sobretudo para atender os pacientes com síndromes respiratórias agudas graves, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como V. Exa. descreveria a condução do ministério quando chegou? Estava funcionando a contento diante da pandemia, com orientações corretas do ponto de vista científico? A articulação com Estados e Municípios era adequada? O monitoramento de insumos, equipamentos e testes estava acontecendo? Havia transparência no planejamento de ações e na própria divulgação, que foi referida aqui por V. Exa., desses dados? São perguntas objetivas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, de maneira objetiva, eu sou aqui testemunha e eu posso testemunhar pelos fatos que eu presenciei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro, claro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E isso se deve aos 45 dias que eu estou à frente do Ministério da Saúde.

Essa função de avaliar os meus antecessores, não só o meu antecessor imediato como os demais... Existem instâncias próprias para fazer esse tipo de avaliação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esta Comissão é uma delas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A instância própria é essa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro, o senhor está aqui como testemunha.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esta é a instância.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, não tem esse negócio de dizer de jogar para terceiro. V. Exa. até agora... O Senador Renan tem feito perguntas muito objetivas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E o senhor está tratando de questões de Municípios, não sei o quê, e tal, e isso aí não é objetivo.

Ele lhe fez uma pergunta simples: o que faltou? Faltou *lockdown*, faltou...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faltou dinheiro, não faltou dinheiro, não faltou dinheiro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Isso o senhor já declarou. O senhor já declarou e disse que não faltou dinheiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É. O senhor já declarou e disse que não faltou dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, o que faltou?

É só como testemunho até para preservá-lo. Eu estou aqui para preservá-lo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Exatamente. Eu sou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem que responder... E aqui não é o achismo, é "sim" ou "não".

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Sim, Senador. Mas, só como testemunha, ele tem que responder por tudo aquilo de que ele tem conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor já chegou ao Ministério há 45 dias. Ainda não tem consciência do que encontrou?

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas não é isso. Não se pode...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É, mas o senhor está perguntando anteriormente, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou com a palavra para perguntar. Eu peço aos meus queridos amigos que, por favor, permitam que eu possa cumprir minha missão. Eu fiz autocrítica...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Vamos deixar o Relator trabalhar, homem!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... e disse que não vou bater boca com ninguém. Disse até ao Senador Omar Aziz que, se tiver dificuldade para localizar as mulheres nesse debate, que é fundamental, porque são as maiores vítimas da pandemia, coloque-as antes de mim. Não há problema nenhum. Mas eu quero que me deixem fazer a minha parte, cumprir o meu papel.

Queria ouvi-lo, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu peço desculpas se eu não estou sendo claro e objetivo, mas, assim, eu testemunho sobre os fatos que eu conheço, não é? Então, eu cheguei ao Ministério da Saúde e encontrei uma situação onde a logística de distribuição de insumos acontecia de maneira apropriada, tanto que foi possível atender a Estados e Municípios. Isso eu falo do que eu encontrei.

Agora, o que aconteceu na parte anterior...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quer dizer que o colapso, o colapso aconteceu, mas a distribuição era apropriada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que aconteceu o colapso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o colapso decorre de uma imprevisibilidade biológica. Nós temos um vírus que tem uma contagiosidade maior do que aquele vírus da primeira onda, nós temos esse vírus que possivelmente é mais letal. E houve uma pressão excessiva sobre o sistema de saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me inverter a pergunta.

Quais medidas tomadas por V. Exa. nesse período de 45 dias ou que estejam no seu planejamento não faziam parte da condução das gestões anteriores?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou me esforçando aqui para ver se V. Exa. responde, no cumprimento da prerrogativa constitucional do depoimento.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que eu posso falar para V. Exa. é que, desde o primeiro dia da nossa gestão, eu tenho procurado fortalecer o programa de vacinação do Brasil, eu tenho procurado incentivar as medidas não farmacológicas. E, naquele momento difícil que eu assumi, nós socorremos Estados e Municípios, que foi em continuidade ao que já tinha sido feito, já vinha sendo feito pelo Ministério da Saúde.

O julgamento de valor a respeito da gestão anterior eu não tenho os elementos para fazer, Senador – só como cidadão, não como Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, V. Exa. entende que sua chegada ao ministério representa uma sinalização de mudança de posicionamento do Governo Federal acerca destes assuntos como distanciamento social, adoção de medidas de higienização e de vacinação. É isso que V. Exa. está dizendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua chegada é uma mudança?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, é uma mudança. Nós pretendemos fazer ajustes nas políticas que vinham sendo colocadas em prática, e isso já tem sido feito, Senador. Eu acho que a sociedade brasileira já tem visto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A sua chegada – é só a pergunta objetiva – é uma mudança?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Governo Federal não tem um plano formal e claro de comunicação – o senhor, há pouco, citou isso aqui – para informar adequadamente a população sobre a Covid-19, tanto em relação às medidas de higiene e distanciamento social quanto em relação à vacinação contra a Covid.

O primeiro Ministro da Saúde deste Governo esteve nesta Comissão, nesta semana, e afirmou que o Presidente da República solicitou a diminuição das entrevistas que eram dadas em sua gestão, o que efetivamente se verificou nas gestões seguintes após a sua demissão. Também o Ministro Teich disse que houve essa recomendação.

Qual é o planejamento de V. Exa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Ele não disse isso! O Ministro Teich não disse isso!

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Não falou isso! Não crie uma retórica que não existe!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos embora deixar o Senador trabalhar!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Ele foi perguntado e ele respondeu que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se quiserem falar, se quiserem gritar, me avisem que eu paro! Se quiserem gritar, me avisem que eu paro! Avisem! Eu gosto muito de vocês dois...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Ciro, Senador Fernando Bezerra, qualquer pergunta...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho!

Qualquer pergunta que o Relator...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eles replicam depois, Presidente, se quiserem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, só um minutinho!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Todo dia isso aqui não dá! Todo dia não dá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! Espere aí, espere aí...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. *Fora do microfone*.) – Não é todo dia, não!

Você disse que tinha um gabinete paralelo. O Ministro Mandetta, hora nenhuma... Indagado, negou que tivesse gabinete paralelo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho, espere aí...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ô Fernando, quer tomar o lugar do Relator, é? Quer tomar o lugar do Relator?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quer tomar o lugar do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí, Fernando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Fernando, vamos deixar o Relator trabalhar, homem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu estou falando é porque isso está nas notas taquigráficas!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, mas dá licença...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, tem uma obstrução aos trabalhos aqui em curso!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E o Fernando chegou ontem! Chegou ontem! E já está assim...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O Ministro Mandetta... O Senador Renan disse que ele mentiu. Vou lhe dizer que ele mentiu, porque tinha uma instrução normativa sobre uso de cloroquina...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso é impraticável. Eu não posso cumprir o meu papel...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, isso não pode, Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou entrar com requerimento aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não pode, Presidente!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É mentira que ele falou... Ele mentiu, ele mentiu!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Este senhor ontem aqui chegou a recomendar remédio de animal para humano.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não estou recomendando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós temos que ter responsabilidade nisso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – V. Exa. mente. V. Exa. é um mentiroso!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, não terá condições assim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não recomendei tratamento animal. Jamais!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, claramente tem um time aqui que não quer que a CPI trabalhe...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu quero que a CPI trabalhe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... que quer obstruir esse trabalho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tem um time que quer esconder Prefeitos e Governadores.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Tem um time que tem gabinete anexo ao Palácio do Planalto que não quer o trabalho da CPI.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou bater boca, definitivamente.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a CPI vai trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para os Srs. Senadores que a gente mantenha aqui o equilíbrio necessário para a gente continuar o trabalho. Se há divergência em relação às perguntas do Senador Renan Calheiros...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu posso fazê-las.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No momento oportuno, Senador Renan Calheiros, qualquer Senador pode dizer que não é verdade. Agora, no momento oportuno, por favor. O Senador Renan Calheiros, como qualquer outro Senador, vai fazer a pergunta que quiser para o Ministro Queiroga – está certo? – e ele vai responder. Na hora, V. Exa. pode se contrapor: "Olha, o Senador Renan Calheiros perguntou isso..." e desmentir na hora ou qualquer coisa. Agora, se for fazer essas intervenções, não vai ser legal. Eu espero que todo mundo me compreenda. Eu fico aqui numa situação... Todos nós somos iguais aqui. Eu só estou aqui por uma questão de... Mas não sou melhor do que ninguém. Eu só espero que todos tenham... Nós somos aqui, temos relações 365 dias por ano. Então, o Senador Renan pergunta o que quiser. Depois, V. Exa. pode se contrapor, vai ter o tempo necessário para fazê-lo.

Por favor, vamos continuar, Senador Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, Ministro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não pode dizer que eu recomendei remédio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador Heinze, V. Exa. já me ouviu, agora é o seguinte: quando for a sua hora o senhor fala o que quiser.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não minta a respeito disso, eu não falei isso. Não falei isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, Senador, V. Exa. está aqui.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na hora em que eu tiver tempo, vou explicar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai ter seu horário, por favor.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Onde se viu recomendar remédio para animal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por favor! V. Exa...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nunca fiz isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não mintam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não mintam.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – "Não mintam", não. Não fale no plural. "Não minta", está bom? Não fale no plural, não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Portanto, Ministro, qual é o planejamento de V. Exa. para a comunicação sobre a pandemia? Serão feitas campanhas de conscientização e informação da população? Em que linha essas campanhas seguirão?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou tentando fazer perguntas objetivas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, excelente pergunta V. Exa. faz. E eu, desde o primeiro dia em que assumi o ministério, tenho dialogado fortemente com a imprensa. Dezessete coletivas realizadas, 493 matérias publicadas, 2.902 demandas de imprensa atendidas, duas campanhas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas isso não é campanha, Ministro. Isso é entrevista.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de publicidade no ar, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é entrevista a jornalista. Isso não é campanha. Eu estou falando de campanha de comunicação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se o senhor me permitir, eu posso esclarecer, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro! Claro!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Duas campanhas de publicidade estão no ar, uma sobre medidas preventivas, outra sobre vacinação, veiculação 30 de março a 6 de maio, investimento de R$23 milhões, 427 inserções; rádio, cerca de 40 mil inserções; mídia exterior, cerca de 6 milhões de inserções; internet, 35 milhões de impressões. Ou seja, Senador, eu concordo com V. Exa., nós temos que ampliar a comunicação com a nossa sociedade, isso é fundamental. E é um compromisso do Ministério da Saúde levar informações corretas para a população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, respondendo objetivamente, V. Exa. retomou as entrevistas que estavam suspensas desde o período do Mandetta. É isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O Ministério da Saúde tinha em seu estoque, em dezembro do ano passado, mais de 7 milhões de testes de Covid, em função do Acórdão nº 842, de 2001, do Tribunal de Contas da União, do Plenário do Tribunal de Contas da União, sendo que a quase totalidade venceria em dezembro de 2020 e em janeiro de 2021 – portanto já passou. Nesse contexto, a Anvisa autorizou a prorrogação do prazo de validade desse produto por mais quatro meses. Diante disso, o Tribunal de Contas da União determinou ao Ministério da Saúde, em abril deste ano, a destinação imediata aos *kits* de testes fornecidos pela Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) que estão com prazo de vencimento para maio. Assim, pergunto, Ministro: esses testes ainda estão em condições de uso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, outra pergunta importante...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... porque, conforme eu falei, uma das estratégias nossas é ampliar a testagem. Esse teste é o teste RT-PCR. Ainda existe um pequeno estoque desses testes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi essa pergunta!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... no ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ainda estão em condições de uso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Sr. Senador, estão em condições de uso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estão em condições de uso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Estão em condições de uso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde já deu uma adequada destinação a esses *kits*?

Esses testes são solicitados por Estados e Municípios, e nós os remetemos, segundo as solicitações. Mas vamos ter um papel mais ativo para encaminhar esses testes e que eles tenham uma destinação própria, que é identificar aqueles indivíduos que estão positivos.

O Tribunal de Contas, Ministro, identificou a ausência de uma política nacional de testagem da Covid, o que impede um adequado monitoramento da evolução da doença e dificulta o planejamento de ações para o seu combate. Eu pergunto: quando V. Exa. assumiu o cargo de Ministro, existia alguma ação do Ministério da Saúde em andamento visando à colaboração e à implementação de uma política nacional de testagem da Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador... Bom, eu respondo pela minha gestão, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Eu estou perguntando sobre quando o senhor assumiu. Isso é uma pergunta objetiva. Não estou perguntando pela sua gestão. Chegarei lá, daqui a pouco. Eu estou perguntando...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foram distribuídos testes de RT-PCR para Estados e Municípios. E o Brasil é um dos países que realizou testes de uma maneira forte. Agora, nós precisamos fazer um redirecionamento nessa política. E essa política vai, inclusive, em relação ao tipo de teste que nós vamos utilizar, não é? Esse RT-PCR é um teste importante, mas ele não dá uma resposta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, não havia uma ação do ministério em curso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existia, sim, uma ação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não! Eu... Existia e portanto...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Existia, sim, Sr. Senador! E existem uns dados publicados em relação aos casos testados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não... Existia ação visando à elaboração e à implementação de uma política de testagem? O senhor responde "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador! Existia uma estratégia de testagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E, se existia, o senhor poderia fazer um detalhamento dessa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o teste de RT-PCR foi dispensado para Estados e Municípios, conforme solicitação de Estados e Municípios, e esses dados são públicos.

Agora, em relação à nossa gestão, Senador, nós vamos mudar essa política para ofertar o chamado teste de antígeno rápido, porque ele é capaz de oferecer uma resposta mais rápida...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegaremos lá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ...e, aí, orientar melhor a questão do isolamento dos pacientes contaminados, os seus contactantes. Estamos no fim da elaboração dessa política, para discutir com o Conass e o Conasems e adotar essa ação estratégica de aprimoramento da testagem.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Chegamos. Então, quais as diretrizes e perspectivas atuais sobre essa testagem? O que é que o senhor está fazendo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ontem lançamos um programa chamado Prevcov, que se baseia num diagnóstico sorológico da Covid no Brasil, e isso vai contar com um teste rápido da Abbott. Então, nós vamos adquirir testes rápidos, testes de antígeno rápido, para, a partir daí, discutir com o Conass e o Conasems a política que está sendo elaborada pela nossa equipe técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em relação ao uso da cloroquina para tratamento precoce da Covid, que parece ter se tornado uma obsessão do Presidente da República, como confirmaram em depoimentos a esta Comissão Parlamentar de Inquérito tanto o Ministro Mandetta quanto o Ministro Teich: V. Exa., sinceramente, recebeu alguma orientação do Presidente da República, expressa ou velada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Não recebi nenhuma orientação do Presidente da República nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. compartilha da opinião do Presidente da República sobre o tratamento precoce, especialmente sobre o uso da cloroquina para pacientes de Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa é uma questão técnica que tem que ser enfrentada pela Conitec. Eu aqui já me referi acerca dos protocolos clínicos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu perguntei ao senhor... A Conitec virá na sequência. O senhor compartilha esse ponto de vista do Presidente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, segundo o decreto-lei que regulamenta a Conitec, eu sou instância final decisória. Então, eu posso ter que dar um posicionamento acerca desse protocolo, de tal sorte que eu gostaria de manter o meu posicionamento final acerca do mérito do protocolo quando o protocolo for elaborado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ministro Queiroga, eu acho que o senhor não entendeu a sua posição aqui. O senhor é testemunha. O senhor tem que dizer "sim" ou "não". Agora, dizer que o senhor vai dizer que não pode falar, porque não sei o quê... O senhor está aqui como Ministro da Saúde e como médico. O senhor não está aqui como presidente não sei do quê, e tal. Então, como Ministro da Saúde e como médico, eu peço para V. Exa. responder. Senão, nós vamos encerrar esta reunião agora. Nem vamos continuar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou perguntar novamente, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. compartilha da opinião do Presidente da República sobre o tratamento precoce, especialmente sobre o uso da cloroquina para pacientes da Covid-19? Objetivamente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa é uma questão de natureza técnica. Ela tem que ser enfrentada da forma técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então não compartilha?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não em relação à opinião pessoal de qualquer cidadão brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, tecnicamente, o senhor não compartilha com o Presidente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existem duas correntes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A resposta é do depoente, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu estou aguardando a resposta. Estou aguardando a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Ministro, só um minutinho.

Todos nós estamos aguardando a resposta. É uma resposta... Não tem três palavras; só tem uma: "sim", "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas não cabe construir a resposta do depoente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Espere aí... Quer ver como é simples?

Senador Heinze, que defende: o senhor compartilha da opinião de que se possa dar cloroquina para combater o coronavírus?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente Omar, Presidente Omar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É simples: é "sim" ou "não". Claro!

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – *Kit* antidrogas, conforme está sendo feito nos Governos dos Estados do Pará, do Amapá e outros Estados.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só "sim" ou "não". Só "sim" ou "não". Se ele não quiser responder, é direito dele, agora se ele disser: "Ah, não posso, não vou responder"...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não é direito. Ele prestou compromisso de que responderia, ele é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – De que falaria a verdade, então é isso que eu estou questionando, só isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas qual é a posição oficial do ministério? Porque a população tem que saber.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é oficial, é ele.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – A população tem que saber.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa é uma matéria técnica, existem correntes da medicina, uma corrente é contrária ao uso desse medicamento para tratamento precoce, outra corrente defende o tratamento precoce. Essa questão precisa de um posicionamento técnico. Existe na Lei nº 8.080 a previsão da Conitec, que elabora os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas. Essa decisão tem que ser avaliada quanto ao mérito da qualidade da evidência científica, tem que ser avaliada em relação a questões econômicas de incorporação de tecnologias. Essa questão é colocada em audiência pública, e o ministério, o Ministro da Saúde é a última instância a opinar sobre o tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, com todo o respeito, não estamos tratando de instância, é uma pergunta objetiva: o senhor compartilha com o que o Presidente pensa ou não? É essa a pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente! Presidente!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, eu estou aqui na condição de testemunha, o senhor está pedindo para eu fazer um juízo de valor a respeito de uma terapêutica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor está obrigado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, o Relator está tentando induzir a testemunha. Isso não é permitido.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ô, não, senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é permitido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor! Até minha filha de 12 anos falaria "sim" ou "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, Sr. Presidente, não se trata de "sim" ou "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, senhor!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não se trata de "sim" ou "não", a questão é: se o Presidente deu ordem para fazer ou não. Ele responde sobre fatos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não é essa a pergunta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi ordem, não faça a pergunta por mim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Essa ele já respondeu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não faça perguntas por mim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, cada um não vai ter a sua oportunidade de perguntar? Não tem um espaço para cada um?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai, mas não cabe direcionamento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não cabe a você direcionar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A V. Exa. cabe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, eu não estou direcionando! Quem está falando é você!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. e outros aqui tentam direcionar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso é uma manobra de obstrução.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... o depoimento das testemunhas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é obstrução clara.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É impedir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor compartilha ou não as opiniões do Presidente? É uma pergunta objetiva. O senhor pode dizer "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu, como Ministro da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor compartilha, então?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Querem induzir o depoente, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... como testemunha, não tenho que fazer juízo de valor a respeito das opiniões do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – espere aí, só um minutinho.

Uma pergunta mais fácil. É porque o Renan também, às vezes, coloca uma dificuldade... (*Risos.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não retiro a minha, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... para as pessoas entenderem a pergunta.

Ministro Queiroga, o senhor é a favor de prescrever cloroquina ou não é a favor? Sim ou não? É mais fácil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não foi essa. Eu perguntei: o senhor compartilha o...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Quer induzir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que o Presidente defende – inclusive ontem defendeu novamente. O senhor compartilha ou não? É a pergunta!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu peço a V. Exa. que entenda a minha posição, como autoridade sanitária, que vou ter que me manifestar no momento correto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não tem nada ver com isso aqui, aqui não é fórum...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se eu me manifesto agora, Senador, eu estou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso não é fórum de cloroquina, não; isso é uma CPI...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Claro que é, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – ... a ciência já mostrou que cloroquina...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que investiga fatos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente Omar Aziz, pela ordem, por gentileza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não tem polêmica, nem controvérsia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Polêmica existe, sim!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Não existe, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Existe sim, porque nós vamos ouvir aqui, se esta Comissão deixar, nós vamos ouvir cientistas e médicos renomados pró e médicos renomados contra o tratamento precoce. A ciência não tem posição definida, Senador.

Só fazer uma colocação, Senador Omar Aziz, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu sinceramente... Eu vou ouvir, sim, Senador Eduardo. Hoje, por exemplo, eu fui procurado...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou indagando, estou fazendo interrogações. Eu não vou permitir esse debate paralelo, senão eu estaria, sim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas, Senador Renan...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não cabe querer conduzir as respostas do depoente, com todo o respeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou nem te responder, porque estou vendo a tua tentativa de obstrução.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Relator, o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou nem te responder.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... uma sugestão de encaminhamento, por favor. Por favor, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Deixa-me falar aqui uma coisa: ele só não só é...

Veja bem, o Ministro Queiroga não está sendo investigado. Então, se estivesse sendo investigado, ele poderia dizer-me assim: "Eu não vou responder".

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele está aqui como testemunha, ele tem a obrigação de falar a verdade, até porque V. Exa. fez um juramento aqui.

Então, e o senhor me desculpe, eu só estou querendo conduzir os trabalhos.

Se ele fosse investigado, ele podia dizer: "Não vou responder", e ninguém podia obrigá-lo a responder. E V. Exa., que já presidiu uma CPI, já relatou CPI, sabe, meu querido colega Marcos Rogério: ele fez um juramento, é uma resposta "sim" ou "não".

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre fatos, Sr. Presidente, é verdade. Sobre fatos, mas não sobre – não, não, não – opinião; sobre fatos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não. Isso é opinião. Isso é opinião.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor compartilha?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, conforme eu já externei para V. Exa., eu não faço juízo de valor acerca da opinião do Presidente da República. Essa é uma questão de natureza técnica. É assim que o Ministério da Saúde tem que tratar essa questão.

Essa medicação como outras foram suscitadas no tratamento da Covid-19 desde o começo, quando essa doença começou a ser enfrentada pela comunidade médica. No começo, o uso compassivo foi feito em diversas instituições do País, e já existem estudos controlados que mostram que, naqueles pacientes mais graves, naqueles pacientes que estão hospitalizados em UTI, esse tratamento não tem efeito; nos pacientes com Covid intermediária, esse medicamento não tem efeito.

Eu estou tratando da questão do ponto de vista médico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu vou passar para a pergunta seguinte, porque confesso que não conseguimos a resposta com relação a essa.

Ministro, há alguma pressão para que esse medicamento seja mantido nos protocolos do SUS?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o protocolo clínico e a diretriz terapêutica serão elaborados pela Conitec, conforme preconiza a lei. Não há pressão nenhuma. Essa é uma questão, uma matéria de natureza técnica. Ela tem que ser enfrentada.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não há pressão, a exemplo do que aconteceu no período do Ministro Mandetta e do Ministro Teich?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu posso responder pela minha gestão. Então, na minha gestão, não houve qualquer tipo de pressão de

quem quer que seja para a manutenção de qualquer fármaco em protocolo clínico e diretriz terapêutica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que, após um mês e meio de gestão, V. Exa. ainda não revogou o protocolo que inclui a cloroquina no arsenal terapêutico contra a Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque não há protocolo, Senador. O que há é uma orientação que foi feita em 2020, e nós vamos substituir pelo protocolo clínico, que é o que determina a lei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que já não fez nesses 45 dias?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Porque, Senador, não é tão simples assim. Esse protocolo está sendo elaborado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as recomendações mais atuais a respeito da condução clínica de pacientes com Covid em casos leves, moderados e graves? Hoje a orientação do Ministério da Saúde está em harmonia com a das sociedades de especialidade sobre essa condução?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que disciplina a política pública no SUS são as políticas públicas do SUS, não são as orientações das sociedades científicas – vou deixar isso bem claro. Isso é o requisito que está na nossa legislação. É claro que as sociedades científicas devem participar dessa construção e estão participando dessa construção.

Agora, destacar... O senhor fala das sociedades científicas. O Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia pública federal, exarou um parecer acerca do tema, o que também precisa ser considerado. Eu estou aqui para buscar os consensos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente, não é o melhor exemplo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou aqui para buscar os consensos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Infelizmente, não é o melhor exemplo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Também não é minha função julgar o Conselho Federal de Medicina, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em sua gestão, Ministro, está havendo – novamente objetiva – distribuição de cloroquina a Estados, Municípios e comunidades indígenas, como ocorreu anteriormente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não autorizei distribuição de cloroquina na minha gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas está havendo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não tenho conhecimento de que esteja havendo distribuição de cloroquina na nossa gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Aliás, sobre isso, Presidente, eu queria passar às mãos de V. Exa. um requerimento nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 2° da Lei 1.579, de 1952, e com o art. 148 do Regimento Interno, para que seja convocada a Sra. Mayra Pinheiro, Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Excelência, já tem, inclusive, requerimento, viu?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais um requerimento, adicionalmente. Passo às mãos de V. Exa.

Dois dos Ministros que o antecederam, Mandetta e Teich, foram levados a deixar o cargo em razão da falta de autonomia e discordâncias com o Presidente da República, que agia publicamente para contrariar as orientações técnicas do Ministério da Saúde e desautorizar os atos dos titulares da pasta. O Ministro Teich chegou a dizer ontem, nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, que pressupôs que poderia agir tecnicamente quando foi convidado, mas que pediu demissão logo que percebeu que não teria autonomia para trabalhar.

V. Exa. também é médico e, antes de assumir o Ministério, ocupava o cargo de Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, o que, sinceramente, nos leva a crer que sua nomeação também teve motivação técnica. Pergunto: quando lhe foi feito o convite para ser Ministro da Saúde, que compromissos o Presidente da República fez com V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, recebi uma única recomendação do Presidente da República: para que todos os recursos públicos que chegassem ao Ministério da Saúde fossem revertidos em políticas públicas para atender nossa sociedade. Não tratei com o Presidente acerca de protocolos, acerca de medicamentos, não houve nenhuma conversa dessa natureza, e o Presidente me deu autonomia para que eu constituísse uma equipe técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pergunto na sequência: houve compromisso de apoiar uma condução técnica, baseada em evidências científicas? É uma pergunta objetiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Objetivamente: sim, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim": então mudou a orientação.

Que compromisso o Presidente exigiu de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente... O compromisso que ele exigiu, eu já falei para o senhor: foi para que usasse os recursos públicos para atender a população brasileira e para que eu constituísse uma equipe técnica. É isso que nós estamos fazendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sua nomeação deu-se sob a condição de cumprimento de alguma ordem específica, como a recomendação do tratamento precoce para Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Exa. teve autonomia para formar sua equipe ou houve indicação do Presidente de pessoas para assumirem ou se manterem cargos importantes do ministério...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, o Presidente me deu...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... como foi o caso da indicação do Eduardo Pazuello como Secretário-executivo, apesar de sua total inexperiência para a área de saúde, lá atrás, conforme nos informou ontem o Ministro Teich?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Eu recebi autonomia para...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem alguém no ministério que não preenche as especialidades...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – para ser autoridade de saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Todos os meus secretários foram escolhidos conforme critérios técnicos: o Secretário-Executivo, que está aqui, é o Dr. Rodrigo Cruz, é um economista; o Secretário de Atenção Especializada à Saúde, o Dr. Sérgio Okane; e os demais secretários que integravam a gestão anterior são pessoas de perfil técnico. E eu achei por bem mantê-los, mas tenho autonomia para tirá-los a qualquer momento, desde que seja o interesse público e o interesse do direcionamento da nossa gestão.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Segundo a imprensa, o senhor tem bom relacionamento pessoal com membros da família do Presidente da República. Até que ponto esse relacionamento pode interferir em suas ações à frente do ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, em nenhum ponto. A nossa gestão é uma gestão autônoma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua posição técnica a respeito da política de distanciamento social para a prevenção da disseminação da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já externei aqui para os senhores e repito, Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Neste momento da segunda onda, com pico de casos – como foi reconhecido aqui também por V. Exa. – e mortes por Covid, não deveríamos ter restringido a circulação de pessoas em âmbito nacional?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essa questão das políticas de restrição de movimentação de pessoas tem que ser aplicada de acordo com o momento epidemiológico e com a situação de cada Município, de cada Estado. O que eu acho que é necessário, para melhorar ainda mais o que podemos fazer, é o próprio Ministério da Saúde fazer um direcionamento, um disciplinamento em relação a essa questão. É isso que estamos trabalhando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor acha que é necessário isso, mas há convergência do seu entendimento com o do Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, o Presidente da República nos deu autonomia para que nós tomássemos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Porque havia um aparente entendimento, uma aparente convergência também com o Ministro Mandetta e com o Ministro Teich.

Como V. Exa. pretende agir quando for desautorizado pelo Presidente, assim como foram todos os seus antecessores no ministério, sem exceção?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é uma conjectura, não é?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou apontando fatos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Uma possível desautorização. Eu entendo que o Presidente da República é o Chefe do Estado, é o Chefe do Poder Executivo, e eu exerço um cargo de confiança do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não foi essa a pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A minha posição é tomada de acordo com as circunstâncias...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se o senhor for desautorizado, como foi o Mandetta, o que é que o senhor fará nesta condição?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é uma questão de uma conjectura. Eu tenho que subsidiar o Presidente com informações técnicas para que o Presidente tome as melhores decisões. O Presidente da República, ele pode nomear ou demitir um ministro a qualquer momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso nós sabemos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É atribuição dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Isso nós sabemos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora, o que eu vou... A minha tomada de decisão... Eu vou tomar decisão sobre algo que não está acontecendo?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A autonomia, capacidade técnica e experiência em gestão de saúde são qualidades essenciais para uma atuação eficiente no comando do ministério? Eu estou fazendo perguntas objetivas. O senhor acha que são qualidades essenciais? Ou dá para exercer cargos sem preencher essas qualidades?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É só "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim"?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – "Sim".

Foi adequada a designação de alguém sem formação ou experiência em gestão de saúde para assumir o Ministério da Saúde e sua manutenção à frente da pasta por dez meses durante a pior crise sanitária pela qual o Brasil e o mundo já passaram? V. Exa. escolheria um secretário executivo com esse perfil para a sua equipe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a competência de escolher o ministro é do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas V. Exa. falou, há pouco, que, preenchendo os pré-requisitos técnicos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quem julga isso é o Presidente da República, não sou eu.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não, não. Quem julga somos nós. E V. Exa. deveria julgar também como Ministro. O senhor nomearia uma pessoa sem especificidade para ser ministro ou ser secretário executivo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu nomeei o Dr. Rodrigo Cruz, que tem qualificação técnica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O tempo do verbo está errado. O senhor nomearia?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor nomearia? Essa é uma pergunta.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu vou interferir novamente.

Sr. Presidente, observe o 213 do Código de Processo Penal, que se aplica absolutamente a esse contexto. Isso é direcionamento da testemunha. Olhe o que diz o 213 do CPP.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está sendo invocado aqui. "O juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, explique para o colega que não é um tribunal.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso que o Relator está tentando.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é pessoal. É sobre o preenchimento de requisitos para o cargo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, o senhor explique ao colega que aqui não é tribunal...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Futurologia e achismo não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Estou sendo provocado toda hora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Futurologia e achismo não cabem aqui, Sr. Presidente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não vou responder. Não vou responder.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho. Eu acho que o Ministro Queiroga está indo bem, está respondendo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não! Mas não cabe direcionar. Não cabe... Sr. Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu não, eu não, eu não estou entendendo...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é uma pergunta pessoal. Sobre qualidade e especificidade, é pergunta pessoal?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que a única coisa que o Ministro Queiroga se negou a responder, e, pelo fato de ele ser testemunha, não poderia se negar a responder, foi sobre a cloroquina. O resto ele está respondendo. Independente se está sendo direcionado ou não, ele não está se colocando...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim, mas quando ele diz, quando ele diz que não vai fazer o exercício...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, isso aí quebra a lógica do meu interrogatório, das minhas perguntas. Eu não vou ficar com essa divisão, com esse paralelismo aqui, com essa obstrução. Eu peço a V. Exa. que, por favor, assegure que eu cumpra o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou sendo assessorado aqui porque é impossível um presidente, qualquer presidente sentar aqui e saber: 203, 408, e tal. É difícil. Aí você pede à assessoria, para aquele negócio que está ali, para poder explicar. Então, ele está me dizendo aqui, salve...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na narrativa do fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Do fato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não é o caso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas, olhe, eu acho que já respondi ao Senador Renan.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já respondeu. Então, vejam bem...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nomeação tem que obedecer a caráter técnico, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, interrupção indevida.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A nomeação tem que obedecer ao caráter técnico.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não enxergaria V. Exa., que é um homem de tanta qualidade, respondendo o contrário, que dá para preencher sem especificidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um homem que passou, no mínimo, seis anos numa universidade para se formar em Medicina, mais dois de residência, mais não sei quantos anos para se tornar o que foi não pode chegar aqui e a gente não ter respeito por ele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não tem o mínimo...

Ele mesmo... Para ele, o ministério não é atividade fim da vida dele; ele sai do ministério, que é passageiro, e vai continuar, como profissional que é, respeitado no meio. A condição dele aqui como testemunha mostra, Ministro Queiroga – Dr. Queiroga, porque hoje o senhor está Ministro, mas doutor o senhor vai ser o resto da vida. E por mérito, não foi por escolha; mérito seu –, que V. Exa., quando está colocando isso... Isso vai ficar eternamente na sua vida. Por isso, eu lhe aconselho: o ministério, o cargo de qualquer coisa passa na nossa vida. A nossa vida vale mais do que um cargo que você possa exercer momentaneamente ou temporariamente. Por isso, eu aconselho a V. Exa. ser bastante objetivo e falar somente a verdade aqui, para que não haja, mais tarde, problemas pessoais para V. Exa., porque, pelo andar da carruagem, se troca de Ministro da Saúde como se troca de camiseta para gente vir aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No momento em que passamos, Ministro, no momento em que passamos a triste marca de 400 mil mortos pela Covid no Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Posso fazer, Presidente?

No momento em que passamos a triste marca de 400 mil mortos pela Covid no Brasil, o Presidente da República, que passou algumas semanas afastado da comunicação sobre a pandemia, reapareceu ontem com declarações de que pode editar um decreto para proibir medidas de Estados e Municípios que restrinjam a circulação em Território nacional, como toque de recolher, por exemplo, ou *lockdown*. Classificou como excrescência – o Presidente da República classificou como excrescência! – a decisão do Supremo Tribunal Federal de garantir autonomia concorrente a Estados, Municípios e Governo Federal no exercício da competência concorrente para estabelecer medidas sanitárias restritivas. Disse, por fim, que, se baixar o decreto, será cumprido; e que não ousem contestar.

Pergunto: V. Exa. está de acordo com essas declarações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A competência de editar o decreto é do Presidente da República. E o Ministro da Saúde opina em relação à matéria técnica da saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, não foi isso que eu perguntei. Eu perguntei: V. Exa. está de acordo com essas declarações?

Eu não estou aqui querendo saber de quem é a competência de editar decreto. Eu sei de quem é a competência. Eu não iria perguntar isso a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Marcelo, eu peço a V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu peço desculpa a V. Exa., mas V. Exa. me pede para fazer juízo de valor acerca das opiniões do Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é juízo de valor; é o exercício do cargo que V. Exa. exerce. Não é juízo de valor.

V. Exa. é a principal autoridade de saúde do Brasil. Nós estamos perguntando isso nesta condição e levando em conta a sua biografia, porque eu conheço muitos dos seus amigos que dizem que o senhor é uma pessoa boa, verdadeira. Esse depoimento tem que expressar a verdade – e apenas a verdade. É isto que nós queremos de V. Exa.: a verdade. Colabore com a verdade que esta Comissão Parlamentar de Inquérito quer encontrar. Por favor, ajude o Brasil nisso!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Dr. Marcelo, por favor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que nós vamos adotar são medidas para evitar essas situações extremas onde haja fechamentos de cidades etc., porque, nessa questão desses fechamentos nacionais, não há também um consenso acerca desse tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, o senhor concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A questão...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou não concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de discutir...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, é sobre o decreto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o que o Presidente vai fazer...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Falo do decreto e das declarações.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não tenho que fazer juízo de valor a respeito do decreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim, mas não é juízo de valor. Eu quero saber se o senhor concorda ou não concorda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se o senhor quer que eu concorde ou não, o senhor está pedindo que eu faça um juízo de valor acerca do tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, não! Eu estou querendo saber... Se o senhor concorda, ótimo! Se o senhor não concorda, melhor ainda! Eu só quero saber: o senhor concorda ou não concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que o Presidente falou comigo acerca desse tema é que ele queria assegurar a liberdade das pessoas. Com assegurar a liberdade das pessoas, eu concordo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor concorda com as declarações do Presidente.

V. Exa. foi consultado sobre a conveniência da proibição de medidas de distanciamento social neste momento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não fui consultado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde está participando da elaboração da minuta de decreto presidencial com o teor sugerido ontem pelo Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor. Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não foi consultado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não estou participando da elaboração desse decreto, nem fui consultado sobre o tema.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É mais uma ação na área de enfrentamento da Covid que se anuncia no Palácio, e não se informa sequer o Ministro da Saúde.

V. Exa. agirá...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas não o informam pelo menos!

Como V. Exa. agirá caso seja solicitado que prepare esse normativo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, vamos avaliar. Se isso houver, vamos avaliar do ponto de vista técnico e vamos dar opinião ao Presidente da República diante de um caso concreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro Mandetta disse a esta Comissão que o Presidente da República guiava-se pelas orientações de um aconselhamento paralelo de pessoas que ele não soube nominar, mas que participavam de reuniões no Palácio do Planalto e tinham influência sobre a condução da pandemia, mesmo contra orientações técnicas do ministério.

Neste momento, as políticas de gestão sanitária da pandemia na esfera federal advêm do Ministério da Saúde, ou continua existindo esse aconselhamento paralelo? De onde saiu essa ideia do decreto? Que percepção o senhor tem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não tenho conhecimento desse aconselhamento paralelo. Eu fico no Ministério da Saúde na maior parte do meu tempo e não tenho conhecimento da elaboração desse decreto, do mérito desse decreto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi o senhor que sugeriu o decreto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador!

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há um aconselhamento paralelo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não posso falar de um aconselhamento paralelo de que eu não tenho conhecimento. É isso que eu não posso fazer.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, foi o senhor que sugeriu o decreto? É isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, há um aconselhamento paralelo!

V. Exa. fez parte no passado desse grupo de pessoas que aconselhavam o Presidente extraoficialmente sobre políticas de saúde ou sabe identificar o nome de alguma pessoa que participava?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador. Não tenho conhecimento disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente nunca escondeu sua oposição à política de vacinação em massa da população brasileira. As declarações contra a vacinação foram fartas. O Presidente disse que não compraria vacina da China. Chamou a CoronaVac de "vacina chinesa do João Doria", ao dizer que o Governo não a compraria. Comemorou com a frase "mais uma que Jair Bolsonaro ganha".

Com a suspensão temporária dos estudos da Fase III da CoronaVac, em razão da morte de um voluntário, que, na verdade, tinha se suicidado – depois se verificou –, disse que a vacinação não seria obrigatória em seu Governo, que as pessoas teriam que assinar um termo liberando o Governo da responsabilidade, se tomassem a vacina. Declarou que não tomaria a vacina e, depois, que seria o último a tomar. Mesmo com 66 anos, ainda não se vacinou.

Faço questão de citar, entre aspas, a declaração mais célebre, Ministro, do Presidente da República sobre a vacina da Pfizer, que seria cômica se não fosse tão nociva e verdadeiramente antipedagógica: "Se você virar um jacaré, problema seu. Se você virar o super-homem, se nascer barba em alguma mulher e o homem começar a falar fino...", eles não têm nada a ver com isso.

Pergunto, Ministro: qual V. Exa. avalia ter sido o impacto desse posicionamento do Presidente da República em relação à vacinação? – que não foi um posicionamento pontual. Eu tenho aqui cem frases horrorosas nessa direção. Não sei qual é a mais horrorosa. Qual foi o impacto dessas declarações nesse processo de enfrentamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, essas são posições externadas pelo Presidente da República, que eu penso que não têm impacto na campanha de vacinação. Pesquisas mostram que mais de 85% da população brasileira quer receber a vacinação. E o Governo enviou uma medida provisória ao Congresso Nacional alocando mais de R$20 bilhões para a aquisição de vacinas. E, do ponto de vista prático, o que se vê é o país que é o quinto país em distribuir doses de vacinas. É isso que é o meu entendimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em português claro, o senhor acha que ele falou essas coisas todas, mas isso não impactou a população, a população não acreditou, não ouviu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Minha opinião é que nós estamos implementando uma campanha de vacinação que está sendo bem-sucedida. Fazer juízo de valor acerca do que o Presidente fala não é uma competência do Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não estou pedindo juízo de valor. Estou quero saber o seguinte: podemos acreditar que esse tipo de declaração acabou ontem e que não vai continuar? O senhor, como ministro, como representante da área de saúde, poderia nos afiançar isso? Ou vamos ter eternamente que conviver com essa condição?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente da República tem apoiado a campanha de vacinação, é isso que eu posso dizer a V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não é isso. Eu perguntei sobre as declarações.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas, Senador, eu não posso fazer juízo de valor a respeito da declaração do Presidente ou de qualquer brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ótimo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é uma questão dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existem várias críticas com relação ao ritmo da imunização contra Covid no Brasil. Se a vacina estivesse disponível, nosso Programa Nacional de Imunizações (PNI), um dos mais avançados do mundo, teria capacidade de vacinar mais de 2 milhões de pessoas por dia. Vamos, como todos sabem, a passos lentos, não é? Ontem divulgaram que, das mais de 500 milhões de doses, só a metade seria cumprida. E hoje o Butantan suspendeu, porque não pode mais trazer insumos da China, circunstância agravada pela declaração do Presidente da República.

Pergunta-se, Ministro: o Governo Federal demorou para firmar acordos para a aquisição de vacina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, logo que a Anvisa aprovou a primeira dose de vacina, ela começou a ser aplicada, que foi a vacina da CoronaVac. O Governo brasileiro fez um acordo com a AstraZeneca, Universidade de Oxford, e transferência de tecnologia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – A pergunta é a seguinte: o Governo demorou para firmar acordos? É uma pergunta pontual, porque...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu assumi o Ministério da Saúde há 45 dias, e esses acordos não foram firmados na minha gestão. Eu não tenho como precisar ao senhor se houve demora, se não houve, porque eu não participei dessas negociações. O que eu posso assegurar ao senhor é que a iniciativa Covax Facility, uma iniciativa liderada pela Organização Mundial da Saúde, que merece a credibilidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Perguntarei sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... de todos nós, ela tem dificuldade de entregar vacinas. Vacinas que estavam previstas para o mês de janeiro nós conseguimos a metade dessas doses agora...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu vou perguntar agora sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... final de abril e maio, não é? Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. conseguiu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... a dificuldade de vacinas é mundial, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – V. Exa. conseguiu o adiantamento de doses da iniciativa Covax Facility e do contrato da Pfizer. Por que isso não foi feito na gestão anterior?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que V. Exa. fez de diferente para atingir esse resultado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Não; eu estou perguntando.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu sei, Senador. Agradeço a pergunta de V. Exa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu louvo a sua competência, mas o que o senhor fez de diferente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador. Na realidade, nós não conseguimos adiantamento do Covax Facility. Ele já era para ter nos entregue essas doses em janeiro. Então, há uma dificuldade de vacinas em nível mundial. O que fizemos foi dialogar com o Presidente da OMS, com a representação da OMS Opas aqui no Brasil. E o cenário epidemiológico do Brasil é muito grave. Então, conseguimos que essas doses, que deviam ter sido entregues em janeiro, fossem entregues agora.

Em relação à Pfizer, foi feito um contrato de 100 milhões de doses da Pfizer, e nós conseguimos uma antecipação dessas doses, e estamos aqui – já adianto para V. Exa. – na iminência de fechar um novo acordo com a Pfizer de 100 milhões de doses, que já está só nas finalizações legais, então, o que seria um aporte adicional muito importante para o nosso programa de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – O que pode ser feito para acelerar, portanto, a vacinação de forma geral?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mais doses, Senador. E aí precisa um ativismo maior do nosso Governo, o que tem ocorrido, sob a liderança do Ministro das Relações Exteriores, Carlos França. Nós temos um diálogo permanente com a Embaixada da China, com a Embaixada da Índia, com a Embaixada do Reino Unido, dos Estados Unidos. Então, a parte de relações diplomáticas está fluindo de uma maneira satisfatória. Também temos dialogado com as farmacêuticas que produzem essas vacinas. Eu estive esta semana, na segunda-feira, no Instituto Butantan, onde dialoguei com o Dr. Dimas Covas, inclusive verificando a produção de uma nova vacina, que é a Butanvac, que é uma esperança para o nosso País, uma vacina totalmente produzida no Brasil. Enfim, há essa dificuldade em obtenção de doses

para acelerar o nosso programa, mas estamos trabalhando para trazer um maior número de doses para o Brasil.

Os senhores têm discutido aqui um projeto de lei para que os parques de vacinação animal sejam utilizados para fabricação de vacinas humanas, é uma excelente iniciativa. Estamos trabalhando com a OMS, com a Anvisa, para verificar a adequação desses parques, buscando os parceiros para transferência de tecnologia. Então, é um desafio...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E declarações como a de ontem não impactam nisso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós temos que trabalhar do ponto de vista pragmático. O senhor é um homem experiente, é um Senador de que todos nós reconhecemos a liderança e sabe que nós temos que adotar o pragmatismo nas nossas relações internacionais, nas nossas relações exteriores, para ter esses insumos aqui que são fundamentais.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No ano passado, quando começaram a surgir as primeiras perspectivas de vacinas viáveis, como a da Pfizer e a da Sinovac, o Presidente da República afirmou que não tomaria iniciativas para a compra dessas vacinas, porque ainda não haviam sido autorizadas pela Anvisa. Chegou a desautorizar publicamente seu antecessor no ministério, em 19 de outubro de 2020, quando o então ministro assinou um protocolo de compra de vacinas produzidas pela Sinovac em parceria com o Instituto Butantan. Mais recentemente, porém, o Ministério da Saúde iniciou negociações para a compra de vacinas ainda não autorizadas pela Anvisa. Vimos dois episódios recentes em que o Governo tentou importar mais de 40 milhões de doses da vacina russa Sputnik V e 20 milhões de doses da indiana Covaxin, e a Anvisa negou a autorização.

Pergunto, portanto, Ministro: o Governo Federal foi cauteloso em excesso ao não negociar a compra de vacinas no ano passado ou foi precipitado demais neste ano ao negociar vacinas que acabaram desautorizadas pela Anvisa? A que se deve essa mudança de atitude? O ministério errou no passado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é mais um juízo de valor que eu tenho que fazer acerca da gestão anterior. Posso falar em relação à nossa gestão. Nessa iniciativa da Sputnik, o Ministério da Saúde tem uma tratativa para 10 milhões de doses. As outras doses são uma iniciativa dos Governadores da Região Nordeste. A posição do Ministério da Saúde é de que, desde que essas vacinas sejam aprovadas pela Anvisa, o Ministério da Saúde vai adquirir, sejam as 10 milhões que o Ministério da Saúde tratou diretamente com a União Química, sejam as outras que os Governadores do Nordeste têm negociado com o fundo russo. Então, precisa-se da aprovação da Anvisa. Com a aprovação da Anvisa, o Ministério da Saúde considera o mesmo em relação à Covaxin. Esse é o ponto de vista do Ministério da Saúde hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, o que diz a legislação sobre a compra de vacinas antes da autorização da Anvisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... eu não posso...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta objetiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho conhecimento específico em relação à legislação, porque eu sou médico, não conheço detalhes dessa legislação. O que eu posso atestar para V. Exa. é que, uma vez a Anvisa autorizando, o Ministério da Saúde vai adquirir essas doses. Esse é um compromisso, porque nós precisamos reforçar o nosso programa de vacinação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Havia alguma vedação no início das negociações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço, Senador. Eu desconheço. Quando eu assumi o Ministério, já havia esses acordos em relação à Covaxin, em relação à vacina russa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa legislação mudou do ano passado para este?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor assumiu agora, recentemente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu assumi recentemente, mas eu sou médico, como o senhor sabe, e nós temos uma assessoria jurídica que nos dá esse tipo de opinião quando suscitado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Eu estou encaminhando para o encerramento.

Um dos casos que demonstrou inabilidade do Ministério da Saúde na condução e no planejamento da vacinação contra Covid-19 foi a não contratação de vacinas da Pfizer, que ofereceu 70 milhões de doses ao Brasil já em agosto de 2020. O Governo Federal declarou que a empresa tinha exigências contratuais draconianas que impediam a assinatura do contrato, inclusive por falta de amparo legal. A Pfizer informou que as condições do contrato proposto eram padronizadas e tinham sido aceitas por todos os países onde houve negociação – as mesmas, as mesmíssimas. Após as tentativas serem praticamente paralisadas, somente em 2021 o Congresso Nacional foi informado da necessidade de modificações na legislação, para que a aquisição do imunizante fosse finalmente feita, o que, lamentavelmente, colocou o Brasil no fim da fila para entrega do produto.

Questionamos, Ministro: qual era o cronograma de entrega proposto pela Pfizer em 2020?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não participei dessas tratativas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor está tratando do contrato da Pfizer. O senhor não teve acesso a isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, eu posso falar, eu posso telefonar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como vai tratar de um contrato sem ter acesso ao anterior?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu assumi o Ministério da Saúde há 40 dias e essas tratativas foram feitas no ano passado. Eu não participei dessas tratativas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas o senhor não está tratando com a Pfizer? O senhor acabou de dizer!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Estou tratando com a Pfizer através do nosso secretário-executivo. Nós temos um contrato, na iminência de ser assinado, de cem milhões de doses. Aqui eu posso antecipar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E não leva em consideração os contratos anteriores e as tentativas, o histórico?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, a relação com a Pfizer é uma relação muito boa, sem nenhum tipo de problema. Nós temos a possibilidade concreta de termos mais cem milhões de doses da Pfizer, sendo 35 milhões de doses já no mês de setembro. Agora, eu não posso...

Aqui eu sou testemunha, como os senhores têm aqui reiterado e é o que eu sou. Eu não posso falar sobre um contrato que foi firmado em uma gestão anterior. Eu não posso, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ministro, me desculpe. O senhor está tratando, através do seu ministério, de pessoas delegadas, de novas aquisições. Como é que trata de novas aquisições sem levar em conta as tentativas de negociação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, novas aquisições com a vacina que já tem registro definitivo na Anvisa, que as questões legais que foram suscitadas e foram motivos de uma aprovação de uma lei – , certo? – já foram resolvidas. É bem diferente, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então vamos ver um outro ângulo dessa questão. Quantas pessoas o senhor está vacinando hoje no Brasil, por dia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, no mês de abril, houve dias em que ultrapassamos a meta de 1.800 indivíduos vacinados. Essa média, infelizmente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Um milhão!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Um milhão, desculpe! Obrigado, Senador Humberto Costa.

Essa média não tem sido mantida, porque há irregularidades em relação à recepção de doses.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, eu pergunto objetivamente: qual seria o impacto dessas 70 milhões de doses no seu calendário? Quantos dias, quais idades, quais faixas de comorbidades nós teríamos avançado, se tivesse havido a compra lá atrás?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, na hipótese de ter essas doses, isso fortaleceria o nosso programa, mas fizemos um acordo com a Covax Facility...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O impacto, o impacto! Só o impacto!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Fizemos um acordo com a Covax Facility para que eles nos entregassem 10 milhões de doses e nós não recebemos. Então, o fato de assinar o contrato não quer dizer que essas doses serão entregues, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Os contratos firmados com outros fabricantes de vacina, como AstraZeneca e Sinovac – estou encerrando, Presidente –, continham cláusulas semelhantes àquelas propostas pela Pfizer, aquelas cláusulas que o Presidente falava lá atrás que eram extravagantes. Os outros contratos tinham as mesmas cláusulas, especialmente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não perguntei a V. Exa. Eu estou fazendo uma afirmação.

Especialmente no que tange à isenção de responsabilidade do laboratório por eventos adversos.

O que o senhor acha deste fato de as cláusulas estarem contidas em todos os contratos, as que foram rechaçadas pelo Presidente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o contrato da AstraZeneca é uma encomenda tecnológica que foi feita com a Fiocruz e, portanto, se reveste de características distintas.

Essa questão da Pfizer, a questão jurídica já foi superada. Do ponto de vista objetivo, nós já temos a vacina da Pfizer no Brasil.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sobre isso – e nós estamos caminhando para encerrar –, a assinatura do contrato com a Pfizer realmente demandava modificação na legislação brasileira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sou médico, eu não tenho os elementos para fazer esse tipo de afirmação. O fato é que os senhores aprovaram uma lei, e eu os felicito por isso, porque é um reforço para o nosso programa de imunização.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por que o Ministério da Saúde não informou, já em 2020, por ocasião do início das tratativas, que a legislação brasileira não permitia a assinatura do contrato proposto pela Pfizer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não estava no Ministério da Saúde, eu não sei dizer ao senhor acerca desse ponto...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Caso realmente fosse necessário alterar a legislação, por que o Poder Executivo, que tem iniciativa de projetos de lei, não propôs, já em 2020, alteração da legislação, o que só foi feito por proposição apresentada pelo Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, que resultou na Lei 14.125, de 10 de março de 2021, e não pelo Poder Executivo, que deveria ter feito? Por que isso, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho esse elemento para informar a V. Exa. Eu não fazia parte do Governo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom. Está bem.

O Presidente da República tem anunciado que estão garantidas mais de 500 milhões de doses de vacina para este ano. V. Exa. também tem alardeado a contratação de mais de 560 milhões de doses, como declarou em audiência à Comissão da Covid deste Senado Federal, presidida pelo nosso querido Senador Confúcio Moura, que também é médico como V. Exa.

O próprio Ministério da Saúde, em suas redes sociais, divulgou essa informação. No entanto, Ministro, em documento oficial dirigido à Câmara dos Deputados, nesta semana, as áreas técnicas do ministério informaram que somente a metade desse número de vacinas está contratada, cerca de 280 milhões de doses, o que é insuficiente para vacinar todos os brasileiros até o fim de 2021. Pergunto: a que se deve um equívoco tão grande por parte de V. Exa. e do próprio Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelente pergunta, Senador Renan. Na realidade, nessa informação que foi feita de maneira imprecisa para o Deputado Gustavo Fruet, não se consideram as vacinas da Fiocruz, porque esse acordo é feito através de transferência, de TED. Então, não há um contrato entre a Fiocruz e o Ministério da Saúde. E essas doses da Fiocruz não foram ali consideradas. De tal maneira que o Ministério da Saúde já vai fazer uma retificação dessa informação que foi prestada de maneira imprecisa à Câmara dos Deputados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – E por que o ministério divulgou como contratadas doses de vacina que ainda estão em negociação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde não divulgou doses que estão em negociação. As doses contratadas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem foi que deu essa informação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa informação técnica, conforme eu já falei para V. Exa., está imprecisa e será corrigida.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas foi dada por quem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foi dada por um técnico do Ministério da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Que está imprecisa, todos nós sabemos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós vamos apurar as responsabilidades dessa informação, Excelência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

Qual é a verdade, Ministro? Quantas doses estão efetivamente contratadas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós já falamos acerca do número total de doses contratadas, não é? Então, aqui, olha: 562.902.040 doses de vacina. Isso aqui é o calendário atualizado que está no *site*...

Só um minuto, Rodrigo. Espere aí. Espere aí, então, qual é o número exato?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Se, por favor, puder nos dar o número exato...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quatrocentos e trinta milhões, Senador. Eu estou aqui sendo informado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... sob compromisso das vacinas efetivamente contratadas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Quatrocentos e trinta milhões estão contratadas, segundo aqui me informou o nosso secretário-executivo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não são 560, como afirmava V. Exa.? São quatrocentos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A observação da Fiocruz, que não tem contrato, mas isso está assegurado dentro da encomenda tecnológica que foi feita pelo Ministério da Saúde...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podemos... Podemos...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... que são essas 100 milhões de doses que perfazem as 560, não é? Eu, inclusive, Senador, posso encaminhar para a Presidência da Mesa esses dados de uma maneira muito clara.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Podemos esperar, portanto, precisão e transparência na comunicação do ministério a partir dessa declaração?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Excelência. Esse é o nosso compromisso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, eu estou satisfeito, absolutamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Ministro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Peço até, viu, Ministro, um pouco de desculpas pela veemência, porque a responsabilidade aqui desta Comissão Parlamentar de Inquérito é muito grande. Nós temos 90 dias para iluminar os compartimentos desse enfrentamento à pandemia. E V. Exa. está chegando agora, mas sabe que são tortuosos, difíceis de serem iluminados.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Eu não quero de forma nenhuma, nesta minha intervenção, parecer que queira cercear o direito do Relator de conduzir os seus trabalhos, nem tampouco fazer qualquer tipo de censura ou crítica. Mas é importante observar que ocorreram, durante essa fala do Relator, diversas perguntas sobre conjunturas, conjecturas sobre a opinião da testemunha sobre situações hipotéticas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só um instantinho, Sr. Relator.

... sobre situações hipotéticas. A testemunha, que é como o Ministro se apresenta, deve responder sobre fatos determinados de que tenha participado ou que tenha presenciado. A CPI investiga fatos determinados, não situações hipotéticas, fruto do exercício de futurologia que o Relator queira fazer. Então, eu só observo, porque nós temos que pedir a compreensão do Relator, sem... E aqui, pelo apreço que tenho ao Senador Renan... Acho que ele tem um enorme desafio, e todos nós confiamos no trabalho do Relator para que possamos alcançar a verdade. Mas eu queria deixar registrada essa situação inusitada que ocorreu aqui com o Ministro Marcelo Queiroga. Tanto...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu chamo até a atenção, Sr. Presidente – porque acho que depois a Comissão pode fazer uma reflexão sobre o que ocorreu nesta sabatina –, porque, em muitos momentos, as perguntas eram, digamos assim, sucedidas antes de a resposta ser dada. Era um encaminhamento. Todos que acompanharam pela televisão ou que estiveram aqui presentes sentiram que houve, de fato... Eu não quero... De novo, eu não quero criticar. Não quero tecer qualquer crítica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pela ordem, Presidente Omar.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Mas eu acho que nós temos que fazer uma...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... uma reflexão sobre a forma como foram conduzidas as inquirições.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Há várias pessoas inscritas pela ordem...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente! Presidente! Só na sequência... Um segundo! Só na sequência, só para...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra...

Senador, só para responder à questão de ordem do Senador Fernando Bezerra, não cabe a mim dizer o que o Relator vai fazer nem a nenhum dos Srs. Senadores. Longe de mim aqui cercear a pergunta de um Senador. Mas – vamos deixar claro – esta Comissão irá analisar o relatório final. Caso seja encontrada alguma coisa dentro do relatório que não condiz com o que V. Exa. está colocando, Senador Fernando, será votada e retirada. E eu votarei a favor para ser retirada. Aliás, não voto, mas, se depender de mim, será votada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, só para fazer uma pequena observação... Na última vez, eu pedi a palavra pela ordem, e o senhor iria me dar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Só rapidamente indo ao sentido dessa discussão, agora, em que os ânimos estão mais calmos, mais serenos. Eu acho que isto é muito importante, esse equilíbrio.

Sobre a pergunta que o Senador Renan Calheiros fez – e tem o direito de fazer – para o Ministro, eu percebo... Não sou jurista, mas de uma forma muito clara... Eu posso responder e eu discordo do que o Presidente falou ontem; isso aí é uma opinião minha. Agora, eu percebo – respeito o Senador Renan Calheiros e quem pensa diferente – que o senhor induziu, não foi uma vez, não, mas várias vezes hoje...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Deixe-me só concluir!

... a percepção do Ministro, inclusive com intimidação, como um promotor de acusação. E isso não é correto. Eu acho que isso tira um pouco a imparcialidade que a gente procura ter nesta Comissão. É só uma opinião minha.

E outra coisa, só para concluir...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não cabe esse tipo de debate aqui.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, cabe, mas só para concluir.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está julgando o Relator aqui previamente, Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Se você comparar, se o senhor comparar as perguntas que o senhor fez ao Ministro Mandetta, quem comparar vai ver que nós não temos uma equidade nisso aí.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso aqui não é tribunal de filme americano. Senador Girão, vamos parar com isso. Não é tribunal de filme americano, não.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – É outra coisa. Só mostrando que realmente nós estamos computando tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Eu vou... É a opinião de cada um, é lógico. Agora, todos os Senadores têm direito a fazer pergunta, principalmente os titulares. Então, aquilo que vocês acharem que podem fazer, sem problema nenhum.

Eu quero fazer só uma pergunta, que é de interesse de todos: essas vacinas serão entregues até o final do ano, esses quinhentos e poucos milhões de vacinas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – É o compromisso, Senador. Agora, o senhor sabe que há questões de desembaraço aduaneiro, de insumos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem, é porque nós falamos em quinhentos e poucos milhões de vacinas, e o Brasil todo quer saber o prazo de entrega e em relação ao planejamento para o ano que vem também, para a gente adquirir.

Eu vou passar ao Senador Tasso Jereissati, via remota, para que ele tenha 15 minutos para fazer as perguntas necessárias ao Ministro Queiroga.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente.

Muito obrigado aí pela deferência do Senador Randolfe Rodrigues, que teria a preferência neste momento, assim como a nossa querida Bancada Feminina também, que teria preferência. Eu agradeço essa gentileza. Essa gentileza se deve ao fato de eu ter feito um requerimento que eu aproveito para pedir que seja, se for possível, se todos aceitarem, que seja votado ainda hoje, por causa da gravidade do tema, em relação à declaração do Presidente da República, ontem, dada em cadeia nacional de televisão, em todos os jornais, uma das declarações mais graves – e eu tenho repetido isso, porque realmente têm acontecido coisas, neste País, totalmente inusitadas –, mais graves que eu já vi de um Presidente da República no nosso País. Em circunstância normal, essa declaração já seria gravíssima: há uma possibilidade de que haja uma guerra química iniciada... Ele não citou China, mas, evidentemente, ele falou da China, que foi o país em que a pandemia começou, e falou inclusive o país em que mais cresce o seu produto interno bruto, e que era o início de uma guerra química mundial e que disso os militares tinham conhecimento.

Isso é muito grave, Presidente. Se a China está iniciando uma guerra não só contra o Brasil, mas contra o mundo inteiro, a fim de dominar o mundo, e os militares têm conhecimento disso, a agência de inteligência tem conhecimento disso, é gravíssimo, é gravíssimo! Isso tem repercussão internacional. Os americanos devem estar em polvorosa, por exemplo; os europeus, pior ainda.

Mas, se ela não for, o estrago – vai caber à Senadora Kátia Abreu levar – nas relações comerciais brasileiras vai ser um estrago gigantesco, e como a China é o maior comprador de produtos brasileiros, principalmente produtos primários brasileiros nesse momento...

Mas especificamente em relação à vacina, eu gostaria de fazer uma pergunta diretamente ao nosso Ministro Marcelo Queiroga. Primeiro eu queria dizer, Sr. Ministro, que tenho o maior respeito por V. Sa., por V. Exa., e que sem dúvida nenhuma houve um passo para melhor, muito importante, muito grande, dado com a mudança do Ministro de Saúde – Ministro Pazuello completamente alheio às questões de saúde –, com a mudança para V. Exa., que é um médico respeitado e conceituado em todas as áreas. Por isso, queria fazer essa avaliação ontem.

Mas especificamente em relação a essa declaração do Presidente – e faço com todo o respeito e preferia, pediria a V. Exa. que fosse muito objetivo na resposta –, a China, não sei se é o único, mas é o provedor de pelo menos 90% das nossas vacinas. As consequências serão imediatas. V. Exa. disse aí que está tendo constantemente reuniões com a China, com a Embaixada da China, e sabe o tamanho do mal-estar que isso pode produzir e vai produzir, como já produziu com declarações anteriores, na entrega de vacinas ao nosso País. É terrível!

Não, eu sei que o senhor tem constrangimento em fazer alguma crítica ao Presidente da República, eu entendo, mas queria aqui que demonstrasse se essa dificuldade... E eu já sei, porque no início do ano, no início da distribuição de vacina no Brasil, houve já dificuldades

diplomáticas com a China, que depois se tentou contornar e aos poucos foi se contornando e melhorando essa relação. Agora, essa é a pior de todas as declarações feitas com a China – e repito: o maior fornecedor de vacinas para o Brasil.

A primeira pergunta que eu faço é a seguinte. V. Exa. disse aí também – e eu tenho certeza, até antes de ser Ministro – que V. Exa. estava convivendo com todas as entidades internacionais, nacionais, científicas que avaliam e estudam o desenvolvimento desse vírus, portanto, entidades altamente imparciais e com credibilidade mundial. Existe algum indício nas conversas com essas autoridades, entidades, instituições de que haja uma guerra química, que o vírus seja produto de uma guerra química promovida por um determinado país, que no caso parece ser a China? Só "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Eu desconheço, Senador, esses aspectos. O que eu posso dizer para o senhor em relação à China, como eu já aqui reiterei para os demais Senadores presencialmente, é que a nossa relação com o Embaixador da China é a melhor possível. E eu espero que esse ambiente...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Desculpe, Ministro, essa é a segunda pergunta. A primeira pergunta é a seguinte: nas entidades mundiais de respeitabilidade e credibilidade internacional com que o senhor tem convivido, estudado, trocado ideias, trocado informações, há algum indício de que isso seja produto – algum indício, não é que seja declarado – de uma guerra química vinda da China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço de indício de guerra química vinda da China, Senador, e também...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Muito obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... com relação às opiniões das organizações internacionais de saúde.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – V. Exa., que está tratando com dificuldades com a vacina da China, concorda que uma declaração nessa altura para o Ministério da Saúde, como desempenho funcional do esforço que V. Exa. está liderando, não é um enorme desserviço para esse esforço de estreitar relações com a China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As relações com a China, pelo que eu entendo, são excelentes, inclusive o Brasil e a China são parceiros comerciais muito sólidos, participam de um bloco econômico importante, e a relação com o Embaixador chinês, Senador, tem sido muito boa. Naturalmente que essa é uma relação em que nós dialogamos quase que semanalmente, liderados pelo Ministro das Relações Exteriores.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Ministro, me desculpe... Todos dizem – eu não tenho a felicidade de conhecer o Embaixador chinês – que é um grande boa-praça.

Estou falando da China: não é um desserviço uma declaração desse nível para o esforço que V. Exa. está conduzindo para aumentar a importação de IFAs da China? Só isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa. mesmo disse que o Presidente da República não fez menção à China. Então, eu espero que essas questões das

relações entre Brasil e China continuem de maneira positiva e que nós não tenhamos impacto para o nosso programa de imunização.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Desculpe, Ministro, eu sei que o senhor é um homem extremamente inteligente, nós temos amigos em comum que já valorizaram essa inteligência. O senhor sabe perfeitamente que o Presidente não falou em China, mas todos os indícios que ele deu levavam à China. Eu não vou menosprezar a sua inteligência. Agora, V. Exa. não entendeu isso, que poderia ser a China, ou que deveria ser a China. Não acredito nisso. Isso precisa ficar registrado.

Agora, só para finalizar, só para finalizar, Ministro, voltando aqui, porque, em algumas perguntas que o Relator fez, não ficou claro para mim. É só também, por favor, para o nosso entendimento, porque o Brasil precisa de uma orientação. Está em estudo, está em evidência. Algumas coisas já são reconhecidas mundialmente, em todos os países, e o senhor conhece muito melhor do que eu, mas eu vou falar três coisas aqui que eu queria saber se V. Exa. concorda ou discorda.

Tratamento precoce com cloroquina e ivermectina, o senhor concorda ou discorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Já aqui informei a V. Exa. que essa matéria vai ser enfrentada tecnicamente.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, não, ela não vai ser... Ministro, por favor. O senhor é Ministro da Saúde há 42 dias e o senhor não tem uma opinião sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho, Senador, mas essa opinião será prestada no momento oportuno.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, diga. O momento oportuno é este.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Existe um regramento legal a que eu preciso obedecer.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, no seu caso, o senhor está obedecendo aqui a um juramento. O senhor não tem opinião sobre isso ainda? Não me faça, Ministro, pelo amor de Deus...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existe uma divergência...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Fazer uma avaliação... Quero saber a sua opinião. Essas divergências são discutidas há muitos meses. Eu tenho uma opinião e com certeza V. Exa. tem uma opinião muito mais abalizada do que a minha. Só o senhor afirmar: "sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, está sendo elaborado um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica no Ministério da Saúde, e eu sou a última instância decisória. Se eu manifesto uma opinião aqui, eu vou invalidar todo esse procedimento de elaboração do protocolo clínico e da diretriz terapêutica.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Não, Ministro, os tratamentos da pandemia já têm mais de um ano. Não é possível que o senhor não tenha chegado, nem o Ministério... Se o Ministério da Saúde...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelência, o tratamento é conduzido pelos médicos, eles têm autonomia para decidir a conduta.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Está certo.

Qual é a orientação? Se o Brasil não tem uma orientação sobre esse assunto do Ministério da Saúde, nós estamos muito mal, Ministro, o senhor me desculpe.

Vou passar. Fica registrado aqui, Presidente, que não foi respondida essa questão.

Isolamento social e, se necessário, *lockdown.* Eu ainda não vi nenhuma declaração urgentíssima, importantíssima, da liderança e da articulação nacional da contenção da pandemia. O senhor é a favor ou contra?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Medidas extremas, elas podem ser colocadas em prática dentro de cenários específicos. Num Município onde o estado epidemiológico está muito grave, pode-se, eventualmente, ter um fechamento maior, mas, como uma medida nacional... Nós temos um país continental, Senador, e uma medida como essa não vai surtir o efeito desejado, até porque existe uma dificuldade muito forte de adesão da nossa população. Esse é o meu posicionamento.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, se eu entendi claro... Só para dizer se o senhor entendeu mal ou o senhor entendeu corretamente. Da iniciativa do Presidente da República em proibir que Estados e Municípios – como V. Exa. mesmo disse, o Brasil é um país continental e as questões regionais são importantes –, de proibir que Governadores e Prefeitos tomem essa iniciativa, o senhor discorda? "Sim" ou "não".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já mencionei ao Senador Renan e... O Presidente da República em nenhum momento falou essa questão para mim, até porque essa matéria já foi disciplinada pelo próprio Supremo Tribunal Federal. Então, eu acho que é um assunto...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – No Supremo... Eu queria a posição do Ministério da Saúde para o Brasil, para os Prefeitos, para os Governadores e para os cidadãos sobre o assunto.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde vai elaborar um protocolo sobre esse tema e, aí, vai ser descrito de maneira muito clara acerca dessas questões de mobilidade. O objetivo é que as medidas sanitárias impeçam que nós tenhamos uma situação extrema. Hoje nós estamos assistindo a uma queda no número de casos, e os Estados e os Municípios estão flexibilizando todas essas ações. Então, o que precisamos, Senador? Vacinar nossa população e insistir nas medidas não farmacológicas de uma forma efetiva. O que ocorre? É que fazemos um pouco de cada uma dessas ações, e isso gera um impacto inferior – do que nós queremos. Então, é preciso ter uma harmonia em relação a essa política para que saiamos desse cenário.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, pelo que entendo, o senhor acha que Estados e Municípios devem ter o direito de fazer essa política de distanciamento social, ou de *lockdown* até se for o caso, conforme as características e o momento epidemiológico de cada um desses Estados e Municípios, concorda? Só isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso tem sido feito no Brasil, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Tem, mas o senhor concorda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Claro que eu concordo, Senador.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Então, ótimo! Então, ótimo! É só isso que eu queria saber.

Agora, eu não ia até fazer mais nenhuma pergunta, mas, se o Presidente permitir, eu recebi aqui do médico sobre autonomia do médico.

É evidente que aqui é uma pergunta do médico: "O senhor acredita na Medicina baseada em evidência científica?". Claro que o senhor acredita.

Os consensos classificam o tratamento em três classes: Classe I, evidências fortes e deve ser usado; Classe II, deve ser utilizado, mas as evidências são menos importantes; Classe III, não tem evidências e está contraindicado. Como fica a autonomia do médico nessas circunstâncias? O médico pode, por conta própria, prescrever medicamentos da Classe III? Essa é a minha pergunta.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a autonomia, o direito do médico de prescrever está disposto no Capítulo II do Código de Ética Médica, no inciso II. Então, é direito do médico prescrever medicamentos dentro do que a ciência recomenda e dentro da legislação.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Mas V. Exa. conhece esses três?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Conheço, Senador. Agora, o senhor fala sobre... Só para adicionar ao que V. Exa. coloca com muita propriedade, aí são os graus de recomendação, e existem os níveis de evidência científica. Então, evidência científica de nível A é aquela que é advinda de estudos, ensaios clínicos randomizados. Então, quando temos diversos ensaios clínicos randomizados todos do mesmo sentido, se constrói uma evidência de nível A. A evidência de nível B é uma evidência mais fraca. E a evidência de nível C se baseia em opiniões pessoais, em estudos observacionais; e não quer dizer que o médico não possa prescrever, até porque nós não temos evidência de nível A para todas as situações em Medicina. A autonomia do médico é um instituto milenar. A Medicina baseada em evidência é algo dos anos 80 do século passado para cá.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – A minha pergunta é bem objetiva. Aqui está escrito que, para o caso de cloroquina para a Covid, a cloroquina é classifica no nível 3 para o tratamento de Covid.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, mas essa recomendação é de quem, Senador?

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Eu acho que é... Aqui é das... Isso foi um médico que me mandou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu peço para conferir, por favor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, vamos supor que essa seja a recomendação da Sociedade Brasileira de Infectologia, que é muito bem dirigida pelo

colega Clovis Arns, é uma opinião dessa sociedade. E o que nós queremos fazer é trazer todos esses especialistas, juntamente com os técnicos do Ministério da Saúde, e pacificarmos essa situação de uma vez por todas. Há um agrupamento de colegas que defendem fortemente esse chamado tratamento precoce com esses fármacos e há outros colegas que se posicionam contrariamente. O Ministério da Saúde quer acolher todos para que cheguemos a um consenso. Essa questão do tratamento precoce não é decisiva no enfrentamento à pandemia. O que é decisivo é justamente a vacinação e as medidas não farmacológicas.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Inclusive, está sendo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já ultrapassamos bastante.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE) – Presidente, só uma observação.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Uma pequena colaboração: Sr. Ministro, V. Exa. conhece o fato de que na Conep nós já temos estudos realizados avaliando o uso da cloroquina e hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, Sr. Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor sabe apontar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Conep é uma instância que autoriza a pesquisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor sabe apontar o resultado desse exame?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Existem, Senador, inclusive estudos feitos aqui no Brasil, pelo Instituto Coalizão, que comparam fármacos, a cloroquina, a hidroxicloroquina em situações...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O resultado desse estudo, V. Exa. sabe apontar?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom. Obrigado.

Vamos lá.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Estamos aqui há duas horas e meia.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Estou tentando colaborar, e peço desculpas aos colegas, porque existe, já existe na Conep a informação que é referida por V. Exa. como que necessitando produzir. Então, quero só ajudar V. Exa., que está como testemunha, com o compromisso de dizer a verdade, para que o senhor possa apresentar a verdade completa.

Peço desculpas aos colegas pela facilidade.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Randolfe, por 15 minutos, por favor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, vamos dar prioridade à Bancada Feminina. Eu falarei em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sem problema.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Bancada Feminina...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Senadora Mara Gabrilli. O que ficou acertado é que as Senadoras, tanto no momento de titulares e suplentes... O que será feito é que elas terão de se inscrever aqui. Pode ser a primeira, a décima, mas será feita inscrição normalmente. Por isso que a Senadora Mara Gabrilli...

Eu passo a palavra à Senadora Mara Gabrilli, por favor.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Bom dia a todos.

Obrigada, Presidente Omar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora, eu acho que tem alguma coisa ligada aí.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Quero cumprimentar o nosso Relator Renan Calheiros, agradecer a presença do Ministro da Saúde Marcelo Queiroga, dizer que sinto muito orgulho de representar a Bancada Feminina do Senado nesta CPI. Muito obrigada, viu, Senador Omar Aziz?

Ministro Queiroga, todos nós sabemos que o ritmo da campanha de vacinação contra a Covid-19 está sendo considerado lento, sobretudo quando comparado a outros países. Eu represento um grupo dos mais vulneráveis, que são as pessoas com deficiência e as pessoas com comorbidades, onde se incluem muitas pessoas com doenças raras. Essas pessoas, Ministro, elas estão desesperadas, porque a maioria, quando contrai o Covid numa situação dessa, morre. E elas ainda não foram vacinadas, sobretudo, a gente sabe, por falta de vacinas. Diante disso, eu lhe pergunto: o senhor considera, Ministro, que houve falhas do Ministério da Saúde no que diz respeito à aquisição de vacinas? E quais foram essas falhas?

Em relação ao grupo de pessoas com deficiências permanentes... Porque o PNO utilizou como critério inicial o recebimento do BPC, diferentemente do critério utilizado para a população idosa, público para o qual não se restringiu a quem receberia BPC ou não. Qual foi esse critério técnico utilizado para se chegar a essa delimitação?

E, também, em relação às pessoas com doenças neurodegenerativas, com paralisia cerebral, com tetraplegia ou paraplegia, com síndrome pós-pólio, que na maior parte dos casos têm em comum a insuficiência respiratória, a insuficiência renal, a vulnerabilidade a infecções urinárias, muitas dessas pessoas são dependentes de ventilação mecânica, e a gente não viu a inclusão desses grupos no PNO como comorbidades.

Além disso, as pessoas com transtorno do espectro autista, as pessoas com esquizofrenia e outras condições que também geram maior dificuldade de interação social, elas foram consideradas? Se sim, Ministro, por que elas não foram listadas explicitamente?

A gestão do Ministério da Saúde referente às medidas de prevenção e de controle da pandemia da Covid-19, sobretudo as medidas de distanciamento social e o uso de máscara. Essa medida é respaldada por aspectos de uma natureza técnica ou elas sofrem interferência

de instâncias políticas ou dos desejos do Presidente da República? Que interferências seriam essas?

E eu também queria saber se os técnicos do Ministério da Saúde, diante de uma piora de índices epidemiológicos, por exemplo, referentes agora à Covid-19, se esses técnicos indicarem um *lockdown* em determinada região, o senhor teria autonomia para sugerir essa medida ao menos em localidades com quadros sanitários mais graves ou sem disponibilidade de leitos de terapia intensiva?

E quero agradecer, Ministro, pela disponibilidade de vir falar conosco aqui na CPI.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Mara.

Ministro, por gentileza.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Obrigado, Senadora.

O que eu posso dizer para senhora é: a partir do momento em que eu assumi o ministério, já existiam essas contratações de dose e o programa de imunização já tinha começado desde janeiro, não é? Então, o nosso objetivo, como eu disse, é ter mais doses para acelerar a nossa campanha de vacinação e contemplar não só a população do PNI, como também os outros brasileiros acima de 18 anos.

Em relação a esses grupos prioritários, eu entendo muito justas essas ponderações que V. Exa. traz hoje. Nós vamos encaminhar ao PNI para que eles façam a discussão técnica. Vale dizer que isso não é uma discussão somente do Ministério da Saúde e não é o Ministro da Saúde que indica quais são os grupos que devem ser prioritários ou não. Isso é feito por um comitê do programa nacional de imunização com a participação de Estados e Municípios. Isso é pactuado de maneira conjunta, na tripartite.

Em relação a essas medidas sanitárias de mobilidade social mais intensas, isso é definido pelo Município ou o Estado. O que nós vamos fazer com o Ministério da Saúde é procurar estabelecer uma regra geral para que a gente procure uniformizar essas condutas, porque, se nós adotarmos essas condutas de uma maneira mais homogênea, talvez tenhamos mais sucesso no enfrentamento à pandemia. Essas medidas não farmacológicas são importantes. Eu tenho, desde o início quando assumi o Ministério da Saúde, reiterado a importância do uso das máscaras e das demais medidas sanitárias. Não é uma tarefa simples, porque depende da adesão da população. É por isso que precisamos passar uma mensagem uniforme.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora Mara, V. Exa. ainda está com tempo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Mas, Ministro, eu gostaria de saber se esses casos, por exemplo... Eles não foram levados à reunião tripartite? Eles não foram discutidos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, esse plano foi elaborado em outubro, a partir de outubro do ano passado. Eu não participei da elaboração. E essas reuniões acontecem com uma certa periodicidade. E essa colocação que V. Exa. faz hoje nós vamos levar ao PNI e vamos dar uma resposta objetiva a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora. (*Pausa.*)

Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ministro, eu muito agradeço e digo que é urgente... Eu cheguei a comentar que, no primeiro momento, quando eu contraí a Covid-19, a gente percebeu que muitas pessoas com deficiência não estavam sendo contaminadas. Mas, no decorrer da pandemia, com a aparição de novas cepas, está acontecendo um extermínio de pessoas tetraplégicas, de pessoas com doenças neuromusculares, de pessoas com doenças raras, com pós-pólio.

Então, eu peço para o senhor emergência nessa avaliação e também a avaliação de não restringirmos dessa forma a quem recebe BPC, porque as pessoas que não recebem BPC são pessoas com deficiência que saem para trabalhar e que estão correndo risco, um risco muito grande. Elas têm vulnerabilidades respiratórias e renais e vulnerabilidade a infecções generalizadas. Então, é um grupo que está sofrendo, que está sofrendo por conta também da vulnerabilidade com relação a cuidadores. Como nós não temos a profissão regulamentada, sabemos da dificuldade de fazer com que essas pessoas sejam vacinadas junto com a pessoa com deficiência. Se elas não forem vacinadas, a gente vai perder tempo, não vai adiantar. Eu, por exemplo, fui infectada pela cuidadora. Então, a gente sabe que essas pessoas vivem sucessões de vulnerabilidades. E a gente tem urgência para resolver em que lugar elas estão na fila. Elas precisam ser vacinadas urgentemente.

Obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, como eu falei, nós vamos encaminhar ao PNI, para que essas considerações que a senhora faz, que são muito procedentes, sejam analisadas.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senadora...

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Alô!

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pode falar, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Ministro, eu queria saber o critério técnico utilizado para fazer essa delimitação das pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada. A gente sabe que essas pessoas, sim, apresentam uma maior vulnerabilidade em muitas situações, mas, para a Covid, esse não pode ser um critério só, esse corte. Então, eu queria entender tecnicamente esse critério utilizado, fazendo uma delimitação: para as pessoas receberem a vacina, terem que receber o Benefício de Prestação Continuada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu vou pedir à coordenação do PNI que faça essas respostas para a Senadora, para esclarecer esse ponto.

O Ministro da Saúde não tem conhecimento de todos os detalhes técnicos de todas as medidas que são tomadas no ministério. Mas, hoje mesmo, eu vou pedir à coordenadora do PNI para fazer essas explicações para a senhora, Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - SP) – Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito obrigado, Senadora Mara Gabrilli.

Antes de passar... O próximo inscrito seria este Senador, mas, como estou no exercício da Presidência, então, passarei a palavra, de pronto, para o Senador que vem a seguir, que é o Senador Ciro Nogueira.

Antes de lhe passar a palavra, Senador, se V. Exa. me permite, faço um comunicado desta Presidência.

Informamos aos Srs. Parlamentares presentes que a Presidência do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, deferiu o pedido realizado por esta Comissão referente à realização semanal de testes para a detecção de Covid-19. Os testes – e aqui informo a todas as Sras. Senadoras que estão participando desta Comissão, aos Srs. Senadores, às senhoras assessoras, aos senhores assessores e aos demais servidores e servidoras – serão realizados todas as quintas-feiras, tendo início na próxima semana, em horário a ser divulgado pela Secretaria da Comissão.

Determino à Secretaria da Comissão que já tome as providências necessárias para organizar esse fim.

Serão disponibilizados testes para os Senadores, assessores indicados pelos partidos e Liderança do Governo e equipe técnica que tem acesso à sala da reunião.

Feito o comunicado, passamos, então, para o Senador Ciro Nogueira, para fazer as suas indagações e questionamentos ao Ministro.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator. Ministro Marcelo, muito obrigado pela sua presença.

Ministro, apenas para restabelecermos a verdade a esta Comissão e até esclarecer, mais uma vez, à população e à imprensa que nos assiste: ontem o Ministro Teich nos afirmou claramente que não foi orientado pelo Presidente da República a não dar entrevistas. Isso ficou bem claro. Qualquer dúvida da Comissão é só pegar as gravações ou notas taquigráficas. Eu gostaria de saber, para ficar bem claro: o senhor também foi orientado ou não a não dar entrevista?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não fui orientado...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Então, restabelecida a verdade a esta Comissão... Sr. Ministro, dois dias atrás esteve aqui o ex-Deputado, Ministro Mandetta, com uma declaração, no meu ponto de vista, não sei se é absurda, mentirosa, criminosa. Acho que a mais correta é: desleal. Mesmo com todo o juramento de dizer a verdade, numa inquirição, se não me engano, do Senador Randolfe ou do Senador Kajuru, ele disse que, se não fosse a má gestão do Ministério da Saúde, a população brasileira estaria imunizada no mês de novembro. Olha que absurdo!

A primeira pessoa imunizada no mundo – acho que foi uma inglesa – foi no mês de dezembro. Eu queria perguntar: o senhor vê condições de a população brasileira ter sido imunizada no mês de novembro do ano passado, se não existiam vacinas registradas ou autorizada pela nossa Anvisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Impossível, não é?

O primeiro país do mundo a vacinar foi a Inglaterra, em dezembro, com a vacina da Pfizer. Como é que nós poderíamos começar a nossa campanha em novembro? Quer dizer, muito difícil.

Vale dizer que o Brasil, Senador Ciro, já em maio começou as tratativas com a pesquisa, não é? Uma pesquisa realizada em parceria com a Universidade de Oxford, Unifesp, que é uma instituição pública federal, para ter essa vacina aqui no Brasil.

A própria Pfizer fez pesquisa aqui no Brasil: mais de 2,9 mil sujeitos na pesquisa, em duas instituições brasileiras. E a discussão da encomenda tecnológica começou já no ano passado, em 2020. Tanto que há perspectiva de se ter a vacina com IFA nacional, produzida pela Fiocruz, já no segundo semestre. A despeito de a Universidade de Oxford ser uma prestigiosa universidade inglesa, a primeira vacina utilizada lá não foi da Universidade de Oxford, não é? Foi a vacina da Pfizer.

Eu acho que já é quase um milagre da ciência termos vacinas para Covid-19 em tão curto espaço de tempo. Vivemos uma condição sanitária muito grave não só no Brasil, mas internacionalmente, e a questão das vacinas tem se revestido de importância fundamental, até que hoje se fala em diplomacia da vacina. A dificuldade é tão clara, que até a própria Organização Mundial da Saúde, que é a referência mundial, tem dificuldades em entregar as doses do Covax Facility para o mundo todo.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito. Esclarecida essa mentira que foi dita aqui, apesar de o ex-Ministro Mandetta estar sob juramento.

Vamos para o outro ponto, Sr. Ministro.

O senhor criticou, na segunda-feira, a inclusão de determinados grupos não previstos inicialmente no plano de vacinação de Estados e Municípios, afirmando que essas medidas descumprem o pacto feito com esses mesmos Estados e Municípios em torno do plano nacional de imunização. Eu faço duas questões: de que forma essas decisões de inclusão desses grupos não previstos por Estados e Municípios prejudicam a vacinação, conforme acertado pelo plano nacional? E a segunda questão: o que pode ser feito para se corrigirem esses desvios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É se cumprir, Senador, o que é pactuado na tripartite. É o caráter democrático do SUS. Então, o que se pactua na tripartite tem que ser aceito pela bipartite, até porque eles participaram da discussão.

O que ocorre é que Estados e Municípios – não vou dizer que isso seja deliberado para prejudicar o programa – incluem grupos que não estão entre aqueles que foram discutidos na tripartite, e isso gera uma divergência muito forte. Chega ao Ministério da Saúde: "não, porque Estado tal está vacinando a segurança"; "Estado qual está vacinando a educação". E isso gera uma desarmonia muito grande, que atrapalha o andamento do nosso programa. A solução é termos doses de vacina.

E o compromisso do Ministério da Saúde – aqui o Senador Renan me inquiriu várias vezes e com propriedade, porque a responsabilidade final é do Ministro da Saúde mesmo – é ter doses de vacina para que nós consigamos atender todas essas prioridades no mais curto espaço de tempo, em um primeiro momento para atender àqueles que estão no PNI, aquela população do PNI, que também sofre alterações em face da inclusão de grupos pela tripartite, e depois vacinar a população brasileira de uma maneira geral.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Talvez, Presidente Randolfe, deveria ser um dos focos dessa CPI nós avaliarmos essa situação de como melhorar esse tipo de gestão no nosso País.

Sr. Ministro, falar um pouquinho sobre novos medicamentos, acho que isso é importante. Existe uma discussão muito grande e acho que um foco muito grande nessa questão da cloroquina, mas o que me preocupa são realmente os medicamentos que venham para dar uma solução e diminuir a quantidade de mortos no nosso País.

O que o senhor tem a dizer sobre esses novos medicamentos, em especial o Regen-Cov?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Senador – foi bom o senhor tocar nesse assunto – concedeu um registro emergencial para um coquetel de anticorpos monoclonais. E esse seria um tratamento específico para Covid. Ainda não há publicação em revistas científicas, mas as informações que obtivemos dão conta de que, quando esse medicamento é aplicado em uma fase inicial da doença, em indivíduos que têm comorbidades, ele pode reduzir o desfecho composto de internação e óbito em até 70%. Então, se isso se confirma, seria uma droga, seria um medicamento útil no enfrentamento à Covid-19. O laboratório que produz esses anticorpos monoclonais, a Roche, apresentou uma proposta ao Ministério da Saúde para oferecer uma quantidade desses medicamentos para que nós adquiríssemos no SUS.

Como eu falei aqui, as inovações precisam ser avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, a Conitec, que avalia a eficácia, a segurança, a efetividade, o custo-efetividade, o impacto orçamentário, as condições de implementação. Então, eu já pedi para a Conitec fazer uma análise rápida dessa medicação, com o apoio do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Instituto Nacional de Cardiologia, que tem uma *expertise* muito grande nesse tipo de análise. E, posteriormente, vamos fazer uma audiência pública para discutir esse assunto de uma maneira clara e verificar qual seria, primeiro, a evidência científica acerca desse medicamento, se ela é de qualidade, se ela é boa o suficiente para que esse fármaco seja considerado do sistema de saúde; segundo, se o impacto orçamentário é tolerável para o nosso sistema de saúde e como seria a logística de distribuição desse medicamento se ele for considerado para incorporação no sistema público de saúde. Eu acho que essas questões têm que ser analisadas com presteza, até porque pode ser um medicamento útil que, se assim for, seria incorporado para ser mais um reforço no atendimento aos enfermos com Covid-19 no estágio inicial da doença.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito.

Sr. Ministro, que esforços têm sido feitos pelo ministério, principalmente nas negociações com a saúde suplementar? O que poderia ser feito por esse setor, que é tão importante no nosso País, para nos ajudar neste momento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelente, Senador. É uma excelente pergunta.

A saúde suplementar são aqueles indivíduos que são beneficiários dos planos de saúde. Nós temos cerca de 48 milhões de brasileiros que têm planos de saúde. Eles têm participado na assistência dos pacientes com Covid. A saúde suplementar brasileira tem crescido muito. Agora, o Ministério da Saúde tem um diálogo frequente com a ANS, que é uma agência autônoma, para que haja uma ampliação dessas ações também em outros focos que não só assistência à saúde.

Por exemplo, na atenção primária, que a agência possa ter um diálogo com as operadoras de plano de saúde, que têm colaborado conosco, para que eles também nos auxiliem em relação a medidas não farmacológicas, como máscaras, etc. Então, uma série de ações pode ser coordenada por esse setor, que é um setor importante, que tem receitas de contraprestação superiores a R$243 bilhões todos os anos e que participa da assistência à saúde no Brasil. Também nós precisamos conhecer melhor os resultados em relação à disponibilidade de leitos, uma série de ações que devem ser coordenadas em conjunto com o Ministério da Saúde para ampliarmos as possibilidades na assistência e no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito, para finalizar, Sr. Ministro, vou repetir uma pergunta que eu fiz aos seus antecessores. Acho que o senhor tem acompanhado a quantidade de denúncias que têm proliferado pelo País de desvios de recursos públicos, desses recursos oriundos de transferências do Governo Federal, como nunca houve na história deste País. Tanto recurso foi mandado para Estados e Municípios, seja para... Essas denúncias dizem respeito à compra de ventiladores superfaturados ou alguns que não foram nem entregues a esses Estados e Municípios; desvios de recurso público na aquisição de medicamentos.

O senhor acha que, se isso tiver ocorrido, isso prejudicou o combate à pandemia no nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, uma excelente pergunta, até porque eu vou reafirmar aqui: a única recomendação que eu recebi do Presidente Bolsonaro foi para que eu cuidasse para que os recursos públicos do Ministério da Saúde fossem investidos em políticas públicas capazes de resolver esse cenário pandêmico. Então, é lamentável que isso exista, não é? O Governo Federal, como todos sabem, é um Governo que tem um limiar baixíssimo em relação a esse tipo de prática. E nós temos que melhorar as nossas instituições de controle para que não aconteça esse tipo de situação, que, sem dúvida, é muito prejudicial ao sistema de saúde do Brasil.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Só uma última pergunta, Sr. Presidente, para finalizar, até para complementar essa pergunta.

Existe alguma denúncia que esteja sendo investigada de algum desvio de recursos públicos dentro do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço ter denúncias no Ministério da Saúde sendo investigadas acerca desse tema.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Alguma investigação da Polícia Federal em operação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essas investigações são feitas no âmbito da Polícia Federal, pelo Ministério Público Federal e, acredito, pelos senhores aqui nesta douta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Mas nenhuma chegou ao seu conhecimento.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, nenhuma chegou ao meu conhecimento.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estou plenamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Ciro.

Seguindo a ordem dos inscritos, seria o Senador Eduardo Braga. Na verdade, seria o Senador Humberto, mas ele pediu para substituir a ordem dos inscritos. Como o Senador Eduardo Braga não está aqui, vou passar para a sequência a inscrição de S. Exa. e passo então para o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senador Randolfe Rodrigues.

Muito bem-vindo a esta Casa, Ministro.

Eu queria começar perguntando para o senhor, de forma assim muito objetiva. Nós tivemos uma eleição, no ano de 2000, que foi autorizada pelo Ministro Barroso, e a gente estava no meio de uma pandemia. Eu queria saber do senhor se, de alguma forma, pode ter colaborado com a ampliação, com o contágio do vírus em nossa população brasileira a realização dessa eleição, que teve, em muitos locais, aglomerações, andar nas ruas, comícios... Eu queria saber... Já que muitas pessoas são assintomáticas, a maioria das pessoas que são infectadas pelo coronavírus são assintomáticas e continuam transmitindo sem saber, eu queria lhe perguntar sobre o impacto... Isso pode ter agravado uma segunda onda no nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, nós temos, nessa segunda onda, a implicação de uma variante do vírus, essa variante P1, e têm sido alardeadas pelas autoridades sanitárias essas questões dessas aglomerações. Não só o processo eleitoral, mas como as festas de final de ano, as férias, o Carnaval... Então, todas essas situações em que as pessoas fazem aglomerações e muitas vezes não adotam as medidas não farmacológicas contribuem para aumentar a circulação do vírus.

É por isso que nós temos, de uma maneira reiterada... Eu sei a sensibilidade que tem esse tema, sobretudo porque as pessoas não aderem com facilidade. E é fundamental um posicionamento do Ministério da Saúde de uma maneira clara acerca do tema, para que tenhamos mais sucesso no combate à pandemia; ou seja, a vacinação associada a essas medidas não farmacológicas, se elas forem levado a cabo com eficiência, dificilmente nós vamos ter a necessidade de um fechamento maior de uma determinada cidade, enfim...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tranquilo, tranquilo, mas as eleições podem ter contribuído para a disseminação do vírus no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em tese, sim, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem.

A missão do Ministério da Saúde é promover a saúde da população mediante integração e construção de parcerias com os órgãos federais, as unidades da Federação, os Municípios, a iniciativa privada e a sociedade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o exercício da cidadania. Pergunta que eu faço ao senhor: como o ministério está atuando para cumprir de forma mais adequada essa missão?

Outra pergunta já engatada: existe um sistema de informação para apoiar o processo de tomada de decisão? O senhor encontrou isso no ministério?

Terceira pergunta: como é feito o controle dos recursos, que não foram poucos? Foram bilhões e bilhões de reais de verbas federais repassados a Estados e Municípios. Inclusive, há muitas operações da Polícia Federal em Estados e Municípios, de que o Brasil quer saber a resposta, e esta CPI é o lugar para isso – inclusive, o meu requerimento foi nesse sentido. Eu queria saber do senhor: como o ministério acompanha? Tem como acompanhar ou rastrear a aplicação desses recursos, Ministro Queiroga?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Excelente pergunta, Senador.

Naturalmente, em relação a informações, nós temos, na Secretaria de Vigilância em Saúde, informações epidemiológicas detalhadas acerca de número de casos, número de internações, número de óbitos, que permitem acompanhar a evolução epidemiológica da doença. Essas políticas públicas de saúde são organizadas de maneira tripartite entre a União e os entes subnacionais, através do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde... Então, tudo ali é pactuado. E as verbas são encaminhadas da União para Estados e Municípios, que têm que colocar essas políticas públicas a serviço da população. O Ministério da Saúde tem trabalhado fortemente, por exemplo, na habilitação de leitos, sejam leitos da parte rotineira da assistência à saúde, mas, sobretudo, os leitos Covid. Esses recursos têm ido de forma tempestiva para Estados e Municípios. Na realidade, existem, dentro do sistema de saúde, mecanismos de auditoria para avaliar não só a realização de procedimentos como a aplicação desses recursos e instituições de controle do Estado, a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, enfim... Esta própria Comissão Parlamentar de Inquérito vai trazer esclarecimentos, eu não tenho dúvida, acerca de todas as questões da apropriação, da alocação dos recursos que foram dispendidos pelo Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A corrupção, então, pode, de alguma forma, ter colaborado – supostos desvios em Estados e Municípios – para mortandade de mais brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, não só no ambiente pandêmico, como fora da pandemia.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor encontrou o Ministério da Saúde depois de três ministros do atual Governo, mas o senhor é um conhecedor da saúde, uma pessoa que tem uma experiência, embora não tenha tido experiência em gestão pública.

Mas o senhor é um cidadão brasileiro que acompanha e que mostra ser realmente um missionário por, em um momento tão difícil, servir ao País nessa situação. Eu lhe pergunto. O senhor acredita que o sistema tão defasado que o Brasil tem de saúde... Não é prioridade há muitos governos no passado a saúde brasileira. Isso é público e notório pelo número de UTIs que a gente tinha no começo da pandemia. Eu lhe pergunto se, de alguma forma, o descontrole, a falta de interesse, a falta de prioridade na saúde pública de Governos anteriores que protagonizaram até desvios, como mensalão, petrolão, mandar dinheiro do povo brasileiro para ditaduras como Cuba, Venezuela, Moçambique, de alguma forma isso pode ter enfraquecido o sistema público de Saúde, o SUS?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sistema público de saúde tem que ser prioridade, não é? A Constituição assim assegura. E, se o nosso sistema de saúde for capaz de atender as necessidades, com certeza, nós teremos melhores resultados. Não só no enfrentamento à pandemia, Senador, o senhor me permita, não é só a questão da Covid. Nós temos uma série de outros males que afetam a nossa sociedade que a pandemia da Covid afeta, como as doenças cardiovasculares, o câncer... Essas doenças têm menos oportunidade agora, nesse contexto em que os nossos hospitais estão muito sobrecarregados com assistência, e nós temos que nos preparar para isso. Então, se houvesse uma prioridade maior ao longo das décadas anteriores... E a gente sabe que a Constituição Federal foi um marco; antes da Constituição, a situação ainda era pior. Então, estamos construindo o SUS, que é um patrimônio de todos os brasileiros.

Por exemplo, Senador, agora em março, houve concurso para residência médica em terapia intensiva, sobraram 600 vagas; ou seja, foram ofertadas 600 vagas com bolsa, e essas vagas não foram ocupadas. Nós, imediatamente, em diálogo com o Ministro da Educação, a Comissão Nacional de Residência Médica e a Associação de Medicina Intensiva Brasileira, vamos ofertar essas vagas novamente. Fizemos modificações na matriz de competência da Medicina intensiva para que tenhamos esses profissionais para atender no nosso sistema de saúde. São várias ações que têm de ser feitas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Uma pergunta sobre esse palavrão com que se chamaram alguns medicamentos que existem há décadas... Então, virou um palavrão pela politização que aconteceu, mas a verdade, o tempo é o senhor da razão e vai mostrar muita coisa. Eu quero perguntar para o senhor. Considerando que dezenas de estudos demonstram a eficácia dos medicamentos no tratamento precoce da Covid e que muitos desses são ensaios clínicos randomizados, duplo-cegos e prospectivos, e inclusive metanálises, até a de uma das maiores especialistas em Medicina baseada em evidências, a Dra. Tess Lawrie, e da metanálise, do Dr. Andrew Hill, que fizeram o NIH, que é o mesmo do Ministério da Saúde, que seria comparado ao Ministério da Saúde nos Estados Unidos, passar a permitir o uso *off-label* da ivermectina, e a mais recente publicada em *preprint* anteontem, a do Dr. Karale, da renomada Clínica Mayo, dos Estados Unidos, eu lhe pergunto: não é verdade que a comunidade científica está dividida? O Presidente do CFM mentiu ao afirmar que, além dos estudos contrários, há outros tantos favoráveis sobre esses medicamentos? Pergunta que eu lhe faço.

A última. Os estudos científicos são 100% à prova de erros, de vieses e de interferências?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só para...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, pois não, Sr. Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Só para fazer um registro e um cumprimento também duplo. Eu quero cumprimentar o Ministro e cumprimentar também o Senador Ciro Nogueira, porque, após o advento das perguntas do Senador Ciro Nogueira, o interrogado começou a fazer juízo de valor. E isso é

muito bom, significa uma evolução no próprio depoimento. Lembrando, como lembrou o Senador Tasso Jereissati, que, em nenhum momento lá atrás, nós pedimos para ouvir o Ministro sobre juízo de valor. Nós pedimos para ouvi-lo sobre fatos correlatos à investigação. De modo que eu parabenizo V. Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esta Presidência também faz o mesmo...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Eu quero responder aqui ao meu amigo Renan... Muito obrigado pelas suas palavras carinhosas, Senador. Talvez, se o senhor parar um pouquinho de fazer esses exercícios de futurologia, até porque nós não temos uma bola de cristal, as coisas possam fluir com mais razão.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Colega, vamos dar sequência? Vamos dar sequência.

A Presidência também cumprimenta o Ministro, porque, a partir do depoimento, da intervenção do Senador Ciro, o Ministro teve uma mudança na condução. Então, vamos dar sequência... Eu acho que isso é o que contribui com as investigações.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Presidente! Presidente! V. Exa. faz comentários e permite ao Relator, mas não permite à bancada!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com todo o respeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Com a palavra o depoente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Bom, Senador, a resposta para V. Exa. acerca desses ensaios, desses estudos envolvendo esse chamado tratamento precoce é a mesma que eu respondi aqui ao Senador Renan. Então, existem realmente duas correntes que discutem esse assunto de uma maneira muito calorosa, e a solução que o Ministério da Saúde tem para resolver essa questão é a elaboração de um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica na forma da lei. E isso está sendo feito. Todas essas questões devem ser discutidas pela parte técnica, e, após a discussão da parte técnica, esse protocolo clínico e essa diretriz terapêutica serão colocados em consulta pública, em que essas divergências serão discutidas amplamente para depois haver um posicionamento final do Ministério da Saúde, através da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Se houver questionamentos, vai caber ao Ministro deliberar sobre o protocolo. E isso tem que ser feito – aqui, Senador Renan... Isso tem que ser feito de uma maneira célere, porque nós não podemos ficar, a essa altura do campeonato, sem ter uma política pública clara a respeito desse tema, não é?

Eu fiz aqui... Quando eu falei em relação ao Regen-Cov, essa medicação, eu inclusive citei que não havia publicação científica a respeito do fato, e a minha opinião, que eu aqui trouxe à luz, foi em função do que estava em relação à Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não reclamei. Eu não reclamei.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não fiz um juízo de valor acerca da incorporação ou não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não, eu não reclamei. Eu falei apenas que o senhor tratou diferentemente esse medicamento e a cloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, a cloroquina é o mesmo tratamento. Não só a cloroquina como tocilizumabe, como todos os outros medicamentos que possam ser considerados para o tratamento da Covid-19. A azitromicina também é outro medicamento, a ivermectina, o corticoide, a dexametasona... Toda essa evidência – permita-me, Senador Girão – foi construída ao longo de um tempo relativamente curto.

Então, o primeiro medicamento que mostrou uma eficácia foi a dexametasona, um medicamento antigo, como é a cloroquina – a cloroquina é mais antiga –, e esse medicamento é útil nos pacientes que têm insuficiência respiratória, esses que precisam de oxigênio. Já há, mais ou menos, um consenso na classe médica. Quanto a isso, não há divergência.

Isso precisa ser colocado, Senador, em um protocolo clínico, para a gente convergir. A convergência vai trazer benefícios claros para os nossos pacientes, e, nos pontos de divergência, essas divergências serão superadas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

Eu só peço ao Presidente que reponha os três minutos que eu tenho.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Acrescento quatro minutos, inclusive, a V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado pela sua tolerância e justiça.

Considerando que o FDA somente pode autorizar o uso emergencial de uma vacina ou medicamento se não existir tratamento adequado, aprovado e disponível para a doença, será que isto pode ter contribuído para uma grande resistência aos medicamentos do tratamento precoce, agravada por terem perdido patente e serem de baixo custo? Essa é uma curiosidade que eu tenho, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, isso são teorias que carecem de uma comprovação mais forte, e eu não quero emitir um juízo de valor muito específico acerca desses conflitos de interesse que há em relação à indústria. É um tema que tem sensibilidade. Por exemplo: o medicamento Tocilizumabe é um medicamento que é usado para o tratamento de afeções reumáticas, inclusive faz parte da Rename, Srs. Senadores. Esse medicamento começou a ser utilizado fora da prescrição do bulário no tratamento da Covid, e a evidência vem sendo construída. Precisa ser analisado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O senhor é cardiologista, não é isso?

O SR. MARCELO QUEIROGA – Sim, sou cardiologista.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Então, vou fazer uma pergunta específica para o senhor sobre o tema.

Considerando que a ivermectina e a hidroxicloroquina, que têm sido utilizadas há décadas por bilhões de pessoas, incluindo crianças e grávidas, em diversas partes do mundo, também para uso contínuo e preventivo, são consideradas extremamente seguras; considerando-se as críticas de se associar arritmias ao uso da hidroxicloroquina, conforme demonstra o consenso científico atual, como o *Statement Journal of Arrhythmia*, da Sociedade Europeia de Cardiologia, de que, nas doses adequadas, não provoca arritmias graves; considerando-se que a Covid-19 também ataca o fígado e o alto risco de hepatoptose do paracetamol, amplamente utilizado, médicos demonstram o equívoco de associar com hepatite e cirrose, com base em mera observação de pouquíssimos casos, somente relatados no Brasil, do uso de ivermectina, que tem apenas dois registros. Repito: apenas dois registros de casos com essa doença do fígado, segundo a LiverTox, do Instituto Nacional de Saúde dos Estados Unidos – é a última pergunta –; sob a orientação do médico, avaliação e consentimento de cada paciente, nas doses adequadas, esses remédios não são seguros? V. Sa. considera que esses médicos realizam crime ao prescrevê-los?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, conforme eu já respondi aqui ao Senador Renan Calheiros e aos demais Senadores, essa questão técnica será avaliada na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias, de uma maneira própria.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E como eu sou instância que vou definir isso em última consequência, eu gostaria de...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Não, tranquilo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... reservar o posicionamento do ministério, se houver a necessidade de o Ministro ter que definir a questão do protocolo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tranquilo. Então, já que não deu para o senhor responder, considerando as dificuldades que estamos tendo de recursos humanos para atender às demandas da pandemia, notadamente na falta de médicos, há um gargalo – a pergunta que eu faço –, há um gargalo na formação de médicos no Brasil? Que medidas o senhor pensa em adotar para atenuar o problema relatado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa é uma questão complexa, que tem sido discutida há muitos anos. Médicos na atenção primária, abertura de escolas médicas, isso merece uma atenção do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, aqui do Congresso Nacional, para que tenhamos uma oferta maior de profissionais de saúde que sejam qualificados. Há a questão dos médicos do exterior, que precisam passar pelo processo de revalidação do título de especialistas, e nós temos que qualificar esses profissionais, porque nós sabemos que a Covid deixa desnuda essa situação que nós temos na assistência à saúde do Brasil.

Aqui discutimos esse esforço hercúleo que União, Estados e Municípios têm feito para levar insumos, habilitar leitos de UTI, e, infelizmente, Senador Eduardo Braga, de cada dez pacientes

que estão em intubação orotraqueal, nós temos uma mortalidade que às vezes chega a 70%, não é? Então, é uma mortalidade alta, e isso em parte se deve à necessidade de prepararmos melhor os nossos recursos humanos no sistema de saúde. Isso é prioridade absoluta, e não é só em questão de assistência especializada à saúde, mas também desde a atenção primária, Senador Randolfe, é necessário priorizar a atenção primária – não é só em relação ao setor público, é em relação também à saúde suplementar.

Nós precisamos investir em novas tecnologias, como o programa de telessaúde. Os senhores aprovaram agora, durante a pandemia, uma lei que tornou mais acessível a telemedicina. Eu acho que é uma ferramenta importante, não só no suporte e assistência, mas também em relação a programas de tele-educação, programas de tele-UTI, para que UTIs com grande *expertise* possam dar suporte às UTIs que estão em locais mais remotos. Muito a se fazer. Muito a se fazer, e para mim, como médico, que tenho mais de 30 anos de formado, a principal conclusão que temos dessa pandemia é a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, e isso inclui o fortalecimento do complexo industrial da saúde.

Nós não podemos ficar reféns de importação de insumos estratégicos, como a questão dos insumos farmacêuticos ativos para a produção de vacinas. E nós temos instrumentos no Ministério da Saúde, como as PDPs, que podem ser muito úteis para encomendas tecnológicas. Enfim, temos que nos unir para fortalecer o Sistema Único de Saúde e para oferecer as respostas que a sociedade exige de todos nós, de quem está no Poder Executivo, de quem está no Poder Legislativo e no Poder Judiciário.

O fenômeno da judicialização da saúde é outra questão que precisa ser discutida de uma maneira aprofundada. A gente assiste a decisões judiciais que interferem na entrega da aplicação de uma segunda dose, e tudo isso leva a prejuízos para a concretude das políticas públicas no nosso sistema de saúde, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muitíssimo obrigado, Senador Eduardo Girão.

Seguimos, então, com o Senador Eduardo Braga. V. Exa. tem 15 minutos para indagar o depoente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro, colegas Senadores, primeiro, esta CPI foi instalada com o objetivo, a meu juízo – e eu fui um dos que assinaram a CPI –, com o princípio inicial de salvar vidas, afinal de contas, 414.399 brasileiros já morreram por causa da Covid-19, uma relação de 197 por 100 mil habitantes – isso é dado oficial do Ministério da Saúde.

Eu não posso deixar de dizer, Senador Randolfe, o caso do Amazonas, porque, no caso do Amazonas, que é fato determinado desta CPI, 12.691 mortos e uma relação, Ministro, de 306 por 100 mil mortos, ou seja, quase duas vezes a média nacional por 100 mil mortos.

O senhor falou em situação extrema. O senhor não acha isso já uma situação extrema, Ministro? É a primeira pergunta que eu faço a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, é uma situação de grande dificuldade sanitária, Senador, é uma situação em que nós conhecemos a peculiaridade do Estado que o senhor já governou. A cidade de Manaus concentra a maior parte

da população e lá, infelizmente, nós tivemos essa variante do vírus, essa variante P1 – que não é uma invenção de Manaus; é uma mutação do vírus –, que afetou muito fortemente a nossa sociedade. E temos os aspectos peculiares, a assistência à saúde em Manaus. Houve essa questão do oxigênio, que é um ponto de interesse e que precisa da atenção de todos nós, seja no sentido de adotar medidas para fortalecer o sistema de saúde no Estado do Amazonas, sobretudo nas outras cidades do interior, um Estado muito grande, que tem populações indígenas. Nós conhecemos o contexto e o que aconteceu em Manaus, no Amazonas, com esse número de mortes, serve de alerta para que estejamos absolutamente vigilantes, para que não tenhamos uma terceira onda dessa doença, que pode ser muito perigosa para a nossa população.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, V. Exa. concorda que estamos em situação extrema?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Felizmente, Senador, nós estamos diminuindo o número de casos, estamos diminuindo o número de óbitos. A pressão hoje sobre o nosso sistema de saúde é menor, inclusive no Estado do Amazonas, e é um momento em que não é momento de relaxar; é momento de insistir fortemente, seja para ampliar a nossa campanha de vacinação, seja para aderirmos fortemente às chamadas medidas não farmacológicas.

É isso que nós temos tentado fazer no Ministério da Saúde, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, se 414 mil mortos não é situação extrema, eu não sei mais o que é situação extrema. Nós estamos diante de uma situação extrema. E o que eu não consigo entender é que, um ano, dois meses e dez dias depois, a Conitec ainda não foi capaz de dirimir a dúvida sobre um protocolo para salvar vidas.

Fica um advogado querendo dar opinião sobre protocolo, um engenheiro querendo dar opinião sobre protocolo, um não médico querendo dar opinião sobre protocolo, e V. Exa. disse que será célere, mas não diz quando! Sr. Ministro, minha pergunta: quando a Conitec vai apresentar um protocolo para definir o tratamento para salvar vidas no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, de acordo com o nosso decreto-lei que regulamenta, a Conitec, uma vez demandada, tem até 180 dias para definir essa posição, mas entendemos a urgência, e já está sendo elaborado esse protocolo. Já, inclusive, liberamos algumas notas técnicas, e nós vamos cobrar para que essa posição seja a mais rápida possível.

Mas aqui eu queria, com a permissão de V. Exa., dizer que, para controlarmos esse problema epidemiológico, não é a assistência à saúde em si dos pacientes que estão hospitalizados que fará a grande diferença. É importante a assistência à saúde nos grandes hospitais, mas é fundamental que tenhamos sucesso na nossa campanha de vacinação, que tenhamos a adesão da sociedade de uma maneira muito forte...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Chegaremos lá, Ministro! Chegaremos lá! Nós queremos começar pela grande discussão neste País: cloroquina é certo ou errado? Quem vai definir é a Conitec. Que defina! Nós estamos a um ano, dois meses e dez dias vendo brasileiros morrerem e uma discussão política, se cloroquina

é correto ou não é correto. Eu tomei cloroquina para malária, mas não para Covid. Portanto, a Conitec precisa se reunir.

Agora, Sr. Ministro, vamos, então, à vacinação, que é fundamental. A minha pergunta a V. Exa. é: se nós temos a definição do volume e se há a definição com a Fiocruz e com o Butantan, V. Exa. precisa encaminhar, Sr. Presidente, para esta Comissão, o cronograma de entrega das vacinas até dezembro deste ano, para que esta Comissão possa ter entre os seus documentos essa previsão de forma definitiva, porque nós já ouvimos inúmeras previsões que não foram correspondidas, e nós precisamos ter convicção. Veja, pelo dado do Ministério da Saúde – este dado é do Ministério da Saúde de hoje –, já foram distribuídas, nada mais nada menos, do que 71.389.120 doses para uma população do grupo prioritário, que deveria ser de 80.530.000 brasileiros, ou seja, 161 milhões de doses. Nós distribuímos 71; faltam 89 milhões de doses para podermos cumprir o grupo prioritário. A minha pergunta a V. Exa. é: em que cronograma nós cumpriremos o grupo prioritário, tendo em vista que faltam 89 milhões de doses? V. Exa. poderia encaminhar imediatamente...

Eu vou aguardar o debate do Presidente com a Senadora, em respeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Desculpe, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Então, terminado o debate, Sr. Ministro, a minha pergunta é: quando teremos a entrega dos 89 milhões de doses de vacina que faltam?

A outra questão, que diz respeito também à vacinação, é que, estudando de forma detalhada o volume de vacinas que V. Exa., ou seja, o ministério distribuiu para os Estados, faltam aplicar 25,664 milhões de doses. No meu próprio Estado, que foi encaminhado 1,625 milhão de doses de vacina, faltam aplicar 795 mil. Eu pergunto se não é o caso... Para não se repetir o erro que aconteceu ano passado, em que se autorizou a aplicar a segunda dose, depois faltou a segunda dose, etc., não está faltando gestão sobre a aplicação dessas vacinas e os estoques correspondentes, já que nós estamos com um déficit de 89 milhões?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, é uma excelente pergunta que o senhor me faz. O nosso cronograma está sendo atualizado semanalmente, fica no *site* do Ministério da Saúde, e nós pudemos oficialmente entregar esse documento para o senhor. Se o senhor verificar aqui embaixo, há variáveis. Por exemplo: não recebimento dos insumos, questões logísticas e operacionais dos laboratórios, atraso nas entregas das doses prontas, e aguarda a aprovação da Anvisa. Essas são as variáveis que interferem na entrega dessas doses. O Ministério da Saúde, assim que recebe as doses, repassa para Estados e Municípios. E aquele "doses distribuídas" é o que nós distribuímos. Há, naturalmente, às vezes um pequeno atraso entre a dose chegar ao Estado e ir para o Município. E há também questões relacionadas à informação ao sistema Datasus. Então, é por isso que a gente vê "doses entregues", "doses distribuídas" e "doses aplicadas". Muitas dessas doses já foram aplicadas, mas existe um retardo de informação ao Datasus.

Eu quero dizer para V. Exa. que, por exemplo, o Estado de São Paulo informa primeiro para o Estado de São Paulo, e depois é informado para o sistema, para o Datasus. E há várias unidades básicas de saúde, várias salas de vacinação em que a informatização não é plena. Então, aqueles dados são fornecidos um pouco tardiamente. É por isso que há essa divergência. E naturalmente podem existir também questões operacionais na aplicação das vacinas, que fica

a cargo dos Municípios – é o sistema tripartite. Claro que o Ministério da Saúde, o senhor tem razão, tem que estar vigilante para esses aspectos, para dar o suporte necessário para que os Municípios consigam fazer chegar essa vacina ao braço dos brasileiros, que é objetivo de todos nós.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ministro, e com relação às 89.670.940 doses que faltam para completar o grupo prioritário de vacinação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, é isso que eu falei para o senhor: nós estamos trabalhando fortemente para conseguir essas doses a que me referi, do contrato com a Pfizer. Todo dia dialogamos com a indústria farmacêutica, com as embaixadas, há a questão da China que foi trazida à baila, a vinda de insumos farmacêuticos ativos. Havendo esse reforço, o nosso sistema de vacinação é capaz de dar as respostas. Outras iniciativas, como, por exemplo, a utilização de parques da indústria de vacina animal, podem ser utilizadas. Agora, particularmente, não entendo que isso, a curto prazo, trará as respostas para o nosso sistema de saúde. Ou seja, precisamos fortalecer a produção do Instituto Butantan, da Fiocruz, e conseguirmos mais doses prontas para poder acelerar a imunização do grupo prioritário e partir para a vacinação da população brasileira como um todo. Esse é o objetivo do Ministério da Saúde.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, eu creio que os contratos de vacina são fundamentais, principalmente olhando para o segundo semestre. E eu quero dizer que, ainda há pouco, quando o senhor afirmou que: "Ah, a Anvisa ainda não aprovou", mesmo a Anvisa não tendo aprovado, nada impede que o ministério possa contratar a vacina e aguardar a aprovação para poder receber as vacinas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foi o que houve, Senador...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... em relação à Covaxin, né? Em relação à Sputnik, nós temos 10 milhões de doses contratadas...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Que eu acho que vocês precisam ampliar, em função do problema da insegurança de suprimento. O Brasil precisa ampliar os seus leques. Nós temos insegurança de suprimento.

Mas, na falta de vacina, Ministro, a única coisa que pode salvar vidas é o uso de máscara, o distanciamento e o álcool em gel. V. Exa. concorda com isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Concordo, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – E por que o Ministério da Saúde não entra com uma campanha publicitária imediatamente, instruindo de forma correta o cidadão brasileiro, independentemente de cor partidária, independentemente de opção política, a usar máscara, respeitar o distanciamento e usar o álcool em gel?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde, eu já informei ao Senador...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A propósito, Ministro, na esteira da pergunta do Senador Eduardo Braga, V. Exa. poderia encaminhar para esta Comissão Parlamentar de Inquérito as campanhas publicitárias do Ministério da Saúde...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para o enfrentamento à pandemia que estão em curso agora?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza nós vamos encaminhar. Nós vamos encaminhar essa campanha. Eu aqui já mencionei ao Senador Renan Calheiros essa iniciativa.

Eu acho que todos os senhores podem atestar que eu tenho me comunicado com a imprensa diariamente, tenho feito coletivas, tenho me empenhado pessoalmente acerca da campanha em relação ao uso das máscaras. Isso é fundamental. Essas medidas não farmacológicas são tão importantes como a questão da vacinação. A busca, a prospecção de novas doses não se restringe a estas duas vacinas: Covaxin e Sputnik. Há outras vacinas que são consideradas pelo Ministério da Saúde, tudo no intuito de ampliar a oferta de doses para o Programa Nacional de Imunizações.

Eu participei pessoalmente de uma reunião de cúpula entre o Brasil e a Rússia, onde o Presidente da República discutiu com o Presidente Putin a questão da vacina Sputnik. O Presidente, ele, inclusive, solicitou ao Presidente Putin que encaminhasse doses para o Brasil, e o Putin disse: "Mas, Presidente, há óbices com a vigilância sanitária". O Presidente disse: "Olha, assim que houver a superação desses óbices, nós queremos a vacina".

Então, este é o espírito do Ministério da Saúde: ter mais doses de vacina para vacinar a população brasileira.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O problema, Ministro, é que enquanto esses óbices existem, brasileiros estão morrendo. E o Ministério da Saúde tem que entrar imediatamente com uma campanha massiva de informação, e não de desinformação, sobre o uso da máscara, do álcool em gel e do distanciamento.

A minha última pergunta, se o Presidente me permite...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, ainda há pouco, respondendo ao Senador que me antecedeu, V. Exa. falou da situação dos profissionais de saúde, etc., e do índice de letalidade, lamentavelmente, daqueles que vão para a intubação. Creio que o Brasil precisa urgentemente colocar, em suas universidades federais, um plano de reciclagem e treinamento para os médicos, porque nem todos são intensivistas, nem todos são anestesistas, portanto com ampla experiência em intubação, e, pela pandemia, estão atuando nas UTIs, fazendo intubação. E nós, em um ano, dois meses e dez dias, não conseguimos lançar um programa de treinamento e reciclagem desses profissionais. Enquanto isso, brasileiros estão sofrendo nas UTIs e estão morrendo.

Então, Ministro, a minha pergunta é: há um programa em andamento para que as universidades federais Brasil afora possam criar um programa de treinamento e de aperfeiçoamento dos profissionais que estão atuando na frente da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, estamos trabalhando nessa iniciativa em parceria com o Ministério da Educação. Aqui já citei para o senhor a iniciativa junto ao Ministério da Educação; a Comissão Nacional de Residência Médica abrir vagas para

qualificar intensivistas. Mas isso não é suficiente. Nós temos que ter uma ação mais rápida e imediata e estamos fazendo isso em parceria com a própria Amib.

Intubação orotraqueal é um procedimento que na Covid se reveste de peculiaridades. Já temos uma nota técnica, que já está divulgada no *site* do ministério, acerca de aspectos técnicos, mas muito mais de que uma nota técnica. Esse é um procedimento prático, que é necessário que o médico treine. Inclusive, na assistência, nos hospitais, se recomenda que aqueles que têm mais habilitação para fazer o ato da intubação seja o médico que faça isso aí.

É uma ação que o Ministério da Saúde pode e deve liderar e estamos vigilantes para esse aspecto – não é só o ministério; Estados e Municípios, a própria Ebserh, que é a empresa que gere os hospitais universitários...

Então, essa preocupação que o senhor externa é muito pertinente e estamos muito atentados para esse aspecto.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Bem, encerrando, Sr. Presidente, eu quero apenas dizer ao Sr. Ministro que o Conitec precisa, para ontem, definir o protocolo. É inadmissível que, um ano, dois meses e dez dias depois do início da pandemia, o Conitec ainda esteja estudando como aplicar um protocolo. Enquanto isso, os hospitais de ponta do Brasil já definiram um protocolo. No início dessa doença, era justo que não se tivesse um protocolo, que se tentassem todas as experiências. Mas agora, depois de um ano, dois meses e dez dias, já é tempo suficiente para que o Conitec possa apresentar os estudos e apresentar definitivamente ao Ministro da Saúde e ao povo brasileiro um protocolo para salvar vidas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só porque é um tema relevante e pertinente com a indagação do Senador Eduardo Braga: sobre a vacina Sputnik, Ministro, por que V. Exa. não faz uso do art. 8º, §6º, da Lei 9.782, sobre a competência do Ministério da Saúde, em caso de omissão, utilizar das prerrogativas para autorização excepcional de uso de uma vacina já testada e comprovada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, não sei se V. Exa. assistiu à conferência de imprensa com a Organização Mundial da Saúde. A vacina Sputnik também encontra dificuldades na Organização Mundial da Saúde. Então, não há um consenso amplo acerca desse tema. E o Brasil tem... A nossa Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ao longo do tempo, foi se aprimorando e hoje ela é considerada uma das agências de vigilância sanitária mais importantes do nosso País, de tal maneira que há instâncias no âmbito da Anvisa que podem sofrer algum tipo de recurso em relação à decisão que foi tomada, para que essa vacina obtenha o aval da Anvisa. Uma vez obtido o aval da Anvisa, nós a colocaremos no programa de vacinação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar ao Senador Otto Alencar, que fala por via remota.

Com a palavra o Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Nós temos uma...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, qual a sequência da lista de oradores?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois é você, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente! É que eu estava presidindo e não a usei.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, será o Randolfe e depois V. Exa.

O Senador Otto já... (*Pausa.*)

Senador Randolfe...

Depois eu passo a palavra para o Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Olha, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Otto está com a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não, Senador Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. tem 15 minutos, Senador Otto, para fazer os questionamentos necessários.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço a V. Exa.

Quero também saudar o Ministro da Saúde, o Dr. Marcelo Queiroga, e desejar a ele sucesso à frente dessa missão, que é uma missão muito difícil. Imagino os problemas todos que serão levados em consideração para a sua decisão.

A primeira coisa que eu gostaria de perguntar, Ministro... V. Exa. é membro, é Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia. Essa Sociedade Brasileira de Cardiologia, como V. Exa. conhece, não recomenda o uso da cloroquina ou hidroxicloroquina associada ou não à azitromicina, enquanto não houver evidência científica de que se empregue em pacientes com Covid-19. Não seria, portanto, um equívoco lançar protocolo com orientações?

Eu vi que V. Exa. não respondeu afirmativamente ao Senador Renan Calheiros a respeito desse tema. Eu sou médico também. E V. Exa. sabe, tanto quanto eu sei, que a ciência não se dobra a uma determinação de um leigo, de alguém que não conhece a Medicina, não tem conhecimento científico, da ciência.

Portanto, essa é a pergunta que eu faço. Além dela, eu pergunto, para V. Exa. responder de forma positiva... Eu espero que seja positiva. Eu, se estivesse sendo perguntado... Eu nunca fui a uma CPI, mas, se estivesse sendo perguntado, eu responderia muito positivamente, não tergiversaria a respeito da pergunta. Eu pergunto a V. Exa., que é cardiologista: se um paciente usa hidroxicloroquina ou cloroquina e é portador de doença do coração, de arritmia, esse uso inadequado pode levar o paciente a uma parada cardíaca? Essa é a primeira pergunta que eu faço a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sr. Senador, é uma excelente pergunta.

Independentemente de o paciente ter Covid ou não, esses medicamentos, como outros medicamentos, podem causar arritmia. A hidroxicloroquina é uma medicação que prolonga o que nós chamamos de intervalo QT. Naturalmente, isso precisa ser...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Espaço QT.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Intervalo QT.

Então, isso aí precisa ser avaliado pelo médico. A prescrição é feita por médicos. Como o senhor sabe – o senhor é médico –, o médico tem autonomia para escolher o que é melhor para o seu paciente, não é? Mas esses fármacos, a despeito de haver essa propriedade de causar

arritmias, prolongar o QT, são medicamentos seguros, são usados há muito tempo, não é? E, mesmo em estudos com pacientes que têm Covid, o problema que se detecta não é um problema de segurança, é mais relativo à questão da eficácia. Isso é o que se discute.

Naturalmente que o mérito da elaboração de um protocolo clínico e de uma diretriz terapêutica tem que ser decidido no âmbito da Conitec, como eu já falei aqui para os senhores. E é isso que a Conitec está fazendo. O Senador Eduardo Braga me pede para que faça isso com celeridade. Vamos procurar dar celeridade, colocar em consulta pública, discutir isso amplamente, porque, indiscutivelmente, existe uma divisão da classe médica. Existe um grupo de médicos que defendem esse tratamento de uma forma muito determinada.

E eu estou no Ministério da Saúde não como presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia, mas como Ministro da saúde. E os protocolos clínicos são definidos em lei. A Lei 8.080 é clara: a competência é da Conitec. Eu estou encaminhando e demandando para quem de direito. Não são as sociedades científicas e nem são os hospitais privados que elaboram protocolos. Quem elabora protocolo para o SUS é a Conitec. Não sou eu que estou dizendo isso, quem está dizendo isso é a legislação. E vamos ampliar esse debate, vamos colocar em consulta pública e vamos harmonizar essa situação. Porque o que não pode é a gente ficar o tempo inteiro cultivando divergências, divergências acerca de uma questão que não é a fundamental do enfrentamento da Covid – não é a fundamental.

A questão fundamental – aqui eu volto a destacar – é prover aos brasileiros uma ampla campanha de vacinação, a questão das medidas não farmacológicas. E para aqueles pacientes que são mais graves, que estão em necessidade de intubação ou insuficiência respiratória aguda, já há um consenso que esses medicamentos do tratamento precoce não têm um papel. A discussão é apenas do uso na fase precoce. Isso precisa ser dirimido, precisa ser pacificado, harmonizado no âmbito de uma discussão técnica. É sobre isso que eu solicito a compreensão dos senhores.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Ministro, o senhor não consegue responder "sim" ou "não". O que eu perguntei foi muito claro. Eu perguntei se o senhor concorda ou não com a Sociedade Brasileira de Cardiologia, que declarou textualmente que não recomenda o uso da hidroxicloroquina. E eu perguntei também... E V. Exa. respondeu que a hidroxicloroquina só pode ser usada com orientação médica, mas o Presidente da República pegou uma caixa de hidroxicloroquina, levantou e mandou o povo brasileiro usar a hidroxicloroquina.

Eu pergunto se V. Exa. pode responder afirmativamente. E repito, Ministro: a ciência, o conhecimento científico não se dobra ao leigo, a quem não conhece e orienta o tratamento médico, seja em qualquer instância. Eu quero saber se V. Exa. concorda ou não com a entidade que V. Exa. presidiu, porque ela não recomenda a hidroxicloroquina. E V. Exa. não consegue responder...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a posição da Sociedade Brasileira de Cardiologia está posta, como o senhor aí declarou. Eu, como Ministro da Saúde, vou observar a legislação. Não são as sociedades científicas que definem as políticas públicas do âmbito do Sistema Único de Saúde. Se fossem as sociedades científicas a definirem as políticas públicas de saúde, eu temeria pelo sistema de saúde do Brasil.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. realmente não consegue responder, Ministro, lamentavelmente. O senhor é médico, fez o juramento de Hipócrates, mas não consegue

responder àquilo que eu pergunto. Respondeu, afirmativamente, foi até positivo, que a hidroxicloroquina realmente aumenta o espaço QT e pode levar o paciente à parada cardíaca. Não é assim que o senhor falou? Pode levar ou não pode levar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei, Senador, que não só a hidroxicloroquina, como outros medicamentos que são usados *off label*.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas eu estou perguntando, Ministro, sobre a hidroxicloroquina. Eu estou perguntando sobre a hidroxicloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador existem outros medicamentos *off label* que podem levar a problemas, não só esse.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu não estou perguntando... Ministro, por favor, eu estou perguntando sobre a hidroxicloroquina e não sobre outros medicamentos.

Sinceramente, nós somos médicos, estamos falando aqui na ciência. Não precisa botar a política na ciência. Eu quero saber se para o coração ou não para o uso da hidroxicloroquina de forma indeterminada por um paciente que tem doença do coração. É isso que eu quero perguntar a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já respondi a V. Exa., Senador. Se o senhor não compreendeu, eu peço desculpa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, V. Exa. respondeu afirmativamente que para o coração se tomar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pode ter arritmias cardíacas, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, não pode o Presidente da República receitar para o povo brasileiro hidroxicloroquina para que todos possam comprar na farmácia e tomar. Isso é uma coisa de grande falta de responsabilidade, Ministro. Tem pessoas... Um colega de V. Exa., aqui no meu Estado, tomou hidroxicloroquina, não sabia que era portador de doença cardíaca e de arritmia e foi a óbito. Quantos tomaram pelo Brasil afora? V. Exa. tem que orientar o Presidente para ele não tomar essa atitude de querer medicar, receitar a população do Brasil com hidroxicloroquina, que é uma medicação que pode ser usada sob controle. O paciente tem que fazer, no mínimo, um eletrocardiograma, um ecocardiograma para poder tomar essa medicação. É isto que eu queria que V. Exa. entendesse que não pode ser assim: V. Exa. ser Ministro da Saúde e achar que o Presidente da República pode receitar hidroxicloroquina para o País inteiro. E olha que ele é líder, ele teve uma votação expressiva, muitos são os seus seguidores no Brasil que acham que ele está certo. E ele não está certo, está errado, está equivocado em fazer isso.

A outra pergunta que eu faço a V. Exa. é a seguinte: no ano passado, quando foi levantada a questão das vacinas, em agosto, de julho para agosto do ano passado, o Ministro Pazuello foi perguntado se ele assinaria o protocolo para a compra da vacina da Pfizer. Ele respondeu o seguinte: "Se tiver a demanda, eu vou comprar a depender do preço da vacina". No fim do ano passado, o Presidente da República, perguntado sobre a Covid-19, disse que a Covid-19 estava indo embora. O senhor concorda com essas duas declarações do Ministro Pazuello e do Presidente da República de que a doença estava indo embora? Parecia até, como ele falou, Ministro, que era imagem figurativa: essa doença veio de avião pela classe média e alta, parecia

que o vírus ia pegar o avião e voltar para Milão, voltar para a China. O senhor concorda com essas declarações?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu sou Ministro da Saúde, não compete a mim fazer juízo de valor acerca da opinião do Ministro Pazuello ou do Presidente da República.

O que nós fazemos, aqui no Ministério da Saúde, é fazer recomendações sanitárias próprias para o enfrentamento da Covid-19. Isto eu tenho feito desde o primeiro dia do meu mandato: trabalhado por uma ampla campanha de vacinação, incentivado o uso de medidas não farmacológicas, procurado atender Estados e Municípios. Sobre o que não está na minha alçada, não compete a mim emitir juízo de valor, até porque aqui eu estou trabalhando para melhorar a condição sanitária do Brasil. Eu peço o apoio, a confiança dos senhores. Esse é um trabalho diuturno. Faço isso para buscar consensos e não aprofundar divergências. Eu peço a atenção de todos os brasileiros que aqui nos assistem pela TV Senado, para que observem esses dados.

Acho que essas perguntas que o senhor me faz são perguntas instigantes, mas que eu procuro responder dentro do limite do que eu posso responder a V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, a segunda pergunta. O senhor foi textual e disse, na sua posse, que daria continuidade ao trabalho do seu antecessor. A que trabalho o senhor vai dar continuidade, do seu antecessor? Ele não usava máscara, ele não prescrevia às pessoas que pudessem fazer o isolamento físico. Eu não gosto de falar isolamento social, parece uma distinção entre as classes sociais.

Quanto ao isolamento físico, o próprio Presidente nunca deu a noção, o exemplo de que as pessoas deveriam ter o isolamento físico, para não haver contaminação em massa da doença, como aconteceu em vários Estados do Brasil.

Então, eu quero saber o seguinte, a avaliação da gestão do ex-Ministro Eduardo Pazuello deixou muito a desejar, por todas as avaliações médicas, de entidades. Não houve compra de vacina. Tivemos quatrocentos e tantos mil óbitos. Isso foi, para o Brasil, muito ruim. Quer dizer, o senhor vai continuar esse trabalho? Por exemplo, o Eduardo Pazuello estava, agora há poucos dias, sem máscara. Ele não estimulava o isolamento físico entre as pessoas. Ele chegou a colocar, Ministro, no *site* do Ministério da Saúde, a recomendação do uso de cloroquina.

Um dos nossos Senadores, que já até faleceu por Covid-19, de uma lembrança muito grande que eu tenho dele, porque era um grande Senador, o Senador Major Olimpio, perguntou a ele por que ele colocou aquilo no Ministério da Saúde, dentro do Plenário do Senado Federal. Logo depois, ele retirou. Ou seja, o Ministério da Saúde recomendou isso.

Nós tivemos aqui o Mandetta e houve uma reunião para mudar a bula da hidroxicloroquina. Então, o senhor está num ambiente em que vai receber pressão para que as determinações, os protocolos sejam idênticos ao que aconteceu no período do Ministro Eduardo Pazuello.

O Mandetta saiu porque não quis atender a ordem do Presidente da República de medicar, receitar hidroxicloroquina. O Nelson, da mesma forma. Nenhum dos dois, médicos, renderam-se à determinação...

(*Interrupção do som.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... eu quero parabenizá-lo por isso. O senhor vai se render à ordem do capitão? O senhor vai se render, Ministro, à ordem do Capitão Jair Bolsonaro e seguir aquilo que ele pretende fazer na saúde pública, no Brasil?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A recomendação que eu recebi do Excelentíssimo Senhor Presidente da República já foi externada por mim, aqui, nessa douta Comissão.

O que eu tenho feito no Ministério da Saúde é de conhecimento de todos os senhores e as posições que nós tomamos são posições baseadas em recomendações técnicas. Eu tenho procurado cumprir a legislação brasileira em relação à incorporação de tecnologias em saúde e à edição de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, obedecendo à legislação. É isso que temos feito.

E peço a confiança dos Srs. Senadores, inclusive ao Senador Otto Alencar, que tem feito um trabalho excelente no Senado Federal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Ministro, o que eu perguntei a V. Exa. era se ia seguir – na posse, o senhor disse que ia dar continuidade ao trabalho – ou não o trabalho que foi iniciado por longo tempo pelo Ministro Eduardo Pazuello.

Eu quero dizer a V. Exa. que, lamentavelmente, nós estamos vivendo um momento dramático na vida do povo brasileiro. Só vacinamos até agora, se não me engano, com duas vacinas, 10% da população. Não é isso, Ministro? Não são 10% com duas doses?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Da população imunizável, Senador, da população do PNI, nós já superamos 17% da população vacinada com duas doses. E a prova dessa eficiência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Com duas doses, não, Ministro. Com duas doses, 10%...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Duas doses, Senador. Senador, duas doses, da população vacinável do PNI, nós já superamos 17%.

E a prova da eficácia dessa ação já se reflete em queda de óbitos de indivíduos idosos. Isso, inclusive, foi externalizado pelo Dr. Eric Topol, que é uma das principais autoridades médicas do mundo, e ratificado pelo Presidente da World Heart Federation, Professor Fausto Pinto, e pela Presidente do American College of Cardiology, a Dra. Dipti Itchhaporia.

Então, a nossa campanha de vacinação está caminhando. Nós precisamos buscar mais doses, é uma tarefa de todos nós.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois não.

Ministro, o senhor concorda que o isolamento físico também contribui para isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já, Senador... Obrigado, porque é uma oportunidade de eu reiterar: o isolamento físico é importante, o uso de máscaras é importante. Eu tenho feito isso todos os dias, todos os dias...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito bem!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... desde que assumi o ministério. Inclusive, fiquei feliz, porque, quando cheguei aqui à Comissão Parlamentar, havia uma preocupação com testagem, com distanciamento entre os Exmos. Srs. Senadores, a assessoria... Então, é necessário união, nossa união para vencer o vírus, que é o único inimigo dos brasileiros neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Já ultrapassamos em bastante o tempo...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

Eu quero até parabenizar V. Exa., porque, enquanto V. Exa. defende o isolamento físico, o Presidente da República não defende, ele faz aglomerações, também não usa máscara. Já é um grande avanço. Eu acho que a presença de V. Exa. pode muito bem melhorar a situação que nós estamos vivendo no Ministério da Saúde. Vivemos um momento muito difícil, inclusive com dificuldades de ter acesso a informações. Teve que a imprensa fazer um levantamento para informar quantas pessoas foram acometidas pela doença, quantos pessoas foram a óbito, porque até isso se escondia no Ministério da Saúde.

E a ciência, Ministro, quer transparência, quer liberdade para o exercício da Medicina na sua essência, quer o conhecimento científico. A ciência tem que ter a importância de saber que é mais importante o paciente que o Presidente da República. A orientação clínica da mesma forma, sobretudo numa doença desta, de que a Medicina ainda não conhece perfeitamente as manifestações clínicas. Eu posso fazer, Ministro, quatro perguntas a qualquer cientista do mundo, e ele não vai responder sobre essa doença nova que chegou até agora. Nós temos medicações em ambiente hospitalar para diminuir os efeitos letais da doença: a dexametasona, o anticoagulante Clexane, a heparina, o antibiótico para não deixar permitir que entre a infecção bacteriana, o oxigênio, uma série de medicamentos, inclusive o remdesivir, sobre o qual, no ano passado, eu encaminhei um ofício para a Anvisa para liberar e só vieram a liberar neste ano. A Anvisa analisou sem nenhum interesse em que essa medicação pudesse chegar aqui ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, a expectativa que eu tenho é de melhora de V. Exa. na sua atuação. Desejo boa sorte. O médico tem que ter autonomia, tem que ter altivez para, frente a uma indicação equivocada na Medicina, não se dobrar, não fazer genuflexo e atender a quem não entende absolutamente nada da Medicina.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Boa sorte, Sr. Ministro Marcelo Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Com a palavra o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Ministro, primeiramente, eu queria aqui fazer uma consideração, porque julgo o senhor um dos profissionais mais competentes da Medicina brasileira, Presidente da Sociedade Brasileira de Cardiologia... V. Exa. antes, inclusive, me dizia que era da mesma cidade de Celso Furtado. Eu digo que, inclusive, V. Exa. se alinha entre duas grandes personalidades dessa cidade, da sua cidade, junto com o eminente Celso Furtado, que foi ministro, foi o fundador da Sudene. Então, tenho as melhores referências e tenho aqui uma impressão a seu respeito de que a condução no Ministério da Saúde teve uma significativa melhora a partir do seu advento.

Dito isso, Ministro, e indo direto aos questionamentos – porque reportando que estamos numa Comissão Parlamentar de Inquérito e o seu testemunho é fundamental para o trabalho final a ser concluído por esta CPI... Então, dito isso e na referência médica que o País tem no senhor, eu lhe faço uma primeira pergunta objetiva para encerrarmos essa história da cloroquina:

o senhor, como cardiologista, se um paciente o procurasse pedindo que fosse receitada, o senhor preconizaria o uso da hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, eu aqui já falei de maneira reiterada que o protocolo clínico será discutido...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, mas a pergunta é pessoal e direta: o senhor, como cardiologista...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É porque, Senador, eu estou aqui como Ministro de Estado da Saúde e eu sou uma instância final na elaboração desse protocolo. Se eu manifestar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E esse protocolo... O senhor fala que esse protocolo vai ser substituído. Esse protocolo vai ser substituído quando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, a equipe está trabalhando, e o protocolo, mesmo sem estar aprovado, vai para consulta pública, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Me permita, Ministro, a ausência da modificação desse protocolo está custando... Veja, hoje nós estamos com uma média de mortos... Já chegamos a uma média superior a 3 mil, chegamos a ser um dos países que, por semana, mais matava por Covid-19 no Planeta. Hoje, nós estamos numa terrível estabilidade – V. Exa. sabe disso –, mas com uma média altíssima de mais de 2 mil mortos. Essa emergência sanitária será que não é o bastante para já mudar esse protocolo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ou, aliás, já para definir esse protocolo, até para dizer: hidroxicloroquina – se alguém concorda, se alguém acha isso – tem que ser recomendada ou não tem que ser recomendada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador, não é a ausência do protocolo que está criando essa situação sanitária. O protocolo, Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêutica, em tese...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o protocolo clínico, se me permite, é o enfrentamento, não é isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o protocolo clínico... Vamos supor, a questão do tratamento farmacológico hospitalar. Já há praticamente um consenso de que esses medicamentos a que V. Exa. faz alusão não teriam utilidade neste momento. Então, a questão que se discute aqui é se eles teriam alguma utilidade no início da doença, no chamado tratamento precoce. Isso precisa ser dirimido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Ministro, é a isso que me refiro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Outro ponto, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque isso é um instrumento...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Os protocolos clínicos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Permita-me: o senhor não concorda que isso é um dos instrumentos de enfrentamento da pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E é por isso que eu determinei à Conitec para fazer essa avaliação, e está sendo feita.

Agora, um aspecto, Senador: todas essas medicações – e o Senador Otto Alencar ainda há pouco falava da dexametasona... Essa prescrição... Na bula da dexametasona, não consta a sua indicação no tratamento da Covid-19. Portanto é uma prescrição fora do bulário.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma medicação fora do bulário. Não é uma indicação específica.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É para conter a informação, Dr. Queiroga.

.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, não consta do bulário! Não consta do bulário! É um fato concreto. Não consta do bulário. Se o senhor mostrar que consta do bulário, para o tratamento da Covid-19... Certo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então... Consta do bulário? Isso é indiscutível. Então, um protocolo clínico, Senador, um protocolo clínico, em tese...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos ao protocolo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... em tese, deveria estar contendo medicações que estejam aprovadas pela Anvisa e com aquelas indicações constantes do bulário. Isso, em tese.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como não consta do bulário que os medicamentos para intubação são específicos para cloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador, o que eu estou falando...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, por favor, não é? Não nos faça...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que eu estou falando é que não consta...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... não nos faça aqui parecer bobos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu estou falando que não consta do bulário. Prescrição consta do bulário ou não consta do bulário. E isso vai ser motivo de avaliação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ministro, assim, objetivamente, uma pergunta. Nós estamos com um ano de pandemia, 410 mil mortos. Qual é o protocolo hoje da Conitec?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, hoje, Senador, existe uma série de medicações em que existem consensos em relação ao seu emprego. Uma delas é a dexametasona, o corticoide. Isso deve constar do protocolo clínico, não é? As questões relativas às técnicas de intubação orotraqueal, o uso de anticoagulantes, o uso de outros anti-inflamatórios, como é o caso do tocilizumabe. Nós temos um estudo agora, que foi publicado, do Recovery. Essa questão será discutida de maneira técnica, no âmbito correto, que é a Conitec. Foi assim que se estabeleceu a lei. Eu apenas quero que se cumpra a lei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O que o senhor acha dessa circunstância de ter um ano e ainda não ter tido mudança no protocolo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o conhecimento foi sendo consolidado ao longo do tempo, Senador. Então, hoje, nós temos – hoje – um conhecimento maior, e é por esse motivo que, no meu entendimento, já cabe a edição de um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica para o enfrentamento dessa situação. No entanto – volto a afirmar –, o que é fundamental é a campanha de vacinação, ter uma campanha de vacinação ampla no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já vamos falar sobre isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós temos as dificuldades que já foram aqui externadas, e o esforço nosso é conseguir doses. Além disso, é reiterar as medidas não farmacológicas. Eu estou aqui para buscar consensos para que nós consigamos superar essa dificuldade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só uma pergunta, Ministro: no protocolo hoje da Conitec, tem hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há protocolo da Conitec, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Voltamos à mesma situação. Nós estamos há um ano sem protocolo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não há. Nós precisamos fazer, Senador, e é isso que eu já determinei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas, Ministro, só para destacar. O senhor está dizendo "precisamos fazer", mas eu quero reiterar. Estamos há uma média trágica de mais de 2 mil mortos por dia, 410 mil mortos, mais de 410 mil mortos a números de hoje.

Mas, seguindo, Ministro, ainda sobre a hidroxicloroquina. O senhor encontrou um estoque de 4 milhões de comprimidos de cloroquina parados no ministério quando o senhor assumiu?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não me ative a esse fato, eu não...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tem ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei, Senador, se há esse estoque de cloroquina no ministério. Posso buscar essas informações e trazer para V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor não sabe?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não sei.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas me permita: ao tomar posse, V. Exa. não teve um relatório de tudo que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ao tomar posse, Senador, existe um departamento de armazenamento de medicamentos que é um mundo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas não lhe entregaram um relatório de tudo que estava lá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu não me deparei com essa situação para verificar os estoques desse fármaco...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... até porque a minha urgência inicial era suprir de insumos, para *kit* intubação, para oxigênio... Essa era a preocupação imediata, era a emergência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E eu concordo com o senhor. É mais importante, inclusive, que hidroxicloroquina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não tenha dúvida, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É muito mais importante.

Inclusive, uma das notícias, é óbvio que antecede sua gestão, é que o Governo havia sido alertado sobre o risco de compra e produção e de priorizar a hidroxicloroquina em relação a medicamentos de UTI como esse. Inclusive, eu concordo com o senhor: é muito mais importante essa circunstância da necessidade desse tipo de medicamento do que da hidroxicloroquina. V. Exa. sabe a situação dramática que cidades do País, inclusive a capital do meu Estado, vivem, de pacientes tendo que ser amarrados pela ausência dos medicamentos de intubação.

Mas, Ministro, seguindo então nos questionamentos, V. Exa. falou de vacina. Rapidamente: qual momento V. Exa. considera que o nível de imunização com a vacina pode representar redução das medidas sanitárias e pode tranquilizar a população? Qual é o nível de imunização que V. Exa. considera mais seguro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, no mínimo, nós temos que atingir a população prevista no PNI, os 78... Agora subiu um pouco a meta, 80 milhões. Essa é a população que a gente deve buscar atingir o mais rápido possível. Agora, assim, mesmo que nós consigamos atingir essa população o mais rápido possível, ou quando conseguirmos, que eu espero que agora, no começo do segundo semestre...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso corresponde a quantos por cento da população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Devemos usar, Senador, continuar usando, insistir...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Claro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... quero aqui reiterar, insistir no uso das medidas não farmacológicas. Isso é fundamental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Qual é o percentual...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Só, Senador, para voltar a adicionar um tema a respeito dos *kits* de intubação: pelo que está pactuado na tripartite, isso é competência de Estados e Municípios; a União tem ido em socorro – e eu acho correto. Deve fazê-lo. Com a população do PNI uma vez alcançada, nós já teremos um nível de imunização satisfatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Voltemos ao PNI. A população ideal a ser alcançada é 70%?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É em torno de 78 milhões...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nós temos hoje quantos? Percentual...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em torno de 78 milhões. Hoje, com as duas doses, na última vez em que eu verifiquei, temos 17,1% da população com as duas doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor faz esse questionamento, Ministro? Porque não é verdadeira essa propaganda... Veja, não corresponde à realidade nós propagandearmos que somos o quinto que mais vacinamos no mundo, se nós, percentualmente, somos o 56º ou o 58º que vacinamos. Ou seja, V. Exa. está inclusive dizendo aí concretamente qual é a realidade. A realidade não... Não adianta nós termos 35 milhões de doses, se temos, como V. Exa. já disse, um percentual que é muito abaixo do que necessitamos. V. Exa. estava dizendo aqui: "Precisamos de 70% dos brasileiros e brasileiras vacinados". Nós não temos isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o que se afirma em relação à publicidade é que foram distribuídas 77 milhões de doses, não que foram vacinados 77 milhões de brasileiros.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, perfeito...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é um ponto. Até porque, Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas é só sobre a argumentação, a minha indagação aqui é exatamente sobre a argumentação, sobre o percentual.

Seguindo, Ministro, me permita: qual é a opinião de V. Exa. sobre o isolamento vertical?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, esse termo "isolamento vertical" entrou à baila no começo dessa pandemia, mas hoje isso aí é algo que foi abandonado, não é? Então, o que nós pregamos, na realidade, seria o distanciamento entre as pessoas, a observação do contexto epidemiológico da pandemia e, em situações estritamente consignadas onde a pandemia está num nível maior e com colapso no sistema de saúde,

eventualmente, naqueles Municípios de um país continental como o Brasil, se adotarem medidas mais severas. No momento, o que nós temos é um ambiente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor tem notícia de algum país do mundo que adotou o isolamento vertical?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não conheço esse tipo de adoção de isolamento vertical, embora muitas pessoas defendam que aquelas pessoas mais idosas devessem ficar em casa. Eu até concordo, mas não como uma estratégia de isolamento vertical.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas V. Exa. tem conhecimento de que o Presidente da República defendeu ardorosamente essa tese?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É, isso é um posicionamento do Presidente da República.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Ministro, pela informação.

Eu pergunto a V. Exa.: qual é a sua opinião sobre o que chamam de imunidade coletiva, imunidade de grupo ou, como alguns utilizam, abro aspas, "imunidade de rebanho", fecho aspas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Como estratégia, obviamente, como estratégia de resposta à Covid.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A estratégia que o Ministério da Saúde defende é vacinação da população. É essa a estratégia, certo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E sobre essa estratégia, qual é a opinião de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A estratégia é a vacinação, vacinar a população brasileira. O problema é que, se nós defendemos esse tipo de estratégia, a gente pode contar com um aumento de óbitos, não é? Então, é por isso que o entendimento... E nós hoje temos uma esperança que são as vacinas, porque as vacinas é que vão trazer, sim, a imunidade da população brasileira, e, mesmo com a vacina, Senador, nós temos que manter a nossa vigilância genômica, porque surgem variantes desse vírus. Essa questão das vacinas, talvez elas precisem ser atualizadas, nós não sabemos ao certo ainda se precisamos vacinar todo ano para Covid, é possível que sim, não é? Eu estou falando isso, é possível que sim, mas a gente não tem uma base científica sólida. Precisamos avançar. Nós temos um vírus que é o inimigo de todos nós e temos que buscar todos os subsídios para enfrentar com sucesso a situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas eu pergunto ao senhor objetivamente a opinião de V. Exa. sobre essa estratégia como resposta de enfrentamento à Covid.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A minha estratégia é vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor condenaria essa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou condenando, eu estou dizendo que a estratégia é a vacinação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor apoiaria alguém que adota a imunidade de rebanho?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu apoio a vacinação, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito. Então, obviamente o senhor seria contra qualquer um que adotasse a estratégia de imunidade coletiva.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vacinação da população é a conduta do Ministério da Saúde para superação dessa crise sanitária.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É a leitura: quando não apoia, significa...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... que contraria. Quando não apoia, contraria.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É, eu acho que ficou clara a resposta do Ministro em relação a isso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós todos aqui concordamos que a vacinação é o caminho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ainda não terminei, peço...

Meu querido Presidente, quando eu estive aí nesse posto, fui tolerante com todos os colegas. Peço só dois ou três minutos de tolerância, da mesma forma.

Então, já dando sequência, Ministro, V. Exa., em resposta ainda há pouco, falou que o processo eleitoral, as eleições acabaram resultando em algumas aglomerações e os eventos de final de ano também, o que pode ter contribuído para o agravamento da pandemia. V. Exa... Essa é uma opinião de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Já falei aqui, os senhores sabem. E essa questão é válida para todos – não é, Senador? –, todos, sem exceção.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

É importante essa contribuição de V. Exa., Relator, Senador Renan, porque o Presidente da República realizou, pelo menos, 40 eventos de aglomeração no Palácio do Planalto, vários outros eventos de aglomeração aqui. Então, é importante essa compreensão de que as aglomerações contribuem para o agravamento da pandemia, para aumentar o grau da infecção.

Eu pergunto a V. Exa., só para V. Exa. reiterar, que eu acho que é importante, todos os brasileiros e brasileiras estão nos assistindo: o que V. Exa. acha do uso de máscaras?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desde o primeiro dia do meu mandato, eu tenho, de maneira reiterada, recomendado o uso de máscaras.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu sou testemunha disso, quero cumprimentar V. Exa., mas também destacando que ontem o Presidente da República destacou que já encheu o saco esse negócio de usar máscaras.

Diante disso, Ministro... Eu coloquei isso, porque claramente existe uma opinião do Ministro da Saúde abalizada, respeitada pela ciência e uma outra, diametralmente oposta, do maior mandatário da Nação, de quem deve servir como exemplo. Eu achei importante aqui que as opiniões do Ministro foram abalizadas nesse sentido.

Eu lhe pergunto, e já concluo agora, Presidente: por que, diferentemente dos demais países do mundo, o Brasil não possui um comitê científico de resposta à pandemia? E, se existe, como está estruturado e quem deve ser incluído nesse comitê?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, nós vamos criar... Eu já anunciei, desde o início da nossa gestão, que iríamos criar uma secretaria extraordinária de enfrentamento à pandemia da Covid-19. Essa secretaria ainda não foi criada, porque foi necessária uma medida provisória e um decreto. Essa situação já foi resolvida e agora a secretaria será criada. Então, teremos uma secretária que vai exercer essa função com diretorias e com comitês que nos auxiliarão na questão do acompanhamento da doença – da pandemia; não da doença –, da pandemia e trazer as respostas que a sociedade espera de nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Medida que merece o nosso aplauso, mas quero aqui destacar, como V. Exa. acabou de dizer, inclusive colocando o verbo no tempo certo: vai ser criada. Agora: um ano de pandemia e 410 mil mortos; um ano de pandemia, mais de 410 mil mortos.

Só para concluir, Ministro, o senhor há de convir comigo, voltando sobre a vacinação, que a imunização dos brasileiros ocorre com as duas doses, perfeito? A imunização total.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É. Uma dose, já temos um efeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Um grau de imunização.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E, dependendo do tipo de vacina que a gente use, pode ser maior ou menor. Embora não exista uma comparação entre as vacinas, como V. Exa. sabe, a vacina da Pfizer tem uma eficácia, a vacina da AstraZeneca também, mas, mesmo a vacina da CoronaVac, que é uma boa vacina... Com isso já temos uma proteção da população. É claro que o objeto é avançar com as duas doses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Com as duas doses.

Nesses termos de duas doses, só lembrando que nós estamos com 7% somente da população vacinada. É importante deixar claro esse dado.

Ministro, desculpe algum eventual excesso, reitero meus respeitos por V. Exa. O nosso dever aqui, como membro desta Comissão Parlamentar de Inquérito, é fazer as perguntas para buscar a verdade nessa investigação e é por isso que a denominação desta Comissão é Comissão de Inquérito.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São 14h12 e nós temos ainda dois titulares para falar, seis suplentes e cinco não membros. Então, nós temos ainda 11, 13... A 15 minutos cada um...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Só se puder sugerir: nós fizemos um pequeno intervalo de 10, 15 minutos... Seria muito importante fazer isso também com o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu já estou aqui... Na outra sala... Lógico, o Ministro também precisa ir... Ele está aqui, a gente ainda se levanta, mas o Ministro não se levantou nem por um segundo aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ministro é assim, não é, Senador Humberto Costa? V. Exa. já...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas Ministro é ser humano!

Já está na outra sala o Presidente da Anvisa. Eu, por mim, não tem problema... Às 16 horas, se houver votação... Eu conversei com o Presidente há pouco. O Presidente me disse que vai haver Ordem do Dia, começa às 16 horas, e há 4 matérias a serem votadas. Então, vejam bem, eu estou comunicando aos senhores e senhoras Senadores como é que está aqui a quantidade de Senadores a falar...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, eu quero ouvir vocês. Por mim não tem problema...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Minha sugestão, Presidente...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente pode suspender por 20 minutos e voltar daqui a pouco, não tem problema...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Minha sugestão, Presidente. No dia em que os Ministros da Saúde estavam marcados, demorou muito a audiência com o ex-Ministro Mandetta. Para o outro dia foi marcada audiência com o Ministro Teich. Eu acho que nós poderíamos esgotar a audiência aqui com o Ministro da Saúde, já poderíamos de antemão comunicar ao Presidente da Anvisa que não seria hoje o depoimento dele, e poderíamos remarcar para a próxima terça-feira, de modo que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Terça-feira já tem: Fábio Wajngarten e Pfizer.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Marcamos outra data.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Vamos fazer amanhã, Presidente. Fazemos amanhã!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que essas duas audiências por dia vão complicar os nossos trabalhos, nós temos que rever isso. É impossível, porque a quantidade de Senadores que se inscrevem, e são 15 minutos para cada Senador... É impossível a gente ter duas audiências por dia, por mais que a gente se esforce. Se vocês quiserem, a gente termina aqui, depois de ouvir 11 Senadores... Então, 11 Senadores: vai dar em torno de duas horas e meia, quase três horas, se for...

É isso, não é? Trinta minutos cada um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, dá mais! Dá umas cinco horas ainda de reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Vamos fazer conta aqui.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. *Fora do microfone.*) – Onze dá quase três horas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onze dá quase três horas?

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Duas horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, quase três horas. Vamos botar três horas...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só uma sugestão. Eu acho que o Presidente da Anvisa está esperando. Já podíamos avisar a ele que não será hoje, porque a audiência com o Ministro da Saúde é muito importante para a população.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu sei, é lógico, lógico. Nós vamos ouvir o Ministro.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu, por exemplo, cheguei aqui cedo, antes de começar, às 9 horas da manhã...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa., Senador Reguffe, com certeza, é o primeiro inscrito após os suplentes. É o senhor que vai falar. Eu só estou aqui querendo conversar com os Senadores para mostrar qual é a nossa situação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Posso fazer uma proposta de encaminhamento, Presidente?

Concordo com V. Exa. que realmente nós estamos aprendendo que duas audiências...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não conseguimos fazer duas audiências ainda.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito, mas eu queria sugerir que nós esgotássemos hoje. Dê um intervalo se for o caso, mas que esgotássemos as duas audiências no dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As duas?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Esgotaríamos hoje as duas. Suspenderíamos na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Veja bem, a gente pode suspender na Ordem do Dia e voltar, porque tem quatro projetos para serem votados, dos quais o Presidente Rodrigo Pacheco me disse que talvez dois sejam retirados. Agora, nós sabemos muito bem que uma sessão do Senado pode demorar dez minutos para votar um projeto, como pode demorar três horas. Nós sabemos disso. Não tem como a gente falar em tempo de votação. E o Ministro Queiroga, nós temos que concluir o trabalho com ele.

Fica muito complicado porque nós vamos para os nossos Estados no final de semana, não estamos segunda-feira aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, aqui só tem uma coisa certa: é que hoje, se nós formos ouvir, será só o Ministro Queiroga.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda não. A proposta do Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O outro, V. Exa. poderia decidir com o Relator uma outra data. Não precisamos ficar aqui cada um dando uma sugestão, uma coisa... O importante é que hoje nós pudéssemos, inclusive, para liberar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ouvir a Anvisa é muito importante por uma razão: as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qualquer decisão que o Presidente encaminhar conta com a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ouvir a Anvisa é importante porque a luta nossa é a vacina.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, para encontrar uma solução.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Presidente da Anvisa ficaria transferido para terça-feira; faríamos na quarta-feira com o Sr. Fábio Wajngarten; na quinta-feira faríamos o Sr. Ernesto Araújo e a Pfizer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito. Por mim está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está todo mundo de acordo?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Todo mundo de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, eu vou ter que me levantar e ir lá conversar com o Presidente da Anvisa.

Eu vou suspender por 20 minutos.

(*Suspensa às 14 horas e 18 minutos, a reunião é reaberta às 14 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, então, os trabalhos, o próximo inscrito é o Senador Marcos Rogério. (*Pausa.*)

O Senador Marcos Rogério não estando, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Ministro – seja bem-vindo! –, eu queria, antes de fazer minhas perguntas, fazer algumas afirmações. Primeiro, Ministro, se não fosse o SUS, mesmo da forma como ele estava no começo de 2020, nós teríamos uma tragédia muito maior. E ele estava mal em 2020 porque foi desfinanciado, especialmente no Governo atual. Só para V. Exa. possa confirmar depois, o orçamento do Ministério da Saúde, entre 2016 e 2020, deixou de ter, em valores reais, R$22,5 bilhões. O Governo do Senhor Jair Bolsonaro acabou com um programa importantíssimo, que teria desempenhado um grande papel agora, que foi o Mais Médicos. Portanto, nós precisamos sempre olhar, identificar para poder fazer as nossas críticas.

Segundo, nós tivemos aqui dois ex-Ministros da Saúde que afirmaram claramente que não tinham autonomia para trabalhar. Saíram por conta das interferências do Presidente da República nas suas atuações, não é? E V. Exa. aqui disse hoje que tem plena autonomia. Isso significa também que V. Exa. é o principal responsável pelas políticas públicas de saúde que estão sendo e que venham a ser implementadas. É importante que o Relator possa fazer constar essa colocação do Sr. Ministro.

Ministro, o senhor falou aqui que era importante um isolamento inteligente, a adoção de medidas não farmacológicas, só que, quando a gente vai discutir as medidas não farmacológicas... Máscaras: esse Governo sempre combateu o uso de máscaras. Até mesmo o filho do Presidente da República, de forma jocosa, chegou a dizer que as máscaras deveriam ser utilizadas em outra parte do corpo humano. Aglomerações, evitar aglomerações: o que mais esse Presidente da República fez até hoje foi fazer aglomerações e desrespeitar o isolamento social, além de indicar esses tratamentos que são completamente ineficazes. Mas V. Exa. falou que é importante fazer o isolamento no próprio local... Aliás, V. Exa. falou hoje da queda do número de casos, da queda do número de mortes que está acontecendo nesse momento, mas V. Exa. sabe que isso não caiu do céu; isso foi resultado de um processo de isolamento que aconteceu agora por iniciativa única e exclusiva dos Governadores e dos Prefeitos, que está propiciando agora essa queda no número de casos. Só que o Presidente da República entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para impedir esse processo de isolamento social, que está resultando agora na redução do número de mortes e do número de casos.

Pergunto a V. Exa.: significa que V. Exa. discorda da decisão do Presidente da República de ter tentado, via Supremo Tribunal Federal, derrubar qualquer tipo de isolamento social que tivesse sido definido pelos Governadores e Prefeitos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, V. Exa. já esteve no meu lugar como Ministro e sabe a responsabilidade do exercício desse cargo. E a minha função é pugnar por políticas públicas na saúde, que elas sejam efetivas para o

enfrentamento das doenças. Eu tenho, de maneira reiterada, afirmado acerca das medidas não farmacológicas, das medidas relativas ao isolamento social, e é esse o meu papel. O meu papel, como Ministro, não é ser um crítico das ações seja do Presidente da República ou de outros integrantes do Governo. Eu tenho, sim, que usar a minha capacidade de convencimento para persuadir todos os brasileiros a se associarem a nós, e tomar medidas que sejam eficientes e capazes de vencer a pandemia.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O principal papel do dirigente maior do sistema de saúde no Brasil, que é o Ministro da Saúde, é coordenar todo esse processo e dizer o que é certo e o que é errado do ponto de vista de política de saúde pública.

V. Exa., o tempo inteiro, aqui, se esquivou de dizer o que o pensamento de V. Exa. leva como consequência: é que o Presidente da República, na verdade, tem sido um aliado do vírus, e não um aliado do enfrentamento ao vírus.

Há outra questão importante: ainda assim, V. Exa. diz que tem autonomia, que é ouvido. O Presidente falou ontem desse decreto. Até agora, V. Exa. foi chamado para opinar sobre esse eventual decreto ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, Sr. Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É uma demonstração de que, talvez, a sua autonomia seja uma coisa que esteja mais na sua cabeça do que na do Presidente.

V. Exa. falou em pragmatismo, V. Exa. falou que está retomando com o Ministro das Relações Exteriores as ações para favorecer o relacionamento com países que exercem papel importante na produção de insumos na pandemia.

Aquela fala do Presidente da República ontem, dizendo, quase explicitamente, que o vírus nasceu na China, provavelmente em um laboratório, como parte de uma guerra bacteriológica ou virológica, dentro do seu pragmatismo o senhor acha que isso ajuda ou atrapalha esse esforço que V. Exa. está fazendo para garantir ao Brasil esses insumos, decorrente de uma boa relação com a China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vamos continuar trabalhando, Senador, para manter as boas relações que o Brasil tem com a China. No que tange à questão da saúde, eu e o Ministro Carlos França estamos trabalhando juntos. Amanhã nós temos uma audiência agendada com o Embaixador chinês. Eu estou com muitas esperanças de que consigamos ampliar essas ações com a China, independentemente de quaisquer fatos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Imagino que ajudou muito a fala do Presidente. O senhor, amanhã, vai chegar à Embaixada da China e vai ser recebido de braços abertos, imagino eu.

Há outra coisa, Ministro: o senhor tem colocado que a vacinação é a coisa mais importante. V. Exa., inclusive, chegou a ir à Organização Mundial da Saúde e lá pediu a sobra de vacinas dos outros países. Não é que sejamos orgulhos! Não, não, não! Mas o Brasil, ao contrário, sempre exerceu um papel de liderança importante no campo da saúde em termos internacionais. Eu senti isso no período em que fui Ministro da Saúde. Hoje, nós estamos em uma espécie de mendicância vacinal, pedindo que a sobra dos outros venha para cá.

Enquanto isso, o Brasil, por meio dos Governadores e do Governo Federal, adquiriu ou contratou 66 milhões de doses da vacina Sputnik V. O próprio Governo Federal adquiriu 10 milhões. No entanto, eu não vejo, da parte do Ministério da Saúde – e V. Exa. falou aqui em busca de consensos, consensos técnicos... Eu não vi ainda o Ministério da Saúde fazer qualquer movimento para a construção de um consenso técnico que envolvesse os produtores da vacina na Rússia e a Anvisa, cujo quadro técnico todos nós respeitamos – mas houve, por exemplo, no caso da CoronaVac, a busca do encontro de um consenso técnico para aprovar o uso da vacina –, e nós estamos abrindo mão de 66 milhões de doses que foram encomendadas.

Pergunto a V. Exa.: V. Exa. vai fazer algum movimento, como o Ministério da Saúde, que tem até o poder, se quiser, de aprovar a vacina – eu nem defendo isso –, para encontrar esse consenso técnico entre Anvisa e produtores da Sputnik?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, o senhor fala aí da nossa reunião com a OMS, em que nós teríamos pedido o que o senhor considerou sobras, não é? Lá no meu Estado da Paraíba, seu vizinho, o José Américo de Almeida dizia que pedir só ofende a quem nega, não é? Então, eu peço, nós temos humildade para pedir, para buscar para o povo brasileiro as vacinas de que o povo brasileiro precisa, não é? Então, vamos trabalhar juntos.

Em relação à Sputnik V, respondendo mais objetivamente à pergunta de V. Exa., eu tenho uma interação muito forte com o Governador Wellington Dias, que coordena essa estratégia dos Governadores do Nordeste. Estamos trabalhando juntos para superar esse impasse regulatório e termos a vacina da Sputnik V aqui no nosso País, para que ela possa ser útil para fortalecer o nosso Programa Nacional de Imunizações. Vamos fazer isso, Senador. Com certeza.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu entendo que pedir não é problema, principalmente quando a gente cumpre a nossa parte. O problema é que o Brasil não cumpriu a sua parte. O Brasil só começou a vacinar em janeiro – e V. Exa. citou isso porque o Butantan e o Governo de São Paulo viabilizaram a CoronaVac. Se dependesse do Governo Jair Bolsonaro, até agora a gente estava se vacinando só com o pouco que foi produzido pela Fundação Oswaldo Cruz.

Então, eu faço este desafio a V. Exa.: que, a partir de amanhã, caia em campo para trazer para uma mesa a Anvisa e a Sputnik, para nós construirmos um consenso técnico que permita que essas 66 milhões de doses venham para o nosso País.

Sr. Presidente, por último eu quero dizer que eu fui Ministro da Saúde, e o Ministro da Saúde não é juiz de definição dos procedimentos de incorporação tecnológica ou de definição de protocolos. V. Exa. tem todo o direito de ter uma opinião. E até eu ajudarei V. Exa. aqui a ter uma opinião. Eu acredito até que V. Exa. é uma pessoa tão competente e tão preparada e me parece ser um Ministro interessado em conhecer, num espaço de tempo curto, tudo o que está acontecendo. Talvez conheça este artigo da revista *Nature.* Ele levou em consideração 63 ensaios que eram potencialmente elegíveis para analisar cloroquina e hidroxicloroquina. Incluiu 14 ensaios não publicados, 14 publicações, pré-impressões, envolvendo 9.011 pacientes. Ao final, a conclusão é de que o tratamento com hidroxicloroquina está associado ao aumento de mortalidade em pacientes com a Covid-19 e não há benefício da cloroquina. Não existe polêmica, não existem duas posições, não existe cloroquina, que não está provado que não é eficaz... Está provado que não é eficaz, não tem eficácia. É muito boa para malária, é muito boa para lúpus,

para alguns casos de artrite reumatoide, mas, para a Covid-19, não é. E V. Exa. não pode comparar, por exemplo, com corticoide. É lógico que a bula do corticoide não tem indicação para a Covid, até porque ele é utilizado nos casos inflamatórios que existem em inúmeras doenças neste mundo.

Então, eu quero, mais uma vez, perguntar a V. Exa.: V. Exa. concorda com o Presidente da República, que defende esse tratamento que ele chama de precoce, com cloroquina, com ivermectina, com essas coisas que estão provadas que não servem para nada no que diz respeito à Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós defendemos, Senador, a autonomia do médico na prescrição dos medicamentos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu sabia que V. Exa. não iria responder.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Ou seja, não concorda.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E nós vamos, Senador...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É. Por último...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós vamos submeter todas essas questões à Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Lamento que V. Exa. ignore o conhecimento científico hoje.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – V. Exa... V. Exa... O decreto-lei foi enviado pela Excelentíssima Senhora Presidente da República Dilma Rousseff; a Conitec foi instalada no Governo e na gestão do Ministro Alexandre Padilha, o que eu considero um avanço para o sistema de saúde do Brasil; e o decreto-lei coloca o Ministro da Saúde como instância de recurso. Eu só me manifestarei acerca do mérito de todas essas questões, como Ministro da Saúde, na hora oportuna. É isso que eu gostaria de discutir com V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu só garanto que a Presidenta Dilma não ia mandar ninguém tomar cloroquina, com toda certeza.

Por último, eu queria concluir dizendo o seguinte: Sr. Presidente, Sr. Relator, eu estou, a cada dia, mais convencido daquela tese dos pesquisadores da Universidade de São Paulo. Eu, inclusive, apresentei aqui um requerimento convidando o Vice-Governador do Estado do Amazonas, que hoje deu uma declaração gravíssima – gravíssima, gravíssima! – em que ele deixa absolutamente clara uma insinuação de que teria havido uma aliança entre o Presidente da República e o então Governador do Estado do Amazonas para que, em Manaus, fosse feita a experiência da imunidade de rebanho, ou seja, não fazer nada para que as pessoas se contaminassem em grande escala, com isso adquirissem uma imunidade natural e assim ninguém gastasse dinheiro com tubo de oxigênio, ninguém gastasse dinheiro com teste, ninguém gastasse dinheiro com vacina, ninguém gastasse dinheiro com hospital. Então, eu queria que, o

mais rapidamente possível, nós ouvíssemos o Vice-Governador do Amazonas, porque é mais um que termina corroborando com essa nossa tese de que a estratégia do Presidente da República para enfrentar a pandemia da Covid-19 foi a constituição da imunidade natural ou imunidade de rebanho, o que caracteriza um crime com dolo eventual, ou seja, com essa orientação arriscou-se a provocar a tragédia que nós estamos vivendo no Brasil hoje.

Muito obrigado.

Sr. Ministro, muito obrigado. Desculpe qualquer coisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Humberto Costa.

Só a respeito disso, lembrar ao Senador Humberto Costa que ainda ontem aprovamos requerimento convocando autoridades do Estado do Amazonas a se fazerem presentes nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, salvo engano inclusive requerimento de S. Exa., que será o próximo a falar, o Senador Marcos Rogério, ao qual passo a palavra para os seus quinze minutos, com a tolerância desta Presidência, e o depoente está à sua disposição.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Agradeço a V. Exa.

Cumprimento as Sras. e os Srs. Senadores; de modo particular o Ministro de Estado Marcelo Queiroga.

Sr. Presidente, antes de apresentar as minhas perguntas ao eminente Ministro, eu gostaria de fazer algumas considerações iniciais que considero importantes, em razão dos acontecimentos e da linha de condução dos interrogatórios.

A pandemia, como significa o próprio conceito, é um flagelo de âmbito mundial que desafia todos os governos e todas as sociedades, um problema de complexidade continental planetário que tanto envolve o conjunto da humanidade quanto as especificidades do comportamento individual e das condições físicas, biológicas de cada ser humano.

Em um País como o Brasil, de dimensões continentais, são múltiplos os problemas e desafios da mais alta complexidade. Não é possível que esta CPI atue para praticar o reducionismo de transformar essa tragédia mundial como um problema simplório que possa ser explicado pelo uso ou não de cloroquina, por exemplo. Isso é simplesmente ridículo!

Não podemos transformar esta CPI em CPI da cloroquina. O problema é amplo e complexo e assim deve ser tratado. Esse não é um tribunal de inquisição. O Relator, com todo respeito, não se conforma com as respostas que não atendem suas expectativas, interrompe o depoente quando entende que sua narrativa preconcebida não está sendo seguida. Isso é inadmissível. O Relator pergunta conduzindo o depoente a responder o que ele, o Relator, quer ouvir, e demonstra irritação quando a resposta não corresponde à sua expectativa.

O Ministro fala em imprevisibilidade biológica, e isso é ciência! Mas não agrada o Relator. Há uma seletividade quando ao que se considerar como ciência. É preciso que isso fique bem claro nesta Comissão e para todos que estão acompanhando os trabalhos desta CPI.

Esta CPI precisa ter uma visão ampla de recolher informações com a maior amplitude possível e não preencher um rascunho do relatório já previamente elaborado pelo Relator. Para

isso, é fundamental que as testemunhas tenham liberdade para dizer o que sabem e não o que o Relator quer que elas digam. As testemunhas não podem ser induzidas.

Temos consciência dos poderes desta Comissão semelhantes àqueles das autoridades judiciárias; mas também a elas, às autoridades judiciárias, não é dado induzir ou constranger testemunhas ou permitir que assim o façam advogados ou membros do Ministério Público. É a lisura do processo investigatório ou apuratório, que todos precisamos defender e preservar.

Nesse sentido, Sr. Presidente, feitas essas breves observações, passo a fazer algumas poucas perguntas ao Relator...

Inicialmente, indago de V. Exa... O Governo norte-americano se posicionou favorável à quebra de patentes de vacinas. Nessa linha, o Senado aprovou, no dia 29 de abril, projeto que permite a quebra temporária de patentes de vacinas, testes de diagnósticos e medicamentos de eficácia comprovada contra a Covid-19, o qual seguiu para análise da Câmara dos Deputados. Eu gostaria que o senhor esclarecesse se, no caso da Pfizer, por exemplo, a partir do momento em que a patente dessa vacina for quebrada e for instalado um laboratório para produzi-la de acordo com os critérios da farmacêutica, levando-se em consideração que, segundo especialistas, o processo para repassar a tecnologia de um produto novo, sobretudo de vacinas que utilizam plataformas novas, leva entre 12 e 18 meses, a autorização se dará automaticamente ou precisará passar ainda por um processo de análise pela Anvisa, para ser utilizada no Brasil? Essa seria considerada uma vacina genérica, por assim dizer, ou não, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, o senhor traz um assunto muito delicado, é um tema sensível que versa sobre a questão das patentes. Naturalmente, isso é uma matéria mais afeta à questão das relações exteriores, mas o meu temor em relação a isso é o de não termos condições, mesmo com a quebra da patente, de produzir essas vacinas aqui no Brasil e, como o nosso programa de vacinação também está calcado em vacinas como a Pfizer e a Janssen, de isso interferir de maneira negativa no aporte de vacinas para o Programa Nacional de Imunizações. É claro que isso é uma opinião inicial. O senhor traz esse tema para mim, e eu vi que o Presidente Biden se manifestou na imprensa sobre o tema. Isso carece de uma análise mais detida.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sobre a compra de vacina, indago: há diferença entre contratação de vacina e compra de vacina? O Governo tem o controle sobre o volume de produção e entrega ou depende dos laboratórios?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Depende dos laboratórios. Há um contrato para as entregas, essas entregas, às vezes, não acontecem da forma que está contratada. E o pagamento só é feito uma vez que a vacina chega ao Brasil. Esse é o roteiro.

Até agora, a maioria das vacinas aplicadas aqui, no Brasil, foi do Instituto Butantan e da Fundação Oswaldo Cruz. Na Fundação Oswaldo Cruz, existe uma encomenda tecnológica. Nós vamos ter autonomia para produção da vacina, com o IFA já produzido no Brasil, que é um avanço extraordinário.

Isso, inclusive, vai justamente de encontro ao que eu defendi aqui, numa pergunta anterior: o desenvolvimento do complexo industrial da saúde. Eu estive visitando o Instituto Butantan, e lá existe já uma vacina totalmente nacional, que está sendo pesquisada. Além dessa vacina totalmente nacional do Butantan, há mais três outras vacinas sendo analisadas – de Minas

Gerais, de Ribeirão Preto e da Universidade de São Paulo. Então, temos um cenário futuro que aponta para uma autossuficiência do Brasil na produção de vacinas muito útil para o enfrentamento dessas situações pandêmicas ou não.

Eu destaco, Senador Marcos Rogério, se V. Exa. me permitir, que está em curso uma campanha de vacinação contra a gripe. E as pessoas não chamam a atenção para essa campanha, ninguém está querendo saber qual é o mecanismo de ação dessa vacina. Essa vacina é integralmente produzida no Instituto Butantan. E o Brasil, no ano passado, durante a primeira onda, vacinou contra a gripe 90% da população que estava prevista para vacinar – foi vacinada. Agora, a campanha da gripe está encaminhada muito bem, o Governo adquiriu essas doses do Instituto Butantan. Ou seja, estamos construindo um cenário futuro muito bom para as questões da vacina. Existem os parques de vacinação animal que podem ser aproveitados e, aí sim, Senador, o Brasil passaria a exercer o seu grande papel de liderança global, até socorrendo países daqui da América Latina com vacinas contra a Covid e contra outras situações possíveis de serem imunizadas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

A frustração, Sr. Ministro, de entrega obviamente impacta a meta de vacinação. Como o ministério lida com isso? Trata-se quebra de contrato? Isso é algo que só acontece com o Brasil ou em outros países também?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a gente tem uma situação peculiar, porque nós precisamos dessas doses. Então, simplesmente romper esses contratos talvez vá expor mais ainda o nosso Programa Nacional de Imunizações. Nós temos buscado o diálogo, vários ministros têm ajudado, a exemplo da Ministra Tereza Cristina, que tem um relacionamento excelente com a China e isso tem sido uma atividade que tem me recompensado muito como Ministro da Saúde, de ter o apoio de outros ministérios para que consigamos os nossos objetivos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Ministro, V. Exa. já disse que é preciso ampliar o diálogo com Estados, Municípios e diversos atores da sociedade para vencer o novo coronavírus, palavras de V. Exa. "Ou seja, criar uma grande união nacional, com um propósito de vencer a pandemia", fecho aspas. Como V. Exa. está conduzindo essa ação? E complemento, quanto foi transferido para os Estados e Municípios brasileiros, Sr. Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Neste ano, os senhores sabem das peculiaridades do Orçamento deste ano, mas, apesar dessas questões, nós já temos um orçamento total, incluídas medidas provisórias de crédito extraordinário, de R$144 bilhões, e já foram repassados para Estados e Municípios 32,8 bilhões. Mais de 1 bilhão foi repassado para enfrentamento da Covid-19: habilitação de leitos de UTI... Assim que chegam essas solicitações dos Estados, independentemente de qual Estado for, o Ministério da Saúde prontamente habilita os leitos, apoia o envio de insumos estratégicos, por exemplo, ventiladores artificiais, insumos estratégicos, como medicamentos... Ou seja, nós temos uma relação harmônica com o Conass e o Conasems, representados pelos seus presidentes, mas também com os secretários estaduais de saúde e os secretários municipais. Eu tenho participado de audiências virtuais com os secretários e presenciais. Eu creio que estamos obtendo um bom consenso em relação a essas medidas que são eficientes no sentido do enfrentamento da pandemia.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Além dos bilhões e bilhões repassados, a suspensão de dívidas dos Estados e Municípios brasileiros também.

Além dos desvios de recursos por atos de corrupção envolvendo Estados e Municípios – e isso está detalhado no requerimento que deu origem a esta CPI, no segundo requerimento –, temos recebido notícias de que muitos entes da Federação não conseguiram aplicar os recursos. Indago: o ministério tem um levantamento sobre o cronograma de aplicação, principalmente considerando o fechamento do exercício financeiro? E faço aqui uma ponderação para reflexão, caso negativa a resposta. Porque, caso não haja, Ministro, é imperativo que haja, porque é sabido que, em muitos casos, ficaram milhões nas contas de Estados e Municípios sem serem gastos. V. Exa. tem esse controle?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, a bem da verdade, desde que eu assumi, eu tenho trabalhado muito e tenho buscado, sobretudo, atender essa emergência sanitária. Esses outros aspectos mais detidos do ministério têm ficado a cargo da nossa Secretaria Executiva, e eu os apresentarei a V. Exa. no primeiro momento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

Se falamos tanto em ciência – e de fato temos que nos preocupar com decisões baseadas em conclusões científicas –, como, para o caso de mortes, querem supor muitos, deduzir que foram causadas pelo uso de cloroquina ou por qualquer outra medida? Alguém tem uma prova científica sobre esse aspecto? Chegou isso para o ministério ou para alguma autoridade? Ora, queremos invocar a ciência sobre para o que interessa a alguns. Ciência! Ciência! Ciência! Mas, com todo respeito, Sr. Ministro, senhoras e senhores, não podemos desprezá-la também diante de algumas acusações tão sérias, quando se rotula o Presidente do Brasil como genocida.

Eu espero, Sr. Ministro, que V. Exa. – com o entendimento que tem, com a compreensão que tem do tamanho do problema, com o orçamento que nós temos e com o sistema do SUS que nós temos também, que é descentralizado – possa cumprir a missão que assumiu não só com o Presidente da República, mas com o povo brasileiro, de garantir vacina, suprimento e que nos ajude a livrar o Brasil dessa pandemia que assola a todos nós.

Agradeço a V. Exa. pelas respostas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse é o nosso objetivo, Senador. Vamos trabalhar fortemente para cumprir esse compromisso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Simone Tebet com a palavra, por favor.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para interpelar.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Antes de começar, eu começo a questionar até o nome que estão dando a esta CPI: se deve ser CPI da Pandemia ou CPI da Cloroquina? Porque não se fala em outra coisa, a não ser nela. E eu confesso que isso me deixa muito preocupada. Nós estamos em rede nacional e vendo muitas vezes autoridades aqui, que inclusive não são profissionais da área da saúde, fazerem verdadeira apologia a um remédio que efetivamente não tem eficácia comprovada. O próprio

Ministro já deixou claro que há um comitê que está avaliando a eficácia ou não. Significa que o próprio Ministro admite que não há eficácia comprovada do medicamento.

Então, uma vez resolvido isso, nós que não somos médicos – e eu, que sou leiga – não podemos nem dizer que é eficaz nem que não é eficaz, mas não podemos cometer o equívoco de passar essa dúvida à sociedade num momento em que nós estamos falando de saúde pública, de pandemia, e que o uso indevido de um medicamento pode, sim, levar à morte ou a efeitos colaterais, seja ele qual for. Então, eu realmente me preocupo muito com essa exposição tão grande de um medicamento que passa agora a ficar na mente e na memória da população brasileira e que, no desespero, eles possam, indevidamente, sem orientação médica, recorrer a esse medicamento.

Bom, Sr. Presidente, desculpe o desabafo, mas gostaria de, em sua pessoa, na pessoa do Relator e no do Ministro Marcelo Queiroga – é um prazer tê-lo aqui, é uma honra tê-lo aqui – começar agradecendo, inclusive, em nome da Bancada Feminina. V. Exa. foi de uma generosidade com o seu tempo num dos momentos mais difíceis do início da sua gestão, quando nós, muito angustiadas, pedimos uma audiência virtual. V. Exa. nos atendeu praticamente um dia depois, quando nós estávamos no desespero de vermos famílias inteiras sendo dizimadas por conta da pandemia do coronavírus, morrendo, mas principalmente morrendo simplesmente porque não conseguiam respirar. Então, o *kit* intubação, que, em determinado momento, fez falta no Brasil afora, levou a bancada a pedir uma audiência a V. Exa., e V. Exa. prontamente não só nos atendeu como também procurou, dentro do possível, distribuir, de forma proporcional, o *kit* intubação à maioria dos Municípios brasileiros, especialmente das capitais. Então, fica aqui o meu agradecimento, o meu reconhecimento.

Eu não pensaria e não imaginaria algo diferente, pelo conhecimento, pela capacidade de V. Exa., por ser V. Exa. um homem da ciência, muito diferente – aliás, diga-se de passagem e com todo o respeito, vou dizer isso pessoalmente – do ex-Ministro Pazuello.

Mas o senhor também não é só o protagonista dessa história, Ministro. O senhor não só tem a caneta na mão e a capacidade de decidir sobre a vida das pessoas, no sentido de auxiliar a salvar vidas no Brasil. V. Exa. também é vítima da descontinuidade da gestão pública de saúde pública no Brasil num dos momentos mais sérios, que é o momento desta pandemia. Basta ver que, neste momento, em menos de um ano e meio, nós tivemos quatro trocas de comandantes no Ministério da Saúde. V. Exa. agora é o quarto comandante.

Mas o comando maior, seja ele de que forma for, do Ministro ou do Presidente, tem que ser único, tem que ser uma só voz. Não é possível termos o Presidente dizendo algo, o Ministro da Saúde dizendo outro. Talvez seja por isto, por essa contraposição de ideias entre ministérios é que nós tivemos, de cima para baixo, a queda do Ministro Mandetta, que foi exonerado, e, de baixo para cima, a queda do Ministro Nelson Teich, que pediu para sair. E eu não sei se digo para um lado ou para o outro a saída do Ministro Pazuello. Acredito até que a saída dele tenha sido, de alguma forma, o medo da possível instalação desta CPI. De qualquer forma, fico muito feliz que a CPI pelo menos tenha servido para isso, e agora nós temos um homem da ciência sentado no Ministério da Saúde. Digo isso com toda a sinceridade, e quem me conhece sabe o quanto eu primo por ela.

Mas nós temos dois problemas, Ministro. Nós temos uma tempestade perfeita. Nós temos falta de uma orientação única e nós temos a descontinuidade nas ações do Ministério da Saúde.

Eu cito dois exemplos: o Ministro Pazuello orientou a aplicação da primeira dose sem reservar a segunda dose, no dia 21 de março do ano passado – foi do ano passado, acredito, não é? Ou foi deste ano. No ano passado, não havia vacina –, alegando que depois viriam outras doses que cobririam. Pois bem, nós tivemos oito capitais com paralisação de imunização, a imunização paralisada, por falta de vacina. E essa orientação só mudou graças à intervenção de V. Exa. no dia 26 de abril. A orientação do Ministério da Saúde disse que não, que pudesse reservar as doses ou pelo menos é a informação que eu tenho e acredito que seja verdadeira; de qualquer forma, se for, eu o parabenizo por isso. Então, essa falta de vacina, de alguma forma, respingou nessa atual gestão.

Outro exemplo que é importante citar sobre essa descontinuidade e essa visível diferença de gestão do gestor passado e de V. Exa. é em relação aos protocolos: uso de máscara, isolamento, álcool em gel. Aliás, a imagem vale mais do que mil palavras. O Ministro anterior foi literalmente, entre aspas, "desmascarado" no shopping da cidade que mais sofreu com essa pandemia. Sem máscara, andando num shopping, ele foi desmascarado, e pode-se dizer o que for nesta Comissão ou no passado, ele simplesmente não respeitava ou respeita um protocolo mínimo do uso de máscara numa cidade que agonizou por falta de ar. Nós vimos mulheres, homens, jovens morrendo porque não tinham um respirador, não tinham um tubo de oxigênio. Crianças recém-nascidas sendo transferidas para outras capitais para poder sobreviver, Ministro.

Eu preciso fazer! Eu preciso, como mulher, como mãe e como cidadã fazer esse desabafo. Sei que V. Exa. não merece ouvir, mas eu preciso dizer porque aí vêm os questionamentos de quem está aqui, como cidadã brasileira, chorando a morte de outros filhos, os filhos de outras mães, das mães de outros filhos.

Ministro, o Ministro Pazuello disse que "manda quem pode, obedece quem tem juízo". Simples assim. Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. tem realmente autonomia, liberdade e liderança na atual posição de Ministro do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, Sra. Senadora. O Presidente me conferiu autonomia para que eu constituísse a equipe técnica do Ministério da Saúde e nós já estamos trabalhando fortemente para contribuir com o Brasil para superar essa crise sanitária.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. entende que, em determinado momento, quando nós tivermos posicionamentos divergentes entre o que pensa o Planalto e o Ministério da Saúde, possa vir a haver alguma interferência nesse sentido?

V. Exa. teve essa conversa com o Presidente? Foi lhe dada carta branca para agir independente do resultado técnico que vier do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente só me pediu para que cuidasse com a gestão do Ministério para que os recursos fossem aplicados de maneira própria, e é isso que nós estamos procurando fazer.

Naturalmente que esses protocolos estão sendo construídos, e é função minha orientar o Presidente tecnicamente em relação às questões sanitárias, não só o Presidente, mas a todos os brasileiros, isso é uma função do Ministro da Saúde.

Eu espero que eu tenha êxito e, para isso, eu preciso do apoio de todos, sobretudo aqui dos Srs. Senadores que são pessoas de grande espírito público, experientes e eu tenho certeza de que vão me ajudar.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da minha parte, V. Exa. pode contar com isso, Ministro.

Diante dessa fala de V. Exa. sobre orientar o Presidente da República, V. Exa. chegou, depois, ou por telefonema ou pessoalmente, ainda que tenha sido recente, a fazer alguma orientação ao Presidente sobre essas polêmicas que ele vem insistentemente fazendo, especialmente como aconteceu ontem a respeito de um embate com o nosso maior comprador de *commodities* no Brasil e o nosso maior fornecedor de insumos de vacinas, que é a China?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não conversei com o Presidente desde ontem, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ministro, eu pediria a V. Exa., porque o tempo é muito curto, se V. Exa. pudesse, eu estou particularmente preocupada com o calendário de vacinação.

V. Exa. já teve que, infelizmente, eu não digo que desmentir, mas desconstruir a fala, mais de uma vez, a respeito do calendário de gestões passadas em relação ao recebimento – não à contratação, mas em relação ao recebimento – de vacinas. E nós sabemos a razão do mercado, a razão disso. Mas, se V. Exa. pudesse nos passar, depois, por escrito, quantas vacinas realmente foram contratadas, quantas vão ser, mês a mês, liberadas, para que nós não fôssemos surpreendidos, não tivéssemos más surpresas em relação a isso... Porque eu tenho convicção de que foi o atraso de vacinas, foi o grande erro de não se contratar no devido tempo com a Pfizer... Para ser Presidente da República, ser gestor, é preciso ter coragem. Independentemente de cláusulas, do que quer que seja, que estivessem escritas naquele contrato com a Pfizer em agosto do ano passado, tinha que se ter assinado aquele contrato, garantindo 100 milhões de doses. Nós já teríamos salvo, quem sabe, pessoas muito queridas, como o nosso artista e eterno comediante Paulo Gustavo, que eu acho que representa todos aqueles que não têm comorbidade, aqueles que não estão na faixa etária considerada de alto risco e que estão perdendo as suas vidas.

Aliás, aqui me permita: é difícil alguém que não tenha perdido a graça com a morte dele. Acho que é um... Ele nos fazia realmente chorar de rir, no momento em que, hoje, a gente infelizmente só chora lágrimas de dores e de tristeza. Então, fica aqui a minha pergunta, a minha pergunta principal, Ministro.

V. Exa. anunciou que solicitou a criação do protocolo do Covid para a Conitec. Sei que V. Exa. está cansado, mas eu vou com outra ótica, não vou nem perguntar quando foi, porque deve ter sido dentro desse um mês. V. Exa. solicitou especificamente a análise da eficácia da hidroxicloroquina, da cloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De todos os medicamentos, Senadora Simone Tebet.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estava expressa também a hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, todos os medicamentos utilizados no enfrentamento da Covid.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, com isso, repito, V. Exa. admite...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa questão será pacificada com a edição do protocolo. A consulta pública vai servir para externalizar as divergências que há acerca do tema, sem analisar o que as sociedades, sem deixar de considerar o que as sociedades científicas dizem e também sem deixar de considerar as experiências pessoais de milhares de médicos assistenciais. É preciso pôr um fim a essa questão, e o Ministério da Saúde tem que fazer isso, e eu sou o árbitro desse processo.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então V. Exa. admite que a eficácia não está comprovada, uma vez até que solicitou por parte da Conitec... Não está comprovado...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que nós queremos fazer, Senadora, é cumprir...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A eficácia não está comprovada; se estivesse comprovada, não estaria sendo feita essa consulta a...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o protocolo clínico e a diretriz terapêutica são previstos em lei, não é? Então, nós queremos que se cumpra a legislação do sistema público de saúde, dando espaço amplo ao contraditório, e que se garanta que os brasileiros tenham o melhor atendimento possível.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom, pelo que V. Exa. disse no início e pelo que está na matéria aqui – "Queiroga admite que eficácia de tratamento precoce não foi comprovada" –, eu entendo que – de forma correta, inclusive –, eu entendo que V. Exa. respondeu à minha pergunta.

E aí vem a minha última pergunta. Ora, se eu não tenho um medicamento comprovado, seja ele qual for – cloroquina, ivermectina, seja ele qual for –, não tem que haver, em caso de dúvidas, num momento de pandemia, oficialmente, por parte do Ministério da Saúde, uma campanha publicitária dizendo "aguardem a decisão do conselho, do comitê, porque nós não temos a eficácia"? Não tem que ser o processo inverso, Ministro? Não é esperar. É agir antes, sob pena até de prevaricação, quer dizer, de omissão diante de uma situação de ordem pública. É esta dúvida, Ministro, que eu deixo aqui para V. Exa., para que V. Exa. possa, junto com a equipe... Que a equipe possa ser orientada nesse sentido, porque volto a repetir: a CPI da Pandemia virou a CPI da cloroquina, e ao invés de trazer mais certezas, está trazendo mais dúvidas. Não tendo protocolo, não se pode falar de eficácia de medicamentos; consequentemente, tem que ser no processo inverso, dizendo literalmente: não usem cloroquina enquanto não tivermos a comprovação da eficácia, até porque todo e qualquer medicamento tem efeito colateral, que pode até levar à morte.

Então, fica aqui um apelo a V. Exa.: que possa fazer uma campanha publicitária. E aí, desculpe-me a provocação, Ministro, de forma muito carinhosa, porque, assim, rezo para V. Exa., que está nas minhas orações, para que lhe dê muito sabedoria para que possa ajudar o País neste momento de tanta dor, mas fica aqui realmente uma provocação: em caso de o comitê ter como resultado final que a cloroquina não é eficiente, que outros medicamentos não são

eficientes, que eles têm efeitos colaterais, isso vai ser imediatamente publicado, oficialmente, por parte do Ministério da Saúde? Vai haver campanha publicitária nesse sentido?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Publicado no *Diário Oficial da União*, como determina a legislação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em campanha publicitária, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Agora, Sra. Senadora, nós devemos relembrar que essa questão não começou hoje, que Municípios, médicos, que o Conselho Federal de Medicina já se posicionou acerca do tema, não é? Então, isso não é uma situação tão simples assim. Eu entendo que nós devemos, celeremente, resolver essa questão para avançarmos no que realmente vai fazer a diferença, porque, aliás, isso não está atrapalhando o avanço das nossas iniciativas para imunizar a população brasileira e para incentivar o uso das medidas não farmacológicas. É um desafio. Nós temos que construir um ambiente mais harmônico, porque a senhora falou aí do ator que, infelizmente, faleceu – eu me solidarizo com toda a família dele –, mas cada vida, como a senhora mesmo colocou, cada vida é importante.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Ministro. Espero imensamente que V. Exa., mesmo com o resultado final desse comitê, possa, realmente, não só publicar no *Diário Oficial*, fazer as propagandas devidas, mas, mais do que isso, continuar com a sua liderança e com a sua autonomia, porque nós não queremos mais ter um quinto Ministro, até porque eu, particularmente, por ser um homem da ciência, estou satisfeita com V. Exa.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Só dois minutinhos, meu querido amigo Rogério Carvalho.

Ministro, baseado no que a Senadora Simone Tebet perguntou para V. Exa., até para muitas pessoas que estão nos assistindo, quando falam em siglas, nós mesmos, às vezes, não estamos acostumados com isso. Eu queria que o senhor dissesse o que é a Conitec, está subordinada a quem e quem faz parte dessa composição.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, Conitec é a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS, foi criada por uma lei sancionada pela Exma. Sra. Presidente da República à época, Dilma Rousseff. Ela é composta por 13 membros – 12 são funcionários públicos e um é integrante do Conselho Federal de Medicina. A Conitec atua apoiada por Núcleos de Avaliação de Tecnologia em Saúde, que são demandados de acordo com o encaminhamento da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS. Existe um decreto-lei, de que aqui não me recordo do número, que é o decreto-lei...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, não, não precisa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, e aqui há toda a definição e regulamentação da legislação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Não, Ministro Queiroga, é só para que as pessoas que estão nos vendo, e muita gente acha que aqui tem um grupo que

defende uma coisa e outro grupo que defende outra, e não é isso. É porque às vezes, as pessoas interpretam erradamente e é bom esclarecer.

Veja bem, esse conselho, para quem está nos vendo agora e ouvindo, analisa protocolos clínicos.

Só um minutinho.

No art. 12, parece, fala sobre essa questão de protocolo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Correto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Protocolo que pode ser utilizado.

A Anvisa, às vezes, demora 30 dias para liberar uma vacina, porque tem as informações necessárias, e nós já temos aí alguns milhões de brasileiros infectados. E, desde quando esses fármacos que o senhor fala, cujo nome não quer citar, mas fala em fármaco... O senhor não cita a cloroquina. O senhor passou o dia todo aqui e não citou uma vez o nome cloroquina, só fármacos. Em momento algum. Foi o único ministro que esteve aqui que não cita o nome cloroquina, fala em fármacos. Tudo bem. O senhor é especialista, eu não sou.

Mas há quanto tempo a Conitec está analisando os fármacos que poderiam ser utilizados como protocolos para evitar o agravamento da doença da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desde que eu assumi o ministério...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Antes não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Desde que eu assumi o ministério, eu encaminhei à Conitec o pedido de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas antes, não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, antes eu não tenho conhecimento que estava.

Agora eu...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para deixar clara a situação.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu encaminhei à Conitec o pedido de avaliação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é. Só para deixar claro à população: a Conitec é ligado ao Ministério da Saúde e, há mais de um ano, se fala, e aí eu não vou falar em fármaco, vou falar em cloroquina. Desde o primeiro momento, é de conhecimento que o maior líder da Nação, o Presidente Jair Bolsonaro, defende essa medicação. Eu, se eu fosse Presidente, teria já mandado, há um ano, que a Conitec já tivesse analisado isso e hoje nós não estaríamos neste debate aqui, Ministro. Está certo? Veja bem, porque eu estou perguntando: a Conitec é subordinada a quem? É subordinada ao Ministério da Saúde. Por que lá atrás, lá atrás, há mais de um ano, quando começou a se falar que a cloroquina pode ajudar... E eu espero que possa. Veja bem, eu não tô aqui dizendo que pode ou não pode. Longe de mim aqui questionar cientista, mas, se há um ano, Ministro... E aí eu lhe faço uma pergunta bastante objetiva: por que o ministério, há um ano, com o Governo defendendo essa medida, já não analisou essa medicação ou outras medicações para que pudesse estar no protocolo hoje de todos os Estados brasileiros, de todas as cidades brasileiras? É essa pergunta.

Quando o senhor diz: "Olha, eu só entrei há 45 dias", eu respeito o senhor, o senhor não tem responsabilidade sobre isso, mas, já que o Governo, em sua maioria, defendia, e defendia com afinco essa medicação, a Conitec, que é, volto a repetir...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... ligada ao Ministério da Saúde, já poderia ter analisado isso.

Era só isso, Ministro.

V. Exa...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, só pedir licença a V. Exa., porque eu queria passar aqui ao nosso Presidente. Saiu agora publicada no *Diário Oficial da União* a dispensa da licitação para aquisição dos 100 milhões de doses da vacina da Pfizer, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – O.k.

Presidente, eu queria cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Relator.

A Conitec, primeira comissão de incorporação tecnológica definida no Brasil, foi feita no Estado de Sergipe, quando eu era Secretário de Estado da Saúde, e foi a nossa experiência que inspirou o Ministro Padilha a criar uma comissão em função de a gente ter um princípio constitucional chamado de princípio da integralidade, e não havia nenhum órgão no Ministério da Saúde que definisse o que fazia parte ou deveria fazer parte do rol de procedimentos, de ações e serviços a ser ofertado para garantir o direito à saúde.

Então, a Conitec... E eu queria, aqui, chamar a atenção do Relator e do Presidente, que, neste momento, a ler o celular, o Presidente da Comissão, eu queria chamar a atenção de que esta comissão de incorporação tecnológica define, para além do CFM, o que pode e o que não pode ser utilizado no Sistema Único de Saúde.

Portanto, está aqui uma nota do Ministério da Saúde que orienta o uso da cloroquina na Fase I, na Fase II, na Fase III, e isso não tem autorização legal. "Ah, mas os médicos podem, por livre iniciativa, pela liberdade dada pelo Conselho, pelo registro, prescrever". Não no Sistema Único de Saúde, porque, no Sistema Único de Saúde, está subordinado o padrão de integralidade àquilo que é incorporado como tecnologia do SUS. Então, não é fato, não procede que o Ministério da Saúde não indica. Está aqui documento do Ministério da Saúde que diz que usa a cloroquina, que deve usar, e diz em que fases, e nunca passou pela Conitec. Além de passar pela Conitec, tem que ter autorização da Anvisa para que possa ser incorporado como um insumo a ser utilizado pelo Sistema Único de Saúde.

Então, essa é a primeira questão. E aqui não estou perguntando, eu estou afirmando que o Ministério da Saúde já adotou, sem Conitec. Portanto, uma ilegalidade flagrante, Sr. Presidente.

A segunda questão: a *Nature* é prestigiada, é uma instituição de prestígio no mundo? Não precisa o senhor responder. Todos sabem que é. E ela diz, nas conclusões do estudo: "Conclui-se que o tratamento com hidroxicloroquina está associado ao aumento da mortalidade em pacientes com a Covid-19, e não há benefício da cloroquina". Não precisa, aqui, ninguém perguntar se a *Nature* tem credibilidade ou não tem. Ela tem credibilidade universal. Está aqui Harvard, estudo de Harvard. Está aqui a *Chronicle*. Então, nós não precisamos discutir essa

questão. Para mim, isso está dado. E mais, tem uma coisa mais grave: a recomendação sem ter passado pela Conitec, descumprindo a lei, por livre vontade do Presidente da República, que mandou usar – mandou usar! –, colocando em risco a vida das pessoas.

Eu queria fazer mais uma pergunta – agora é uma pergunta –, Sr. Ministro. O senhor é a favor ou contra a quebra de patentes? É uma pergunta: sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Em relação às vacinas, sou contra, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto: o senhor é contra a quebra de patentes. Os Estados Unidos definiram que vão liberar – o dono das patentes! – as patentes para o mundo inteiro. O senhor é contra.

Segunda pergunta. As eleições, segundo o senhor, aglomeraram. A pergunta que eu faço: as aglomerações que o Presidente Bolsonaro faz, sistematicamente, ajudam a proliferar o vírus? Sim ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já me manifestei a respeito.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Estou perguntando de novo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Toda aglomeração deve ser dissuadida, independente de quem a faça.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pronto, muito obrigado.

A outra questão é a seguinte. O ex-Ministro Osmar Terra, que foi Ministro do Presidente Jair Messias Bolsonaro, e há um requerimento nosso convocando Omar Aziz...

Aliás, Osmar Terra! Osmar Terra! Desculpe, Omar.

O ex-Ministro Osmar Terra afirmou que esta pandemia teria 14 semanas, que morreria menos gente do que quando da H1N1 – nós já estamos com 415 mil mortos aproximadamente. E ele defendeu a livre circulação das pessoas, foi contra *lockdown*, contra qualquer tipo de isolamento, porque ele disse que isso iria protelar, que deveria deixar as pessoas se contaminarem para adquirirem naturalmente a imunidade. A minha pergunta é: o senhor é a favor ou é contra a imunidade adquirida naturalmente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já me manifestei acerca do tema, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Como foi que o senhor se manifestou, por favor?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A vacinação é a forma adequada de obter a imunização da população.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Então, a pergunta que eu faço agora ao senhor é a seguinte. Como o senhor se vê na condição de Ministro de um Governo que proíbe o uso de máscaras, aglomera, é contra e não age em prol da vacina, que proibiu, e agora diz que vai proibir de novo, qualquer tipo de isolamento social, que defende uma droga que sequer faz parte do rol, da lista de ações, serviços e insumos do

Sistema Único de Saúde, fora de qualquer amparo científico? A minha opinião é: o senhor acha, sinceramente que vai conseguir mudar o rumo do controle da pandemia no Brasil?

O SR. MARCELO QUEIROGA (Para depor.) – Senador, eu me sinto honrado em ocupar a função de Ministro de Estado da Saúde e utilizarei todos os meios ao meu alcance para ajudar o nosso País a enfrentar essa pandemia. Disso o senhor pode ter certeza.

Eu tenho certeza de que temos o apoio do Congresso Nacional para que consigamos esse objetivo. Esse é o meu forte desejo, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tenha dúvida. O senhor terá o apoio do Congresso Nacional.

Como no ano passado, foi o Congresso Nacional que adotou o auxílio emergencial, que aprovou a lei que obrigava o uso de máscara, que foi vetada pelo Presidente da República. Foi o Congresso Nacional que tomou todas as iniciativas que ajudaram a conter a pandemia, junto com a pressão da sociedade, junto com a mídia, junto com o Judiciário, mas nós tivemos um grande sabotador.

Nós tivemos um grande adversário e um grande *promoter*, um grande promotor da pandemia: Jair Messias Bolsonaro. Porque ele proibiu o uso de máscaras, porque ele aglomerou, porque ele se negou a comprar vacina. O senhor sabia que ele só emitiu a medida provisória para compra de vacina por determinação do Ministro Lewandowski? O senhor sabia, Presidente, em dezembro de 2020? Senão, não teria vacina nenhuma. Foi a decisão do Lewandowski que obrigou a apresentação de um plano nacional de imunização.

Então, eu queria, para finalizar, e aqui os meus colegas Senadores que vêm aqui na defesa, aqueles que estão seguindo o pedido do Presidente, pedido esse feito ao Senador Kajuru... Porque o Presidente fez um pedido ao Senador Kajuru e alguns colegas estão vindo aqui cumprir o pedido do Presidente Kajuru...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Presidente Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente Bolsonaro.

Eu quero aqui dizer como sanitarista, médico, mestre, doutor, professor de saúde pública: nós estamos diante de uma catástrofe sanitária porque não houve o seguimento da determinação básica do controle de uma epidemia, que é muito simples: se tem alguém infectado, isola; e se a gente tem muita gente infectada e a gente não sabe mais quem é, e aí eu não posso fazer separação, isola todo mundo para poder conter e retomar o controle. Isso não foi feito. E, quando foi feito, teve um agente altamente empoderado, o mais poderoso da República, que se postou contra.

Então, eu quero aqui dizer que eu não acredito. E quero desejar a V. Exa. fé, força, do fundo do meu coração. E quem sabe, com a graça de Deus, o senhor vai convencer um homem que é Presidente deste País, que disse "e daí", quando teve 5 mil mortes, 10 mil mortes; que disse não era coveiro; que disse que 70% iam pegar a doença; que defendeu e agiu na defesa da imunidade de rebanho junto com seus apoiadores, empresários e assessores, como Osmar Terra.

Então, eu peço a Deus que o senhor tenha força, fé e capacidade de mudar o destino e a mente que tem operado... Hoje mesmo ele declara que vai decretar – decretar – o fim do

isolamento social. Hoje mesmo ele boicota V. Exa., quando ele agride a China, quando ele insinua uma coisa gravíssima que nenhum chefe de estado pode fazer, que é acusar uma nação de espalhar um vírus por interesse econômico. Isso é de uma gravidade que eu não faria parte, por nenhum segundo, de um Governo com tamanha irresponsabilidade com o seu País, com a sua economia e com o seu povo.

Boa sorte para o senhor. Que Deus lhe abençoe e muito obrigado a todos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma pergunta – eu acho pertinente – ao Ministro, em 30 segundos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – A sua Coordenadora de Assistência Farmacêutica se encontra aqui? Está entre os seus assessores?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ela não pode informar ao senhor sobre o tal estoque parado de 4 milhões de comprimidos de hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu posso encaminhar para V. Exa. tempestivamente essa informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Uma segunda pergunta: na campanha publicitária do Ministério da Saúde, vai estar a expressa recomendação do uso de máscaras?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essa campanha já está sendo veiculada, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Em hipótese alguma isso será alterado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, o Ministério da Saúde tem esse direcionamento. Então, vamos trabalhar forte...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há debate sobre isso? Há debate sobre isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Há debate na Secretaria de Comunicação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não que seja do meu conhecimento, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, não é do seu conhecimento, mas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não é do meu conhecimento. Eu sou Ministro da Saúde, eu não tenho interferência na Secom, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Mas se a Secom do Governo, a Secretaria de Comunicação do Governo Federal, orientar, na campanha publicitária de prevenção à Covid-19, não ter uso de mágica...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é uma hipótese com a qual eu não trabalho, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso não pactuará...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tenho usado máscara de maneira sistêmica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu passar ao Senador Marcos do Val remotamente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Só em função do desdobramento do depoimento do Ministro, e como nós estamos obrigados aqui força de lei, eu gostaria de fazer mais duas perguntas adicionais pelo o que ele falou, com a aquiescência de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Relator pode se posicionar a hora que ele bem...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Pela ordem.) – Antes das perguntas do Relator, faltam quantos? O senhor pode ler os próximos, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Faltam: Senador Alessandro Vieira, Senador Angelo Coronel remotamente, Senador Luis Carlos Heinze e V. Exa. é o próximo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E eu vou ficar aqui até V. Exa. falar.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu lhe agradeço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Meus questionamentos, Sr. Presidente, foram todos relacionados a fatos e avaliações técnicas de um Ministro de Estado da Saúde. Eu fiz questão de colocar aqui muitas vezes. Com um perfil técnico, reafirmado também em muitas oportunidades aqui pelo Ministro.

No entanto, eu quero fazer uma pergunta complementar estritamente vinculada a esses fatos.

V. Exa., Ministro, presenciou alguma manifestação do Presidente da República em defesa do tratamento precoce, inclusive em relação à cloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Em relação a esse fato específico, o que o Presidente... Eu vi foi o Presidente definir a autonomia do médico. Isso, ele sempre falou, em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É uma pergunta concreta: o senhor – desculpe a ênfase – presenciou alguma manifestação...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Numa única oportunidade...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Deixe-me terminar a pergunta: o senhor presenciou alguma manifestação do Presidente da República em defesa do tratamento precoce?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Como Ministro da Saúde, em uma única oportunidade, em Chapecó...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em uma... Não; já respondeu, em uma única oportunidade.

E quanto à desnecessidade de aglomeração ou de outras medidas não farmacológicas de combate à Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não presenciei o Presidente falar disso enquanto Ministro da Saúde, nesses temas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essas manifestações ocorreram, que o senhor confirmou que em uma oportunidade, em reuniões públicas ou privadas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Essa manifestação que o senhor...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Do Presidente?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... afirmou que viu em uma oportunidade.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente falar numa manifestação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Foi manifestação pública ou privada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Manifestação pública, em Chapecó. O Presidente fez menção que tinha usado um remédio. Ele não citou o nome. Ele defendeu um atendimento imediato naquele momento. E ele disse que tinha tomado um medicamento e que, para ele, ele achava que tinha feito efeito. Foi isso que eu entendi.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Uma outra coisa, Ministro, e eu queria...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estou respondendo à pergunta do Senador Renan Calheiros – não é? –, se eu havia presenciado, como Ministro da Saúde. Eu estou aqui de maneira...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em que circunstância, e V. Exa. já respondeu.

Há uma outra pergunta que eu não posso deixar de fazer, em função do cumprimento do meu papel como Relator.

A imprensa nacional está mancheteando que o hospital de sua família, que estava fechado, com dificuldades financeiras, foi recentemente reaberto com dinheiro público. E agora, colocado à venda.

Eu não acredito em tudo que se diz, mas é verdade esse fato que a imprensa está reverberando?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Qual é o hospital, Senador?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O hospital de sua família.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, meu sogro tem um hospital chamado Hospital Santa Paula. Esse hospital estava alugado ao Estado da Paraíba já há algum tempo, muito antes de eu assumir a minha condição de Ministro. Eu não tenho nenhum tipo de relação com a gestão do hospital, de tal sorte que a informação que eu posso lhe dizer é essa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos do Val, por favor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar.) – Boa tarde a todos. Obrigado, Presidente.

Ministro, eu quero dar os parabéns pelo desafio enorme. Enquanto outros abandonaram o barco, o barco afundando, pelo número de mortos, você teve a coragem de assumir esse barco com todas essas peculiaridades aí que todos os outros Senadores, colegas estão sempre colocando.

Tenho uma dúvida aqui, todos estão falando e eu também não deixarei de falar, é sobre a hidroxicloroquina. Ela foi vendida na farmácia, sem receita, durante muitos anos, mais de 50, 60 anos, por muitos anos, eu nem era nascido ainda. E fala-se do problema que ela gera, de coração, que as pessoas podem morrer de ataque cardíaco se usarem a hidroxicloroquina. Bom, então, alguns órgãos do Governo, ao longo desses 60, 70 anos, foram omissos, deixando as pessoas comprarem isso na farmácia sem receita e morrendo. Eu não entendo por que exatamente agora esse remédio passou a ser um veneno.

O único problema que eu vejo quando o discurso é o do tratamento precoce, como eu disse ontem publicamente que um médico me receitou e, é claro, eu fiz o uso, o único problema é que pessoas que acabam fazendo o uso dizem que não têm necessidade da vacina. Disso eu discordo completamente, e isso me incomoda muito, porque uma coisa é um paliativo para você tentar achar meios de sobreviver perante o que nós estamos vendo até a chegada da vacina... Meu grande sonho é ser vacinado. Então, eu faço todos os procedimentos: isolamento, uso álcool gel, máscara, enfim, tudo o que pode ser feito, eu faço – tudo. Eu não escolho um ou outro, ou, porque o Presidente tem uma posição e a oposição tem outra posição, eu vou de acordo com a posição que ocupo politicamente. Muito pelo contrário. Eu sigo todas as regras. Onde estou eu escuto, porque é uma doença nova, ninguém conhece, ninguém sabe, vai passar a ser conhecida ao longo dos anos.

Então, reforço os meus parabéns pela coragem – pela coragem – de assumir o Ministério.

Eu também queria saber mais sobre a comissão, a Conitec, que o senhor citou. E queria saber até do Presidente da CPI se nós podemos chamar o responsável pela Conitec para a gente poder também esclarecer um pouco esse assunto e ele passar a ser de menor, ser tocado menos nesta CPI e a gente abordar outros fatos. Então, gostaria de pedir ao Presidente da CPI, se nós pudermos, para convocar o responsável pelo Conitec.

Bom, uma pergunta que eu tenho agora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, V. Exa. pode requerer através de um ofício e nós, na medida do possível, traremos, sim, sem problema nenhum.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já tem requerimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já tem requerimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já temos três requerimentos no mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, V. Exa. pode assinar um desses também para ser um dos autores, por favor. Tá?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Não. Estando aí, me sinto contemplado.

Ministro, nós temos uma estimativa de que a cada dez pacientes que são intubados oito evoluem a óbito, morrem, ficando apenas dois. Eu tenho escutado isso de vários médicos. E essa estatística leva a um questionamento meu. Isso é devido a quê? À quantidade de leitos com médicos que não estão preparados para fazer o procedimento de intubação, ou é falta de medicação específica para intubação, ou é uma estatística que, independentemente da Covid, acontece mesmo? Porque hoje, quando a gente fala de intubação, eu já coloco a pessoa com a possibilidade de 80% de não sobreviver. E com as pessoas que foram intubadas aconteceu exatamente isso. Então, é a minha pergunta. Depois eu gostaria de fazer outra. Mas essa é a minha pergunta: o senhor sabe me dizer se isso é alguma inabilidade ou algum problema na medicação ou é uma estatística independente da Covid?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – É um conjunto de fatores, Senador.

Primeiro, os pacientes que vão ao setor público são pacientes mais graves. A doença, em si, é grave, é uma doença sistêmica, é uma doença que leva a uma síndrome respiratória aguda grave e que requer uma equipe muito treinada para dar uma assistência a esses pacientes a ponto de termos índices de mortalidade mais baixos. Então, os grandes centros nacionais têm taxas de mortalidade mais baixas, inclusive hospitais públicos. Mas essa não é a realidade do sistema de saúde como um todo. Então, é por isso que precisamos fortalecer o nosso sistema de saúde, qualificar melhor os profissionais de saúde. Aqui não são só os médicos, são os médicos, são os enfermeiros, são os fisioterapeutas. É um grande desafio.

Talvez, como eu falei aqui, a grande missão que essa pandemia nos traga é a necessidade de fortalecimento do Sistema Único de Saúde como um todo, para que do Acre até o Rio Grande do Sul nós tenhamos uma assistência mais homogênea.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Então, só para finalizar, reforço aqui a minha gratidão pela coragem de o senhor está assumindo um Ministério tão delicado num momento que vai ficar para a história. A família é penalizada por

isso. Tenho certeza de que a sua família está pagando um preço alto pela sua decisão de estar à frente.

O senhor não está sozinho, pode contar com um grande número de Parlamentares que estão caminhando, estão... Estamos aqui aprovando projetos para que se possa dar velocidade, para que mais vidas possam ser salvas. Esses questionamentos são importantes também. A gente não pode ficar de braço cruzado e calado diante do que está acontecendo, a gente precisa perguntar. Quanto mais conhecimento a gente tem fica mais fácil até ajudar, até contribuir. E agradecer. Sinto-me já contemplado pela oportunidade e pelas perguntas.

Sucesso! Estarei aqui sempre à sua disposição.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estamos todos torcendo pelo Ministro. Que dê certo; porque a ciência, com certeza, o conhecimento dele, se sobressairão.

Senador Alessandro...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só uma pergunta pertinente.

A hidroxicloroquina tem algum tipo de registro na Anvisa para o enfrentamento à pandemia?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Não senhor, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Foi, inclusive, rejeitada. Não é isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho a informação se foi analisada para esse fim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando o Presidente da Anvisa estiver aqui...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não. Perfeito, mas é que me parece que é pertinente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele também não pode saber...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque isso, inclusive, encerra a discussão. Não pode ser adotado em nenhum protocolo, seja onde for, pelo Ministério da Saúde, um medicamento que não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Foi dito isso pelo Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, existe uma série de medicações de prescrição *off-label*, em relação ao tratamento da Covid-19. Aliás, todos esses medicamentos são ditos de prescrição *off-label*, não só a hidroxicloroquina e a cloroquina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, tem uma situação – não sei se é lenda urbana, Ministro –, em que um navio de guerra americano, com 900 marinheiros...Eles iam sair ao mar... Os 900 marinheiros tomaram a tríplice viral, um deles estava infectado e ninguém foi a óbito nem nada. Mas deve ser lenda urbana.

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Ministro, vou tomar a liberdade de, considerando o tempo que nós já estamos aqui, reiterar o juramento que V. Exa. fez de, perante esta Comissão, como testemunha, falar a verdade e não se recusar a citar, enfim, relatar fatos sobre os quais o senhor teve algum tipo de contato direto ou indireto.

No dia 16 de março, V. Exa. anunciou que a política do ministério é a do Governo do Bolsonaro, não a do Ministro da Saúde; a Saúde executa a política do Governo. É fato essa afirmação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Claro. Dentro do regime presidencialista, a política é a do Governo Federal. E eu sou o Ministro da Saúde. Não existe um Ministério da Saúde dissociado da Presidência da República.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Qual é a política do Governo Federal para o combate à pandemia, Sr. Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já disse aqui, de maneira reiterada, em relação à pandemia: vacinação da nossa população; caminhar com o programa de vacinação forte; o uso de medidas não farmacológicas; procurar apoiar Estados e Municípios com insumos estratégicos necessários para o enfrentamento à pandemia; trabalhar fortemente para a adoção de protocolos em relação à mobilidade urbana; ampliar a testagem da nossa população com testes rápidos e testes de antígeno. Enfim, vamos procurar contribuir com o Brasil, com os Estados e com os Municípios para pôr fim a essa pandemia, que está infelicitando de maneira tão forte a nossa gente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, o senhor relata um mundo ideal que não corresponde à realidade da política do Governo, em particular do Senhor Presidente da República. Então, a pergunta, volto a repetir, lembrando a situação de que o senhor está aí como testemunha – é perceptível que o senhor, além de ser um homem habilidoso, está muito bem treinado para usar suas respostas de uma forma evasiva; eu entendo e respeito, porque é um direito de V. Exa. –, mas objetivamente: qual é a política que o Ministério da Saúde vai implementar? É a do Ministro, Doutor, médico, Queiroga ou é a do Presidente Jair Bolsonaro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu repito e reitero o que eu falei para V. Exa.: se o Presidente da República pensar de forma diversa, ele é o Presidente da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator. *Fora do microfone*.) – E o senhor vai implementar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Estou fazendo isso, Senador Renan Calheiros. E o Presidente da República tem nos...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Pensando de forma diversa?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – De forma diversa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, eu não estou pensando de forma diversa. Eu estou trabalhando no Ministério da Saúde. Fui nomeado pelo Presidente da República e estou trabalhando conforme as orientações técnicas dia e noite.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Dr. Queiroga, me permita adentrar um pouquinho mais nessa questão, porque parece que nós temos uma dificuldade de consubstanciar, de materializar aqui qual é efetivamente a política que nós teremos no Ministério da Saúde.

O senhor verbaliza... Não é a primeira vez. O senhor é um bom profissional da Medicina, respeitado. O senhor verbaliza tudo aquilo que a ciência recomenda, como, por exemplo, não fazer a indicação, como política de saúde, usando recursos públicos, de tecnologias ou medicamentos que não foram inseridos no sistema. O senhor já falou isso aqui várias vezes. No entanto, este Governo já fez isso e continua fazendo. Então, eu preciso compreender qual será a postura de V. Exa., qual é a postura de V. Exa. neste momento em que o senhor faz parte de um Governo que não cumpre aquilo que a ciência e V. Exa. verbalizam; cumpre aquilo que o Presidente verbaliza no cercadinho, nas *lives*, nas conversas para animador de torcida. Seja claro, por favor, Sr. Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu já fui bastante claro. Se eu não fui claro, eu peço desculpas a V. Exa., mas a política é essa que eu aqui externei. Está sendo colocada em prática, nós estamos trabalhando fortemente em relação à campanha de vacinação, estimulando as medidas não farmacológicas. Eu assumi o Ministério da Saúde há 45 dias: tenho trabalhado de maneira diuturna para que tenhamos sucesso com a pandemia. Agora, a pandemia é gerida não só pelo Ministério da Saúde, Senador. Nós temos uma... Estados e Municípios e o SUS têm uma organização tripartite, e eu, como Ministro da Saúde, tenho uma condição de liderança. Temos que trabalhar em harmonia com Estados e Municípios e construir políticas públicas que sejam eficientes. É isso o que nós temos feito no Ministério.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, o senhor, durante o início do seu depoimento, referiu a existência de uma política nacional de testagem. O senhor confirma que existia – existe – uma política nacional de testagem?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

Foram distribuídos testes para Estados e Municípios. Essa política faz parte da Secretaria de Vigilância em Saúde, que aqui, eu posso, num primeiro momento, encaminhar para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, no entendimento de V. Exa., uma política nacional de testagem consiste em distribuir para os Estados os *kits* de testes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, existe uma política de testagem no Ministério da Saúde. Eu já, aqui, externei para V. Exa. que nós vamos fazer modificações, porque o RT-PCR demora para que tenha um resultado, e nós vamos buscar esses testes mais modernos, os testes rápidos, com antígeno, para orientar melhor a questão do isolamento do paciente contaminado, dos seus contactantes.

É isso que nós vamos fazer.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Ministro, a Dra. Mayra Pinheiro continua fazendo parte da equipe do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A Dra. Mayra Pinheiro é Secretária de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor, como Ministro da Saúde, como gestor de saúde pública, o senhor admite o uso de recursos públicos para a divulgação, disseminação, defesa do emprego de tecnologia, remédio ou procedimento que não foi inserido adequadamente no Sistema Único de Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não admito, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Então, imagino que não vai voltar a acontecer o que já aconteceu, o emprego de recurso público, a distribuição de remédios para catequização de profissionais, inclusive a criação de um aplicativo que automaticamente referendava a indicação desses medicamentos? Não vai existir mais?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Na nossa gestão, não há esse tipo de política, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Parabenizo V. Exa. por isso.

V. Exa. disse que já fez a solicitação junto à Conitec do estudo específico do protocolo para tratamento, seja preventivo, seja hospitalar, da Covid. O senhor pode informar o número desse protocolo para que seja acompanhado?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Bom, eu não tenho esse protocolo agora, mas eu...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas é possível fazê-lo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... posso passar, num primeiro momento, para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

V. Exa., pelo que eu posso entender, já afirmou, mais de uma vez, que não participou, nem ouviu falar de reuniões com técnicos que fariam uma espécie de assessoria paralela do Senhor Presidente da República. É fato isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É fato, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor nunca participou, nem nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nunca participei, volto a reiterar para V. Exas.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nem nunca ouviu falar?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Estou ouvindo falar agora e não participei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Então, eu posso entender e deixar consignado que o único responsável pela política de saúde que o Brasil vai enfrentar durante a gestão de V. Exa. é V. Exa. e o Presidente da República?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, a gente falou aqui, várias vezes, sobre a questão do respeito à ciência e a necessidade do respeito à ciência para que a gente possa fazer o emprego de recursos públicos e salvar vidas. E, aí, chegamos, não há como não chegar, na questão da cloroquina, multidebatida.

Ao ser questionado pelo Sr. Relator, V. Exa. começou a expressar, mas não concluiu, o conhecimento que tem de pesquisas, de qualidade elevada, sob o ponto de vista de evidência científica, que apontam a inutilidade desse medicamento para casos graves, para casos intermediários e V. Exa. parou no momento dos casos leves. Eu pergunto se V. Exa. também tem ciência de estudos que apontam essa ineficácia.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Há estudos observacionais que apontam alguns resultados positivos, há outros em contrário. E essa questão é onde reside a divergência. Isso vai ser dirimido pela Conitec, depois vai ser colocado em consulta pública, para que se tenha uma pacificação sobre esse assunto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. deu uma grande contribuição, em entrevista ao jornal *O Globo*, quando ensinou aos brasileiros que existe uma gradação entre evidências científicas. Correto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor mencionou isso, inclusive, nesse depoimento.

Os estudos observacionais que V. Exa. cita estão situados em que ponto?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nível C, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Nível C?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nível C.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor vai me dizer que não existem estudos de nível A que apontem que esse medicamento não é efetivo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, na fase inicial da doença, ainda carece de uma definição maior, não é?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Certo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso será avaliado pela Conitec.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor desconhece... Por exemplo, o depósito de pesquisas PubMed me parece que é o mais referido, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Evidentemente, eu o conheço, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Evidentemente, como eu disse!

Então, Ministro, fazendo uma busca, nós encontramos lá 93 estudos feitos pelo mundo afora, da mais alta qualidade sob o ponto de vista de referência e de evidência científica, que recusam a utilização desse medicamento. Então, V. Exa. ainda entende que é preciso comparar essa quase centena de estudos de classe A, com evidência científica, com estudos de classe C a título de quê?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Esse assunto, Senador, será enfrentado pela Conitec, como, de maneira reiterada, eu afirmei para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. pode confirmar para esta Comissão e para quem nos acompanha que o consumo desses medicamentos, sobre os quais não resta dúvida razoável na ciência no tocante à ineficácia, sobre os quais... Não há dúvida nenhuma, após três depoimentos apenas nesta CPI, de que a aquisição, a produção e a distribuição desses medicamentos se deram em desacordo com a legislação. O senhor sabe apontar se houve um aumento significativo no consumo desses medicamentos? Posso citar rapidamente a cloroquina e a ivermectina.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não tenho esses dados para informar para o senhor de maneira precisa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Sr. Ministro, eu, sinceramente, desejo que V. Exa. consiga compatibilizar, ao longo de sua gestão, o apreço e a oportunidade política de fazer uma nova saúde no Brasil... Acho importante, acho louvável que V. Exa. tenha isso, mas que tenha condições de compatibilizar isso com o juramento de respeito à vida que V. Exa. fez.

Seus dois antecessores médicos relataram exatamente o mesmo quadro, com as melhores intenções, com as melhores referências científicas, mas esbarraram em um muro de ignorância. Um foi demitido, o outro pediu demissão. Uma terceira, em menos de 24 horas, também não aceitou o convite feito, por enfrentar esse mesmo muro de incompetência e ignorância.

Então, peço que V. Exa., pelo amor e pelo respeito que V. Exa. tem, pela carreira que construiu pelos seus méritos, no momento em que enfrentar esse muro, também tenha esse discernimento para não comprometer a sua carreira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo Coronel, por via remota... (*Pausa.*)

Senador Luis Carlos Heinze...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Omar Aziz; Sr. Relator, Senador Renan Calheiros; Sr. Ministro Marcelo Queiroga...

Ministro, o senhor está vendo aqui uma CPI política em cima desses fatos.

O Governo Bolsonaro é um governo sério. Estive, por 20 anos, com Bolsonaro. Ele é brutão, grossão, mas é sério, humano, procura fazer o melhor pelo Brasil. Eu passei pelos Governos Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma, Michel. Em 22 anos, Senador Marcos Rogério, eu não vi o que... Nesses dois últimos anos, em termos de corrupção, não está se ouvindo falar isso aí. Parece que alguém quer que volte o sistema que tínhamos antigamente.

Eu vou falar alguma coisa rápida sobre esse processo que estamos trabalhando. Vou lhe citar o Dr. Luc Montagnier, cientista, Prêmio Nobel de Medicina; Satoshi Omura, Prêmio Nobel de Medicina; e um cientista, Didier Raoult, advogando sobre a cloroquina, ponto. Vou lhe entregar esse material.

Um colega aqui falou em uma pesquisa da Harvard. Preste atenção, Senador Renan, Senador Omar Aziz, aqui está: retratação. Tiveram que se retratar. Foi fraudulenta a pesquisa. E eu vou lhe entregar isso aí, viu, Ministro? E até para o Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não. Para mim não precisa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não? O.k. Está bem.

Aqui há uma pesquisa, Sr. Ministro, publicada na revista *Jama*, onde o ex-ministro Mandetta foi elogiado na pesquisa. Há recursos, parece-me, do Senado Federal, acho que do Ministério da Saúde. E nesse estudo... Eu estou pensando – falei com seu advogado-geral aí da AGU, seu colaborador – no que eu posso fazer em cima desse processo.

Nisso aqui foram usadas superdosagens. Houve mais de 20 mortes no Estado de Manaus, no Estado do Senador Omar Aziz. Nós temos que investigar isso aí. Como é que o senhor vai... O senhor é médico. Como é que o senhor vai recomendar uma dosagem seis vezes maior para pessoas de certa idade? Alguma coisa tinha que acontecer, o.k.?

Então, isso vai estar com o senhor também.

Quem autorizou essa medicação *off-label*? Está aqui: existem mais de 90 processos *off-label* no Ministério da Saúde, de inúmeras doenças. Se essa doença começou em fevereiro, março do ano passado, não podia ter medicação O que eles tão usando? O que os médicos podem receitar, de acordo com o Conselho Federal de Medicina.

O colega Alessandro fala aqui em cima de pesquisas... Eu vou lhe passar aqui, Ministro, 236 estudos randomizados, padrão ouro, para remédios reposicionados para o combate ao Covid. Está aqui. Quem quiser pode pegar.

Quando se fala na questão da pesquisa, aqui há uma pesquisa que, lá no meu Estado, chama-se de campeira. Rancho Queimado, Santa Catarina; Gramado, Rio Grande do Sul; Ilhabela, São Paulo; Porto Seguro, Bahia; Floriano, Piauí e Porto Feliz, São Paulo. Eu peguei os casos de médicos que usaram esse tratamento. Somamos os seis Municípios: 339 mil habitantes. Contam com 46 mil casos de doença e tiveram, juntos, 501 óbitos. Preste atenção, Ministro: a letalidade média do Brasil hoje é de 2,8. E, nesses Municípios que ousaram fazer isso aqui, a letalidade é de 1,01. Senador Renan, se tivéssemos aplicado esse procedimento normal

no Brasil... Aqui, Ministro, estão mais de 14 mil médicos, do Acre, do Amapá ao Rio Grande do Sul, que adotaram esse procedimento. Estão aqui! Hoje, quem sabe, nós teríamos 160 mil óbitos no Brasil; mas, agora, infelizmente, nós estamos aqui vendo se é médico de direita ou médico de esquerda.

Enquanto um colega falava sobre esse assunto, me liga – o senhor deve conhecer – o Professor Dr. José Antônio Ramires, cardiologista, professor da USP. "Senador, estou me oferecendo para explicar o que o colega médico estava falando aqui".

Posso convidá-lo, Senador Omar Aziz, para falar sobre esse assunto.

Então, é isso que eu quero colocar: são evidências, fatos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, eu não entendi. Como é?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Esse médico, enquanto eu estava ouvindo – aqui estou desde as 9h, 10h da manhã – o que outros Senadores falavam, me ligou, através do Deputado Celso Russomanno, que estava com ele, e se ofereceu para vir aqui. Ele é cardiologista.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Hoje pela manhã, logo cedo – eu cheguei aqui às 8h da manhã –, a Dra. Yamaguchi, que é cardiologista, estava no meu gabinete se oferecendo para vir aqui também, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acho que, no debate, independentemente de posicionamento, de quem pense de uma forma, é papel do Senado ouvir a todos. No momento certo, vamos ouvir, sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu acho que, no caso dela, já tem até requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vamos ouvir sim, viu, Senador Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – E uma das maiores defensoras disso é a Dra. Yamaguchi, não é?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem requerimento dela, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ela esteve no meu gabinete bem cedo hoje, e eu disse a ela que a ciência tem que debater com a ciência. Não somos nós, Parlamentares, que vamos debater com a ciência.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar.) – Então, o que eu quero, Ministro, é que nós possamos debater esse tema, quem é a favor e quem é contra. Cientistas!

Quando alguém, Senador Renan, falava que eu sou agrônomo, o.k. Mas eu não falo como agrônomo, estou ouvindo médicos, cientistas falarem sobre isso, cardiologistas, imunologistas, infectologistas, enfim, gente de todas as áreas. Por isso é que eu falo.

No vacinômetro hoje, Ministro, nós já temos 45 milhões de brasileiros vacinados. Estamos na frente da Alemanha. Eu vejo aqui uma reportagem, enquanto os colegas falam... Podemos ter errado em alguma coisa, mas são 45 milhões vacinados e vacinas já compradas para o restante.

Estou vendo aqui uma nota da União Europeia. A Organização Mundial da Saúde criticando a União Europeia, porque, dos 27 membros, apenas 4 atingiram a meta; e 23 estão fora da meta. Aqui fala assim: "A AstraZeneca deixou de entregar 70 milhões de doses". Os problemas que nós temos aqui a Europa tem. Não vale para nós, mas nós temos que corrigir esses problemas. Eu só queria colocar.

Eu não falei hoje, Senador Renan, que eu quero usar vacina de gado. V. Exa. votou, deve ter votado, um projeto do nosso colega Wellington Fagundes...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu não vou responder a V. Exa. Eu já deixei claro...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Está bom! Então, escute. O senhor falou de mim, e eu vou lhe falar.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sem provocação.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Dispõe sobre a autorização para que estruturas industriais destinadas à fabricação de produtos de uso veterinário sejam utilizadas na produção de vacinas contra a Covid-19. Aprovado nesta Casa.

Imagine, Ministro... Eu tenho quatro plantas aqui que podem produzir um bilhão, dois bilhões de doses, que podem propiciar duas, três, doses para o povo brasileiro, 600 milhões de doses, e podemos ser exportadores de vacinas.

Está aqui! Projeto aprovado nesta Casa com o aval do Ministério da Saúde, do Ministério da Agricultura, do Ministério da Ciência e Tecnologia, e também da própria Anvisa. É possível fazer isso. Esses laboratórios já estão interagindo, Senadores Wellington Fagundes, Izalci, Nelsinho Trad, com o Butantan para ver se o Butantan quer envasar com eles, o.k.? É possível fazer com que nós... A vacina será Butantan, mas que eles possam envazar.

Existe a Covaxin inglesa...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Indiana.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – ... indiana, que pode ser utilizada ou outras também. Já temos cinco vacinas, Senador Omar.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Tá bom?

Cinco vacinas brasileiras, com recurso do Ministério da Ciência e Tecnologia: uma no Hospital de Clínicas de São Paulo; na USP, em Ribeirão Preto; na Universidade Federal de Minas Gerais; na Universidade Federal do Paraná; e na Universidade Federal de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que o Relator do Orçamento retirou o dinheiro, 100 milhões, para fazer a vacina, retirou o dinheiro e colocou onde ele bem quis. O Relator do Orçamento fez isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Poderia agora, no primeiro PLN ou em qualquer outro projeto que nós fôssemos votar, repor não só esses 100 milhões, mas qualquer

outro tipo de recurso que é necessário para fazer a vacina brasileira, seja a ButanVac, seja qualquer outra vacina.

Agora, no corte do Orçamento, o Ministério da Ciência e Tecnologia ficou sem o dinheiro para essa vacina, Senador Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eles têm orçamentário e não têm financeiro.

Ontem, Ministro, Senador, eu estava lá tratando desse assunto, e vai sair o recurso, eu lhe garanto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu estou... Não, nós estamos torcendo para isso, Senador. Não estamos longe, não.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Então, vou lhe dizer que vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não. Eu estou lhe afirmando que, nos cortes, foram cortados 100 milhões.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu vou lhe dizer que já vai sair.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu estou lhe afirmando isso.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, são 720 milhões para cinco vacinas, para entrar nas fases 2 e 3, Ministro – o Ministro conhece melhor do que eu esse assunto –, para termos vacinas brasileiras que poderão ajudar, porque esse problema não vai terminar neste ano, teremos outros anos também. Só para colocar nesse sentido.

O Governo Bolsonaro, no ano passado, liberou extraorçamentário para hospitais, Estados e Municípios R$73 bilhões para a saúde. No meu Estado, Ministro, os hospitais filantrópicos tinham 900 leitos de UTI Covid, em março do ano passado. Em março deste ano, 3.003 leitos de UTI Covid. Triplicou, porque foram liberados diretamente aos hospitais quase R$600 milhões. Para prefeituras e Estados, que tinham que liberar 11% e mais recurso direto, tem quase R$1 bilhão, Senador Girão, que possibilitaram que se aumentassem os leitos.

Nós temos também... Nós levamos ao Ministro Pazuello ainda, no dia 10 de março, criticando os *kits* de intubação e falando da questão dos leitos de UTI. No ano passado, foi liberada a autorização de 20 mil leitos; neste ano, já tem autorizada a renovação de 22 mil leitos. Isso já representa R$26 bilhões para 22 mil leitos. E a sua meta, Ministro, deve chegar a 30 mil, 35 mil leitos de UTI nas 1.824 santas casas e hospitais filantrópicos do Brasil. Isso está acontecendo neste Governo. Também no ano passado, Ministro, sobraram R$23 bilhões nas contas das prefeituras, dos Governos estaduais.

Esse dinheiro, um projeto da minha autoria, autoriza que possam ser utilizados este ano esses recursos; que as prefeituras e os Governos estaduais possam repassar.

O caso de Manaus, que falam da questão do oxigênio... Em 31 de dezembro, sabe quanto tinha na conta do Fundo Estadual de Saúde lá do Amazonas, do Governo do Estado e das prefeituras? R$681 milhões. Esse é um dos fatos determinados desta CPI.

Agora, eu pergunto, o senhor hoje é Ministro: O senhor que seria o responsável por comprar o oxigênio em Manaus ou em qualquer Município do Amazonas? Ou seria o Governador, o secretário ou o Prefeito?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Conforme o que está pactuado na tripartite, esse insumo é de responsabilidade dos Prefeitos e dos Governadores. Todavia, o Governo Federal tem apoiado fortemente Prefeitos e Governadores nesse sentido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O dinheiro foi liberado, Ministro. Sobraram R$681 milhões.

Então, o que nós temos que ver é a forma... Eu mostrava ao Ministro Pazuello o chamado *kit* intubação, Senador Girão. No meu Estado, Midazolam custava R$2,80, em março do ano passado. Midazolam, este ano, em março, custa R$24, na média do Rio Grande do Sul.

O Governo Federal comprou aqui 7,8 milhões de doses e distribuiu para os Estados, a partir daquela iniciativa. Comprou por R$3. Alguém ganhava, ou laboratório ou distribuidora. Comprou e doou. Dessas 7,8 milhões, tem dois milhões de poucos que a Vale doou, mas seis milhões, cinco milhões foi o Governo que comprou.

Então, Ministro, vamos trabalhar. Eu vou lhe deixar uma proposta. Estes dados aqui, se não tem protocolo... Se esta Comissão quiser, Senador Omar Aziz, vamos trazer cinco, seis cientistas que falem a favor e falem contra. Vamos ter um programa. Conforme eu mostrei, estes Municípios têm letalidade de um, Senador Girão, um! E o Brasil tem 2,8. Tem países que adotam esse procedimento, países! Esses cientistas vão falar, não sou eu que vou falar. Falam eles em cima do que serve e do que não serve. Então, esse é o fato que tem e eu gostaria que fosse discutido esse assunto.

Outro ponto importante, Ministro, na questão da vacinação. Ouçamos essas cinco vacinas que estão na fila e que logo, logo nós teremos vacina, nossa, brasileira. Vamos discutir com Butantan, com Fiocruz, com Covaxin. E no caso da vacina... Alguém falou aqui na questão da vacina Sputnik. Então, a Anvisa não prevaricou. Os técnicos nossos, Senador Renan, foram à Rússia, e não permitiram que eles entrassem dentro do laboratório, Senador. Como é que fica isso? Se eu vou lá fazer uma fiscalização e não consigo entrar, Senador Girão, como é que fica? Falta documentação, faltam elementos. Eles não podem aprovar. A responsabilidade, amanhã, vai ser de alguém que assinou autorizando.

Tem que vir, torcemos que venha o quanto antes, é só o Governo russo ou quem fabrica essa vacina na Rússia mandar essa documentação toda, a completa documentação, permitir que os técnicos façam vistoria e tem vacina, 40 ou 50 milhões de doses parece que já foram compradas pelos Governadores, pelo próprio Governo Federal.

Então, isso, Ministro, era o que eu queria colocar. É importante...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador. Já ultrapassou bastante o seu tempo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não ultrapassou. O senhor falou do meu tempo. Terminou agora o meu tempo. Eu estou cuidando do tempo. Se me dá licença, vou falar dez minutos a mais.

Que a gente fizesse, Sr. Ministro, uma discussão sobre esse plano. Se eu lhe apresento seis prefeituras, estou buscando 60, 70 prefeituras que usaram esse protocolo, por conta deles.

O caso de Porto Seguro, que eu tinha aqui... Em Porto Seguro, o índice de letalidade é 1; do Estado da Bahia, é 2 ponto alguma coisa.

Ontem um colega disse que a água cura. Tá bom! Eu acho que água de Porto Seguro é melhor do que a água... Está aqui. Na Bahia, 917 mil casos, 18.907 mortes, letalidade de 2.,6, um pouco mais baixo do que do Brasil.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, está atingindo o Estado da Bahia, por favor, vamos ter respeito.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Mas eu estou falando. Eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador, o seu tempo já ultrapassou e muito, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Faz dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, Senador. Mas ninguém...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Total de casos em Porto Seguro: 18 mil... Quando eu estou falando, não deixe que falem. Outros aqui chegam fazendo dez perguntas durante a reunião. Eu tenho que ter o meu tempo, estou aqui desde as 10h da manhã. Sou igual a qualquer um outro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor já tem 17 minutos, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Porto Seguro, 18 mil casos, 153 mil mortes, 0,82.

Vamos discutir essa questão de um protocolo decente e vamos discutir a questão da vacinação, Ministro. Isso é extremamente importante. De que forma podemos somar forças, arrumar o recurso – e vamos arrumar – para as vacinas brasileiras, chinesa, indiana, russa, não interessa! Nós podemos produzir vacina aqui e o Brasil ser exportador de vacina.

Muito obrigado.

Obrigado, Senador.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Interessa qualquer vacina, de qualquer lugar do mundo; "não interessa chinesa", não! Interessa, sim.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Não, não. Foi contrário? Não, não, Ministro, o senhor interpretou mal. Não me interessa se é chinesa, indiana...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, nos interessam todas as vacinas.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Estou dizendo: qualquer uma, qualquer um serve, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque eu mesmo parabenizei o Ministro Queiroga, porque ele, naquela reunião da OMS... Um ano atrás o Brasil não queria nem comprar, queria impor condições para comprar uma vacina.

Já o Ministro Queiroga, com a sua humildade e responsabilidade como médico, fez um apelo à OMS.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu já fiz a chinesa, eu já tomei. Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Meu querido amigo de Brasília, Senador Reguffe, que prazer tê-lo aqui.

Com a palavra o Senador Reguffe, agora, por 15 minutos. Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF. Para interpelar.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu não sou membro desta CPI, não fui indicado pelo meu Partido, mas faço questão de estar aqui. Esse é um depoimento importante para a população brasileira, depoimento do Ministro da Saúde do Brasil. Então, eu faço questão de estar aqui.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Cheguei aqui cedo, fui o segundo Senador a chegar aqui e acompanhei todo o depoimento, vi todas as perguntas de todos os membros da Comissão e as suas respostas, para agora poder ter a minha vez de colocar aqui os meus questionamentos a V. Exa.

Antes, queria dizer que eu assinei os dois pedidos, os dois requerimentos para instalação da CPI. Assinei o requerimento para investigar a União, o Governo Federal, e assinei também o requerimento para investigar os Estados, Municípios e Distrito Federal pela aplicação dos recursos federais, que também precisam ser investigados.

Há uma série de denúncias de desvio de dinheiro público, inclusive, com operações da Polícia Federal, e isso precisa ser investigado. Qualquer desvio de dinheiro público é algo grave; na saúde, mais grave ainda – numa pandemia, é uma crueldade! Então, é preciso investigar a União, mas é preciso também investigar os Estados, Municípios e Distrito Federal pela aplicação dos recursos federais.

Antes de começar os questionamentos, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. Acompanhei aqui desde de manhã cedo, fui o segundo Senador a chegar à Comissão, estou aqui desde cedo. Eu queria parabenizar V. Exa. pela sua educação e pela forma respeitosa como respondeu todos os questionamentos. Eu acho que a gente não perde nada na vida sendo educado e respeitoso com os outros. Então, eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. pela sua educação.

Agora, no que condiz aos questionamentos, Sr. Ministro, é preciso também falar do Governo Federal e da atuação do Governo Federal nesta pandemia.

A OMS (Organização Mundial da Saúde) decretou a pandemia em 11 de março do ano passado. Em 11 de março do ano passado, o mundo tomou consciência de que vivíamos numa pandemia. O próprio Senado Federal aqui decretou sessões remotas, nós começamos a trabalhar de casa. A partir de março, foi colocado que a grande solução era a vacina... No dia 11 de março... Pois a medida provisória que o Governo Federal soltou sobre a vacina – a grande medida provisória para buscar recursos para a vacina –, a MP 1.015, de 2020, só saiu no dia 17 de dezembro! Ela foi editada apenas no dia 17 de dezembro de 2020! A pandemia foi decretada no dia 11 de março, e, apenas no dia 17 de dezembro de 2020, foi editada a medida provisória de R$20 bilhões para compra de vacinas, a MP 1.015, de 2020. Em agosto e setembro, teve as MPs 994 e a 1.004, com valores ínfimos, mas a grande medida de R$20 bilhões apenas em dezembro.

E aí, Sr. Ministro, é importante que se diga ao País, porque está morrendo muita gente, e nós estamos muito atrasados na vacinação. Às vezes, se coloca em termos absolutos, mas, em termos proporcionais, nós não estamos nem entre os 50 do mundo, e o Brasil está entre as 10 maiores economias do mundo! Então, isso é grave. Nós perdemos até agora 414 mil vidas, com famílias sofrendo.

O primeiro questionamento que eu queria fazer a V. Exa. é sobre a vacina. V. Exa. respondeu a vários Senadores aqui, mas a sociedade não sabe ainda qual é a previsão do Ministério da Saúde, clara e objetiva, para a vacinação da população. Quando serão vacinados os que têm 50 anos? Quando serão vacinados os que têm 40 anos? Quando serão vacinados os que têm 30 anos? Quando serão vacinados os que têm... Quando será vacinada toda a população? "Ah, mas depende realmente dos outros países para a vacina." Eu entendo isso, mas é importante a população ter uma expectativa. Qual é a expectativa? O que V. Exa. poderia dizer? É claro que depende dos outros países, depende de como se vai poder comprar vacina, mas qual é a expectativa? O que V. Exa. poderia dizer para a população? Qual a expectativa que tem, no seu interior, pelo menos, de quando serão vacinados os de 50, 40, 30 e toda população? Qual é a expectativa de V. Exa.?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Então, a expectativa, Senador – obrigado pelas considerações que o senhor fez a meu respeito – é de que tenhamos a população brasileira acima de 18 anos vacinada até o final do ano, desde que todas essas doses contratadas cheguem.

Agora mesmo, eu trouxe aqui para o nosso Senador Omar Aziz a publicação no *Diário Oficial da União* da dispensa de licitação para aquisição de mais 100 milhões de doses da vacina Pfizer. Então, creio que teremos já esse segundo contrato com a Pfizer firmado. E é uma esperança para nós conseguirmos ampliar o nosso programa de vacinação. Agora, a luta por doses, por mais doses, é uma luta diária. O senhor pode acreditar que nós não temos descanso de um minuto. Eu chego ao Ministério da Saúde às 7h30 da manhã e, às vezes, eu saio após meia-noite. Nós temos dialogado fortemente com as embaixadas, com as indústrias que produzem doses prontas, dialogado com a Fiocruz... Segunda-feira eu fui ao Butantan, tive um diálogo muito produtivo com o Dimas Covas e os diretores do Butantan. Eu estou procurando fazer a minha parte. Não depende só de mim. Eu sou Ministro da Saúde do Brasil e eu tenho um compromisso de trabalhar para salvar vidas do povo brasileiro. Antes eu era médico assistencial, eu cuidava dos meus pacientes. E hoje, eu tenho a responsabilidade de cuidar da população do Brasil. Eu sei que é um peso muito grande para os meus ombros, mas vou me esforçar, vou dar o que existe de melhor em mim para que consigamos superar essa crise sanitária, não medirei esforços para isso, isso eu posso garantir a V. Exa.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas, Ministro, o final do ano não é muito longe, não, com alguns países já caminhando para o fim da vacinação, inclusive adotando medidas, já...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, Senador, na medida em que tenhamos a população do PNI toda vacinada, nós já vamos conseguir ter um impacto muito forte em relação à queda de óbitos etc., e um cenário epidemiológico mais favorável no País. Eu gostaria muito de trazer uma notícia melhor para V. Exa., mas essa meta

de vacinar a população até o final do ano já é uma meta arrojada dentro do contexto que nós temos atualmente, infelizmente.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Mas precisa tentar ser mais rápido.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Vamos trabalhar, Senador.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Queria fazer esse apelo a V. Exa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós estamos discutindo com outras farmacêuticas, estamos procurando incentivar os dois institutos para que eles consigam produzir mais. Essa proposta do Senador Heinze de vacinas em parques animais é uma proposta a ser estudada. Há outras vacinas que podem também ser produzidas em outras indústrias brasileiras... Enfim, há um cenário que pode ser favorável. Agora, nós não podemos baixar a guarda. Temos que trabalhar todos os dias para isso.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Sr. Ministro, um segundo questionamento é o seguinte, é uma coisa que passa despercebida, de que pouca gente fala. Muita gente que tem o vírus, que tem a Covid, que tem o coronavírus se interna, vai para a UTI e depois tem alta com sequelas e simplesmente o Estado brasileiro, os governos estaduais não têm uma política pública para essas pessoas. Existe algum estudo, alguma política pública sendo gestada no interior do Ministério da Saúde para tratamento e acompanhamento daquelas pessoas que saem do coronavírus com sequelas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador. Nós estamos trabalhando nessa questão, nessas síndromes pós-Covid. O Professor Fábio Jatene, da Universidade de São Paulo, eu estive com ele na Fiesp, na segunda-feira, e tratamos desse assunto. E estamos avançando nesse tema. Esse é um tema muito importante, não só o das síndromes pós-Covid, como das outras doenças prevalentes, como das doenças cardiovasculares, o câncer.

Nós sabemos que está, felizmente, caindo o número de casos, mas nós podemos ter uma segunda onda de doenças cardiovasculares, das cirurgias eletivas que estão represadas. Há um cenário sanitário de complexidade e estamos trabalhando, seja na Secretaria de Atenção Primária, seja na Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, para construir essas políticas públicas, para fortalecer os hospitais públicos, sobretudo, e para garantir que esses leitos Covid que foram habilitados permaneçam habilitados à disposição dos nossos pacientes. Estamos trabalhando nesse contexto. Eu espero, no próximo mês, trazer esse conjunto de medidas e apresentá-lo à sociedade brasileira.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Um outro questionamento, Sr. Ministro, diz respeito aqui, ao Distrito Federal, que é a unidade da Federação que eu represento, pela qual eu fui eleito.

O Distrito Federal, que é a capital da República, no dia 7 de fevereiro deste ano, era a unidade da Federação que mais havia vacinado em termos proporcionais. Agora, dados oficiais, o Distrito Federal despencou para a nona posição, em termos proporcionais, e para a 21ª, em termos absolutos.

Eu queria questionar V. Exa.: é o Ministério da Saúde que está dando poucas doses para o Distrito Federal ou é o Governo do Distrito Federal que está sendo ineficiente e não está agindo da forma correta na vacinação da população do Distrito Federal?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, toda essa política da vacinação é coordenada pelo Programa Nacional de Imunizações. E as doses são distribuídas de maneira equânime, considerando a população que foi ali incluída dentro do PNI. Não há distinção entre Estados e Municípios, exceção se faça ao Estado do Amazonas, onde houve aquela pandemia e foi criado um fundo para ofertar mais vacinas para aquele Estado naquele momento. Mas, pessoalmente, desconheço que haja algum tipo diferenciado de tratamento ao Distrito Federal.

Também eu não tenho aqui todos os elementos para passar para V. Exa. acerca do que ocorre no Distrito Federal em relação à campanha de vacinação. Mas posso verificar, no Programa Nacional de Imunizações, com a coordenadora, e lhe passaria essas informações no primeiro momento.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu faço esse apelo a V. Exa., porque, de duas, uma: ou o Ministério da Saúde não está tratando o Distrito Federal da forma devida, porque o Distrito Federal despencou de primeiro para nono, em termos proporcionais, ou o Governo do Distrito Federal não está sendo eficiente na política de vacinação – de duas, uma. O fato é que os dados oficiais mostram a queda da vacinação aqui no Distrito Federal, aqui na Capital da República.

Quarto questionamento, Sr. Ministro.

Há várias denúncias, neste momento, e muito disse me disse também de falta de insumos, de pessoas dizendo que vai faltar oxigênio, de pessoas também falando de uma terceira onda.

Eu queria saber, no âmbito do Ministério da Saúde, o senhor vê a possibilidade de termos uma crise grande de falta de oxigênio no País e uma crise de grande desabastecimento de insumos nos hospitais do nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Felizmente parece que nós já passamos o pico dessa segunda onda e a pressão sobre o sistema de saúde tem caído. Então, com isso, a pressão sobre o fornecimento desses insumos, do oxigênio, dos chamados *kits* de intubação orotraqueal, também caiu. Eu tenho um termômetro pessoal, que são as ligações que recebo dos secretários de Estado, dos secretários de Municípios, até dos Srs. Parlamentares. Então, a situação sanitária agora, desde que mantenhamos as medidas não farmacológicas, que avancemos na nossa campanha de imunização, é de um cenário em que vai haver uma queda da pandemia. Isso não significa dizer que devamos relaxar.

Sobre essa questão dos insumos estratégicos, o Ministério da Saúde já providenciou uma licitação internacional e nacional, sem estabelecimento de fixação de preço, para que consigamos um estoque maior no ministério para suportar os Estados e os Municípios. Eu aqui volto a dizer que a obrigação de buscar esses insumos é de Estados e Municípios, mas, diante do caráter pandêmico da doença, do grande número de casos que tivemos em face dessa variante, o Ministério da Saúde socorreu Estados e Municípios. Esse é um assunto que está, sim, no nosso alvo.

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – Eu tenho outros questionamentos, mas eu vou respeitar o tempo. Só vou fazer aqui um encerramento e um último questionamento a V. Exa. – mais um minuto; quero ser disciplinado no tempo.

Mas quero dizer o seguinte: eu acho que nesse momento cada um tem que fazer a sua parte, cada um tem que cumprir a sua obrigação, assumir sua responsabilidade e fazer sua parte. Eu, no meu mandato aqui, tento fazer a minha, com toda dignidade. Aqui, fui o Parlamentar do DF que mais destinou recursos para a saúde pública do Distrito Federal. Destinei só neste ano R$11,2 milhões para equipamentos para os hospitais públicos do Distrito Federal e para a compra de medicamentos para a rede pública do Distrito Federal, para a compra de tomógrafos, para a compra de ventiladores mecânicos, de oxímetros... Tento fazer a minha parte.

Acho que esse é um momento, Ministro, de união. É triste ter mais de 400 mil mortes no País, e o tempo todo se incentivar a divisão. Eu queria que o senhor conversasse com o Presidente da República e o fizesse ver que o momento não é de divisão. O País precisa de solidariedade, precisa que as pessoas se unam, precisa que as pessoas entrem numa corrente de amor ao próximo, de solidariedade. O senhor, provavelmente, é pai, é filho, tem amigos que estão no hospital internados, então é muito importante que, nesse momento, a vacina, por exemplo, não seja uma questão ideológica. Vacina é a chance da humanidade de salvar vidas, não é uma coisa de direita ou de esquerda. Vacina é a chance real que a gente tem de evitar que um brasileiro morra. Então, eu queria fazer este apelo a V. Exa.: que tente ter essa conversa com o Presidente para unir o País, para unir... A gente precisa, nesse momento, ter solidariedade com o próximo. E, aí, o Presidente também – e eu sempre acho que a gente se afirma pelo exemplo –, quando sai sem máscara nas ruas, não dá um bom exemplo para o País, e é importante que esse exemplo seja dado.

Então, eu queria – e V. Exa. se mostrou tão ponderado aqui – que conversasse construtivamente. É isso que eu queria dizer de coração. Não é uma coisa contra ou a favor, mas é uma coisa para o momento que a gente vive. Nós vivemos uma pandemia, e há vidas sendo perdidas.

E o último questionamento é com relação à quebra de patentes.

O Presidente norte-americano, Joe Biden, deu ontem um grande exemplo para o mundo. Mesmo com prejuízo para os Estados Unidos, ele falou "momentos extraordinários exigem medidas extraordinárias" e defendeu a quebra de patentes, porque é importante vacinar mais gente, salvar vidas, e eu queria perguntar... V. Exa. já falou aqui que não acha que é uma boa ideia a quebra de patentes. Essa é uma posição já oficial do Ministério da Saúde ou ainda é uma reflexão que será feita no âmbito do Governo Federal, para que se tenha uma posição oficial sobre a quebra de patentes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não sou um especialista nesse tema. Isso é uma opinião...

O SR. REGUFFE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - DF) – E quero agradecer a V. Exa. as respostas e ao Presidente a benevolência do tempo.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Como eu disse, Senador, eu não sou especialista nesse tema. Eu tenho receio de que essa medida possa, de alguma maneira, prejudicar o rito de entregas de vacinas para o Brasil, mas é um tema que a OMS também discute, e temos que evoluir no entendimento dessa matéria, que é sensível.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Questão de ordem, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu quero saber, Sr. Presidente, como é que vai ficar a questão do tempo, justamente porque começou a Ordem do Dia, há Senadores inscritos ainda, eu estou o dia inteiro aqui, esperando para falar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A senhora vai já falar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mesmo com a Ordem do Dia caminhando?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Não há impedimento para... Só há impedimento para deliberação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, então que fique esclarecido, porque está na dúvida. Então, podemos permanecer tranquilamente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não há problema, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Está bom. É isso. Obrigada.

(*Intervenção fora do microfone*.)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ótimo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Agora, a senhora... Eu vou dar... O Senador Angelo Coronel...

Pela ordem, Senador Angelo Coronel, por favor. (*Pausa.*)

Senador Angelo Coronel, tem que ligar o som.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Estou ativo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente Omar, pela abertura do tempo para mim, porque eu estou aqui em trânsito. Mas eu queria aproveitar para fazer duas perguntas simples ao nosso Ministro Queiroga.

Ministro, eu o acho realmente um craque, porque não é fácil conduzir uma pasta numa pandemia de grande magnitude como essa, em que o senhor prega que o distanciamento social é importante, o senhor prega que o uso de máscara, de álcool em gel, é imprescindível, mas você não acha que está na hora de o Ministério da Saúde destinar uma verba específica, convocando artistas, que são bons formadores de opinião, para aumentar isso que tanto o senhor prega e que também os cientistas pregam, que é o uso da máscara, do álcool, do distanciamento social? Há algum entrave que o impede de fazer isso? É alguma falta de verba? Porque, na grande mídia, nós não vemos nenhuma propaganda a esse respeito.

E uma segunda pergunta é o seguinte: também não está na hora de acabar com essas brigas com imprensa e começar o Ministério da Saúde a divulgar os números reais dos óbitos, dos internamentos que estão acontecendo no dia a dia no Brasil? Eu acho que já chega de um

consórcio de empresas reunidas divulgar algo que não é oficial. Eu acredito que o oficial deve sair do Ministério da Saúde.

Então, ficam essas duas perguntas, às quais eu gostaria muito que V. Exa. respondesse.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Muito obrigado, Senador.

O senhor tem razão. Nós estamos trabalhando com essas questões publicitárias. Eu, aqui, anteriormente, já falei os números em relação às inserções. O Ministério da Saúde tem que ser, sim, a referência desses dados epidemiológicos em relação à pandemia da Covid-19. Esses dados, inclusive, estão disponíveis no *site* do ministério, mas reconheço que precisa ser ampliada essa questão, para que tenhamos o ministério como a referência para a sociedade brasileira.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Faltou responder, Ministro, a questão da verba destinada à propaganda institucional...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... com a grande mídia brasileira.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu já falei aqui de manhã. Eu vou pegar aqui... Eu vou pedir que me informe o montante de recursos que foi investido com campanhas. (*Pausa.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Se não tiver agora, Ministro, não tem problema.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu passo para V. Exa...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – O importante é que a mídia seja feita.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu passo para V. Exa. esses números.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Angelo, ele vai passar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Inclusive utilizando artistas, o que é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci Lucas! (*Pausa.*)

Senador Izalci Lucas. Depois, Senador Jean Paul Prates...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... Senadora Soraya, Senadora Eliziane, Senador Fabiano Contarato e Senadora Zenaide. Aí acabou.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está triste, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O papel nosso é trabalhar. O que é que a gente vai fazer?

Senador Izalci!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Será que o Ministro não quer, Presidente, comer? Um intervalo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já teve.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ele é gente, como...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ministro não come, não, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Já fez, mas um segundo intervalo, gente, visto o adiantado da hora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Depois do Senador Izalci, vamos tomar uma água.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero começar a minha fala fazendo uma questão de ordem.

Nós já estamos, Presidente, recebendo os documentos dos requerimentos de informação. Então, eu gostaria de perguntar a V. Exa. se V. Exa. vai fazer a normativa de acesso aos documentos, principalmente os documentos sigilosos que estão chegando já para análise. Então, essa é a primeira fala.

Com relação...

V. Exa. quer responder ou já entro nas perguntas, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, nós estamos definindo onde nós vamos colocar esses documentos. Tem alguns documentos que são sigilosos, e nós temos que ter um critério para poder acessar. Assim que nós tivermos... Eu acho que, na terça-feira, nós já teremos uma posição, porque é necessário ter um cofre para guardar esses documentos. Tem a responsabilidade de que não se vazem dados de ninguém. Mas essa é uma preocupação... E a imprensa toda está perguntando também: "Quem é que vai tomar conta disso?" Quem vai tomar conta disso é o Senado. O Senado tem a responsabilidade de que não se vaze nenhuma informação. Algumas são públicas a que todo mundo pode ter acesso; outras são sigilosas, e a gente tem que ter todos os cuidados necessários para que a gente não cometa nenhum crime, deixando vazar essas informações.

Então, no momento certo, Senador, nós vamos tratar sobre esses assuntos.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – É só porque já chegaram, inclusive, inquéritos. Mas tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só chegou um inquérito até agora.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Exatamente. Eu sei.

Bem, eu vou entrar, então, Presidente, na minha fala com o Ministro.

Ministro, primeiro, agradeço a forma como V. Exa. tem colaborado com a CPI. Eu quero, inicialmente, Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, só um minutinho.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou suspender a reunião.

O Presidente do Senado está pedindo para encerrar a reunião porque ele vai colocar em votação as matérias. São duas matérias para serem votadas. Terminando a votação, a gente retoma aqui, para concluir com os Senadores que estão faltando.

Eu não posso fazer nada, Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Não, eu só queria saber se a gente vai ter condições de fazer pergunta hoje.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vai. Vai.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Se a gente vai conseguir falar, porque nós abrimos mão, e muita gente extrapolou o prazo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Estou tranquila, Senador. Se o senhor falou, não me preocupo, é só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando o Relator e o Doutor Queiroga, que agora vai descansar, porque ele vai lá para o meu gabinete.

Não há problema nenhum.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Pelo que nós lemos aqui, parece que é muito clara a letra do Regimento Interno, dizendo que não pode coincidir com a Ordem do Dia. Aí a minha preocupação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, tudo bem. Vamos suspender a reunião?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só uma pergunta...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Pela ordem.) – Eu quero falar, né? Aí nós abrimos mão do tempo, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou seguir a orientação do Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Só uma pergunta técnica ao Ministro, Presidente.

Ministro, ao paciente com Covid recomenda-se receber visitas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Desde que exista o controle adequado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, visita externa, qualquer tipo de visita.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, há que haver um regramento de acordo com cada instituição.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas a recomendação é o isolamento?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Há hospitais que disponibilizam uma televisita.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, é porque o Ministro Onyx, eu acho que resolveu correr o risco de visitar o Sr. Eduardo Pazuello no dia de hoje. Estranho porque ele informou a esta CPI que ele estava infectado com a Covid-19.

Então, me parece que é uma infração sanitária por parte de S. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Pela ordem.) – Colega Randolfe, em processo penal, isso é condução coercitiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci, nós vamos voltar assim que terminar a sessão do Senado. Voltaremos, e o senhor será o primeiro a falar, Senador Izalci.

Obrigado.

(Suspensa *às 16 horas e 54 minutos, a reunião é reaberta às 18 horas e 36 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Izalci estava com a palavra. Depois, a Senadora...

Senador Izalci, por favor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente.

Presidente, primeiro, eu quero trabalhar mais na linha...

Ministro, com relação, lógico, às apurações, nós apresentamos diversos requerimentos, convocações que ainda não foram deliberadas, e nós estamos aguardando toda a documentação, mas eu tive a oportunidade de falar com o Ministro Mandetta e gostaria de perguntar a V. Exa. sobre isso.

O grande problema que eu vejo na saúde, já há algum tempo, é exatamente a falta de informatização do Sistema Único de Saúde. E, consequentemente, também, em todas as Secretarias Municipais, há falta da informatização, há falta de informação, de controle, há falta de gestão mesmo do sistema de saúde. Eu não tenho nenhuma dúvida que grande parte do desvio de recurso, da corrupção na questão da saúde é falta realmente de entrar a questão da informatização, o que vários países já estão fazendo, e o Brasil está muito atrasado com relação a isso.

Aqui, para V. Exa. ter uma ideia, aqui no Distrito Federal, sequer tem controle de estoque de medicamentos. E acredito que seja realidade em outros lugares, mas na Capital do País acontece isso. Não tem nenhuma interação, nenhuma integração entre hospitais, unidades de saúde, postos de saúde, nada. Se você pegar dez receitas aqui, do mesmo medicamento, você vai em dez lugares diferentes e pega o mesmo medicamento. Para o senhor ter ideia, basta ver a corrupção que está aqui; a cúpula da saúde foi presa, e os argumentos do advogado de defesa tirou da prisão, alegando que era recurso federal. Portanto, nós vamos verificar isso aqui.

Mas, não só há a questão de controle, há a questão da dignidade. O cidadão hoje, Sr. Ministro, sai de casa às 6h da manhã, pega um ônibus, duas, três horas para chegar a um hospital e marcar uma consulta. E aí, muitas vezes, nem marca a consulta, uma coisa que você pode fazer em alguns segundos, utilizando os aplicativos. Então falta, realmente, as pessoas... Eu fico, assim, indignado, como as pessoas vão para o hospital público: parece que estão pedindo um favor. Há uma falta realmente de dignidade da pessoa humana. E há vários países, como eu disse – a Estônia, por exemplo; nós vamos fazer uma audiência pública agora, nos próximos dias, com a Presidente da Estônia –, 100% digitais.

E, na prática, o próprio Ministro Mandetta disse que havia alguma dificuldade. Ele tentou. Foi feita, inclusive uma proposta inicial, lá em Alagoas. Mas eu vejo assim: o sistema é único, é universal. Cabe ao Ministério da Saúde incentivar ou determinar ou condicionar esse controle,

essa informatização para que haja realmente o controle, o planejamento. Não se planeja nada. Você não tem informação correta. Então, a minha sugestão... Eu sei que nós estamos em pandemia, mas eu garanto que nós vamos economizar, no mínimo, 30% dos recursos se tivermos controle, se tivermos informática, se tivermos realmente a determinação de termos uma gestão eficiente.

Outra coisa, Ministro, que acontece muito no Brasil, lamentavelmente, e eu fui um dos pioneiros disso aqui no DF, na questão da educação. Nós não podemos continuar financiando Fies, ProUni. E eu tive o privilégio de começar em Brasília, em 1998, um projeto chamado Cheque Educação e, depois, veio o ProUni. Nós temos que compatibilizar as necessidades do País com as bolsas ou com o financiamento. Se falta médico, temos que financiar mais médicos. Se faltam clínicos, se faltam físicos, se faltam enfermeiros, se faltam auxiliares de enfermagem, nós temos que patrocinar, com recursos do Fies e do ProUni, exatamente aqueles profissionais que estão faltando no Brasil. Isso é política pública. Agora, é iniciativa do Executivo. Então, levando em consideração que há essa discussão, inclusive, nos cursos de Medicina, indo para a saúde...

Há realmente divergência com relação a isso. Não sei o que V. Exa. pensa sobre isso, mas estavam tirando da educação a questão da formação e jogando tudo na saúde. Eu queria sugerir que, além da questão de informatizar o mais rápido possível o sistema, também se fizesse essa questão da prioridade com relação ao Fies e ao ProUni, exatamente para esses profissionais que faltam no mercado, que o Governo precisa e não há condição...

Eu tenho, inclusive, uma PEC, a PEC 200, desde 2011, que permite ao Governo Federal solicitar, se precisar, em qualquer área, principalmente Medicina – outras atividades, mas principalmente Medicina –, para que os alunos que se formam nas universidades públicas possam prestar serviço onde há necessidade. Ou o aluno... Lógico, recebendo salário normal, mas é inadmissível você não ter médico em vários Municípios do Brasil e nas capitais você ter excessos de médicos, muitos deles formados nas universidades públicas e que acabam não dando a contrapartida para a sociedade. Então, eu acho que a gente não pode deixar de atender vários Municípios por falta de médico, por falta de enfermeiro ou de profissionais da saúde.

Então, eu, já dentro dessa perspectiva, acho que a CPI tem o papel não só de apurar as irregularidades, mas também de contribuir com a melhoria da legislação, com a melhoria da gestão pública. Então, com relação a essa contribuição, eu queria ver se V. Exa. poderia se comprometer nesse sentido.

Eu sei que há resistência. Nunca se gastou tanto com informática nesses Estados, mas nunca funcionou, porque não há interesse em que se tenha controle.

O escândalo, a corrupção no sistema de saúde no Brasil é gritante, decepcionante. Há uma indignação quando a gente vê desvio de recurso público na área de saúde – as pessoas morrendo e não tem.

E outra coisa, Ministro: a questão nós aprovamos na Comissão do Covid, Paulo Guedes falou pela primeira vez, disponibilizando R$20 bilhões para a compra de vacina. Eu espero que aconteça isto agora no Orçamento: nós tínhamos R$200 milhões no Orçamento para os testes 1 e 2 da vacina nacional, da Universidade de Minas e da Universidade de São Paulo, e para fazer o teste 3. Serão necessários para essas três vacinas R$710 milhões. É nada, é quase nada, se você avaliar o benefício que é você dominar – e o Brasil tem todas as condições para

isso – a questão da vacina nacional. Nós temos, talvez, os melhores profissionais de pesquisa na área do vírus e temos uma rede, inclusive, magnífica, mas como sempre falta recurso. Então, eu sei que tem muito a ver com o Ministério da Ciência e Tecnologia, mas eu acho que o Brasil é único, o Governo é um só. Tem que compatibilizar essa conversa com o Ministério da Ciência e Tecnologia e com o Ministério da Saúde para que a gente realmente ter a nossa vacina, porque V. Exa., que é médico, sabe que todo dia tem uma variante diferente. Se a gente tiver que comprar vacina para cada variante, não vamos a lugar nenhum. Então, a prioridade tem que ser a autonomia na produção da vacina nacional.

Então, eram essas minhas considerações.

Eu queria perguntar a V. Exa. se V. Exa. está providenciando essa questão da informatização do Sistema Único de Saúde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, obrigado pelas considerações do senhor, são considerações pertinentes. Nós vamos tomar providências para avançar com o aprimoramento do processo de informatização do Ministério da Saúde.

Acerca da formação dos profissionais de saúde, isso é prioridade absoluta. Nós estamos atentos a esse ponto. Já, em parceria com o Ministério da Educação, vamos ofertar bolsas para medicina intensiva.

Sobre a questão da pesquisa da vacina, obviamente há que serem feitas pesquisas com a vacina nacional. Há essas dificuldades orçamentárias, mas é possível superar essas questões para não paralisar as pesquisas com a vacina a que o senhor fez alusão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para complementar, eu tive agora uma reunião com o Ministro da Ciência e Tecnologia.

Nós temos no Brasil 16 institutos de pesquisa. E é bom já começarmos a levantar esta questão: nós estamos trabalhando com a metade do contingente necessário para os institutos de pesquisa, que são os melhores do mundo, e, na prática, a metade desses que restam tem já condições de aposentar, já está numa idade de aposentar.

Eu queria – viu, Ministro? – que houvesse realmente um esforço concentrado para que a gente tenha realmente, eu digo, concurso, porque há uma proibição generalizada – como uma decisão sem levar em consideração que cada caso é um caso –, mas você não pode simplesmente suspender concurso de tudo. E aí os pesquisadores agora todos aposentando, não são como qualquer profissional que você anuncia e substitui no dia seguinte; há vários profissionais que você anuncia e substitui. Agora, para pesquisador levam-se dois, três anos para ter a transição de uma pesquisa nova.

Então, eu queria perguntar, primeiro, com relação a essa questão da informática, se tem resistência? Se o senhor acha que nessa gestão do senhor tem condição de a gente promover, de fato, a informatização? O Ministro Mandetta e outros anteriores não fizeram e me foi dito, inclusive, que há uma resistência grande. Não sei quem é que tem interesses diferentes, mas não tem lógica, no século XXI a gente estar ainda totalmente analógico.

Mas, com relação à pesquisa, eu queria pedir a V. Exa. também que houvesse realmente uma aproximação maior entre a saúde, ciência, tecnologia e os institutos de pesquisa que são demandados. Então, eu vejo assim, é lamentável – no Brasil é assim –, cada ministério parece

que é um governo diferente, cada secretaria estadual também parece que é um governo diferente, a educação não fala com a saúde, a saúde não fala com a cultura, lamentavelmente é assim. Então a gente precisa mudar isso, e a saúde, para nós, é escancaradamente sem controle, lamentavelmente. Eu fico, assim, abismado aqui no DF com a falta total de controle.

Vocês vão ver, daqui a pouco, aprovamos já os requerimentos. A hora que começarmos a convocar e ver o processo, as pessoas não têm controle. As pessoas vendem para o governo, colocam um preço baixo, mas na hora de entregar entrega a metade, 70% do produto. Não tem controle com relação à atuação dos profissionais.

O que custa hoje você digitalizar os exames, o prontuário? Na hora em que o médico vai atender o paciente, na hora em que abre o computador, tem lá tudo isso. É coisa simples de fazer, mas precisa ter vontade política de fazer, determinação para fazer.

Então, eu gostaria de pedir que V. Sa. se empenhasse nisso. Eu tenho certeza de que vai dar mais dignidade às pessoas e vai reduzir a corrupção, o descontrole e a ineficiência do serviço de um modo geral na saúde.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, queria, inicialmente, até pedir, é quase como se fosse um pela ordem inicialmente, em relação à questão da visita que o inquirente Pazuello recebeu do Ministro Onyx.

Saber de V. Exa. se tem alguma coisa que a gente possa fazer, porque, de fato, o Estado de S.Paulo revelou aqui que ele foi flagrado em foto chegando e saindo do hotel de trânsito de oficiais, onde mora o Pazuello, no Setor Militar Urbano aqui de Brasília.

E, para quem está nos assistindo em casa, isso aqui é um inquérito parlamentar. Claro que todos nós aqui sabemos, mas se aplica – estou do lado de quem mais sabe desse assunto aqui na Casa, Delegado Contarato – o Regimento do Senado, mas, subsidiariamente, plenamente, o Código Penal e o Código de Processo Penal, e, no art. 342, está escrito: crime de falso testemunho, fazer afirmação falsa ou negar ou calar a verdade como testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Bom...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, essa primeira era uma questão de ordem, não faz parte da minha inquisição ainda, mas queria que V. Exa., depois de já ter sabido disso, está aqui a foto da visita publicada no jornal, saber o que a gente faz diante disso, é uma pergunta até.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Primeiro, torcer para o ex-Ministro Pazuello não estar com Covid e não contaminar o Onyx.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É a primeira coisa.

A segunda: não foi o ex-Ministro Pazuello que foi ao Onyx. O Onyx que foi fazer uma visita. Isso é uma questão pessoal deles. Ninguém pode proibir alguém de visitar alguém mesmo que esteja com suspeita de Covid. Eu não tenho como... Nós não temos poder para isso. Agora, eu

espero que, se o ex-Ministro Pazuello estiver com Covid, o Ministro Onyx não se contamine. Vamos torcer para isso. No mais, não podemos fazer mais nada. Vamos tocar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos esperar que seja assim, que não seja apenas uma alegação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sobre essa questão que foi levantada, eu acho que o Ministro Pazuello continua equivocado ao extremo. Nós o estamos tratando dignamente, como testemunha. Ele não é acusado de nada. Ele não é investigado. Então, a sutileza da vinda dele como testemunha é uma coisa muito mais digna, muito mais digna. Se ele estiver querendo vir só na condição de acusado, aí é uma outra questão. Nós não estamos pretendendo acusá-lo de nada absolutamente. E o Supremo Tribunal Federal estabelece gradações diferentes com relação à testemunha e com relação ao acusado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu acho que ele continua completamente equivocado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Dá licença.

Mas, veja bem, eu não estou aqui para defender ninguém. Não foi o Ministro Pazuello que saiu do local em que ele mora para ir à casa de ninguém. Foi alguém que foi à casa dele, ao local em que ele está. Ele não está cometendo crime nenhum.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, é apenas porque causa espécie que o Ministro saia para visitar uma pessoa doente, mas tudo bem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, Presidente. A informação...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É porque a imprensa está dizendo que pode haver uma busca e apreensão. Nós não cogitamos isso, não cogitamos isso. Isso seria uma requisição em caso gravíssimo. E eu confio no bom senso dele. Eu acho que isso não vai acontecer. Agora, ele precisa colaborar e deixar de usar o Exército como biombo para não vir à Comissão Parlamentar de Inquérito. Isso é extremamente irresponsável.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A consideração do Relator é somente pela circunstância, é que o ex-Ministro Eduardo Pazuello, ao que me parece, considera pedir um *habeas corpus* para não comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. É por isso a consideração de S. Exa. o Relator.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eu não vejo, sinceramente, eu não vejo crime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Presidente, pela ordem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Se S. Exa. assim considera, que o Relator coloca muito bem, é que isso pode acarretar uma mudança de qualificação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Se V. Exa. me permite, Sr. Presidente – é apenas uma ponderação –, esse alarde todo faz parecer que a CPI tem poderes para determinar, de maneira cautelar, a suspensão dos direitos civis de membros da sociedade ou ex-integrantes do Governo...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em momento nenhum.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque querer, neste momento, questionar se ele recebeu, se não recebeu, com todo o respeito, Sr. Presidente, isso não é papel da CPI.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não, em momento nenhum. Senador Marcos, a única coisa que causa espécie é o Ministro, o Ministro, uma pessoa que está em exercício no Ministério, ir visitar uma pessoa que se diz doente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas isso não é objeto da CPI.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso não é objeto da CPI, com todo o respeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Cabe-nos desconfiar do assunto, mas...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E há outro aspecto: o Ministro da Saúde está aqui o dia todo, tirando um dia de trabalho para prestar depoimento...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Prossiga, prossiga.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... e essa perda de objetividade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos às minhas perguntas, vamos às minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. está com a palavra, por favor.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – O comportamento dele foi de má-fé, contraditório. Isso viola a boa-fé objetiva... (*Fora do microfone.*)

... e a Comissão Parlamentar de Inquérito tem competência, sim, para determinar condução coercitiva caso reste caracterizada má-fé, como ele está demonstrando, com todo o respeito.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se estiver mentindo...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No caso do acusado, não tem, porque o Supremo desfez a condução coercitiva. Ela não existe mais. Ela é emblemática de uma época que ficou para trás.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que conduza os trabalhos da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero saber qual foi o crime que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... o ex-Ministro Pazuello cometeu hoje. Ele recebe a visita de alguém. Qual é o problema, pelo amor de Deus?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É apenas um ato que inspira desconfiança. Mas vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É por isso que as pessoas acham que a gente quer politizar isso aqui, rapaz!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, Presidente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tranquilo.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está claro isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pelo amor de Deus!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quando não têm lógicas as coisas, não têm lógica. Agora, ou eu me comporto... Pegar... Olha, se eu estou doente, e uma pessoa vai me visitar... Quem pode ficar doente é quem me visita. Eu não estou... Quem vai se fazer mal é quem está me visitando.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E outra, Sr. Presidente: não foi dito que ele está doente. Ele teve contato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, eu só estou falando se estiver. Pelo amor de Deus!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele está de quarentena.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vamos lá, Presidente! Vamos seguir!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para interpelar.) – Ministro, eu queria explorar aqui um pouco o Ministro.

Ministro, obrigado por estar com a gente até esta hora, voltar agora, depois de um segundo ou terceiro turno... É muito valioso para nós, e a gente quer lhe agradecer, antes de mais nada, por essa deferência a nós, inclusive nesta cansativa jornada aqui de hoje.

Eu queria explorar um pouquinho dois assuntos. Um é a requisição da produção nacional de equipamentos, anestésicos, sedativos... Eu queria saber se isso está existindo mesmo. O

Ministério da Saúde requisitou produção nacional desses medicamentos? Se sim, por quê? Isso tem resultado em uma redistribuição, uma realocação desses medicamentos de alguma forma? Com que lógica? Com qual critério?

Eu digo isso porque – eu já falei isto duas vezes aqui – a rede pública e a privada, inclusive hospitais beneficentes e tal, que estão atendendo Covid estão tendo dificuldades em fazer cumprir seus contratos de fornecimentos regulares. E me chegou a isso... Por exemplo, lá em Mossoró, perto de seu Estado também, conhecido como Rio Grande do Norte, instituições públicas e privadas tiveram seus contratos desordenados alegadamente por essa questão da requisição. Eu queria entender qual é o critério, qual é a lógica dessa redistribuição e como está sendo canalizada essa questão dos pedidos dessas entidades.

Segunda coisa, ainda a respeito desses medicamentos, e temos um projeto aqui, na Casa, do Senador Lasier Martins, que deve ir à pauta nesta ou, senão, na próxima semana. Em relação ao preço desses medicamentos. As mesmas fontes de informação, fontes do terreno, dos hospitais, dos lugares, não assessorias técnicas, me dizem que alguns desses medicamentos aumentaram de R$5,00 para R$150,00 a ampola. Não sei se vocês estão acompanhando esse processo, mas isso nos levou a fazer um projeto aqui, como eu disse, do Senador Lasier.

O custeio desses hospitais – e aí é irrelevante se públicos ou privados, é mais a questão da ordem de grandeza – tem aumentado na ordem de 300% em alguns casos. O que o Governo Federal está fazendo antes que nós tenhamos que sair para soluções tipo tabelamentos, congelamentos, que é o que está se inspirando por aí, e correr o risco de ainda ter mais dificuldades de entrega desses produtos?

É a segunda coisa, para anotar aí. Como é o mesmo assunto...

O terceiro item desse assunto é a questão das UTIs pediátricas, já que o vírus está chegando a faixas de idade mais tenras, digamos assim. Em relação a recursos para os Estados. No meu Estado, nós recebemos, em 2020, cerca de R$300 milhões. Vou arredondar para não complicar muito. Foram R$296,4 milhões no ano passado para a Covid, em 2020. Ano inteiro. Este ano, 2021, estamos no quinto mês, metade do ano praticamente, recebemos 10% do valor. Qual é o critério e por que está havendo atraso ou redução, não sei se é um atraso ou se é uma redução definitiva, desses recursos Covid, recursos federais transferidos pela União para o combate do Covid no Rio Grande do Norte? Até agora, repito, quinto mês, mês de maio, R$32 milhões apenas. Isso está consubstanciado em vários ofícios que estão enviados. Eu estou só colocando a questão aqui a público, mas tudo isso está consubstanciado em comunicações diretas do Governo do Estado e do próprio mandato do Senado e dos três Senadores juntos ao Ministério da Saúde. Na pior fase da pandemia, nós estamos contando com 10% dos recursos do ano passado.

E a terceira coisa diz respeito, mais uma vez, a essa questão da Conitec. Aí, é a questão da cloroquina e tal. Eu queria saber se V. Exa... Quando foi iniciado, na verdade, esse procedimento de avaliação da cloroquina na Conitec? Uma data aproximada, quantos meses, que dia foi, etc.

E percebi que V. Exa. é um defensor da Conitec, dos procedimentos de definição de Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas para medicamentos no âmbito do SUS, o que é louvável. Então, eu pergunto: V. Exa. concorda que não é possível a dispensação de medicamentos sem a avaliação da Conitec? Sim ou não?

Seria possível a elaboração e a divulgação de uma orientação oficial sobre o medicamento, qualquer que seja, no âmbito do SUS, seja por meio de nota técnica, seja por meio de nota informativa, que não seja por meio dos procedimentos oficiais da Conitec? Sim ou não?

Ainda nesse sentido, V. Exa. precisa se manifestar se a orientação contida na Nota Informativa nº 17 – um número cabalístico –, de 2020, que orienta sobre cloroquina, está ou não valendo como orientação do Ministério da Saúde, sob o seu comando, a partir dos 45 dias do seu comando. Essa orientação, Nota Técnica Informativa 17, de 2020, está valendo ou não?

Basicamente, é o que eu queria perguntar, aduzindo a seguinte pergunta, responda se estiver à vontade de respondê-la: o senhor como cardiologista e médico, se não estivesse como ministro, mas no exercício da sua chamada autonomia médica, assinaria uma receita de cloroquina, de ivermectina ou de annita para Covid? Quais seriam as suas expectativas diante desse efeito do remédio: preventivas, evitar pegar o vírus ou tratamento precoce?

Obrigado, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senador, em relação aos insumos para o *kit* de intubação, o Ministério da Saúde, em parceria com a Anvisa, acompanha a produção da indústria nacional para assegurar que haja uma distribuição equânime entre o sistema público e o sistema privado.

Do meu conhecimento, antes do início da nossa gestão, houve uma requisição administrativa desses insumos. O Ministério da Saúde acompanhou essa questão dos preços, dos preços elevados e, salvo melhor juízo, houve uma ação da Anvisa que aplicou uma multa.

Eu peço para posteriormente confirmar essa informação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só para confirmar se a requisição implica colocar todos esses medicamentos num lugar centralizado e redistribuí-los conforme critérios do Ministério da Saúde. É isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso respeitou contratos existentes anteriormente – o nosso Secretário está me passando essa informação –, e isso foi distribuído conforme o pactuado com o Conass e Conasems. Inclusive, existem atas do Ministério da Saúde com Conass e Conasems para que essas distribuições sejam feitas obedecendo a critérios de natureza técnica.

Em relação...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Normalmente, num tempo de guerra, quando há uma requisição, os contratos acabam não sendo cumpridos exatamente nas quantidades e destinatários que estão ali, porque justamente a razão de requisitar é redistribuir de outra forma. Se não precisasse fazer isso, não precisava requisitar, concorda? Os contratos seriam cumpridos diretamente, não teria por que o Estado se meter nisso. Se o Estado se mete e requisita, é porque ele vai transformar aquilo tudo num bolo só e vai redistribuir conforme ele achar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – E foi redistribuído...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso é o que nós queremos entender melhor. Se puder enviar essa informação para nós...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Foi redistribuído, Senador...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... conforme pactuado com Conass e Conasems.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

Então, se puder, depois, eventualmente também nos enviar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos passar...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque essa questão está ecoando, no nosso ouvido, o tempo todo...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos passar para o senhor...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... porque esses hospitais nos ligam e dizem: "Olha, eu tinha um contrato, e ele foi confiscado".

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Podemos passar para o senhor esses dados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em relação ao protocolo, isso foi uma das primeiras ações da nossa gestão, isso já está em análise pela Conitec para elaborar o protocolo e ser disponibilizado.

Em relação a essa orientação, não foi uma orientação feita na nossa gestão, e é uma orientação que fala a respeito de doses seguras, não é um protocolo clínico. Serve para que doses mais altas não sejam administradas para os pacientes, até porque, se pegarmos em perspectiva, havia prefeituras que aplicavam esses medicamentos, hospitais privados...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu conheço uma.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O senhor conhece o cenário...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na capital do Rio Grande do Norte...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Nós vamos substituir qualquer tipo de orientação que haja pelo protocolo, pelo protocolo clínico e a diretriz terapêutica, conforme a legislação do Sistema Único de Saúde.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Só uma pergunta ancilar em relação a isso: se a orientação dá uma dose segura, então, a liberdade ou a autonomia médica tem limite, não é?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A autonomia médica tem limite...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, bingo!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... está limitada pelo que é comprovado cientificamente e pela legislação, assim diz o Código de Ética Médica.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem, perfeito!

E, sobre o senhor receitar ou não, o que diria?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, esse é um tema que será enfrentado tecnicamente, conforme aqui eu já reiterei. Eu sou a parte decisória final em relação ao protocolo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas, antes de assumir o Ministério, não receitaria?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Então, antes de assumir o Ministério, eu atuava como cardiologista intervencionista, que é uma especialidade da Cardiologia. Eu não estava lidando com esse tipo de paciente.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu conheço ortopedista que está indicando e eu conheço oftalmologista, lá em Natal, que está indicando Ivermectina. Enfim, ainda bem que a sua responsabilidade não permite fazer isso.

Obrigado.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Soraya, que está desde manhã cedo aqui. A Senadora Eliziane vai aguardar a sua colega Senadora Soraya; depois, a Senadora Eliziane.

Senadora Soraya, por favor.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tanto faz, na ordem, na ordem correta. Não quero pular na frente, não. Se for a Eliziane... Sou eu mesma?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, é você, é você, é você!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Presidente.

Parabéns pela...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – As únicas duas mulheres que estão aqui são vocês duas. Por isso que eu disse que ela iria aguardar.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS. Para interpelar.) – Ótimo.

Obrigada e parabéns pela condução dos trabalhos, principalmente em não politizar. Foi o que o senhor disse agora em relação à visita do Ministro Onyx ao... A suposta visita, porque pode ter entrado no hotel e ter ido falar com outra pessoa. Ninguém sabe. Então, é por aí que tem que ser mesmo.

Sr. Ministro, obrigada por nos aguardar até agora. Espero que tenham dado um lanche para o senhor, porque ninguém é de ferro, não é? E obrigada mesmo pela paciência e pela educação com que tem tratado aqui esse evento do dia de hoje.

Bom, primeiro para nortear a minha primeira pergunta, Ministro, eu gostaria de saber quem faz a comunicação do Ministério da Saúde. É a Secom ou está por conta de um departamento interno do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – O Ministério da Saúde tem a sua assessoria de comunicação própria.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E é ela que vai tocar essa campanha de vacinação, que está sendo parece que gestada?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É a assessoria de comunicação própria do Ministério da Saúde. Naturalmente, essa questão da pandemia é algo que envolve o Governo como um todo e são ações, às vezes, conjuntas, porque o Ministério da Defesa também tem ações com enfrentamento à pandemia, o Ministério da Ciência e Tecnologia também tem ação em relação à pandemia. E existe também a Secom e o próprio Ministério das Comunicações. Então, existe uma ação interministerial em relação a essa questão da política geral de comunicação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Então, existe um alinhamento entre as comunicações. Eu digo isso pelo seguinte: para nós, que estamos de fora, é mais fácil perceber; nós, que estamos no dia a dia, lidando com as pessoas. É importante esclarecer, nessa comunicação que está acontecendo, que seja diferenciada, Ministro – o senhor vai ser o porta-voz; o senhor, que é a autoridade máxima sanitária do País –, que seja esclarecido para a população o que é tratamento precoce, o que é tratamento preventivo, o que é isolamento social, um nome que assusta, e o que é distanciamento físico.

É importante, porque precoce e preventivo são palavras que se confundem. Para nós, dentro do vernáculo, o que se entende por precoce ou preventivo é antes de pegar o vírus? É depois que pegou o vírus? Mas, antes de pegar, eu posso tomar a medicação? Então, não está claro, na cabeça da população, no coloquial. Então, de uma forma coloquial, não técnica, essa comunicação para o povo tem que ser feita, porque fica...

Eu acredito que não são coisas tão difíceis de se explicar, mas são importantes de saber. Que venham do senhor, do Ministro, o mais alto cargo! É importante que saibamos as diferenças, porque fica tudo numa zona muito nebulosa. Então, ia ser orientação única. Essa campanha precisará abordar claramente essas questões. No nosso dia a dia, a gente perde realmente a questão.

Então, humildemente, o que tenho visto, desde o dia em que o senhor assumiu – eu imagino o que seja pegar um ministério, receber um ministério no meio de uma pandemia –, mas o gerundismo tem tomado conta das questões: "Estamos fazendo, estamos alinhando, estamos gestando, estamos...". Então, existe um senso de urgência muito grande, porque estamos numa pandemia. E principalmente fazer com que as pessoas, nessa estratégia de comunicação, voltem para tomar a segunda dose. Eu não vi aqui... E o que eu quero é ajudar. Nós temos que nos unir. A nossa obrigação aqui maior é nos unir para salvar vidas. O que está sendo investido? Tem garoto-propaganda? Cadê o Zé Gotinha? Porque eu vi também que o Zé Gotinha está preparando uma surpresa. Que surpresa?

Então, que saiamos do gerundismo e consigamos fazer já, para ontem.

E quero lembrar que salvar a economia é salvar vidas.

A minha pergunta para o senhor, objetivamente: em 45 dias no Ministério, quantas vezes o senhor se reuniu com o Ministro Paulo Guedes?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com o Ministro Paulo Guedes, pessoalmente, com o Ministro Paulo Guedes, uma vez, e, em reuniões com o Presidente da República, diversas vezes. Então, tenho uma interação com o Ministro Paulo Guedes muito boa.

Em relação a investimentos em campanhas publicitárias, eu já aqui disse anteriormente, Senadora: R$23 milhões, de 30 de março a 6 de maio; 427 inserções em TV e diversas outras ações.

Agora, eu concordo com V. Exa. em relação ao objeto da campanha. Tem que ser uma campanha que a população entenda. Ainda vamos avançar. Não é gerundismo, porque isso é algo que vai acontecendo ao longo do tempo. A prioridade é em relação à vacinação, em relação às medidas não farmacológicas para conseguirmos o objetivo que desejamos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Mas o senhor concorda que essas palavras estão no imaginário da população?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Concordo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – A pessoa não sabe se tem que tomar...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A prevenção da Covid é a vacinação, viu, Senadora?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O que é que é precoce? O que é que é...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A prevenção da Covid é a vacinação...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ótimo. Mas então...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... o uso das medidas não farmacológicas.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – ... acabar com esses termos, acabar com esses termos numa linguagem única, porque isso confunde.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O.k.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Gostaria de saber quantos médicos o senhor tem na equipe; se o senhor tem uma junta médica, fora esse comitê que existe aí. Para o dia a dia, o senhor tem uma junta médica com que o senhor conversa diariamente ou o senhor toma essas decisões sozinho?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, há vários médicos na equipe do Ministério, funcionários do Ministério, e, no meu Secretariado, tenho eu, tem o Raphael, tem o Hélio, tem a Mayra, tem o Sérgio. Então, somos cinco médicos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Cinco médicos na cúpula...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Cinco médicos; um farmacêutico, que é o Professor Arnaldo Medeiros, Secretário de Vigilância e Saúde; e um economista, que é o Rodrigo Cruz.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E vocês, como médicos, conversaram entre si?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, claro. Claro, Senadora.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Não é um comitê praticamente... É um comitê permanente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Além disso, nós temos consultores técnicos que participam conosco...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – São médicos?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Médicos, médicos, professores universitários, as sociedades científicas a que eu já fiz aqui menção.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Quem cuida hoje da logística, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Questão logística? A Secretaria Executiva é que controla todas as questões logísticas, além de que nós temos o Departamento de Logística, que é liderado pelo Sr. Roberto Dias.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

Ministro, a iniciativa privada entrou em campo para ajudar na aquisição de insumos para a intubação, como o caso de sedativos, neurobloqueadores, analgésicos, dentre outros. Sabemos que, para a pandemia, não faltaram recursos, e, pelo que tenho visto, inclusive na sua fala de hoje, o Governo Federal não vai deixar que faltem recursos. A questão é a seguinte... Também sei que existem dúvidas em relação a se se libera para a iniciativa privada adquirir vacinas ou não. Eu digo iniciativa privada quem? As clínicas de vacinação.

Eu estive em reunião com o Sr. Geraldo da ABCVac. Eu estou falando daqueles que têm permissão legal para fazer a vacinação, que sabem, que têm a *expertise* de buscar lá fora no mercado e adquirir vacinas e aplicar, tanto que os serviços deles estão sendo utilizados. Eles têm uma reserva de 5 milhões de doses que não virão para o Brasil de forma alguma, porque muitas fábricas de vacina reservam lotes para vender para o Poder Público de países e certos lotes, que são em número menor, para vender para a iniciativa privada, porque eles querem abrir mercados.

Então, quando falam que vai faltar vacina para a população se a iniciativa privada adquirir – a iniciativa privada, eu digo, aquelas autorizadas por lei para comercializar e aplicar vacinas – , nós teríamos, nós já temos essa reserva de 5 milhões de doses que essa fábrica não irá vender para poder público algum; então, se esses 5 milhões não vierem para o Brasil, irão para a iniciativa privada de outro país.

O senhor considera isso? Eu sei que ainda não houve conversa desse ramo, de um ramo tão importante para a vacinação. A iniciativa privada não está em interlocução com o Governo, pelo menos até o último minuto que eu soube, não há interlocução com o principal ramo de negócios de vacinas no Brasil. Isso é preocupante. Eles podem ajudar.

Então, eu quero saber: em relação aos insumos para intubação, o Ministério da Saúde já conseguiu retomar as rédeas? Porque não faz sentido deixarmos que a iniciativa fique adquirindo lá fora sendo que nós temos dinheiro e condições. Nós estamos trabalhando para isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, posso responder a V. Exa.?

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Sim.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Em relação à aquisição desses insumos do *kit* intubação, conforme pactuado, isso é atribuição de Estados e Municípios.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Tá.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde entrou nesse contexto por conta da condição pandêmica e pelas dificuldades desses insumos, que se acentuaram muito em função do pico que tivemos. Felizmente, estamos vencendo esta situação epidemiológica grave, mesmo lentamente. E houve o apoio da iniciativa privada, liderado pela Vale e por outras indústrias que nos doaram esses insumos.

Além dessas ações, tivemos doações da Espanha, de Portugal, e o Ministério da Saúde também está fazendo uma licitação internacional, tudo no sentido de reforçar o estoque do Ministério da Saúde, porque não é só o enfrentamento da pandemia em si, há cirurgias eletivas represadas e uma série de situações e precisamos estar precavidos para essa questão. Então, o Ministério está atento e acompanhando.

Além disso, a Anvisa permitiu, diminuiu o chamado "período da quarentena biológica" de 15 para 7 dias, para ter mais ofertas desses insumos. E foi permitida a importação direta pela iniciativa privada, de tal sorte a aumentar a perspectiva de suprimento desse insumo que é o chamado *kit* de intubação orotraqueal.

Em relação à vacina, eu podia até perguntar aos senhores, porque há uma legislação específica, não sei se já foi aprovada ou se está na iminência de ser aprovada, que permite que, após atingir o número de pacientes do PNI, a iniciativa privada possa adquirir vacinas. Aí uma parte seria alocada para o PNI, outra parte...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É porque houve uma confusão. Quando se falava em iniciativa privada adquirir, parece que são as empresas comprarem. Na verdade...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que nós defendemos, Senadora, é que o PNI é a forma mais eficiente de levar vacina para os brasileiros. Agora, se os Srs. Parlamentares do Senado, do Congresso Nacional, acharem por bem aprovar essa legislação, é uma legislação e nós temos de cumprir a legislação.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – O.k.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Mas, do Ministério da Saúde, há o esforço do Ministério da Saúde para adquirir mais doses da vacina. Eu já anunciei aqui as 100 milhões de doses da Pfizer, e vamos continuar trabalhando para trazê-las.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – É que algumas atitudes podem ser tomadas, assim, pelo próprio, direto pelo Executivo, sem passar pelo Legislativo; mas, enfim, satisfeita em relação a isso.

Gostaria de saber do senhor como está a interlocução com os Estados? Eu me recordo do Ministro Mandetta dizer que não recebia informações suficientes dos secretários de saúde das unidades da Federação. Eu pergunto para o senhor se o senhor tem esses boletins periódicos e, se não tem – só para que sejamos objetivos, eu gostaria de conseguir terminar com o meu

tempo aqui –, se o senhor não recebe, se tem algum Estado que não lhe dá informações que o senhor precisa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, existem secretarias especializadas no Ministério da Saúde que cuidam dessa pauta. E a articulação com os Estados é feita direto com o Conass e o Conasems.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – E chegam para o senhor diariamente as informações dos Estados?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Chegam sempre que nós requisitamos, eu pessoalmente como Ministro, mas são temas que são tratados pelas secretarias temáticas do Ministério da Saúde.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Existe algum Estado que está lhe devendo informações, que traz dificuldade de interlocução, que não ajuda?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço, Senadora, se há Estados que criam dificuldades. Nós temos um bom relacionamento com os secretários estaduais de saúde. Todos que nos procuram nós procuramos atender da melhor forma, e a relação com o Conass e o Conasems é uma relação harmônica.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Que bom!

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Pelo menos até o momento em que eu estou aqui no ministério.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Porque é importante que nós saibamos como tem agido a nível... Não é somente investigar o dinheiro, os recursos que vão para a pandemia, mas também a colaboração para conseguirmos aferir realmente a culpabilidade, caso haja nesse processo todo.

Semanas atrás, a Comissão Temporária do Covid aqui do Senado Federal recebeu o Dr. Fabrício Silva.

Senador Omar, tem mais um pouquinho? Porque ele falou no interregno, não é?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Pode ficar à vontade...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSL - MS) – Ah, que bom, obrigada.

Essa Comissão temporária aqui do Senado Federal, presidida pelo Senador Confúcio, que é médico, tem recebido vários profissionais da área de saúde, inclusive o Dr. Fabrício Silva, que foi quem me tratou quando eu tive Covid, cardiologista, trouxe um protocolo sobre atendimentos graves, porque sabemos que o índice de mortalidade na intubação é de cerca de 70% a 80%, por falta de *expertise* dos médicos. E aí eu vi que o senhor formou um grupo agora de orientação. E eu me lembro, conversando com o Dr. Fabrício, eu não vi se esse tipo de apoio para os médicos...

Ai, gente, eu não quero ser chata, mas está atrapalhando muito...

Desculpa, não estou conseguindo raciocinar. (*Pausa.*)

Bom, voltando. Eu me lembro, eu recordo agora ele me dizendo que seria importante, uma das boas ideias seria ter uma linha direta para os médicos, até por FaceTime mesmo, por ligação de vídeo, ter alguém do Ministério da Saúde 24 horas podendo trazer essas orientações de como

intubar, porque às vezes você precisa mostrar a situação, às vezes nós temos residentes lá na ponta. E aí o senhor me disse que falta implementar, está implementando a situação de telecomunicação... Bom, mas uma ligação assim, eu acho que, para salvar uma vida, é uma coisa tão simples! Então, muitos recursos nós já temos. É importante que tenhamos esse acesso fácil porque, quando nós entramos dentro do *site* do Ministério, tinha que ter um médico, um ligue 0800, sei lá o que, porque precisa salvar essa vida.

Então, a angústia... Eu brinquei sobre gerundismo, mas é porque tudo demora semanas e semanas. Eu entendo, mas se contratássemos médicos que estão acostumados a lidar com situação grave para fazer esses plantões 24 horas, nós poderíamos salvar muitas vidas, porque muita gente não morre de Covid, mas morre na intubação, morre no tratamento, por falta de *expertise*. Natural, errar todos erram, normal, mas o que precisamos é corrigir os erros.

Então, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa, porque eu estou acompanhando *pari passu,* mas sugerir isso que o Dr. Fabrício me sugeriu: essa linha direta e essa facilidade.

Por fim, Ministro, eu queria saber o que o senhor tem feito para evitar novas crises por falta de oxigênio e terminar parabenizando-o por assumir essa grande missão, por ter tido essa coragem. Da mesma forma que a entrada do novo Chanceler Carlos França acalmou o mercado, acalmou os ânimos de nós brasileiros, a sua entrada também acalmou bastante os nossos ânimos. Por isso, eu parabenizo o Governo pelas substituições, por nomes que realmente nos trazem esperança. E eu já vi no trabalho do Ministro França, acontece uma coisa e ele já está ali no outro dia trabalhando para resolver. Então, com certeza, o Presidente, nomeando alguém técnico, busca acertar. Portanto, não há que se falar em dolo. E eu vejo aqui a sua boa intenção e lhe digo, sem medo de errar, que quanto mais técnico o senhor for, se ficar atento apenas e tão somente à ciência, preso à técnica, mais o senhor vai ajudar o povo brasileiro e, consequentemente, honrar a indicação do Governo Bolsonaro.

É a hora de unirmos os brasileiros e a população brasileira é afável por natureza. Nós estamos vivendo um momento de muito maniqueísmo, de muito ódio criado não sei por quê. Mas o seu discurso, o seu discurso, a sua fala pode ajudar, pode acalmar, pode acalentar, porque...

E aqui vai, por fim, o meu testemunho. Eu acabei de sair do Covid, com plano de saúde, com tudo à minha disposição. Meu marido, graças a Deus, ficou assintomático. Tive pessoas no gabinete que passaram mal também. É sofrido, é sofrido. E aí a gente pensa nas pessoas lá na ponta. Então, o senhor disse que está trabalhando 24 horas. Eu fico muito feliz porque a gente não consegue dormir pensando na vida de cada brasileiro, de cada pessoa. E o seu discurso de paz, de harmonia, de segurança, como um patriarca – é assim que a população vê os líderes desta Nação –, é muito importante neste momento. É o momento de unir o povo brasileiro para que a gente consiga se salvar.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Vou passar a palavra à Senadora Eliziane, remota.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Por videoconferência*.) – Boa noite, Presidente Omar. Queria cumprimentar V. Exa. e agradecer-lhe pela sensibilidade em relação às mulheres, cumprimentá-lo pelo seu trabalho na condução da CPI. Queria cumprimentar o Ministro.

E aqui, para ganhar realmente os nossos 15 minutos, eu vou direto às perguntas, Sr. Ministro.

A gente, que já chega ao final... Eu acho que eu sou a última a perguntar hoje, eu não sei, eu acredito que seja eu.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, ainda tem o Senador Fabiano Contarato e a Senadora Zenaide Maia, que está aguardando como última de hoje à noite.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ainda tem a Leila, que está dando tchauzinho ali.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A Leila está aí também?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Então, assim, quando a gente chega a esta reta final, a gente já tem praticamente esgotadas as nossas perguntas. Mas até em nível de esclarecimento – porque aqui nós somos uma Comissão de inquérito, então a clareza da informação é fundamental para os encaminhamentos que, ao final, serão dados a esta CPI –, Ministro, o Presidente da República fez uma declaração, e eu quero ler exatamente aqui a sua fala quando ele diz o seguinte: "É um vírus novo, ninguém sabe se nasceu em laboratório ou nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. Mas está aí. Os militares sabem o que é uma guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu seu PIB? Não vou dizer para vocês".

Aí eu quero, primeiramente, fazer duas perguntas para o senhor e saber se o senhor me confirma esses dois dados.

Primeiramente, o senhor tem conhecimento de que o Brasil – naturalmente o senhor como Ministro da Saúde, não é? – tem pouca participação no que tange à produção do IFA, não é isso, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sim, o Brasil ainda não produz IFA nacional.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

Ainda há uma outra confirmação que eu gostaria de ter do senhor. Segundo os dados da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos, apenas 5% dos IFAs são fabricados no Brasil, sendo que os outros 95% são importados, dos quais mais de 70% provêm da China e da Índia. É isso, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, eu não tenho esses dados da indústria farmacêutica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Mas o senhor confirma que a nossa participação é muito minoritária?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Isso é fruto da desintegração do complexo industrial da saúde no Brasil, que não vem de hoje.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pronto.

A minha pergunta para o senhor, a primeira – porque a gente está nesta interação de forma mais imediata e, inclusive, é muito importante esta sistemática da CPI – é a seguinte: o

Presidente da República, com as suas insinuações especificamente contra a China, na sua opinião, coloca em risco o plano de vacinação que foi elaborado pelo seu Ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Ministério da Saúde tem uma relação muito boa com o Embaixador da China, e estamos trabalhando para ampliar ainda mais essa relação.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Outra pergunta, Ministro: então o senhor acredita que declarações como essas não influenciam, por exemplo, no que é o objetivo básico hoje no Brasil, que é a garantia da vacinação para todos os brasileiros?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, esse assunto já foi discutido aqui amplamente na parte da manhã. Eu sou Ministro da Saúde, não compete a mim fazer juízo de valor acerca das declarações do Presidente da República.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Outra pergunta, Ministro, ainda sobre as declarações do Presidente da República. Por exemplo: o Ministério da Saúde – naturalmente que tem a responsabilidade primária por ter a função estratégica no Brasil do enfrentamento à pandemia – está focado especificamente nessa produção.

Quando a gente cria, na verdade, esse inimigo externo através dessas suposições, fica muito claro, na verdade, uma certa instabilidade, naturalmente, uma dificuldade para se chegar de fato a esse objetivo.

E aí eu dou um dado de constatação. Por exemplo, hoje, pela manhã, nós já sentimos, na verdade, esse impacto quando o Instituto Butantan reduziu a previsão de recebimento de matéria prima da vacina e aí coloca, na verdade, a responsabilidade, diante de todo o cenário que nós acompanhamos, porque hoje, por exemplo, a fala de uma representação política tem um impacto em todos os sentidos – na economia e, sobretudo, no momento de fato que se está vivendo. Na verdade, quando a gente tem informações do Instituto Butantan; coloca, na verdade, a culpa nessa falta de alinhamento do Governo Federal, ou seja, se não há alinhamento com o Governo Federal, o impacto é diretamente em cima, exatamente, dessa produção da vacina.

O senhor concorda com essa colocação, com essa avaliação que é feita pelo Instituto Butantan?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – A China é o maior parceiro comercial do Brasil.

Hoje, de manhã, os meus secretários executivos se reuniram com a Sinopharm, que é uma farmacêutica chinesa, e há discussões em relação a aquisições de doses da Sinopharm.

Amanhã eu tenho reuniões com o nosso Chanceler Carlos França, e vamos nos encontrar virtualmente com o embaixador chinês.

A discussão é uma discussão fluida, e eu espero que tenhamos, sim, o IFA Chinês, como tivemos até agora.

Esse é o empenho do Ministério da Saúde, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, o ex-Ministro Mandetta e também o Teich – recebemos ontem ele na CPI – disseram que o tratamento precoce não tem eficácia.

Ontem, o Presidente da República classificou de hipócrita quem não defende a cloroquina.

O próprio Ministro Teich deixou muito claro que a saída dele do ministério se deu exatamente por não se submeter, por exemplo, àquilo que foi estabelecido pelo Governo em relação ao uso da cloroquina.

O senhor é uma pessoa tecnicamente muito respeitada no Brasil, a sua vinda para o ministério, inclusive, trouxe e se formou uma expectativa positiva por conta da sua formação técnica e, diante da informação que nós recebemos aqui, de dois ministros; os dois colocaram de forma, inclusive, muito clara, acerca desta imposição da utilização da cloroquina.

O senhor não se sente ofendido, Ministro, como alguém que é da ciência e alguém que defende realmente a ciência como uma ação fundamental para o enfrentamento de qualquer tipo de doença, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, a mim não cabe fazer juízo de valor acerca do que o Ministro Mandetta e o Ministro Teich falaram aqui, na CPI, compete aos Srs. Senadores.

Do meu ponto de vista, o Presidente da República apenas defendeu a autonomia dos médicos.

E nós, como eu já aqui, de maneira exaustiva, já afirmei, a Conitec está elaborando um protocolo clínico e uma diretriz terapêutica sobre o tema.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, eu não estou pedindo que o senhor faça um juízo de valor acerca dos dois ministros; eu estou perguntando acerca da sua posição submetida a um cenário em que se faz a orientação exatamente contrária a ciência, constatada aí pelos dois ministros que lhe antecederam.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que o Presidente disse a mim, Senadora... O que o Presidente disse a mim era que defendia a autonomia dos médicos prescreverem. Então, não foi isso o que ele me disse.

Essas outras questões, eu volto a responder a senhora da mesma forma: são opiniões do Presidente da República, e não compete ao Ministro da Saúde emitir juízo de valor sobre a opinião do Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Só para colaborar, Senadora Eliziane, e para fazer um esclarecimento a V. Exa.: não está sendo demandado de V. Exa. um juízo de valor; está sendo demandado de V. Exa. a manifestação clara sobre qual será a sua postura na hipótese de receber uma ordem ilegal.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O Presidente me deu uma autonomia para conduzir o Ministério da Saúde. Eu espero que assim seja, Senador.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E na hipótese de não acontecer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma hipótese, uma hipótese que não se materializa. A gente tem que trabalhar para atender às necessidades do povo brasileiro e salvar vidas. É essa a função do médico.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Hoje o senhor assegura que tem total autonomia, ou seja, todas as orientações, encaminhamentos e protocolos nascem exclusivamente em decisões autônomas do Ministério da Saúde?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Absolutamente, Senadora. Nós temos autonomia para constituir a nossa equipe. Eu hoje cheguei aqui às 11h da manhã e tenho dito isso de forma reiterada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, no dia 24 de março, durante o seu discurso de despedida com o Ministro da Saúde, o General Pazuello, falou que há interesse político sobre a pasta e aconselhou V. Exa., Ministro Queiroga, a não ceder às pressões. O senhor poderia dizer quais seriam essas pressões a que ele estaria se referindo?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não sei, Senadora. Eu apenas não recebi pressão nenhuma de políticos. É o que eu posso afirmar para a senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Ministro, o Ministro Mandetta disse que, por trás do chamado tratamento precoce, haveria uma engrenagem com profissional cobrando até R$2 mil por acompanhamento via telemedicina. Da parte da indústria poderia haver algum *lobby* para incentivar o uso de cloroquina ou ivermectina? O que o senhor, na verdade, tem a dizer sobre essa possibilidade? Inclusive o Ministro Teich colocou que a sua demissão, o seu pedido de demissão se deu logo após uma reunião com a classe empresarial, depois de uma *live* do Presidente; na sequência ele tomou a decisão de pedir a demissão. O senhor tem alguma informação de que haja, esteja havendo, por exemplo, *lobby* para incentivar o uso da cloroquina e também da ivermectina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu desconheço, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, para finalizar, eu queria a sua opinião de forma direta. Ministro: hoje, no Brasil, não há necessidade de *lockdown* como medida restritiva em nenhuma região do nosso País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, isso é uma decisão que deve ser tomada considerando o ambiente epidemiológico de cada Município e tomada pelo gestor público municipal. O que o Ministério da Saúde está trabalhando é com a orientação que discipline para que cada um não possa fazer aquilo da sua forma. É essa a posição do Ministério hoje.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Então, o senhor admite a possibilidade de, respeitando as particularidades, assim fazer?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Um fechamento mais forte, dependendo do contexto epidemiológico, Senador. Eu já, inclusive, me manifestei dessa forma. Agora, um *lockdown* em uma nação como o Brasil, de forma global, eu entendo que é muito difícil se ter sucesso em uma medida dessa natureza.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor concorda que, em alguma região do Brasil, hoje, pode haver, sim, uma aplicação do *lockdown* como medida restrita, é isso?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Hoje, Senadora, a situação é uma situação em que está havendo uma diminuição de casos, há vagas de leitos de UTI, de

tal maneira que estamos assistindo a uma reabertura das cidades, e eu acredito que tenhamos um contexto epidemiológico mais satisfatório. É por isso que nós estamos trabalhando.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

Só para fechar de fato, Ministro, diante da sua história técnica, da sua história de vida, da sua caminhada profissional, o senhor está inserido em um Governo em que as avaliações são extremamente preocupantes. Nós temos um Brasil que bateu o recorde mundial em alguns momentos, pela quantidade de mortes e de casos num prazo de 24 horas. Hoje, temos mais de 410 mil mortos no Brasil, uma situação extremamente gritante. Vários Estados e Municípios brasileiros entrando com ação no Supremo Tribunal Federal para tentar assegurar vacinas, para tentar assegurar as medidas restritivas através do *lockdown*. Considerando sua história técnica e como profissional da área da saúde, o senhor está confortável nesse ministério, Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora, perdão, eu não ouvi a última consideração da senhora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu pergunto, diante do cenário caótico que nós estamos vivenciando no Brasil, com mais de 400 mil mortes, vários casos, inclusive com recordes mundiais, em alguns momentos, de casos de contaminação do vírus e também de mortes no prazo de 24 horas...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O que eu posso dizer à senhora é assumir um compromisso com os Srs. Senadores de trabalhar de maneira muito intensa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha pergunta não foi essa, Ministro. A minha pergunta é: analisando a sua história política, ou melhor, a sua história técnica como profissional da área da saúde, todo seu histórico e o reconhecimento que o senhor, indiscutivelmente, teve e tem como médico, o senhor está, hoje, como Ministro da Saúde, de forma confortável nesse Ministério?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Se eu estou confortável? Eu estou trabalhando, viu, Senadora? E me sinto muito entusiasmado em trabalhar pelo Brasil. Ninguém fica...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... confortável com uma situação sanitária como esta, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Senador Omar, muito rapidamente, pela ordem, para dar oportunidade ao depoente...

V. Exa. afirmou que só em uma oportunidade presenciou o Senhor Presidente Jair Bolsonaro defendendo medidas contrárias àquelas da lógica.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para expor.) – Comigo.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Contra a máscara... Uma só.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Comigo, presencialmente. Não, contra a máscara, não. O Presidente falou a respeito de um tratamento imediato e fez menção à possibilidade, quer dizer, ao fato de ele ter usado um medicamento, e, no momento, ele não disse o nome do medicamento. Foi em Chapecó. Eu reitero o que eu falei para V. Exa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – V. Exa. esteve no programa do jornalista radialista Sikêra...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, não cabe reinquirir a testemunha.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... e presenciou a fala do Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não assisti ao programa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor não estava lá?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não assisti. Eu estava com o Presidente em Manaus, mas não assisti ao programa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fabiano Contarato, por favor.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço ao Ministro pelo comparecimento.

Eu quero alertar ao Ministro que o senhor está aqui na qualidade de testemunha, e eu quero lembrar que calar a verdade é crime previsto no art. 342, com pena de reclusão de dois a oito anos e multa... De dois a quatro anos e multa. Eu nunca vi... Com todo o respeito aos colegas Senadores, mas agora é neste momento que eu tenho que me manifestar. Eu nunca vi uma testemunha aqui na frente negando a verdade e faltando com a verdade.

E eu pontuo o porquê. O senhor fala que o senhor assumiu o Ministério e que o senhor não é responsável pelos atos anteriores. Errado. Por quê? Porque a saúde pública é direito de todos e dever do Estado, expresso no art. 196, e um dos princípios que rege a Administração Pública é a impessoalidade.

Então, é o Ministério da Saúde. Não importa se hoje o senhor é o Ministro da Saúde e semana passada ou retrasada foi outro. Então, não exclua a responsabilidade do senhor nessa pasta do Ministério da Saúde.

Outro ponto que eu reputo importante é que o senhor fala aqui que a responsabilidade na aquisição de insumos é de Municípios e Estados. Errado. Isso não é. O Estado brasileiro é pessoa jurídica de direito público externo. É o Estado brasileiro que tem competência para celebrar contrato para aquisição. O senhor não vai ver ninguém querendo vender para Estados subnacionais. Então, são pontos em que nós temos que estar lançando luz para que não tenha dúvida.

Eu quero fazer também um alerta – e permita aí, com toda a humildade, Senador Renan Calheiros. Quando se falou do Pazuello e aí se disse que condução coercitiva o Supremo já acabou. Alerta também. Ele impediu isso para investigado. Agora, para testemunha, é dever dela dizer a verdade e comparecer. Se não comparecer, cabe a condução coercitiva para testemunha.

E isso nós temos que também... Por favor, eu tenho que...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao meu irmão Fabiano... Não, tranquilo, Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu não vou entrar no mérito se o Pazuello cometeu...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, não. Não quero falar sobre isso não. Só, Presidente, só pedindo, até em respeito à saúde de todos nós aqui, se o senhor puder colocar... Apenas isto: se o senhor puder colocar a máscara, eu acho que fica uma coisa mais coerente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É porque os óculos me embaçam, mas vou tentar.

Eu vou fazer uma pergunta muito objetiva para o senhor. O senhor sabe a diferença de um médico para um cientista?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De um médico para um cientista?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O cientista é quem faz pesquisa, quem publica. Eu sou um médico.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito. O senhor não pode fazer testes usando de cobaia pacientes no seu consultório, porque, só após a aprovação de uma medicação pela Anvisa, é que se pode fazer essa utilização.

Então, eu fico estarrecido quando eu vejo senhor, com todo o respeito, como Ministro da Saúde e questionado ao senhor se o senhor acha... Qual a opinião do senhor a respeito do uso de cloroquina ou ivermectina no combate à Covid. A resposta é uma só: se não foi aprovado pela Anvisa, não é aconselhável, não tem que se utilizar esse tipo de medicação.

Então, o senhor falar assim: não, isso tem que ver, tem que analisar. Não é. O senhor me perdoe, mas o senhor está faltando com a verdade. O senhor está colocando no lixo uma história da vida do senhor. Eu faço um apelo. O senhor tem uma história de vida. O senhor é um médico, o senhor tem uma carreira.

Não se deixe levar por um momento, por um *status* de estar aqui como Ministro da Saúde. O senhor tem uma responsabilidade muito grande, porque, volto a falar, a saúde pública é uma garantia constitucional, mas é um direito humano essencial. Está lá no art. 6º e está no art. 196.

Então, quando o Senador Renan Calheiros questionou o senhor: o senhor prescreveria uso de ivermectina ou cloroquina para o combate à Covid? A resposta que eu queria ouvir do senhor era: claro que não, porque essa medicação não foi passada pela Anvisa, porque tem que ser...

Essa é a diferença. O médico pode ser um cientista, mas não necessariamente todo médico é um cientista. E nós não podemos fazer da medicina utilizando os brasileiros como cobaia. Jamais você pode falar que numa determinada região do País, porque se utilizou uma medicação

e houve a redução do número de óbitos, que há uma correlação, um nexo causal, porque só quem pode fazer isso é a ciência, é através do trabalho científico, debate com seus pares, para tentar trazer isso.

E aí, sim, efetivamente colocar à disposição da população brasileira. Após a realização desses testes, cabe à Anvisa e não, ao Conselho Federal de Medicina.

E aí eu faço um alerta, que o representante do Conselho Federal de Medicina tem que estar aqui. E eu quero, faço questão de também estar aqui, porque jamais ele pode determinar esse tipo de coisa.

E outra coisa – o Senador Jean Paul também falou –: a nota técnica que está lá na utilização da cloroquina, o senhor, como Ministro, já deveria ter revogado há muito tempo. Porque, se não há isso, o que mantém essa nota técnica? Porque quando o Presidente, ou o senhor, ou qualquer pessoa, ou um Senador aqui tem a capacidade de difundir a utilização de uma medicação sem nenhuma comprovação científica... Nós estamos falando para a população brasileira, que não tem muito, cuja maioria não tem conhecimento científico, falando o seguinte: "Olha, podem sair". É como se as pessoas que fizessem uso de cloroquina ficassem tranquilas para poderem trafegar, transitar na rua. E aí, de 100%, 1% que vem a óbito, fala: "Não, mas 99%, porque tomaram cloroquina, se salvaram". E não é isso!

Por favor, respeitem a ciência. Eu queria pedir aos colegas Senadores: respeitem a ciência. Não é porque um médico ventilou a hipótese de que o uso de hidroxicloroquina e ivermectina vai reduzir que o senhor vai aceitar isso como ciência. Não é isso. Eu ontem falei e hoje eu repito: daqui a pouco nós estamos discutindo se a Terra é plana. Parece que nós estamos num momento de total retrocesso. E nós não podemos fazer isso, não podemos admitir esse tipo de comportamento aqui.

Eu quero também aqui deixar claro que me chama a atenção com relação ao hospital lá da família do senhor. Olha, Senador Renan, eu acho que essa quebra do sigilo fiscal e bancário tem que ser vista, porque a lei que trata de combate à corrupção estabelece as situações em que o Ministro de Estado não pode ter esse tipo de vinculação. Então eu acho, isso seria prudente, e recomendo, com toda humildade, que fosse postulada a quebra do sigilo bancário e fiscal, para avaliar efetivamente essa aquisição, esse hospital que está aí insinuando-se como pertencente à família do ora depoente, que eu acho que tem que ser avaliado em todos seus aspectos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ainda tem alguma pergunta, Senador?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Tenho, tenho pergunta, sim. Estou com sete minutos.

Em resposta ao Senador Tasso, o senhor disse que mais importante que a cloroquina são as medidas de prevenção, como vacina e máscara. Em resposta ao Senador Otto, o senhor também disse que – aspas – "o uso de máscara é importante". Na sua opinião, todas as pessoas, em um mesmo ambiente, devem usar máscara para evitar o contágio?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador. Devem usar máscara, sim.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Esta semana, o Ministro da Justiça, Anderson Torres, fez o seguinte comentário: "Cabe a quem está perto dele se cuidar", referindo-se ao Presidente da República. O senhor concorda com essa afirmação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As orientações são para todas as pessoas, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Na terça-feira, o Presidente da República falou que elas – aspas – "já encheram o saco". E disse anteriormente que máscara é "coisa de marica". Em reunião com empresárias, na semana passada, publicou foto com aglomeração de mais de 20 pessoas sem ninguém utilizar máscara. O senhor acha esse comportamento adequado, Sr. Ministro?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – As orientações, Senador, para o uso de máscara são para todas as pessoas; todas, sem exceção.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ninguém está acima da lei, nem o Presidente da República.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Volto a dizer a V. Exa.: orientações para todas as pessoas.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sobre a vacina, o Presidente da República chegou a dizer que – aspas – "a melhor vacina é o vírus" e que seria –aspas – "o último a se vacinar".

V. Exa. considera que as autoridades públicas têm papel importante de influenciar a população nas companhas?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Sim, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Já aconselhou o Presidente a se vacinar ou a utilizar máscaras, que são medidas importantes – o senhor mesmo aqui reconhece?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Aconselhei, Senador.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E ele?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Ele passou a usar máscara.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Ele tem medo de virar jacaré.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Houve recentemente um corte no orçamento do Ministério da Saúde, houve corte nos orçamentos dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia. Fico imaginando como a ciência brasileira, os cientistas vão se debruçar sobre esse vírus, Senador Renan, se não tem verba e se não há essa comunicação. Eu não consigo achar razoável.

A população brasileira tem que ouvir isso, porque o Governo Federal cortou quase 20% do Ministério da Saúde, cortou dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia e fez um aporte de quase 22% para o Ministério da Defesa. O que é prioridade neste Governo? Qual o principal bem jurídico que deve ser protegido pelo Governo, pelo Estado brasileiro? Eu não tenho dúvida: é a vida humana. Por isso que no Código Penal, o abre-alas dos crimes começa com os crimes contra a pessoa, com o art. 121, homicídio, o 122, induzimento, instigação e auxílio ao suicídio e assim sucessivamente.

Mas quando você retira verba, em plena pandemia, corta o orçamento do Ministério da Saúde, corta o orçamento do Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia a minha pergunta

é: eu gostaria de saber o que o Ministério da Saúde juntamente com o Ministério da Ciência e Tecnologia têm feito para viabilizar o desenvolvimento dessas vacinas. O que vocês têm feito para viabilizar esse...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu concordo com V. Exa. acerca das questões orçamentárias. Nós temos que trabalhar para ter uma recomposição das verbas do Ministério da Saúde. Nós temos dialogado com o Ministro Paulo Guedes. Eu concordo também que temos que incentivar a pesquisa em relação a vacinas. Isso é importante para o futuro do País.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Diversas pesquisas, Sr. Ministro, e levantamentos estatísticos mostraram que o ritmo de vacinação contra o Covid avança de forma mais lenta entre pessoas negras. Dados da *Folha de S. Paulo*, por exemplo, apontavam que brancos eram quase o dobro dos vacinados quando comparados aos negros. Dificuldades no alcance de grupos majoritariamente negros, como população de rua, quilombolas. A falta de uniformização nos critérios de vacinação de quilombolas e de trabalhadores e de apoio em hospitais explicam parte desse déficit de vacinação.

Eu já fiz um requerimento de informação, que é o 1.281, ao Ministério da Saúde, sobre esse tema. Mas, como ainda não obtive a resposta, insisto aqui em perguntar. De forma objetiva pergunto: quais são as políticas elaboradas e implementadas pelo Ministério da Saúde com objetivo de reduzir as desigualdades raciais na vacinação contra o Covid-19?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senador, eu concordo com V. Exa. que não pode haver discriminação de qualquer natureza.

Esse requerimento que V. Exa. fez ao Ministério da Saúde amanhã mesmo eu vou procurar e determinar que seja feita a resposta imediata a V. Exa. à Coordenação do Programa Nacional de Imunizações.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só por curiosidade, o senhor já tomou ivermectina ou hidroxicloroquina?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, senhor. Nunca usei.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Ah, tá bom.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu tomei vacina.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu queria só saber o seguinte: o senhor enaltece tanto a Conitec, mas por que V. Exa. ainda não revogou a nota técnica?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma orientação que foi feita em relação à segurança de doses. Essa medicação é prescrita em Municípios, em hospitais, e foi essa a justificativa que eu obtive da equipe.

A minha posição pessoal eu já disse aqui, de maneira reiterada: elaboração do protocolo clínico e a diretriz terapêutica, que têm que ser feitos de maneira célere.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só, para finalizar, Sr. Presidente, com todo respeito.

A falta de transparência das informações sobre a pandemia tem sido uma das principais características da resposta do Governo Federal à Covid. Não por outra razão, formou-se um consórcio de veículos de imprensa para divulgar informações sobre óbitos, casos e, agora, vacinas. Atualmente, esse consórcio segue trazendo informações mais atualizadas sobre o ritmo de vacinação no Brasil. Não é hora de o Governo Federal reassumir sua responsabilidade de ser o principal veículo de informação para a população brasileira?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – De acordo com V. Exa., essa iniciativa vai ser retomada, e o Ministério da Saúde deve ser a fonte de referência, sim, para informações à população.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – E o Governo Federal não deveria contribuir de forma mais efetiva para a coleta dessas informações nos Estados e Municípios sobre a vacinação?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Essas informações são repassadas por Estados e Municípios, pelas secretarias municipais e estaduais, e são levadas ao Datasus.

Existem alguns Estados que não informam diretamente ao Datasus, eles têm sistemas próprios. É o caso do Estado de São Paulo, é o caso do Estado do Rio Grande do Norte, é o caso da cidade de Salvador.

O Senador Izalci Lucas aqui lembrou a necessidade de se aprimorar o sistema de informação do Ministério da Saúde, com o que eu concordo, e, assim sendo, naturalmente, nós teremos informações de mais qualidade, que serão úteis não só para a gestão pública, mas para também atender ao requisito de publicidade próprio da administração pública.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Só para finalizar.

O senhor, na qualidade de médico, como médico que é, o senhor sabe que médico é aquele que desenvolve ações profissionais para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. Isso está expresso na Lei 12.842, de 2013, no art. 2º. O cientista, por outro lado, é aquele que realiza estudos clínicos para avaliar o funcionamento e a segurança de determinada droga em humanos, depois de feito isso em laboratório.

Eu faço um apelo, como cidadão e como Senador: ovacione e respeite a ciência e não difunda uma cultura de utilização de uma medicação sem nenhuma comprovação científica, porque isso está aumentando as consequências e a pandemia em que nós estamos.

O Estado brasileiro e esse Governo Federal, juntamente com os Ministros que por ali passaram, têm a digital nessas mais de 412 mil mortes e quase 15 milhões de contaminados.

Eu tenho familiar que perdi, eu tenho familiar que sobreviveu e está com sequelas e quem é responsável por isso, não tenho dúvida, seja por ação ou omissão, é o Chefe do Executivo, porque o Estado brasileiro é que é competente para dar efetividade a esse bem jurídico que é a saúde pública como um direito humano universal, como um direito constitucional expresso no art. 196.

Por favor, honre o diploma do senhor, ovacione e respeite a ciência!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Presidente, só uma questão.

O senhor respondeu agora ao Senador Alessandro que não estava naquele programa de TV.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu não assisti ao programa de entrevistas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente!

Presidente, eu vou pedir, mais uma vez, que não haja...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas o senhor estava ou não?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estava em Manaus, no programa de entrevistas, num ambiente fechado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que imponha respeito à Comissão. Não pode aqui...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... e eu não assisti, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não; mas o senhor não estava no programa?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ficar esse patrulhamento em cima do depoente, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estava em Manaus, onde foi gravado o programa que, depois, foi exibido. Eu não...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já tiveram oportunidade de se manifestar.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – ... assisti ao programa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É para garantir... Diz respeito aqui ao depoimento.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa. que mantenha a ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sr. Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Diz respeito ao depoimento. A pergunta é objetiva e diz respeito ao depoimento e ao juramento de dizer a verdade do depoente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, o Vice-Presidente pode ficar todo o tempo interferindo?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa., Sr. Presidente, não pode permitir isso!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Pode, pelo Regimento, interferir o tempo todo, a reunião inteira?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor estava em Manaus naquele programa de entrevistas?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há um flagrante...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu estava em Manaus.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor estava em Manaus.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – O programa foi gravado...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o senhor vai concordar com isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E o senhor estava presente no estúdio?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ô, Senador Randolfe...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministro reconheceu apenas uma oportunidade. V. Exa. está citando outra oportunidade.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está bom.

Senador Renan...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – É só para confirmar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Renan, por favor...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Porque foi a segunda oportunidade do depoimento do Presidente da República contra o uso de máscaras, contra as medidas de isolamento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parabéns!

Sr. Presidente, só uma informação que eu considero muito importante...

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho! O Relator tem direito de falar, por favor. Porque é uma questão muito...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é que esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi novamente atacada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que, em sua *live* de hoje à tarde – que aliás continua –, disse o seguinte: "Sabe o que eu diria para o Senador? Prezado Senador, frase não mata ninguém; o que mata é desvio de recurso público que o seu Estado desviou. Vamos investigar o teu filho que a gente resolve esse problema. Desvio mata, frase não mata".

Eu queria, com a permissão dos senhores, Presidente, dizer, com todo o respeito ao Presidente da República, que o que mata é a pandemia, pela inação e inépcia, que eu torço não seja dele, porque nós não queremos fulanizar isso aqui.

Com relação ao Estado de Alagoas, ele não gaste o seu tempo ociosamente, como tem gasto o seu tempo, enquanto os brasileiros continuam morrendo.

Aqui nesta Comissão Parlamentar de Inquérito, se houver necessidade, todos, sem exceção, serão investigados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Relator, só para fazer uma ponderação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há vários pedidos de informações do senhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Um minutinho!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – O senhor ouve...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só estou dizendo que há vários pedidos de informações do Senador Eduardo Girão em relação aos Estados brasileiros, inclusive em relação a Alagoas. É só para registrar, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sim, há, mas eu queria só deixar claro, diante da declaração do Senador Renan Calheiros, que eu discordo da fala do Presidente no aspecto de que frase não mata e que desvio mata. Os dois matam! Os dois!

Agora, o senhor fazer colocações aí, como o senhor tem feito desde a primeira sessão, com o Mandetta, com quem o senhor teve um tratamento cordial, extremamente cordial... Parecia até um jogo aqui de perguntas e respostas que já se sabiam. Ontem, com o Teich, e agora, com o Marcelo Queiroga foi uma afronta de uma forma que eu até me sinto constrangido como Senador da República.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – V. Exa. tem muito constrangimento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu me sinto constrangido como Senador, porque a sua parcialidade, Senador Renan Calheiros, o Brasil todo está vendo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – O senhor tem muitos constrangimentos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Com as suas declarações para o jornal *O Globo* e para vários outros jornais, de quem é o culpado e de quem é o inocente, eu não concordo. Eu acho que a gente tem de buscar a verdade, toda a verdade. Essa é a independência. Agora, o senhor, infelizmente...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Torço para que o...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu torço para que o senhor seja tão firme assim quando estiver com Governadores e Prefeitos aqui. Aí eu quero ver a mesma postura...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu torço para que o Presidente da República não seja culpado, não seja o responsável por essa inércia...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas o senhor já deu declarações, o senhor já deu declarações, o senhor já deu declarações na imprensa...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... por essa inação. Eu torço por isso.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, o Presidente da República não é objeto de investigação nesta CPI, Sr. Presidente, com todo o respeito. Peço que imponha limite aos membros, inclusive, ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Presidente não é objeto de investigação, ninguém está dizendo isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Quem falou isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar a palavra...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só o Marcos Rogério que falou isso até agora.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. deve estar com os ouvidos tapados, Senador Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só o Senador Marcos Rogério que falou isso daí.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Randolfe, me respeite. Se V. Exa...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Por videoconferência*.) – Obrigada, gente....

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. o tempo todo, Senador Randolfe... V. Exa. o tempo todo, Senador Randolfe, fica patrulhando...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... Palácio do Planalto!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem algum problema...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Gente, deixem-me falar!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. Tem algum problema com isso?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Zenaide, toda vez que a senhora vai falar tem algum problema aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. se põe no tamanho da sua estatura, Senador Randolfe. Me respeite!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Que é maior que a sua, é muito maior que a sua!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Me respeite! Me respeite! Me respeite!

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Por favor, gente!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu respeito a quem se dá ao respeito!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Se dê ao respeito!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois é, eu respeito a quem se dá ao respeito, não é o seu caso!

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, eu peço a V. Exa., eu faço um apelo. Aqui não tem Senador de primeira ou de segunda categoria.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já até passei a palavra para a Senadora Zenaide.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Relator tem preferência na fala, é verdade, agora, os demais Senadores que estão aqui, todos devem ter o mesmo tratamento, e não o Vice-Presidente ficar usando o microfone quando quer e outros também.

Quando quer pedir pela ordem, alguma coisa, o.k., agora, para reinquirir o depoente não pode.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero pedir aos Senadores, porque as Senadoras não estão fazendo isso, só os Senadores estão fazendo isso, eu vou pedir para que a gente mantenha a nossa relação aqui sem... As coisas que nós estamos torcendo aqui é para que a gente possa acertar.

Eu estou vendo aqui o Ministro Queiroga. Ele passou desde as 10h da manhã – são 8h da noite –, e o Brasil está precisando dele neste momento, está certo? E ele está aqui, porque ele podia estar lá...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E eu aqui também.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só um minutinho.

Ele podia estar hoje no Ministério da Saúde, que eu acho que ele estaria também produzindo muito. Então, ele perdeu um dia todo e eu espero que a gente não estrague no final o que ele está fazendo aqui.

Então, eu vou passar para a Senadora Zenaide e depois para a Senadora Leila para que a gente encerre a presença do nosso querido Ministro aqui, e eu espero mesmo que ele dê certo. Eu estou torcendo muito, eu acho que todos nós, o Brasil torce por isso.

Podemos até ter divergência de pensamento, mas para quem já perdeu amigos, parentes tem que torcer para não perder outro parente, outro amigo, e só nós podemos fazer isso agora neste momento, dando total apoio, independentemente de cor partidária.

Olha, eu me lixo para... Eu levo pancada de manhã, de tarde e de noite das redes sociais, mas eu sei que essas pessoas que estão fazendo isso talvez não saibam nem porque estão fazendo, e eu nem posso me preocupar com isso.

Então, Senadora Zenaide, por favor.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Ministro, eu fiquei ouvindo aqui o dia todo e vi que o senhor disse que ia pautar o seu trabalho na pandemia na prevenção e em adquirir vacinas.

A primeira pergunta, Sr. Ministro: o senhor tem ideia de que o senhor continua deixando autorizado – porque o senhor está autorizando aí – o uso de medicação sem eficácia terapêutica confirmada? O mais grave que eu considero desses medicamentos não são só os efeitos colaterais, gente! O mais grave é a falsa esperança que se dá à população brasileira.

E agora eu respondo à minha Colega Soraya Thronicke sobre o que eles consideram que é pregado sobre esses medicamentos: é que são preventivos, e fazem o tratamento precoce. Isso faz com que as pessoas se sintam com coragem de aglomerar, de saíram à rua. É a impressão, infelizmente, do porquê alguns colegas médicos prescrevem... E eu continuo afirmando que o médico tem liberdade de prescrever aquilo que a ciência comprovou que tinha eficácia terapêutica para aquela doença.

Então, a pergunta que eu faço é a dificuldade do senhor. Primeiro, eu acho que o senhor deveria fazer uma publicidade não só pregando o distanciamento social, porque o senhor disse que ia investir na prevenção, no distanciamento social, mas o uso de máscara, sustando esse protocolo que foi criado aí, não esperando essa história de... (*Falha no áudio.*)

... sustando o uso da cloroquina, da hidroxicloroquina e da ivermectina, até que se tenha comprovada a eficácia terapêutica. Por que essa discussão aqui? A gente tem provas de que há mais de noventa estudos, mas, com certeza, trinta que fizeram estudo dizem que não tem eficácia.

Então, para mim, o mais grave deste País é ficar aqui com essa história de que tem eficácia, e o senhor permitir o uso?! O senhor não era para permitir o uso! O senhor tinha que fazer propaganda. Por que o que eles dizem a quem toma cloroquina? Que serve para prevenção; que quem toma ivermectina e hidroxicloroquina não vai ter, ou então tratamento precoce.

Dois, eu sei como vai ser, mas eu queria perguntar ao senhor: como o senhor vai fazer uma campanha publicitária, educando o povo para manter o distanciamento social, usar máscara e fazer a higienização das mãos, se o Presidente da República faz isso todo dia, é contra isso? Ele aglomera, não usa máscara. É a minha pergunta.

Eu acho que, até hoje, não acredito que haja nenhum país do mundo com a pandemia nesse nível. Hoje, agora, terminou com 2.550 mortos, gente! Nós já estamos com 416.949. É uma média de 2,5 mil pessoas por dia, gente! E em um mês?! Por favor! Em dez dias... São 75 mil!

Por isso, Sr. Ministro, que nós o chamamos aqui, porque a gente sempre achou que esta CPI não era só para investigar o passado. A gente tem que ir ao passado para saber porque estamos aqui. Eu não tenho dúvida – e eu queria aqui dizer aos colegas que eu percebo perfeitamente – de que existe assim... O Ministro Mandetta saiu porque não concordava com o tratamento também. O Teich também não concordava.

E eu acho que o senhor, como médico, não devia permitir o uso de medicamentos, principalmente mentindo para a população: que tomando ivermectina não vai pegar e que com hidroxicloroquina também não vai pegar. É o tratamento preventivo, gente. O que previne viroses, quem previne a Covid-19 são as vacinas.

Outra coisa: as vacinas, e eu estou vendo que o senhor tem um interesse grande... Eu sei que o senhor é um técnico que tem o maior respeito por isso. O senhor já deixou claro que a população brasileira só vai, provavelmente, estar vacinada em dezembro. Até lá, a única maneira de não sobrecarregar o SUS, que já está – eu falo como outros – precisando de oxigênio para respirar...

E queria lembrar ao Sr. Ministro e aos colegas que aqui se está falando só dos óbitos da Covid. Tem centenas de pessoas, de brasileiros e brasileiras morrendo, porque o SUS está voltado só para Covid, e pessoas há um ano, mais de um ano com diagnóstico de tumor não têm como ser operadas, não podem chegar lá. Então, a gente tem que contar esses óbitos também.

Então, Sr. Ministro, a pergunta é a seguinte: se o senhor quiser que as medidas protetivas de distanciamento social para evitar... Já que a gente só terá vacina para todo mundo em dezembro, o senhor vai ter que fazer publicidade, campanha publicitária em redes grandes de televisão e em todos os lugares, primeiro, dizendo que não aconselha o uso da cloroquina, da ivermectina; segundo, que não aglomerem – quem puder não aglomere –; terceiro, que usem máscaras. Eu queria saber como o senhor vai executar isso aí com todos esses problemas que eu mostrei. A campanha de aglomeração o senhor vai ter que lidar... Eu não sei como o Estado brasileiro vai pagar uma publicidade dessas se o próprio Presidente da República vai lá e desmancha.

Outra coisa que eu queria dizer aqui: eu estou percebendo aqui que existe uma defesa, como se quisessem, o Governo quisesse legalizar o uso de cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina para poder legalizar, para não ser punido quem usou – quem usou –, quem prescreveu sem eficácia terapêutica e quem usou o dinheiro público para comprar esses medicamentos.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senadora, em relação à veiculação de publicidade, aqui eu já falei, de manhã: de 30 de março a 6 de maio, foram investidos R$23 milhões, 427 inserções na televisão, 40 mil inserções em rádio, 6 milhões de inserções em mídia; internet, 35 milhões. Então, essas campanhas já estão sendo realizadas pelo Ministério da Saúde acerca de vacinação, acerca de medidas não farmacológicas, e isso deve ser ampliado, para que haja uma conscientização maior da nossa sociedade.

Em relação aos fármacos aqui mencionados, desde 11h da manhã, eu tenho dito, de maneira reiterada, que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS já está trabalhando nesse assunto para que a gente supere essa discussão de uma vez por todas e parta para cima dos pontos que são relevantes acerca do enfrentamento da pandemia da Covid-19.

Em relação às outras doenças, estou absolutamente de acordo com V. Exa. sobre termos de ter um olhar especial, porque são doenças prevalentes e são também doenças que levam à morte da sociedade brasileira, particularmente as doenças cardiovasculares e as doenças oncológicas.

Estamos trabalhando também com as síndromes pós-covid, como eu já fiz menção aqui na Comissão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Ministro, eu queria só dizer ao senhor o seguinte: o senhor vai ampliar essa campanha e vai dizer ou pelo menos não aconselhar a população, dizendo que não têm eficácia nem estudo científico a hidroxicloroquina e a ivermectina na prevenção ou cura da doença, quando tratada precocemente?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Após a manifestação...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Se não fizer isso, o senhor está concordando com o uso.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Após a manifestação da Conitec, Senadora, todos esses aspectos serão enfatizados, como aqui eu já disse de maneira reiterada.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mas eu queria dizer ao senhor que era para ser o contrário. Queria que o senhor dissesse: "não usem" até a Conitec mostrar que tem eficácia. Não é deixar usar. Eu acho que isso daí teria de ser invertido.

Agora, eu estou falando sobre isso porque eu observo que é como se houvesse uma maneira, uma insistência muito grande, eu quero dizer aqui, por parte do Governo. Não tem como negar. Não tem história de esquerda, de direita, não. Não tem como negar que o Governo insiste em querer que as pessoas usem ivermectina, cloroquina, hidroxicloroquina.

Isso não pode ocorrer, gente!

Há algum motivo. E eu vejo isso. Eu acredito que não vão encontrar essa eficácia. Não só os efeitos colaterais, a mim, o que preocupa é a falsa ilusão de que "estou protegido com ivermectina ou com hidroxicloroquina". Isso é cruel.

Obrigada, Sr. Presidente.

Obrigada, Renan.

E obrigada a todos os colegas por estarem, aqui, me ouvindo a uma hora desta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senadora Leila.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Valeu, Zenaide.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar.) – Sr. Presidente, obrigada pela oportunidade.

Rapidamente, quero cumprimentar o Ministro Marcelo Queiroga.

Já estamos no avançado da noite, todos muito cansados. Eu acompanhei desde o início.

Ministro, eu vou ser muito rápida. Eu tenho apenas uma pergunta, até porque eu me sinto contemplada pelos questionamentos dos colegas. Essa minha última pergunta, eu nem a faria, mas eu fui provocada, e acho que estou diante da maior autoridade na área da saúde do nosso País, e nós abrimos aqui um debate na Casa sobre a questão das aulas presenciais tanto na rede pública como privada do nosso País, principalmente na rede pública. Eu gostaria de saber do senhor algumas posições.

Diferentemente do que tem sido dito por alguns colegas, desde que iniciamos as reuniões da Comissão, sobre o fechamento das escolas do mundo, segundo números obtidos do *site* da

Unesco em relação aos dias de aula presencial perdidos em diversos países até o dia 30 de abril de 2021, a situação brasileira não é tão diferente. São 30 semanas, na Alemanha; 27 semanas, no Reino Unido; 38 semanas, na Itália; 41 semanas, no Canadá; 52 semanas, nos Estados Unidos; 50 semanas, na Argentina; 48 semanas, na Colômbia; 46 semanas, no Peru; 51 semanas, na Bolívia; 49 semanas, no Chile; e, vejam, aqui no Brasil, segundo o *site* da Unesco, são 49 semanas. E vale lembrar que, exceto pelos Estados Unidos, trata-se de uma lista de países que tiveram menos mortes e menos contaminações do que o Brasil e, sobretudo, se encontram em situação menos grave neste momento. Vale destacar ainda que, por sete meses, o Brasil liderou o triste *ranking* de número de mortes por milhão de habitantes por dia, no mundo; e, neste momento, lidera essa lista há quase dois meses.

Considerando essa realidade, Sr. Ministro, eu indago ao senhor o que o senhor pensa, na condição de Ministro da Saúde, como eu falei, a maior autoridade nesta área, sobre a volta às aulas na conjuntura atual da pandemia no País?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E a segunda, na sua...

Pois não.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Não, pode continuar, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

E, na sua opinião, essa decisão deve ser tomada por cada gestor local, observando a realidade que vive, ou pelo Congresso Nacional, de cima para baixo, uma decisão centralizando essa decisão. O senhor, como autoridade nesta área, o que o senhor orienta a gente para esse debate dentro da Casa?

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES (Para depor.) – Senadora, na segunda-feira passada, no domingo passado, eu estive com a representante da Unicef no Brasil, a Dra. Florence, e tratamos sobre essa questão da escola, do retorno às aulas. E nós achamos esse assunto absolutamente relevante. Eu vou tratar com o Ministro Milton, porque a minha opinião pessoal é o retorno às aulas, não só por conta da questão da educação em si, mas é porque, nas aulas, sobretudo, nas escolas públicas, a segurança alimentar e outros pontos são importantes. Eu vou aprofundar essa discussão e trazer esses pontos para a senhora, e, aqui, para os Srs. Senadores. É algo muito relevante. Saúde e educação são prioridades absolutas do Estado brasileiro, e nós precisamos contemplar essa necessidade dentro das discussões. O Ministério liderará, com o Ministério da Educação, e isso naturalmente será discutido com Estados e Municípios, com os Secretários de Educação de Estados e Municípios, para termos um posicionamento uniforme.

Eu estive no Rio Grande do Sul, há pouco mais de 15 dias, e lá discuti com o Governador Eduardo Leite. Essa também é uma preocupação dele. Enfim, vamos avançar nesse debate, Senadora.

Muito obrigado pela sua pergunta.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – De nada.

Ministro, só mais uma: o senhor falou que, a próxima semana, o senhor já estará com o Ministro da Educação para conversar sobre essa pauta/

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Eu vou ligar para ele amanhã. Viu, Senadora? Só em homenagem à sua pergunta e à sua preocupação.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Perfeito.

É muito importante, Sr. Ministro. Realmente, nós estamos sendo pressionados. Eu acho que vale, está na hora de a gente debater, não só no Congresso, mas no Executivo federal, essa questão. Então, eu peço ao senhor uma atenção especial a essa questão do retorno às aulas.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Muito obrigado, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senadora Leila.

Encerramos, assim, a presença do Ministro.

Ministro, eu quero agradecer a sua presença. Por mais que, às vezes... (*Pausa.*)

Só um minutinho aí... Randolfe, eu vou me despedir do Ministro aqui, só um minutinho.

Eu quero... Se houve algum excesso, nós pedimos desculpa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma honra, Senador; é uma honra participar desta sessão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A preocupação de todos, inclusive de V. Exa., é a mesma nossa.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – É uma honra participar desta sessão com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu só quero aqui, no final, lhe fazer dois pedidos a V. Exa. Um, existem milhares e milhares de brasileiros, talvez milhões, neste momento, que conseguiram sair com vida da Covid, mas conseguiram sair com muitas sequelas. É possível que, ao mesmo tempo em que o senhor está cuidando da questão das vacinas, dos protocolos e de uma série de coisas que eu sei que têm tirado muito o seu tempo, que uma equipe do Ministério da Saúde possa se preocupar em termos de a gente ter uma política em relação aos sequelados. Muita gente saiu com o pulmão com 50%, 60%, e não tem dinheiro para pagar um fisioterapeuta. E o sistema de saúde nos Estados e nos Municípios está voltado somente para a Covid. Existe fila para fazer operação na área de Cardiologia, na área de Ortopedia, uma série de coisas está represada no sistema brasileiro; não é só no meu Estado do Amazonas, é no Brasil todo.

Então, esse apelo que eu faço a V. Exa. é para que a gente possa... E pode contar com a ajuda desta Comissão e do próprio Congresso Nacional para que a gente possa ter clínicas de reabilitação para inúmeras sequelas que nós estamos tendo hoje em brasileiros pós-Covid. A vida dessas pessoas mudou e mudou para pior, muito pior! Uma pessoa que saiu depois de estar intubado ou passou muito tempo dentro de uma UTI, saiu uma outra pessoa, infelizmente, muito pior do que entrou naquele sistema. E V. Exa., como médico, uma pessoa que tem por profissão a Medicina e por vocação, porque ninguém é médico se não tiver vocação para ser médico, uma vocação muito grande...

Nesse sentido, todos nós, da Comissão, queremos agradecer a sua presença aqui. Pode contar conosco. E a gente espera que esse debate, que durou muitas horas, contribua para que a gente melhore a saúde do povo brasileiro.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES – Com certeza, Presidente. Muito obrigado ao senhor; muito obrigado ao Senador Renan Calheiros, o Relator da CPI; obrigado a todos os Senadores. E eu peço desculpas se cometi alguma impropriedade, mas é uma reunião muito prolongada, mas estou certo de que estamos contribuindo com a democracia do Brasil.

Muito obrigado, Senadores.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Presidente, pela ordem, só para... (*Pausa.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós temos aqui vários pedidos de informações. Existe um requerimento do Senador Marcos Rogério que aumenta de cinco para dez dias o prazo para mandar informações.

Está deferido o seu requerimento, até porque nós já tínhamos votado.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só o aumento não precisa ser votado. Está deferido por...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De ofício, Presidente. Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Comunicar as pessoas que têm até dez dias, porque cinco, realmente, às vezes, é um número bastante pequeno para que você dê as informações.

Temos vários requerimentos de pedidos de informação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quem aprova todos os requerimentos de pedido de informação, incluindo o do Senador Randolfe, permaneça como está. (*Pausa.*)

Aprovados.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só um esclarecimento antes de V. Exa. terminar, encerrar, que é um miniesclarecimento. É óbvio, Presidente, que requerimentos de informações que tenham a ver com o depoimento fazem parte, automaticamente, de qualquer depoimento...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas, eu só... Vamos fazer o seguinte: mas não pode ser oral. Tem que ser escrito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exato, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ao mesmo tempo em que você acha que tem alguma informação que a pessoa que está aqui dando a informação não tem, pede para o assessor fazer por escrito, dê entrada e eu faço como fiz com o Eduardo Girão.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Desculpa, com o Senador Eduardo Girão. Correto?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Que ele deu entrada em vários, hoje.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É. Parabéns a V. Exa.! Cautela, é nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Pode ser assim? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Havendo número regimental, coloco em votação as Atas das 2ª e 3ª Reuniões, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Está encerrada a reunião.

Convocamos, às 10h de terça-feira, a audiência com o Presidente da Anvisa.

Um abraço.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 20 horas e 32 minutos.*)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DA PANDEMIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 2021, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia onze de maio de dois mil e vinte e um, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues, reúne-se a CPI da Pandemia com a presença dos Senadores Renan Calheiros, Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Eduardo Girão, Tasso Jereissati, Marcos do Val, Otto Alencar, Angelo Coronel, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Alessandro Vieira, Eliziane Gama e Izalci Lucas, e ainda dos Senadores não membros Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Mara Gabrilli, Nelsinho Trad, Rose de Freitas, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke e Oriovisto Guimarães. Deixa de comparecer o Senador Eduardo Braga. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva**. **Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da ANVISA, em atendimento aos requerimentos 110/2021, 121/2021, 128/2021, 176/2021 e 272/2021. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Omar Aziz

Presidente da CPI da Pandemia

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2021/05/11

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimentos 1.371 e 1.372, de 2021, para apurar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da pandemia da Covid-19 bem como as cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela pandemia do coronavírus.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Fiocruz, está marcado para o dia 26 para ela estar presente aqui. O Presidente da Fiocruz pediu para a gente permutar a data ou com o Butantan ou com a União Química, porque, no dia 26, a Fiocruz completa 101 anos, e eles têm uma programação nesse dia. Eu vou tentar mudar a data: no dia 25, seria a Fiocruz; no dia 26, o Butantan. É só uma permuta.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Fala da Presidência.) – Pois não, Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Paz e bem a todos!

Que tenhamos uma semana produtiva!

Eu queria apenas relembrar, Sr. Presidente, que faz uma semana exatamente que eu fiz uma questão de ordem para que fossem incluídos no plano de trabalho, que ainda nem sequer foi votado, os fatos determinados pelos meus requerimentos, pelo meu requerimento, que reuniu a assinatura de 45 Senadores, que visa a investigar os bilhões de reais que foram enviados de verbas federais para Estados e Municípios, e que a gente fizesse de forma alternada.

Na semana passada, nós tivemos aqui um momento muito emotivo, que nos emocionou a todos. Foi feito um minuto de silêncio pelo ator brasileiro, uma pessoa muito humana, Paulo Gustavo. Inclusive, nesse fim de semana, tivemos uma entrevista com a mãe do Paulo Gustavo, a Dona Dea Lucia Amaral, que, inclusive, fez um desabafo sobre essa questão de que desvio de verbas federais em época de pandemia é assassinato. Estou, inclusive, com o vídeo dela aqui. Se o senhor permitir que a gente possa, de alguma forma, sentir esse clamor de uma mãe, que falou por várias outras mães... É algo que realmente dá o tom para que a gente possa buscar toda a verdade, não apenas uma parte da verdade.

Então, eu queria pedir autorização para o senhor se eu posso colocar aqui a fala da D. Dea.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu assisti ao Fantástico domingo, eu acho que todo mundo assistiu. Ela faz um apelo emocionante. Ela não fala exclusivamente, ela diz que o desvio acarreta a morte e tal, nós assistimos.

Em relação ao seu requerimento, o senhor tem toda razão, Senador Eduardo Girão. O que nós tínhamos acordado aqui é que nós estávamos esperando as informações dos Estados para que, em cima das informações dos Estados, nós pudéssemos fazer as convocações necessárias. Como nós demos cinco dias de prazo e a maioria está pedindo um pouco mais porque tem que detalhar todos os gastos... Não adianta o cara chegar aqui e dizer que recebeu 400 milhões e gastou 400 milhões sem dizer em que, tanto de Estados e Municípios. E ainda teve um adendo do Senador Ciro Nogueira, que pede que seja acima de 200 mil habitantes, quer dizer, é um número bastante... Então, na hora em que chegarem esses dados – e V. Exa. que fez o requerimento, inclusive, pedindo essas informações –, a partir disso, nós vamos, sim, chamá-los, não tenha dúvida sobre isso. Só que a gente precisa ter um fato para chamar. Nós vamos chegar aqui e dizer: "Olha, o governo tal pegou esse dinheiro e gastou com uma coisa em que não era para gastar", aí baseado em fatos concretos, que é o que diz a CPI.

Então, V. Exa. está cheio de razão, eu não discordo um centímetro do que você disse. Só vamos aguardar essas informações para que possamos nos debruçar.

Uma outra coisa é como que a gente vai operar esses documentos secretos, porque muitos dos senhores fizeram requerimentos que são secretos, que não podem vazar. Como é que nós vamos ter acesso a isso? Eu pedi para a gente fazer uma normativa sobre essa questão. O Senador que tiver acesso a esse tipo de informação vai ter que deixar lá a digital dele... A digital, que eu dito, é a responsabilidade da pessoa se vazar.

Então, V. Exa. está certíssimo, Senador Eduardo. Nós não vamos passar o pano em cima de ninguém. Fique tranquilo que não vai acontecer isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mas essa questão de ordem o senhor pretende responder nesta semana?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – A questão de ordem que eu fiz na semana passada exatamente sobre esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sobre convocar?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Sobre alternar, chamar alguém.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim, eu só estou aguardando as informações, Senador, sem problema nenhum.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Como nós tínhamos feito uma cronologia de ouvir os ministros e os ex-ministros – eu acho que dia 19, com a presença do ex-Ministro Pazuello, a gente encerra esse ciclo de ministros –, nós ficamos de ouvir a Fiocruz e o Butantan. E o Fabio Wajngarten e o Ernesto você sabe as razões, não é de... A partir daí nós faremos – como V. Exa. fez a questão de ordem –, a partir de informações concretas, sem a gente chegar aqui também e expor pessoas sem ter algo concreto, sem ter algo que... Como diz a CPI e lido pelo Presidente, Senador Rodrigo Pacheco: fatos determinantes correlatos à CPI. Foi isso que foi aprovado no dia em que foi lido.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Senador Izalci pediu primeiro. Um minutinho, Senador.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Questão de ordem também, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, é só para reforçar. Eu participei pelo menos de umas cinco CPIs já, tanto na Câmara quanto mista. E aqui, no Senado, eu sou Relator, inclusive, da CPI... (*Falha no áudio.*)

O Senado talvez tenha um dos sistemas mais seguros e mais bem adequados para essa questão do sigilo. Então, já é bastante conhecido o sistema, é bastante seguro. E, lógico, quem acessar vai deixar a digital lá e, então, todo mundo vai saber quem acessou qual documento. Isso aí não tem...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente espera até amanhã e já dá uma posição para V. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – Já chegaram alguns documentos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já estão chegando alguns documentos, que eu pedi para a Secretaria da Mesa trancar num cofre.

Quem está responsável? Era o menino cujo filho pegou Covid...

Nós tínhamos um...

Como é o nome dele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Leandro estava nos secretariando aqui porque o Felipe... E, aí, um dos filhos dele pegou Covid e ele não vai vir trabalhar estes dias por causa disso.

Quem é que ficou com a chave?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, a chave que eu digo é quem está com o acesso lá.

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer aqui duas observações e encaminhar uma proposta.

Nós recebemos aqui na semana passada o Ministro Queiroga. Na minha avaliação, ele omitiu uma série de informações sensíveis aqui ao nosso Colegiado, alegou que estava há muito pouco tempo no ministério, mas, aparentemente, ele não estudou diversas questões de que deveria ter conhecimento.

Perguntado se havia continuidade de distribuição – infelizmente, temos que voltar para o nome desse remédio –, ele disse que não sabia se havia distribuição de cloroquina na sua gestão, sendo que, ontem, uma matéria do jornal *O Globo* mostra que, entre o fim de março e abril, já depois de ele ter tomado posse, foram entregues 127,5 mil comprimidos a dois Municípios do interior de São Paulo. Além do mais, ele disse que não havia mais protocolo de cloroquina no SUS. No entanto, a orientação do Ministério da Saúde continua a ser a de fazer-se o tratamento precoce para a Covid-19. Por essa razão, eu estou pedindo, Presidente... O Senador Rogério Carvalho e eu assinamos um requerimento pedindo a reconvocação do Ministro Queiroga, que, quando V. Exa. entender pertinente, poderá votar.

A outra observação que eu queria fazer... Eu não quero aqui criar uma animosidade da CPI com o ex-Ministro Pazuello, mas, realmente, é preocupante que o Ministro tenha demandado não vir aqui para poder fazer a quarentena e, no domingo passado, ter saído do hotel, ter ido ao Palácio da Alvorada tomar café da manhã com 20 pessoas e só voltar aqui agora no dia 19. Então, queria fazer este registro, porque a mim me parece um certo desrespeito a esta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós vamos analisar... No momento oportuno, a gente analisa a reconvocação do Ministro Queiroga se for necessário. Por enquanto nós vamos manter essa nossa... Até o dia 27... Nós temos a Anvisa hoje; o Sr. Fábio Wajngarten amanhã; a Pfizer no dia 13;

18, Ernesto Araújo; 19, o ex-Ministro Pazuello; dia 20, a Mayra Dias; dia 25, Butantan; 26, Fiocruz – e não são 120 anos, são 121 anos da Fiocruz –; e, 27, União Química. Aí já expliquei para os senhores que a gente vai fazer a permuta entre Butantan ou Fiocruz. Então, a gente vai ver isso no devido tempo.

Senadora Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero fazer aqui um pela ordem que pode, num primeiro momento, parecer elementar, mas não é, porque os desdobramentos decorrentes dessa situação poderão ter um impacto muito importante nesta Comissão.

Eu peço ao senhor que, como Presidente, todas as vezes em que a gente estiver ouvindo um convocado, V. Exa. coloque, de forma clara e formal, a condição na qual ele está sendo ouvido, se testemunha ou investigado. E por que faço essa colocação, Presidente? Nós, por exemplo, nos requerimentos que foram encaminhados ao Pazuello, no levantamento que nós fizemos, não há essa definição. Ao mesmo tempo também, nós já temos inclusive decisão do Supremo Tribunal Federal, colocando até... Houve uma votação, inclusive empate, até colocando que, na situação de investigado, esse convocado poderia até se esquivar de estar aqui presente na Comissão, na condição de investigado. Então, eu pediria a V. Exa. que deixasse isso claro nessas definições, e que especificamente ao ex-Ministro Pazuello houvesse, se não foi colocado, uma clareza de que ele está sendo chamado e convocado na condição de testemunha, e não de investigado, exatamente para impedir que ele possa arguir essa condição e não comparecer a esta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todos os depoentes aqui fizeram o juramento e sabem o que está sendo investigado. Não será diferente com o ex-Ministro Pazuello.

Senador Marcos Rogério, V. Exa. pediu a palavra?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, todos estão na condição de testemunha.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para consignar, já que requerimento a gente apresenta e é tramitado e a gente não faz aqui manifestação sobre requerimento que apresentou, exceto quando a gente quer provocar um efeito lá fora. Então, considerando a fala do colega, agora há pouco, sobre reconvocação de depoente que já compareceu a esta CPI, eu queria consignar que me parece haver um movimento muito claro, por parte da Oposição, de focar a investigação no Governo Federal e numa tentativa muito clara de blindagem de Prefeitos e Governadores, e isso se mostra cristalino neste momento, quando se fala na hipótese de reconvocar o Ministro da Saúde a esta CPI, que esteve aqui na última quinta-feira.

Eu estou começando a entender que o grande problema do enfrentamento da pandemia começa a ser o papel de alguns integrantes desta CPI, quando buscam tirar o Ministro da sua função do enfrentamento aos problemas reais do Brasil, para colocá-lo aqui de castigo, das 10 da manhã às 8 da noite. Não bastasse fazerem isso na semana passada, agora vêm com essa hipótese.

Eu até não descarto a hipótese da necessidade de haver uma reconvocação desse ou daquele depoente, a depender do avançar das investigações e se confirmando omissões, se confirmando contradições, a necessidade de se fazer. Mas nesse momento, com todo o respeito, me parece uma tentativa muito clara de obstruir os trabalhos reais de investigação. Ao invés de buscar ouvir os homens públicos que receberam milhões e milhões de reais para combater a pandemia, estão querendo pessoalizar cada vez mais a investigação, falando-se até em entrar dentro da casa do Presidente. Isso é algo absolutamente reprovável.

É preciso, Sr. Presidente, haver o mínimo de equilíbrio em relação aos trabalhos desta CPI. As primeiras semanas foram dedicadas integralmente a oitivas que atenderam o comando da CPI e a Oposição, focadas no Governo Federal. É preciso agora ir um pouco além: os documentos estão chegando, as revelações estão aparecendo. É preciso seguir o caminho do dinheiro, é preciso começar a olhar para os indícios – operações da Polícia Federal nos Estados.

Está claro que a intenção da Oposição é impedir que sejam investigados atos de corrupção. Isso nós não podemos aceitar. Enquanto isso, fica falando aqui o tempo todo: "Cloroquina, cloroquina, cloroquina". E corrupção? E roubalheira? E desvio de dinheiro? Isso nos interessa também.

Então, eu cumprimento V. Exa. pela cautela. Algumas semanas atrás, tivemos aqui a aprovação de dois requerimentos, inclusive, no Estado de V. Exa., e V. Exa. deixou claro que não haverá blindagem por parte dessa Presidência, mas é preciso ter muito cuidado quando se fala em reconvocação do Ministro da Saúde, no momento em que todos nós sabemos como está a situação no Brasil real.

Então, faço esse apelo aqui apenas para posicionar com relação a isso.

E um outro aspecto que eu queria alertar, Sr. Presidente: os depoentes que estão vindo aqui... Isso aconteceu na passada em dois momentos, dois ou três momentos. Um dos requisitos que faz com que o depoente esteja aqui, e não remotamente, é a cautela de não ter o depoente orientação, mas o mesmo comando que prevê a não orientação do depoente também prevê que ele não seja constrangido ou que ele não seja ameaçado.

Essa semana vi várias manifestações de ameaças a depoentes. Aconteceu quando estava aqui e agora está acontecendo antes de vir. Quando se diz que depoente pode ser preso durante a CPI, isso é uma ameaça clássica. Então, eu quero fazer um apelo aqui a V. Exa., como Presidente desta Comissão, que alerte a todos nós que temos que ter a cautela de não praticarmos, de maneira direta ou indireta, ameaça a

quem quer que seja, porque aqui se deve seguir a cartilha para todos, sem seletividade e para não gerar também nulidade no processo. A prova, para ser válida, tem que ser obtida licitamente.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No caso específico do atual Ministro Queiroga, tinha dois advogados da AGU acompanhando-o; um deles, inclusive, estava sentado ao lado dele aqui, orientando-o, e foi permitido isso – viu, Senador? –, que ele tivesse dois advogados da AGU. Ele solicitou e eu permiti que estivesse do lado. Estava sentado bem ali, naquela cadeira, um advogado da AGU, orientando o Ministro.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. fez essa concessão a ele?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O depoente não pode ser orientado. A regra é essa.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, mas veja bem, para que a gente não mostrasse que a gente não tem interesse... Que o interesse nosso é prejudicar alguém... O sentido foi dos melhores possíveis.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., porque a orientação acontece, sobretudo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Porque, muitas vezes...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... quando o advogado vai dizer: "Olha, não pode falar sobre isso".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É obstaculizar a tomada do depoimento.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente Omar Aziz, por favor, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Fernando Bezerra; depois, Senador Alessandro, por favor.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente Omar Aziz, Sr. Senador Relator, Renan Calheiros, Sras. e Srs. Senadores,

eu só queria fazer aqui uma ponderação, Sr. Presidente, para que a gente possa, de fato, buscar o equilíbrio durante os depoimentos, durante as interrogações, as indagações, para que o trabalho seja o mais técnico possível e a gente possa segurar as nossas paixões partidárias, políticas ou ideológicas.

Eu, na realidade, quero também, Sr. Presidente, chamar atenção da responsabilidade da CPI no momento em que os indicadores econômicos apontam para uma retomada forte da economia brasileira. Ontem, o Banco Central revisou a taxa de crescimento do Brasil; hoje pela manhã, importantes instituições financeiras já falam de um crescimento neste ano de mais de 4%. Isso significa a volta do emprego, isso significa um dos melhores anos para o Brasil do ponto de vista da sua balança comercial. Já há indicadores de que o déficit das transações correntes será zero esse ano.

A valorização do real... Há pouco tempo, se imaginava que o real pudesse ultrapassar a casa dos R$6 por dólar; agora, tudo muito mais próximo de R$5, criando, portanto, um ambiente de mais confiança, com o investimento direto do capital estrangeiro saindo de 34 bilhões para mais de 60 bilhões até o final do ano. Isso tudo é importante para que a CPI, de forma equilibrada, não possa se transformar em palanque político para que a gente possa criar problemas para esse cenário mais alvissareiro, mais positivo, que é bom para todo mundo, é bom para o Brasil. Ninguém pode torcer contra o Brasil.

É muito importante que, portanto... V. Exa. vem conduzindo muito bem os trabalhos desta CPI. Eu queria reforçar a minha confiança para que a gente possa manter esse equilíbrio, que é muito importante para todos os que aqui têm assento e para todas as correntes de opinião: que a CPI possa, de fato, cumprir com os seus objetivos, esclarecer as dúvidas, formular as críticas e, sobretudo, apresentar uma proposta de valorização e de aprimoramento da legislação sanitária brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Alessandro e, depois, o Senador Luis Carlos. Aí eu vou convidar o Presidente da Anvisa, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Para tentar objetivar e facilitar os trabalhos desta Comissão, observe-se que nós já temos 45 minutos aproximadamente do tempo que seria dedicado à coleta de depoimento da testemunha convocada.

Sugiro a V. Exa. três medidas simples e objetivas. A primeira delas: a antecipação do horário da audiência para as 9h. A segunda: a redução do tempo destinado ao questionamento individual de 15 para 12 minutos – é uma mudança singela, três minutos apenas a menos por Senador, e estaremos poupando

uma hora só com os 20 integrantes. E a terceira, Sr. Presidente: que V. Exa. tente limitar um pouco o tempo das falas que são absolutamente desconectadas do objetivo desta sessão.

É preciso que os colegas se atentem e quem nos acompanha: nós não estamos em audiência pública; nós estamos em um depoimento duma CPI. Nós não estamos num espaço de debate entre oposição e situação. Todos os Senadores que estão aqui nesta Comissão estão investidos da função de investigadores. Então, não cabe esse debate. Se alguma das testemunhas se sente constrangida, cabe a ela, testemunha, ou a seu advogado alegar. Esse posicionamento como advogados de parte ou como promotores não cabe aqui, todos têm que apurar a verdade.

Então, sugiro a V. Exa. que siga nesse sentido, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A questão do horário, Senador, se depender da Comissão, eu tenho que colocar aqui em votação.

Os Senadores concordam que a gente comece 9h da manhã e seja de 12 minutos?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Concordo que comece às 9h, mas reduzir de 15 para 12 eu não concordo, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu irei fazer o que os Senadores aqui... Por mim, eu pouco... Eu não faço questionamento... Eu às vezes pergunto uma coisa ou outra. Eu não uso...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, de pleno acordo com os encaminhamentos do Senador Alessandro, com a exceção da limitação para 12, porque eu acho que são necessários os 15 minutos.

O restante, se nos atermos aqui aos depoimentos...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – São três questionamentos pertinentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Presidente, só para tentar ajudar.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Eu acho que uma ideia, no encaminhamento concreto da proposta do Senador Alessandro, eu acho que o melhor seria nós termos um tempo para comunicação inadiável, para intervenção, e termos um outro tempo para o interrogatório – para o interrogatório. Acho que organizaria melhor...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... nós termos um tempo para o interrogatório e nós termos um tempo menor para comunicações inadiáveis, para questão de ordem, para...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Faz algum tempo que eu não concordo com o Senador Renan, mas eu concordo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só tem um problema...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – ... plenamente com essa... Até porque nós tivemos aqui, Presidente, casos, no meu ponto de vista, absurdos – e aqui eu não quero fazer nenhum juízo de valor de intervenção de Senadores. É que nós estávamos com uma testemunha aqui, a pessoa passou 15 minutos falando e não fez um questionamento para a testemunha. Então, são situações até constrangedoras para um depoimento de CPI.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas não sou eu que vou cobrar, não é? "Faça a sua pergunta."

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, o Parlamentar tem total liberdade, não há nenhuma condição prévia para o exercício da função.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria deixar isso consignado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu acato a questão de ordem do Senador Alessandro para ser 9h, com a anuência de todos os Senadores, o.k.? A questão de 12 minutos não foi aceita. E a questão de que a gente se atenha ao propósito da CPI... Isso aí é pertinente demais. Eu, às vezes, abro, para não ser troglodita aqui e querer cercear. Mas tem um grande problema: nós não temos como mudar o horário do Sr. Fabio Wajngarten nem da Pfizer, porque eles já estão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é.

Então, na próxima semana, com o Ernesto Araújo, Eduardo Pazuello e Mayra, eu quero que vocês digam que é 9h da manhã.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não é possível mudar o horário dos depoimentos, mas é possível já preservar o início às 9h30 para essas comunicações urgentes.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k. Então, a partir de amanhã, nós vamos começar 9h.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Às 9h a gente começa. Aí as questões nossas internas aqui a gente debate e 10h em ponto a gente começa o debate. Está o.k.?

Senador Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, colegas Parlamentares, quero só fazer uma colocação aqui. O Senador Girão vem insistindo na questão de Governadores e Prefeitos. O colega aqui faz a sugestão de trazer novamente o nosso Ministro Queiroga.

Talvez as senhoras e os senhores não tenham noção: nessa questão da cloroquina, o valor gasto não passa de R$200 mil, em torno de R$200 mil. O que Senador Girão fala aqui... Prefeitos e Governadores é de R$73 bilhões. Agora, eu vou falar assim: se comprou ou não comprou, se deu ou não deu, o.k. Então, esse é o ponto a que eu chamo a atenção dos colegas Parlamentares: não passa de R$200 mil. O ministério tem um orçamento de R$200 bilhões e repassou para Estados e Municípios, em 2020, R$73 bilhões, que eu acho que é o que nós temos que investigar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu já tinha colocado aqui que, oportunamente, a gente vai discutir isso; não vai ser amanhã, nem depois.

E eu deixei claro isso, que, em relação à reconvocação dele, são as contradições que o próprio Governo tem feito ele passar. É só isso. E tem acontecido isso. Ele defende uma coisa, e parte do Governo Federal defende outra totalmente contrária ao que ele falou aqui. É essa a questão; mas no momento oportuno, não é o momento.

Eu vou pedir para entrar o Dr. Antonio Barra Torres, Presidente da Anvisa. E ele veio acompanhado de alguns diretores, que podem ficar aí, se acomodar por aí, por favor. (*Pausa.*)

Eu vou pedir... Eu vou pedir para o senhor... (*Pausa.*)

Pode apertar ali. Isso.

O senhor faz, sob palavra de honra, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, a promessa de dizer a verdade de que souber e lhe for perguntado?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Sim, senhor. Faço.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O senhor tem interesse de falar alguma coisa antes ou já posso passar para o Relator?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Uma breve declaração, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois não, fique à vontade!

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente desta CPI, Sr. Vice-Presidente, Sr. Relator, todos aqueles que nos acompanham, um cordial bom-dia.

Gostaria, primeiramente, de manifestar profundo pesar e respeito pelas famílias que perderam seus entes queridos nesta pandemia e todos os demais brasileiros que, fruto de tudo que tem ocorrido, têm tido, de maneira exponencial, aumentada a sua dificuldade de ter acesso a recursos de saúde no Sistema Único de Saúde.

Gostaria também de manifestar meu mais profundo reconhecimento ao trabalho das servidoras e dos servidores concursados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no seu trabalho incansável de buscar soluções e bem atender ao País neste momento tão difícil.

Estendo essas breves palavras a todo o quadro de diretores que estão aqui presentes no dia de hoje graças à autorização do Sr. Presidente, Senador Omar Aziz, desta CPI.

Por fim, dizer que a agência é sempre pautada na transparência, na publicidade de seus atos e, portanto, não caberia aqui nenhuma declaração mais alongada minha no sentido de falar aquilo que a agência já fez no transcurso desse desafio.

Assim, agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. *Fora do microfone*.) – O senhor está acompanhado de quantos diretores?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Estou acompanhado de todos, Sr. Presidente. A doutora...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Os diretores da Anvisa estão aqui também?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Estão ao fundo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele pediu para eles participarem e eu permiti que participassem aqui.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Agradecemos a gentileza do Sr. Presidente desta CPI.

Concluo, então, dizendo que, dada a transparência dos nossos atos, entendo que aproveitaremos melhor o tempo se eu encerrar aqui as minhas palavras para estar apto, portanto, a responder, na sequência, àquilo que os senhores desejam que seja esclarecido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou esclarecer aqui aos Senadores e Senadoras que a inscrição é aberta 30 minutos antes da sessão. Então, os Senadores e Senadoras, 30 minutos antes, já podem se inscrever. E, pela inscrição aqui, o Senador Renan Calheiros, que... Senador Marcos Rogério como primeiro; Senador Randolfe, segundo; Senadora Eliziane, Senador Humberto Costa, Senador Eduardo Girão e Senador Otto Alencar. Quem tem que se inscrever: o Senador Jorginho Mello, o Senador Fernando Bezerra.

Vou passar ao Relator, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A lista de suplentes.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Como Relator.) – Sr. Presidente e Sr. Vice-Presidente, Senador Omar Aziz e Senador Randolfe Rodrigues, a criação da Anvisa, sem dúvida nenhuma, foi um marco na vigilância sanitária do Brasil. É muito importante a existência de uma agência eminentemente técnica e com autonomia para evitar que as questões de saúde da população brasileira sejam contaminadas por interesses meramente políticos, eleitorais ou ideológicos.

Conheço e tenho, Presidente Omar Aziz, Senador Randolfe Rodrigues, Vice-Presidente, muito respeito também pela qualidade técnica dos servidores e dos diretores da Anvisa.

Como todos lembram, a Anvisa foi criada por lei em 1999, através da Lei nº 9.782, da qual tive a honra e a satisfação de, já como Senador, ajudar na mobilização e na própria aprovação.

Cumprimento a todos e inicio as perguntas.

V. Sa., Presidente, é médico e fez carreira na Marinha do Brasil, uma das mais antigas e respeitadas instituições brasileiras, onde atingiu o honroso posto de contra-almirante, o que evidencia a sua qualificação técnica para o cargo que ocupa.

Qual foi – primeira pergunta – a importância da sua experiência profissional como médico para suas atividades como Diretor-Presidente da Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Sr. Relator, eu acredito que essa experiência tenha sido um grande facilitador, muito embora eu não possa esquecer também a experiência como gestor, porque, na verdade, no trabalho como diretor da agência – e aqui estão todos os diretores –, V. Exa. poderá facilmente constatar que há diretores de todas as áreas de formação acadêmica. Então,

temos diretor economista, temos diretor advogado, diretor farmacêutico. Mas é claro, como integrante da área da saúde, eu penso que facilita, mas acredito que também a minha experiência como gestor. Eu tive oportunidade de dirigir algumas unidades de saúde da Marinha e, na minha formação também na área militar, fiz o curso de MBA de gestão em saúde, pelo Instituto Coppead, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. À época que fiz esse curso, que já tem alguns anos, ele era o mais bem ranqueado no Brasil. Então, eu acho que é um conjunto de coisas que dão um certo conforto para enfrentar esses desafios.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Presidente da República, alguns de seus familiares e o ex-Ministro das Relações Exteriores causaram animosidades com autoridades da China, ao criticar aquele país em vários momentos da pandemia.

A declaração mais recente é da semana passada e já causou obstáculos ao envio de insumos para a produção da vacina do Instituto Butantan, o que interrompeu a produção do nosso principal imunizante. O Presidente insinuou, sem muita sutileza – é o seu estilo –, que "ninguém sabe se [o vírus] nasceu em laboratório ou se nasceu por algum ser humano ingerir um animal inadequado. [...] Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que [...] estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu o seu PIB? Não vou dizer para vocês," – falou o Presidente.

Pergunto a V. Sa.: existem problemas com medicamentos, vacinas, insumos, equipamentos ou outros produtos de origem chinesa submetidos à Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sr. Relator, no mundo, hoje em dia, nós temos dois grandes países que detêm a primazia na produção principalmente daquilo que hoje todos já ouviram falar, que é o IFA (Insumo Farmacêutico Ativo); um deles é a índia, o outro é a China. Então, de maneira direta ou indireta, esses países acabam influenciando em boa parte o percentual... Eu não saberia aqui dizer exatamente, mas é um percentual, com certeza, maior que 50% da produção de medicamentos no mundo. Então, de fato, durante o transcurso da pandemia, observamos essas dificuldades. Há momentos em que o IFA demora um pouco mais a chegar ou chega um pouco depois e vem realmente desses dois países. Então, o impacto deles na produção de medicamentos, praticamente do mundo todo, é imenso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A pergunta, concretamente: existe problema ou não existe problema?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, temos visto esses problemas pontuais que têm acontecido, de demora de entrega de IFA, tanto para a CoronaVac, até mesmo para a AstraZeneca, porque também recebe insumos vindos da China. A resposta é sim, tem havido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu falo especificamente criados em função de impactos de declarações do Presidente da República, seus filhos e do ex-chanceler.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ah, sim, entendo. Eu não tenho a informação do nexo causal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O senhor não tem informação do nexo causal...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Do nexo causal.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... mas houve problemas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, tem sido noticiado, temos acompanhado.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existem dados que sugiram que os produtos de origem chinesa submetidos à avaliação da Anvisa recebem proporcionalmente mais avaliações negativas do que produtos oriundos de outros países?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. Não procede.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Não existem dados que demonstrem isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não existem dados que demonstrem isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A população brasileira pode confiar na chancela dada pela Anvisa aos diversos produtos que aprova?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, Sr. Relator. Eu tenho dito isso repetidas vezes. Inclusive, na questão vacinal, já disse isso publicamente. Aproveito para reiterar: eu tenho 57 anos e, embora médico – portanto, já poderia até pleitear a vacinação um pouquinho mais cedo –, eu hoje sou um médico gestor; eu não ou mais um médico de atender na emergência, como fiz durante 20 anos. Então, assim que a minha faixa etária for contemplada, irei ao posto de saúde e tomarei a vacina que estiver lá, aprovada pela Anvisa.

Então, conclamo a população para que acredite e confie nos produtos aprovados pela Anvisa, principalmente neste momento tão importante, as vacinas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe algum outro aspecto técnico que, no âmbito da saúde, desabone a China ou os seus produtos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não existe.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa não concedeu autorização de uso emergencial da vacina Covaxin, da empresa indiana Bharat Biotech, que

foi objeto de negociação para o fornecimento de 20 milhões de doses ao Ministério da Saúde. Além disso, a agência negou a certificação de boas práticas de fabricação à sua fábrica na Índia.

Pergunto: trata-se de uma vacina de baixa qualidade, insegura ou ineficiente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – De maneira nenhuma.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Objetivamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – De maneira nenhuma, Sr. Relator. Foram eventos que acontecem em protocolos de análise, e esperamos que sejam superados. Acrescento que a Índia tem uma tradição muito forte de superação de discrepâncias apontadas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais problemas motivaram a negativa da certificação de boas práticas de fabricação pela Anvisa, por favor, Presidente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A questão específica da certificação de boas práticas é fruto de uma inspeção presencial – os nossos servidores estiveram lá. Ela envolve uma sequência que o senhor... Não sei se terei tempo. Eu tenho aqui os documentos, que eu poderia inclusive listar aqui. O senhor permite?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Posso?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, eu vou aqui abordar, eminente Relator – talvez seja até a próxima pergunta do senhor – em relação à questão também da própria importação.

Vou falar logo da importação, pelo Ministério da Saúde, faltou... Houve a ausência do relatório técnico. O que é isso? É o relatório da autoridade reguladora do país de origem, que aponta a qualidade, segurança e eficácia e comprova essa qualidade, segurança e eficácia através se da publicidade que dá aos métodos pelos quais se chegou naqueles índices.

Então, esse é um documento condicionante. Sem ele não é possível autorizar uma importação excepcional, então, no caso da importação, isso foi o motivo.

Mas V. Exa. perguntou sobre a questão da inspeção na fábrica. Então, foram vários os pontos. Foi apontado que o método de potência da vacina não utilizava um método de controle específico para quantificar o conteúdo antigênico e a potência da vacina. Vamos traduzir o que é isso. Uma vacina é tão potente quanto ela consegue induzir no organismo do vacinado a geração de defesa, a geração de defesa

imunitária contra aquele agente, isso é a potência da vacina. Não basta o atesto dessa potência, é necessário mostrar todo o processo, como se chegou a esse valor. Esse processo não foi demonstrado.

Não havia também... Tudo isso eu estou falando da pergunta objetiva...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Anterior.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante, Dr. Barra Torres, porque eu acho que é a curiosidade do Brasil todo saber sobre a questão, principalmente de vacina, que salva.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor tem o tempo todo para explicar o português mais fácil do mundo para as pessoas que estão nos vendo neste momento...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... saberem, porque tem termos técnicos que...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São difíceis.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... nós aqui não conhecemos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – ... e olha que a gente está embutido nisso aqui. E tem pessoas nos assistindo que querem saber, têm interesse em saber.

A questão da vacina da Índia, se eu entendi, quando ela é produzida, ela não tem higiene, é isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu vou chegar lá, tem um outro ponto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ah, está bom.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu vou chegar lá.

Então, o próximo ponto.

A ausência da validação da inativação viral. A plataforma dessa vacina trabalha com o próprio coronavírus sendo inativado. Essa inativação não pode também ser simplesmente atestada, ela tem que ser validada.

O que é validação? Validação é realizar um processo exaustivo, às vezes, e obter sempre o mesmo resultado, então, é analisar uma, duas, três, quatro, dez, vinte vezes e chegar sempre ao mesmo resultado. Isso torna aquele procedimento um procedimento válido.

E por que tem que ser inativado o vírus? Porque essa vacina precisa utilizar o vírus Coronavac... Desculpe, o vírus da Covid inativado, ou seja, sem a possibilidade de causar doença, mas com a possibilidade de causar defesa, então, essa validação da inativação viral não foi demonstrada.

A pergunta que o Sr. Presidente citou é esterilização. Não adota as precauções necessárias para garantir a esterilidade do produto. Esse produto precisa vir completamente isento de qualquer contaminante bacteriano ou de qualquer outro agente que possa induzir a uma outra infecção. Isso não foi demonstrado.

Pureza. Não possui estratégia de controle adequada para garantir a pureza. A pureza, o que é? Pureza é a inexistência de qualquer outro agente, mesmo que não seja contaminante. Vamos dar aqui um grosso modo: uma poeira, um elemento externo, uma molécula que não era para estar lá. Isso não pode existir numa vacina e não foi bem demonstrado.

Não conformidades identificadas representavam risco significativo à fabricação e à garantia de qualidade, implicando em risco sanitário aos usuários.

Todas essas situações que elenquei são não conformidades. E essas não conformidades, que foram motivo de análises de todas as cinco vacinas já aprovadas pela Anvisa... Todas passaram por esse *screening*, por esse teste, por essa avaliação e, nesse caso, isso também não foi demonstrado.

Já citei qualidade e não conformidades com potencial impacto na segurança.

Avaliação clínica dos dados disponíveis não permitiram, portanto, estabelecer um risco-benefício favorável à vacina, porque, quando analisamos o uso emergencial... O uso emergencial já é uma situação de certa excepcionalidade. A situação confortável, Senadores, é o registro. O registro é aquela análise mais longa, que estabelece perfeitamente qualidade, segurança e eficácia. E, vejam, mesmo assim têm sido apontados problemas em algumas vacinas que já têm registro, daí a necessidade do rigor. Mas, no caso do uso emergencial, sempre se avalia o risco-benefício. Quando esse risco-benefício é favorável, o uso emergencial é autorizado com uma série de condicionantes, inclusive de uma monitorização intensa.

Eu concluo essa resposta quanto à questão da planta fabril desta vacina reiterando que a Índia tem uma tradição de responder rápido a esses apontamentos, e o Ministério da Saúde tem feito reuniões com a Anvisa a respeito desse novo pedido de importação, o que, aliás, é feito em qualquer análise vacinal. São reuniões prévias justamente para que essas discrepâncias sejam sanadas, através de documentos que chegam. E acreditamos que, nos próximos dias, poderá haver uma assunção de um novo pedido por parte do Ministério.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, concretamente houve precipitação do Ministério da Saúde ao contratar 20 milhões de doses de uma vacina que veio a ser rejeitada pela Anvisa? Concretamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, não sei se houve precipitação. Nós analisamos o material que recebemos, e a questão da aquisição vacinal é uma questão toda do Ministério da Saúde. Eu tenho sempre dito que a Anvisa não compra nem um comprimido de Aspirina, nem um Band-Aid.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas eu não perguntei sobre a Anvisa, eu perguntei se houve precipitação do Ministério da Saúde ao contratar 20 milhões de doses de uma vacina que depois veio a ser rejeitada.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, é uma pergunta concreta: houve ou não houve precipitação?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não houve, porque esse processo pode ainda ser aproveitado. Então, entendo que não houve.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tá bom.

Houve pressão de autoridades federais pela aprovação da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Considerando que se trata de uma rejeição com base nas condições da fábrica da Índia, como V. Sa. colocou aqui, há perspectiva realista e breve de resolução dos problemas para reanalisar e aprovar o uso da Covaxin no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor. Com base na tradição, que eu já disse, de a Índia ser rápida na resolução de problemas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve pressão de autoridades públicas ou da indústria farmacêutica para que a Anvisa minimizasse ou afrouxasse seus critérios e avaliações para aprovação de vacinas contra a Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Existe espaço para que a Anvisa desburocratize a aprovação de vacinas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse espaço já foi exercido por nós e tudo que foi possível desburocratizar já foi feito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. Teve alguma reunião ou contato com algum representante da empresa de Precisa Medicamentos, que participa das negociações para a compra da Covaxin?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor. Não me recordo de ter tido. As minhas...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Teve, não teve ou não se recorda?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não me recordo. E, muito provavelmente, não tive.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. tem conhecimento de algum problema que a Precisa Medicamentos tenha tido em contratações com órgãos públicos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não sei disso, desconheço.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem conhecimento da recente rescisão do contrato com a Petrobras e do não cumprimento do contrato para a entrega de medicamento para doenças raras com o Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Desde a criação da Anvisa, esta é a primeira pandemia de espectro global que a Anvisa vivencia. Tomar vacina protege contra a Covid-19, evita mortes. O nosso propósito, nesta Comissão, é estancar essa máquina de mortes que continua a levar brasileiros. Não tomar vacina é um caminho para a morte. Qual o critério utilizado pelo órgão regulador quanto ao risco *versus* benefícios de um imunizante já em uso no mundo, de comprovação da sua eficácia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O critério é que o tratamento não pode ser pior do que a doença, nem apresentar mais dúvidas do que a doença. Esse é o grande norteador da avaliação risco e benefício.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa autorizou o uso emergencial da CoronaVac, do Butantan, e da AstraZeneca, da Fiocruz, mesmo com pendências de informações por parte dos seus desenvolvedores. Entretanto, na época da aprovação, por exemplo, da CoronaVac, a mesma era pouquíssimo utilizada no mundo. Portanto, sem muitos dados do mundo real. Passados quase cinco meses, desde a aprovação por parte da Anvisa dessas vacinas, outras já

foram aprovadas e estão sendo utilizadas em dezenas de países ao redor do mundo. A Anvisa tem conhecimento dos resultados dessas outras vacinas em uso no mundo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Hoje apenas os laboratórios públicos estão produzindo vacinas humanas no Brasil, especificamente Fiocruz e Butantan. As grandes multinacionais, como, por exemplo, a Pfizer, Novartis, entre outras, produzem vacinas em seus países e exportam para o Brasil, ou seja, os empregos, a tecnologia, as divisas e o conhecimento não ficam aqui e, sim, nos países dessas grandes empresas. Isso significa dizer que a soberania do Brasil também está ligada diretamente, no caso da pandemia, à produção de vacinas no País, desde os insumos até o envase? Na sua opinião, o Brasil está no caminho certo de manter monopólio estatal na produção de vacinas humanas ou uma das lições que a pandemia está nos dando é o atraso e o descaso total em termos de produção de vacinas humanas no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Entendo que a produção de insumos essenciais, e aí amplio esse conceito para qualquer campo da atividade humana, se deu por comprovado, com o advento da pandemia, que é estratégico, é soberano e é essencial. A opinião que tenho, Senador Renan Calheiros, é que, ao longo de décadas e décadas de capitalismo – que qualifico como selvagem –, que visava ao lucro exclusivamente da empresa, à mão de obra barata e à atratividade fiscal, fábricas e mais fábricas foram colocadas em países onde havia atratividade fiscal, mão de obra mais barata, fartura de insumos. Isso foi muito bem num período não pandêmico.

Quando houve a pandemia e quase 7 bilhões de pessoas querem o mesmo produto, essas potências que fabricam esses insumos, é claro, demonstraram para o resto do mundo o quanto foi errado investir nesse conceito. Portanto, transformar o País, amanhã ou depois, em autossuficiente nesses insumos e em quaisquer outros insumos essenciais – a pandemia está mostrando muito bem isso – será um fator de força e de soberania nacional, com certeza.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Outra vacina que consta no planejamento da vacinação contra a Covid-19 é a russa Sputnik V, produzida pelo Instituto Gamaleya, cuja importação não foi autorizada pela Anvisa. A empresa União Química afirma ser capaz de produzir 8 milhões de doses por mês em Território nacional. A aprovação é aguardada pelo próprio Ministério da Saúde e também pelos Governadores do Nordeste, que assinaram contrato para a aquisição de 37 milhões de doses.

Por outro lado, o fundo russo responsável pela Sputnik V anunciou que vai processar a Anvisa por ter disseminado supostas informações falsas sobre seu produto em razão de pressões destinadas a proteger interesses da indústria farmacêutica norte-americana. Foi o que falou o fundo russo.

Pergunto a V. Sa.: quais são definitivamente os entraves para a autorização de uso da Sputnik V?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A autorização de uso emergencial da vacina Sputnik V encontra-se, neste momento, Sr. Relator, em análise na agência através da submissão de documentos pela empresa União Química. No momento de hoje exato, estamos num ponto em que essa análise encontra-se parada para que a Sputnik – perdão –, para que a União Química forneça as informações. Então, quanto ao uso – é uma pergunta objetiva de V. Exa. –, esse é o *status* atual.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quais são as reais perspectivas de correção dos problemas apontados e de obtenção da autorização de uso da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esta potencialidade é toda do desenvolvedor, a de apresentar respostas aos quesitos já, por várias vezes, apresentados a esses desenvolvedores. Tão logo eles apresentem, a análise será feita – ela será feita dentro do prazo legal –, e o nosso posicionamento será firmado.

É muito importante que se entenda que esse processo que fizemos de interrupção ou de negativa da autorização excepcional de importação – aí é outra questão – não deve somar a esta marca Sputnik V nenhum pensamento negativo. Isso faz parte do processo. Infelizmente, uma série de acusações e questionamentos feitos pelo próprio desenvolvedor nos obrigou a colocar de maneira mais clara os motivos desse nosso indeferimento do pedido de importação excepcional por parte de governos, conforme V. Exa. citou.

O que conclamo àqueles que nos assistem é que, tão logo essa situação seja resolvida – e esperamos que seja resolvida –, não se credite a essa marca, a esse nome, a essa vacina nenhuma característica ruim. Realmente, é uma preocupação, dada toda essa movimentação que ocorre – é claro que estamos aqui para esclarecer –, que, amanhã ou depois, a nossa população tenha receios em relação a essa vacina. Não é essa, de maneira nenhuma, a nossa intenção.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – As fábricas da União Química que produzirão a vacina Sputnik V já têm certificação de boas práticas de fabricação pela Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Têm, sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Como a decisão tomada ontem pelo Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, dando prazo de 48 horas para a Anvisa se justificar e enviar documentos afeta esse processo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não afeta em nada, respondemos em quatro horas ou cinco, se não me engano.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde tem trabalhado para o licenciamento da Sputnik V, para que ele seja concluído?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O Ministério da Saúde, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não tenho conhecimento de nenhum trabalho do Ministério da Saúde nesse sentido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Junto à Anvisa, não tem trabalhado? Não tem conversado? Não tem mantido contatos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor, até porque essas respostas têm que vir do desenvolvedor. Eu não vejo nem utilidade de que algum agente busque influenciar nesse sentido. Objetivamente, não tem nenhuma ação no Ministério da Saúde em relação à Sputnik V, resolver questões regulatórias. Não há...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Tem havido pressão de autoridades públicas ou de agentes privados para aprovação, para desaprovação da Sputnik V?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Para desaprovação?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Para aprovação ou desaprovação.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Para aprovação, a pressão é a que está na mídia, é essa que nós recebemos todos os dias.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, tem havido pressão...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está na mídia, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – ... pela mídia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não é pela mídia...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Ou por autoridades públicas ou privadas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É através da mídia. Nós temos visto, acho que todos nós temos assistido aos telejornais, em que os agentes públicos, certamente desejosos de atender bem a sua população, têm cobrado, têm efetuado gestões inclusive judiciais, temos vários acionamentos no STF em relação, não só a essa vacina, como a outras. E é lógico que isso exerce uma pressão. A pressão que vejo é essa, que é, aliás, ostensiva, pública, não vejo nada demais em relação a isso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. pode confirmar se recebeu correspondências do Instituto Gamaleya antes ou depois da decisão da Anvisa de 26 de abril, no sentido de não ter sido detectado nenhum adenovírus replicante em amostra da Sputnik V?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, confirmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual foi a resposta da Anvisa, já que V. Sa. confirma?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Na verdade, esse envio que recebemos foi indireto, ele não veio diretamente do fundo soberano russo, ele veio através dos governos que estão buscando essa importação. Eu tenho aqui, em minhas mãos, está à disposição desta CPI, o inteiro teor desse documento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Nós gostaríamos de receber.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está à disposição. Já deixo hoje aqui mesmo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – E se desejarem também ter o registro do requerimento, está à disposição. Essa cópia já fica aqui hoje. E os senhores poderão, ao analisar o documento, constatar que há uma parte inicial dele em que, de maneira surpreendente – não estamos acostumados a ver isso –, o fundo soberano tece críticas pessoais a integrantes da Anvisa, o que, no ambiente regulatório, é inédito. E, no final, elenca todas as justificativas ou respostas que tem para os questionamentos apontados, mas insiste na mesma linha de ação inicial. Afirma, mas não comprova.

De toda sorte, recebemos também, além desta correspondência, que é a pergunta objetiva de V. Exa., outros documentos que se encontram sob análise neste momento e, dentro do prazo fixado por lei, efetuaremos o posicionamento da agência, até porque os governos estaduais efetuaram protocolos em datas diferentes e a lei preconiza até 30 dias.

Então, continuamos na busca por respostas. É claro que, por exemplo, se no Estado que protocolou por último encontrarmos respostas satisfatórias, na medida em que o produto é o mesmo, se houver uma decisão positiva aqui, ela vai retrogradar, é claro, aos Estados que não tenham sido contemplados.

Isso é o que temos no momento. O documento está à disposição.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bem, nós aguardamos a remessa dos documentos por V. Sa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Já entreguei aqui, Senador.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Agora uma pergunta objetiva, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A agência promoveu análises próprias em lotes da vacina para chegar às suas conclusões ou baseou-se em laudos externos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A agência não procede a análise laboratorial. Então, é importante a pergunta de V. Exa. para que a população entenda: nós não pegamos vacina e colocamos no microscópio para analisar; a análise é feita através dos documentos apresentados pelos próprios desenvolvedores, que, em sendo partícipes dos mais elevados fóruns regulatórios internacionais, como é o caso da Anvisa, seguem um regramento que permite a confiabilidade, permite ver que aqueles documentos apresentados e, refazendo todos os cálculos...

Por exemplo, em toda a nossa equipe de análise vacinal, nós temos estatísticos e matemáticos que refazem aqueles cálculos, verificam se a eficácia de fato é aquela que foi apresentada. Para isso, é preciso ter o que se chama de dados-base, os dados brutos de onde o desenvolvedor chegou às suas conclusões. Isso foi assim com todas as cinco vacinas já aprovadas e, com esta, nós estamos tendo essa dificuldade, entre outras que posso elencar aqui quando for oportuno – eu tenho aqui toda a relação dos problemas relacionados a esta vacina, que nós apontamos e esperamos que sejam superados.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. alguma vez discutiu a vacina Sputnik V com algum representante da empresa Pfizer ou com algum representante do corpo diplomático dos Estados Unidos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Em momento algum. Não conheço nenhum representante do corpo diplomático dos Estados Unidos. Desde que estou aqui em Brasília, recebi na agência, por solicitação de audiência, diversos diplomatas, posso citar de quais países se for do interesse desta CPI, mas, dos Estados Unidos da América, não...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor gostaria que eu citasse?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, eu vou puxar pela memória, Senador: Cazaquistão; Rússia; Paraguai; Índia; por videoconferência, Canadá; e, possivelmente, mais, mais alguns ainda, mas, de plano, eu diria esses para o senhor. Tivemos também contato com autoridade não diplomática: com o Ministério da Saúde do Chile, também por videoconferência, o que é uma prática, durante a pandemia... Eu lembro que, antes, nem tanto, mas agora, durante a pandemia, ela não é rara, os embaixadores presentes aqui no Brasil solicitarem audiência, mas sobre o caso concreto dos Estados Unidos, que o senhor perguntou: eu sou incapaz de reconhecer o embaixador se ele passar na minha frente.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual tem sido a reação dos diretores e servidores da Anvisa em face da ameaça de processo feita pelos produtores da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nenhuma. Entendemos que é algo que pode acontecer e, se acontecer, nós teremos os canais em quem confiamos, isentos, legítimos, para efetuar nossa resposta. Não temos preocupação em relação a isso e não temos também reação em relação a isso. No nosso próprio País recebemos diversos questionamentos do egrégio Supremo Tribunal Federal, efetuamos nossas respostas, alguns processos já foram conclusos, outros permanecem em aberto, e vamos tocando a vida.

A principal preocupação dos servidores da Anvisa é o salvamento de vidas, tentar diminuir esse problema ao máximo. Todas essas outras, é lógico que impactam, mas são satélites, são corolários, são órbita; o centro é o combate à pandemia.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a repercussão diplomática que esse embate pode trazer ao País e à reputação da Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Qual embate, eminente Senador? Não entendi o embate.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Esse embate com relação à autorização para a contratação da Sputnik, de que nós estamos tratando.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Entendi.

Olha, eu espero, Senador, que não haja impacto nenhum, porque é uma questão regulatória. Não está em questão a amizade entre os países. Brasil e Rússia têm uma tradição de negócios e de parceria já bastante antiga, em vários setores. A Rússia é um país superlativo em todos os campos da arte, da ciência, do esporte... Quem não assistia aos desempenhos formidáveis da Rússia nas Olimpíadas de antigamente? Então, é só um exemplo. Ou seja, é uma questão regulatória, ela tem começo, meio e fim, e nós esperamos que ela chegue a um bom fim.

Então, eu não espero que isso impacte, de maneira nenhuma, o entendimento entre os países. Isso é uma outra questão, pelo menos na minha ótica, como brasileiro.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Somente em 3 de fevereiro de 2021 a Anvisa retirou a exigência de estudo de Fase III em Território nacional para autorização de uso emergencial de vacinas contra a Covid-19. Pergunto: por que a Anvisa adotou essa medida tão tardiamente, em data posterior ao início da imunização contra a Covid no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu entendo, Senador, que foi quando foi possível, em face de tudo que estávamos monitorizando, inclusive no cenário mundial. Agora, é curioso que, por exemplo, nós tivemos desenvolvedor vacinal que alegou que "olha, a Anvisa é muito rigorosa, então não temos interesse de submeter nenhum pedido nesse momento". Então, logo nessa data que V. Exa. relembrou agora, em que foi abolida essa necessidade do estudo clínico Fase III no Brasil...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No dia 3 de fevereiro.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato. Não houve pedido. Nós esperávamos que, naquele dia, empresas que haviam até elencado essa questão como sendo um óbice imediatamente protocolassem os seus pedidos. Entretanto, isso não aconteceu, o que nos levou a acreditar que não seria esse o verdadeiro motivo de não ter havido aqueles pedidos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa está sensível à necessária agilidade para a aprovação de insumos para o enfrentamento da Covid-19?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu penso que sim, Senador Renan, e isso se traduz nos prazos de aprovação vacinais que nós temos registrado, que colocam o Brasil numa posição de liderança quanto a isso. Eu posso dizer aqui, rapidamente: no uso emergencial que todos acompanharam, no dia 17 de janeiro, nós utilizamos ali nove dias, nove dias corridos. Nenhum outro país no mundo aprovou em uso emergencial nessa mesma velocidade e todas as outras que depois vieram, inclusive aquelas que obtiveram registro. Então, no quesito de, quando o dossiê estava pronto, efetuamos a análise e mostramos o resultado, e foram cinco resultados "sim" na questão do uso emergencial e do registro, os nossos tempos são tempos inferiores a qualquer agência reguladora mundial.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Então, a pergunta concreta a V. Sa.: a conhecida flexibilização de normas pela Anvisa poderia revelar que antes havia certo preciosismo técnico por parte da agência?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, ela revela que foi uma evolução natural do processo, e não só no caso vacinal. Nós poderemos abordar aqui, se for do interesse da Comissão, por exemplo, questões ligadas a outros itens e que nós já, desde 2020, início e meio de 2020, quando a

questão vacinal no mundo era uma promessa, não havia nada concreto ainda, toda facilitação, desburocratização regulatória já estava instalada. Então, essa questão da dispensação do estudo clínico Fase III no Brasil, principalmente, veio quando ela pôde efetivamente chegar com segurança.

E é importante voltar a um ponto, Senador, falando daquela que é a certificação mais nobre para um medicamento, que é o registro. Os senhores vejam que mesmo vacinas que têm registro precisam ter um acompanhamento muito amiúde, muito rigoroso, porque, com tudo que foi feito no Brasil e no mundo para chegarmos a condições ideais de registro, problemas surgem depois. Nós estamos hoje mesmo com uma situação de uma determinada vacina no Brasil em que tivemos que intervir e efetuar restrições, ou melhor, sugestão de restrições quanto a seu uso em parcela da população.

Então, essa matemática é extremamente complexa. Na hora em que a gente flexibiliza, essa flexibilização traz a reboque uma série de condicionantes, uma série de acordos têm que ser firmados entre o desenvolvedor, entre aquele país que está autorizando, uma monitorização muito mais rigorosa precisa ser feita, e isso no uso emergencial, que dirá na situação do registro. E mesmo assim, vejam o que tem acontecido no mundo todo, e recentemente tivemos que intervir aqui no País.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A negativa de aprovação das vacinas Covaxin e Sputnik V deu-se de alguma maneira – pergunta concreta – por preciosismo da agência?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, em absoluto.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa possui cópia dos contratos de transferência de tecnologia e dos contratos de manufatura do Butantan e da Fiocruz, atuais produtores de vacina contra a Covid no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa tem conhecimento de que as verbas públicas federais e estaduais investidas nos laboratórios públicos Fiocruz e Butantan também terão como destino o pagamento de *royalties* milionários para os laboratórios desenvolvedores das vacinas em seus países de origem, nesse caso, do Butantan para a Sinovac e da Fiocruz para a AstraZeneca?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual a sua opinião sobre essa questão?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está sendo trazido a mim nesse momento...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Opinião técnica...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... por V. Exa. Eu não tenho tempo de refletir sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Há o investimento com recursos públicos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... do Governo Federal e estadual nessa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nessas duas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – ... no Butantan e na Fiocruz, só que quem recebe todo o *royalty* são as empresas de fora, com dinheiro público.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Veja bem, eu não tenho, eminente Presidente, eminente Relator, essa matéria que V. Exas. apontaram escrita ou lida. Eu estou ouvindo agora pela primeira vez. A ideia que os senhores apontam, que afirmam que é isso que está rezando esses contratos, é lógico que leva a uma saída de divisas para esses países. Agora, teria sido essa uma condição determinante? Eu não tenho essa informação.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu queria saber qual sua opinião técnica e se V. Sa. considera a remessa de *royalties* com dinheiro do povo brasileiro para as desenvolvedoras internacionais de vacina numa pandemia global, como o caso da pandemia do novo coronavírus?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse não é um assunto regulatório, Excelência. Então, opinião pessoal: toda evasão de recurso não justificado em troca de um benefício concreto e palpável não deve ocorrer. Essa é a minha opinião pessoal, mas esse não é um tema regulatório, até porque a Anvisa não participa de nenhum contrato, aquisição; a Anvisa não compra absolutamente nada a não ser materiais para sua própria subsistência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa tem conhecimento de quando se dará a produção do IFA por parte da Fiocruz e do Butantan?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a capacidade instalada para a produção do IFA do Butantan e Fiocruz?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não é do nosso conhecimento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quanto está sendo investido de dinheiro público para a construção das fábricas do IFA por parte da Fiocruz e Butantan?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nenhum documento oficial contendo essa informação chegou à Anvisa.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na semana passada, nesta Comissão, o ex-Ministro Mandetta declarou que participou de uma reunião no Palácio do Planalto em que foi proposta a mudança da bula do medicamento cloroquina para incluí-lo no tratamento da Covid-19. Disse ainda o Ministro Mandetta que teria sido V. Sa., que exercia interinamente o cargo de Diretor-Presidente da Anvisa, quem rechaçou essa possibilidade. Afirmou também que o Presidente contava com um aconselhamento paralelo para tomar as suas decisões na contramão da orientação técnica do Ministério da Saúde.

Pergunto: V. Sa. se recorda de quem estava presente a essa reunião, qual era a origem do documento e quem o elaborou ou defendeu?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, eu me recordo. Inclusive, lógico, acompanhei pela televisão o depoimento do Ministro Mandetta e confirmo, de minha memória, que estávamos lá o General Braga Netto, Ministro-Chefe da Casa Civil; o Ministro Mandetta, evidentemente; eu; a Dra. Nise Yamaguchi; havia um médico sentado ao lado dela de que não me recordo o nome; e, realmente, não tenho na minha memória um registro das presenças dos Ministros Jorge e Ramos

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Jorge Oliveira e Ministro Ramos.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. participou...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – E...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A pergunta do senhor é mais ampla. Depois, o senhor pergunta também, além dos participantes, o senhor pergunta...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Quem elaborou ou quem defendeu o documento, ou a mudança na bula.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse documento foi comentado pela Dra. Nise Yamaguchi, o que provocou uma reação – eu confesso – até um pouco deseducada ou deselegante minha. A minha reação foi muito imediata de dizer que aquilo não poderia ser, porque... Talvez não seja do conhecimento de V. Exas., mas só quem pode modificar uma bula de um medicamento registrado é a agência reguladora daquele país, mas desde que solicitado pelo detentor do registro. Então, vamos trocar isso em miúdos. O laboratório X fabrica o remédio. Então, o laboratório X descobre, através de estudos clínicos, que aquele remédio tem uma outra utilização. Isso representa benefício para a sociedade e, obviamente, ganho de dinheiro para aquele laboratório. Então, ele anexa um pesado dossiê de estudo clínico comprobatório de que aquela nova indicação é comprovada, dá entrada na agência reguladora do país e solicita alteração de bula por inclusão, por supressão, por ajuste.

Então, quando houve uma proposta de uma pessoa física fazer isso, isso me causou uma reação um pouco mais brusca. Eu disse: "Olha, isso não tem cabimento, isso não pode". E a reunião, inclusive, nem durou muito mais depois disso. Eu acho que...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Parabéns. Parabéns!

Essa reunião aconteceu no Palácio do Planalto?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Aconteceu em uma daquelas salas de reuniões do 4° andar, porque ali era onde se reunia o então chamado Grupo Executivo Interministerial e Anvisa – foi criado pela Lei 13.979, de 7 de fevereiro de 2020, para o enfrentamento da pandemia –, então eu estava lá na qualidade de integrante do grupo. E, depois dessa proposta, o Ministro Mandetta se retirou, eu me retirei logo depois, a reunião já estava chegando ao fim.

Agora, eu não tenho a informação de quem é o autor, quem foi criou, quem teve a ideia. A Doutora, de fato, perguntou dessa possibilidade e pareceu estar, digamos, mobilizada com essa possibilidade.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Está bom.

V. Sa. participou de outras reuniões de aconselhamento do Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu não faço, nunca fiz, Senador, nenhuma reunião de aconselhamento do Presidente da República em ações de saúde. Eventualmente o Presidente fazia perguntas da área regulatória, vamos dizer assim, da área do meu trabalho, não é? E eu procurei sempre me manter muito dentro da minha área de atuação, porque entendo que o grande conselheiro de um Presidente deva ser o seu Ministro ou os seus Ministros, cargo esse que não ocupo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Sabe dizer quem eram os principais conselheiros do Presidente no que tange à condução da pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor, não saberia dizer e, até pela minha própria formação militar, eu sempre coloquei essa figura na figura do Ministro de Estado, do Ministro de Estado da pasta, do assunto que for. É saúde? Ministro da Saúde.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na sua opinião técnica, há indicação para uso da cloroquina para pacientes com Covid-19?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, existe hoje, no Brasil, ainda, um estudo em aberto chamado Coalizão 5, que avalia dados de uso em casos leves. Ele tem previsão de acabar dia 31 de dezembro do corrente ano. Até o presente momento, no mundo todo, os estudos apontam a não eficácia comprovada em estudos ortodoxamente regulados, ou seja, placebos controlados, duplo-cego e randomizados. Então, até o momento, as informações vão contra a possibilidade do uso na Covid-19, essas que falei.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Qual é a sua posição sobre o tratamento precoce da doença?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A minha posição sobre o tratamento precoce da doença não contempla essa medicação, por exemplo – não contempla –, e contempla, sim, a testagem, o diagnóstico precoce e, obviamente, a observação de todos os sintomas que a pessoa pode ter e tratá-los, combatê-los o quanto antes. Essa doença mostra que, quando ela acomete nível pulmonar, já é um pouco tarde para atuar, os resultados são muito ruins no diagnóstico de médio prazo e tardio.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. já discutiu a indicação de tratamento precoce contra Covid-19 com o Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Procuro me manter completamente fora disso.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – V. Sa. recebeu demandas para facilitar ou, de alguma forma, auxiliar na instituição de tratamento precoce da Covid-19, a exemplo do uso de cloroquina e ivermectina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor; nunca recebi tal demanda.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O Ministério da Saúde adquiriu máscaras KN95 chinesas. Alguma dessas máscaras tinha o termo "*non-medical*" – ou "não para uso médico" – em sua embalagem; outras foram proibidas pela Anvisa após a FDA americana detectar a falta de eficiência na filtragem. Ainda assim, essas máscaras foram distribuídas aos Estados, e o ministério recusou-se a substituí-las quando alertado da desconformidade com as indicações do

fabricante. A Anvisa foi, então, acionada pelo ministério, e V. Sa. encaminhou documento, em 13 de janeiro de 2021, afirmando que as máscaras chinesas atendiam aos requisitos mínimos, mas que as que indicavam "*non-medical*" na embalagem não poderiam ser usadas por profissionais de saúde.

V. Sa. confirma esse fato?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Confirmo. Eu tenho aqui em minhas mãos a sequência completa desses eventos também, se for do interesse...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Poderia descrever rapidamente o que aconteceu exatamente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Posso, sim, senhor.

Então, de caráter geral, em nenhum momento, foi autorizada pela Anvisa a utilização de máscara de uso não médico pelos profissionais de saúde. A Anvisa alertou o Ministério da Saúde quanto à existência de máscaras objeto de importação pela pasta cujo uso, como respirador N95 – respirador N95 é o nome da máscara –, estava interditado, informando ser cabível o uso desses produtos como máscara de uso não profissional devido ao contexto de escassez de máscaras na pandemia, ou seja, não seria razoável promover o descarte; poderia ser usado como uso não médico, não uso de saúde.

Então, no dia 10 de novembro de 2020, vem o ofício do ministério solicitando a importação. No dia 16/11, a Anvisa informa, através de ofício, que as máscaras não são indicadas para uso médico por profissional de saúde, portanto não cabendo importação em caráter excepcional. No dia 14 de janeiro de 2021, o ministério faz duas solicitações de autorização de uso excepcional para importar primeiramente 100 mil máscaras KN95, depois 102 mil máscaras triplas e depois 20 mil máscaras descartáveis faciais. Nosso posicionamento informa que as máscaras triplas possuem registro no País e da legislação vigente. Para a KN95 e para as máscaras descartáveis faciais apontamos aqui o que deveria ser apresentado, que seria o comprovante de qualificação da OMS ou registro válido no país de origem. Não houve apresentação por parte do ministério, resposta à solicitação. E esse processo foi encerrado, após duas reiterações de 15 dias sem resposta, em 31/03.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – O ministério recolheu e substituiu essas máscaras após a decisão da Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu tenho que checar aqui na minha lista, Senador.

Eu reitero que chegou-se a ser dito a respeito de descarte... O nosso posicionamento foi não; descartar não, porque ela tem uso bom, tem uso eficaz em situação não médica.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Mas, no caso citado, teria que haver a substituição dessas máscaras.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ah, sim, teria que haver a reposição por outras adequadas para o uso médico, não é? Isso teria que ter.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Houve pressão ou ingerência do Ministério da Saúde para aprovar o uso dessas máscaras?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, nenhum tipo.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em fevereiro deste ano, o Líder do Governo declarou que iria enquadrar a Anvisa para eliminar exigências para a aprovação de vacinas, sob a alegação de que os diretores da agência estavam "fora da casinha e nem aí para a pandemia". Como V. Exa. recebeu essa declaração do Líder do Governo?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Na Câmara, não é, Relator?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Na Câmara.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Líder do Governo na Câmara. Para preservar o nosso amigo Fernando Bezerra.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Claro. Na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O Fernando Bezerra não faria isso nunca.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Concordo inteiramente.

Como V. Sa. recebeu essa declaração do Líder do Governo na Câmara?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Recebi muito mal, e não só eu, mas os servidores da casa se sentiram profundamente ofendidos por essa declaração, primeiro, porque ela não é verdadeira. As pessoas que trabalham na Anvisa já abriram mão de tudo de que um ser humano pode abrir mão. Já abriram mão de família, tempo livre, final de semana, hora de sono. E ouvir de uma autoridade do cenário político nacional que "não estão nem aí" foi muito, muito ruim. Eu não sou capaz de qualificar o quanto foi ruim ele dizer que não estávamos nem aí para a pandemia.

A questão de enquadrar, "sim" ou "não", eu prefiro não comentar, a menos que V. Exa. pergunte objetivamente. Me pareceu muito mais grave dizer que "não está nem aí para a pandemia". A questão de enquadramento tem outras questões envolvidas.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – De que forma poderia enquadrar a agência? O que ele queria dizer com isso no seu entendimento?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse verbo "enquadrar", Excelência, é até usado no meio militar, não é? Quando o superior repreende o subalterno, ele enquadra o subalterno. Então, o verbo "enquadrar" tem um sentido de força, de poder, policial talvez. Enfim... Agora, não consigo entender como um legítimo representante do povo, monocraticamente, poderia fazer esse enquadramento a não ser, é claro, dentro da democrática garantia da liberdade de expressão. Penso que tenha sido isso. Penso também que tenha sido um momento dos menos felizes do Deputado, e é o que esperamos que seja, não é? Porque, na época, foi muito ruim.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Obrigado.

Qual é o efetivo grau de autonomia que a Anvisa tem para a realização de suas atividades?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Excelente pergunta de V. Exa., que eu gostaria de me alongar um pouquinho mais na resposta.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor, fique à vontade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É preciso que se entenda como é que é a agência, o funcionamento dela. A agência é formada por servidores concursados. Então, são pessoas que vão dar 30 anos de serviço ao Estado brasileiro. Ela é... Ao contrário do que a imprensa hoje mesmo noticiou, ela é uma agência de Estado, ela não é uma agência de Governo. Ela trabalha para o Estado brasileiro.

Esses servidores são agrupados na agência em áreas técnicas específicas. Então, nós temos uma infinidade de áreas que perfazem um total de abrangência do Produto Interno Bruto de: 22,8% do Produto Interno Bruto brasileiro é regulado pela Anvisa. Então, nós temos especialistas de todas as áreas.

Essas áreas técnicas possuem gerências e essas gerências, quando são gerências afins, de assuntos afins, são agrupadas numa gerência geral. Então, por exemplo, os senhores veem muito na TV, dando entrevistas e esclarecendo à população, o Gerente-Geral de Medicamentos. Ele é um líder de outros gerentes que, por sua vez, lideram um outro grupo de pessoas iminentemente técnicas. Acima das gerências gerais, nós temos os diretores, que estão presentes hoje aqui na sua totalidade. É lógico que essa coletividade de servidores da casa são pessoas das mais diversas origens do Brasil, dos mais diversos pensamentos e orientações políticas, times de futebol, como tudo que tem que ser. É um grupo heterogêneo do ponto de vista cultural e social, mas unido perante o trabalho que tem de desempenhar. E não há possibilidade de que um diretor, um diretor-presidente ou um diretor exerça poder de mando sobre essas pessoas no sentido de que eles, ao custo de seus próprios CPFs, firmem juízos que não sejam os próprios, juízos técnicos que não sejam os próprios.

Por exemplo, quando nós temos um fiscal da Anvisa num aeroporto, o CPF que está cadastrado para anuir uma autorização de importação é o daquele servidor. Então, se, por exemplo, um diretor tiver a vontade de que ele autorize um determinado produto a entrar e ele disser "não", aquele produto não vai entrar, porque será impossível que um diretor cadastre o seu CPF no sistema e "by-passe" a autoridade do servidor.

Então, quando a agência sofre acusações de que se comportou seguindo essa ou aquela orientação política, revela um natural desconhecimento da atuação dessa mesma agência. Seria preciso um poder de convencimento sobrenatural para que toda uma coletividade de técnicos se flexionasse ao desejo de quem quer que seja. Então, realmente...

Agora, de onde vem esse desconhecimento? Esse desconhecimento vem... Eu penso que, durante muito tempo em que essa atividade, que é muito hermética, realmente ela é difícil de ser entendida, ela ou não teve uma oportunidade ou não houve uma gestão no sentido de torná-la mais divulgada. Esta era uma de nossas plataformas, por assim dizer, quando chegamos na agência: torná-la mais transparente e mais conhecida da população, através da divulgação do trabalho. Entretanto, quando veio a pandemia, essa prioridade, se por um lado deixou de ser prioridade, por outro lado a própria pandemia acabou dando um grau de conhecimento e transparência. Hoje em dia a Anvisa é conhecida por toda a população brasileira.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Vou lhe repetir uma pergunta, Presidente da Anvisa, que fiz ao Ministro Queiroga e que ele evidentemente acabou não respondendo. Isso é um argumento até para trazê-lo de volta para prestar um novo depoimento. Evidentemente que não é o caso de V. Exa.

O Presidente da República nunca escondeu sua oposição à política de vacinação em massa da população brasileira. As declarações contra vacinação foram fartas. O Presidente disse que não compraria vacinas da China, chamou a CoronaVac de "vacina chinesa do João Doria" ao dizer que o Governo não as compraria. Comemorou, com a frase "mais uma que Jair Bolsonaro ganha", a suspensão temporária dos estudos de Fase III da CoronaVac em razão da morte de um voluntário, que, na verdade, tinha se suicidado. Disse que a vacinação não seria obrigatória em seu Governo, que as pessoas teriam de assinar um termo liberando o Governo da responsabilidade se tomassem a vacina. Declarou que não tomaria a vacina e, depois, que seria o último a tomar.

Cito entre aspas as declarações mais conhecidas do Presidente sobre a vacina da Pfizer, uma piada de mau gosto, nociva e antipedagógica. Aspas: "Se você virar um jacaré, é problema seu. Se virar um super-homem, se nascer barba em alguma mulher aí ou um homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso" – fecha aspas.

Pergunto: qual V. Sa. avalia ter sido o impacto desse posicionamento do Presidente da República em relação à vacinação no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Todo o texto que V. Exa. leu e trouxe à memória agora vai contra tudo o que nós temos preconizado em todas as manifestações públicas, pelo menos aquelas que eu tenho feito e aquelas de que eu tenho conhecimento, que os diretores, gerentes e funcionários da Anvisa têm feito. Então, entendemos, ao contrário do que o senhor acabou de ler, que a política de vacinação é essencial; nós temos que vacinar as pessoas. Entendemos também que não é o fato de vacinar que vai abrir mão de máscara, de isolamento social e de álcool gel imediatamente – não vai acontecer.

Experiências no mundo têm mostrado até uma velocidade melhor em relação a isso. Nós temos visto experiências sendo feitas no Reino Unido e outros países da Europa, inclusive com *shows* musicais, com pessoas testadas antes, testadas depois, numa expectativa de se voltar gradativamente à normalidade. Eu diria até que o meu pensamento era um pouco mais sombrio em relação a isso, mas vejo que podemos estar mais perto, talvez, de um momento melhor.

Mas, sem dúvida alguma, passa pela necessidade da vacina. Nós temos, sim, que nos vacinar. Se todos nós estamos sentados aqui, nesta sala, é porque um dia, ou pai, ou mãe, ou responsável nos levou pela mão e nos vacinou.

Então, discordar de vacina e falar contra vacina não guarda uma razoabilidade histórica, inclusive. Vacina é essencial e essas outras medidas inclusive.

Então, eu penso que a população não deve se orientar por condutas dessa maneira. Ela deve se orientar por aquilo que está sendo preconizado, principalmente pelos órgãos que têm linha de frente no enfrentamento da doença.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito bem.

Em algum momento houve algum tipo de ingerência do Governo Federal na Anvisa para dificultar a aprovação de vacinas, especialmente da CoronaVac, no final do ano passado?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. Não houve nenhum tipo de interferência, nenhum tipo de pressão em relação a isso. Inclusive, é muito importante, se V. Exa. permitir que eu esclareça essa questão agora, ou se V. Exa... Não sei se terá uma pergunta específica...

Falo agora, Senador Renan?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Pode falar. Eu terei mais uma pergunta sobre essa questão.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, talvez até a minha colocação agora esclareça essa próxima pergunta de V. Exa.

Eu gostaria de pontuar, primeiramente, o seguinte: no caso da interrupção de algumas horas dos testes da CoronaVac, primeiro, foi noticiado que interrompemos os estudos da CoronaVac. Não é verdade, os estudos clínicos prosseguiram; nós interrompemos os testes com os voluntários testadores. Quem foi que decidiu? Quem, dentro da Anvisa, tomou essa decisão? Foi o Comitê de Avaliação de Estudos Clínicos, Registro e Alteração Pós-Registro de Medicamentos para prevenção ou tratamento da Covid-19. Isso é um comitê de 15 pessoas, por decisão unânime: farmacêutico, estatístico, biólogo, médico, biomédico, estatístico e outros.

Então é um grupo multidisciplinar que é o mesmo grupo que trabalha na análise de todas essas vacinas. Então, não foi uma decisão da Diretora titular, não foi uma decisão do Diretor-Presidente substituto, essa decisão foi uma decisão de um comitê técnico formado por servidores concursados.

E por que tomou essa decisão? Qual foi o fato de que nós tomamos conhecimento? O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo, que era um dos envolvidos no estudo clínico Fase III, notificou, por meio eletrônico, no dia 6 de novembro de 2020, às 20h14. Se V. Exas. buscarem referência na imprensa, verão que, nesse final de semana, houve um ataque *hacker* a sistemas do Ministério da Saúde e com reflexo na Anvisa. Esse comunicado para nós foi reenviado no dia 09/11, uma segunda-feira, às 18h24, e foi recebido por esse comitê que acabei de declarar. O óbito havia ocorrido no 29 de outubro. Então, 29 de outubro ocorre o óbito e no dia 09/11 nós recebemos a notificação.

E por que decidiu, esse comitê, parar com o teste? Porque era um óbito sem informação de nexo causal com a vacina em teste. Não havia informação se havia nexo ou não, não estava estabelecido isso no documento, e foi considerado que a relação de risco/benefício, diante desse quadro de desinformação, era muito desfavorável.

Eu tenho aqui em minhas mãos, Senador Renan, e já oferto também à Comissão, se desejar...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... anexar, o documento que recebemos do instituto... Perdão, do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Nesse documento está escrito aqui: "evento adverso: morte. O centro classificou o evento adverso como sendo improvável e não esperado".

Senhoras e senhores, quando nós temos o desenvolvimento de um medicamento e ele resulta num óbito e esse óbito é esperado – ele é esperado –, não há uma necessidade de interrupção do teste, porque era um óbito esperado, era algo que guardava de plano relação com o que estava sendo feito. Quando ele vem rotulado de improvável, não deveria ter acontecido e não esperado, nós temos que ter, para que os testes prossigam, neste documento, alguma informação que diga, o que depois foi alegado inclusive pelo próprio instituto desenvolvedor, que nós sabemos desde o início que tratava-se de... Eu não vou repetir

aqui a *causa mortis* para preservar o nome do testador, a agência tem que se manter no rigor da ética. Entretanto, a *causa mortis* que foi amplamente divulgada na imprensa, não por nós, não era do nosso conhecimento, não estava aqui. Inclusive aqui havia referência que a *causa mortis* estava em análise pelo Instituto Médico Legal.

Então, o que pairou na mente desses servidores, naquela noite de segunda-feira, foi o seguinte: recebemos essa notificação segunda-feira de noite; amanhã de manhã outras pessoas vão ser vacinadas. Uma próxima morte que ocorra será de responsabilidade de quem tinha a informação e o poder de interromper o teste.

É importante frisar que o poder de interromper o teste era um poder do instituto desenvolvedor, que não o fez. Então, quando a informação chega para a Anvisa na noite de segunda-feira, dia 09, era a Anvisa a última barreira capaz de dar seguimento ou de interromper esse teste.

E a decisão, reitero, não foi minha, não foi da diretora titular da área, foi desse comitê. Mas quero afirmar que concordei com ela – e a diretora de área também concordou – e concordo até hoje. Foi uma decisão baseada nas informações recebidas naquele momento, com a iminência de prosseguimento dos testes na manhã seguinte e sem o esclarecimento necessário. Naquela noite, por iniciativa nossa, foi convocada uma reunião com o instituto desenvolvedor, Instituto Butantan, para o dia seguinte, em que foi revelado tratar-se de um caso ainda em análise do IML, conforme estava aqui também, e que o próprio desenvolvedor ainda não tinha o fechamento de toda essa questão.

Os senhores poderão dizer... Eu vou falar agora em termos de hipótese, para não atingir a ética: imaginemos um caso semelhante a esse. Um caso semelhante a esse, num outro país – não é aqui –, numa outra agência, num outro cenário. E fosse o desenvolvedor vitimado por um autoextermínio. Não há garantia de que esse autoextermínio não tenha relação com o novo medicamento. Qualquer possibilidade precisa ser comprovada na minúcia. Uma alteração de estado de consciência, por exemplo, pode levar a isso.

O fato é que o procedimento de interromper, não o estudo, os testes, a meu juízo, foi um procedimento correto. E, tão logo a informação correta foi obtida – isso se dá no dia 11 – o período de análise do material recebido permitiu retomar, autorizar a retomada dos testes. Mesmo assim, o Comitê Independente que avaliza essa questão determinou: prossiga na investigação completa da *causa mortis*.

Então, Senadores e Senadoras, não houve neste processo nenhuma outra coisa a não ser a técnica no sentido de buscar preservar um próximo testador de não ter esse mesmo evento. A nossa agência não teria nenhuma defesa se uma segunda pessoa morresse, sabendo esta agência que dias antes ocorrera um óbito com a sua completa elucidação ainda não realizada. Esse foi o motivo.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Permita-me – já estou quase que concluindo – reiterar, objetivar uma pergunta, de certo modo já respondida, mas era importantíssimo objetivá-la.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Em sua opinião técnica, a vacinação contra Covid deveria ser obrigatória no Brasil ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, é uma resposta um pouquinho mais longa também. Não tem como ser "sim" ou "não" nisso aí.

Senador, o meu desejo – o meu trabalho, o meu empenho – é que as pessoas, vamos dizer assim, briguem para se vacinar. Eu quero ter o poder de convencer as pessoas para que elas busquem a vacinação a todo custo – aquelas que acreditam, as que acham que não tem tanta importância e aquelas que negam.

Eu venho do meio militar. No meio militar existe quem dá a ordem e quem cumpre a ordem. Então, para nós, na nossa cultura, isso é muito claro, mas como médico, como pessoa, eu acredito no convencimento, eu acredito no desejo da população de se vacinar. E é possível chegar a isto com campanha de informação; é possível chegar a isto com oportunidades como esta, em que o Brasil inteiro está nos assistindo; é possível chegar a isto com resultado transparente, claro, isento de influência política ou de qualquer natureza: as pessoas buscarem.

Eu temo, Senador, que uma determinação emanada desta Casa, por exemplo, onde estão os legítimos representantes do nosso povo, a confecção de algum tipo de lei, por exemplo, que obrigue isso a acontecer, suplante um trabalho que é muito mais, talvez, até lento. Para os senhores, se os senhores votarem regime de emergência, amanhã ou depois tem uma lei nesse sentido. Mas eu acredito no convencimento: a gente convencer as pessoas para que elas venham efetivamente a aderir. Àquilo que é imposto, as pessoas não aderem, não adianta – em que pese, Senador Renan Calheiros, que o mundo todo já sinaliza uma virtual obrigatoriedade. Os senhores vejam que já há países elencando que, se não tiver no passaporte determinada vacina, não vai nem entrar naquele país. Isso é um outro capítulo para discussão. A Organização Mundial da Saúde precisa se manifestar nesse sentido. Se são vacinas aprovadas pela OMS, não há razoabilidade que um outro país diga que não vai entrar naquele país com aquela vacina. Esse é o posicionamento que temos na nossa agência.

Agora, já vão sendo com uma naturalidade esses dispositivos que obrigam as pessoas a se vacinarem, que compelem, digamos assim – compelem. Então, como disse ao senhor, não é uma resposta de "sim" ou "não", eu acredito muito no convencimento. Não acredito que a obrigatoriedade vai produzir efeitos verdadeiros, efeitos de adesividades à população. Sempre vai haver algum escapismo para isso.

Não sei se respondi completamente ao senhor.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – A Anvisa já começou os testes e exames laboratoriais e outros também da ButanVac?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Da ButanVac sim, senhor. Ela submeteu os pedidos de anuência para estudo clínico Fase II e Fase III. Essa análise já começou; observamos algumas discrepâncias, e já informamos ao desenvolvedor, que agora ficou de nos responder, tanto ela quanto a outra, a Versamune, que não é a do Butantan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – No início da pandemia, em 15 de março de 2020, V. Sa. foi fotografado em uma manifestação a favor do Presidente da República, sem máscara e diante de uma grande aglomeração de pessoas, apesar das recomendações de sentido contrário. Pergunto a V. Sa.: como autoridade sanitária, V. Sa. compartilha do posicionamento do Presidente da República contrário às medidas de distanciamento social e à utilização de máscara?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, destarte a amizade que tenho pelo Presidente, a conduta do Presidente difere da minha nesse sentido. As manifestações que faço têm sido todas no sentido do que a ciência determina. Na última *live* de que participei com o Presidente, inclusive, permaneci o tempo todo de máscara, o que causou até uma certa estranheza por parte de alguns integrantes da imprensa, a ponto de comentarem isso, até com referência elogiosa. Então, são formas diferentes, de pessoas diferentes.

Agora, quanto ao evento especificamente que V. Exa. apontou, naquela época, em março, especificamente no dia 15 de março de 2020, o que preconizava o Ministério da Saúde, tornado explícito em 13 de março, era o seguinte: máscaras faciais devem ser utilizadas por profissionais da saúde, cuidadores de idosos, mães amamentando e pessoas diagnosticadas com coronavírus. Não havia, no mês de março, o consenso geral do uso de máscaras por parte da população. Se formos buscar fotografias e coisas daquela época, veremos que isso não havia. O comércio estava aberto. Naquele dia, inclusive, o meu planejamento era fazer supermercado e depois almoçar em algum restaurante, porque eu não tenho cozinha em casa.

Então, o regramento quanto ao uso de máscara era esse aí. A própria Organização Mundial de Saúde, pouco antes, no dia 29 de janeiro, havia, inclusive, colocado dúvida quanto a essa eficácia. Esse foi um processo que veio evoluindo ao longo do tempo, e hoje ninguém mais tem dúvida quanto ao uso de máscara. No Distrito Federal, por exemplo, isso se torna obrigatório somente em abril. Eu não estou dizendo isso para justificar alguma coisa. Estou dizendo apenas para situar o arcabouço legal e regulatório daquela época.

Também contrariando o que até recentemente a imprensa cita, que eu compareci a manifestações, no plural, isso não é verdade. Eu estive no Palácio do Planalto, em conversa particular com o Presidente naquele dia. Havia, sim, uma manifestação na área em frente do Palácio do Planalto. E, quando cheguei, o

Presidente deslocou-se para a proximidade dos seus apoiadores, o que é comum. O Presidente tem essa interação com o público. Ele fez isso e faz isso diversas vezes. Eu o cumprimentei com o cotovelo, que era o cumprimento preconizado na época; ainda não se usava esse toque de mão. Tirei algumas fotos. Aguardei que ele terminasse ali a interação com seus apoiadores. Tratamos do assunto que tínhamos a tratar, e cada um foi para o seu lado.

É óbvio que, em termos da imagem que isso passa, eu hoje tenho plena ciência de que, se pensasse por mais cinco minutos, eu não teria feito, até porque esse assunto nem era um assunto que necessitasse de urgência para ser tratado. De minha parte, digo que foi um momento em que não refleti sobre a questão da imagem negativa que isso passaria. E, certamente, depois disso, nunca mais houve esse tipo de comportamento meu, por exemplo.

Mas sobre o fato em si, a questão da máscara, em que é sempre batido, não havia esse uso disseminado na época. Eu busquei ali manter toda a distância que fosse possível e usar os cumprimentos cabíveis também naquela época.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu já estou encerrando.

O posicionamento de V. Sa. reproduz aqui no Brasil o que aconteceu com o Comandante do Exército norte-americano que, certa vez, foi fotografado com o Presidente Donald Trump. Ele deu uma entrevista coletiva, pediu desculpas e disse que não poderia ter deixado se fotografar, que aquilo seria muito ruim para a instituição.

Não se justifica a presença do representante da maior instituição de vigilância sanitária do Brasil em um evento desse tipo. Claramente, o Presidente da República queria passar uma mensagem para a sociedade e acabou, com as presenças de V. Sas., passando coletivamente essa mensagem, o que acabou sendo muito ruim para o País e para a própria agência. Mas eu concordo com V. Exa., e V. Exa. demonstra, pelas palavras, que se arrepende de ter estado presente naquela manifestação.

Eu estou...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, o senhor me permite...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É apenas para corrigir... Há uma pergunta que V. Exa. fez quanto à planta fabril da União Química. A planta fabril da União Química de insumo ainda não está certificada. A que está certificada é a de produtos estéreis, ou seja, a da vacina em si. Essa está certificada; a de insumos, ainda não. Então, é só para deixar bem correto o que falei agora há pouco.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Eu estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Relator.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Marcos Rogério, por 15 minutos.

O Senador Marcos Rogério, Dr. Antonio Barra Torres, pode fazer perguntas e o senhor responder ao mesmo tempo. Senão, ele pode usar o tempo que ele quiser para lhe fazer as perguntas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, cumprimento o Dr. Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa.

O Congresso Nacional, desde o começo da pandemia, sancionou várias leis para regular e possibilitar um cenário mais humano e um enfrentamento eficaz do coronavírus, tais como as Leis 13.979, 14.019 e 14.035, todas de 2020, entre outras. Nesse conjunto de normas, cabe sempre à Anvisa apresentar os critérios técnicos para regulação e implementação das medidas sanitárias e de saúde. Não obstante, pedido de autorização excepcional para importação da vacina Sputnik V foi objeto de decisão liminar do Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, no último dia 13 de abril. Contudo, a Anvisa rejeitou a importação de doses da Sputnik V por supostas falhas de segurança. Feitas essas considerações, Presidente, gostaria de perguntar a V. Sa. o seguinte: como o senhor avalia a judicialização dessa questão referente à liberação de vacinas destinadas à imunização contra o coronavírus?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador, a judicialização de processos eminentemente científicos pode ser boa ou não tão boa assim. Por que que eu digo isso? É lógico, se for constatado que há um histórico de deslizes, de condutas inadequadas, despropósitos de uma agência reguladora – e aí, eu tenho que particularizar que é o meu trabalho –, é lógico que a ação judicial vai ser boa, porque ela vai buscar corrigir aquilo ali, ela é uma salvaguarda dos direitos do cidadão.

Na questão dos prazos, que é principalmente isso que houve de ação para conosco, a delimitação de prazos gera a situação de que a análise científica tem que ser feita dentro daquele universo temporal.

Vamos analisar recentemente o que aconteceu com a Sputnik. O prazo era 30 dias, fizemos uma proposta de que, se houvesse a identificação de discrepância, o cronômetro fosse travado e, até que o desenvolvedor apresentasse a resposta, não se contasse o tempo. Essa proposta nossa não foi aceita pelo egrégio Supremo Tribunal Federal e manteve-se o prazo de 30 dias.

Dentro desse prazo de 30 dias, ficou também definido que, caso a agência não se manifestasse, haveria um caminho aberto para a aprovação. Então, obviamente, isso é um fator balizador – nós somos legalistas, cumprimos o que a lei determina – do quanto tempo nós temos para emitir o nosso juízo de valor, à luz da documentação disponível naquela época, sem a possibilidade de uma dilação do prazo com o cronômetro travado. Então, longe de ser nenhum tipo de crítica, não é, até porque temos cumprido, temos feito assim... Acredito que, no caso da Sputnik, do que já entendo hoje, se houvesse a possibilidade de travar o cronômetro e só voltar a disparar com os documentos, talvez não fosse nem mesmo isso suficiente, porque, conforme posso demonstrar aqui, se V. Exa. desejar que eu demonstre, os problemas apontados...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu vou fazer perguntas específicas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, senhor, pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, entendo que são as duas questões...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Era só em relação à questão da judicialização...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... as duas questões...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... se isso representa risco regulatório ou não quando se tratando de...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Representa, Senador, um balizador que muitas vezes torna o nosso trabalho... Ele tem que ser ainda mais intenso do que já é numa unidade de tempo ainda mais curta. Então, aumenta o nosso desgaste contra uma unidade de tempo que a gente considera minimamente razoável. Quando esse prazo é diminuído, torna-se mais difícil o nosso trabalho, isso é um fato.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A introdução de uma vacina considerada inadequada pela Anvisa por decisão judicial poderia, em sua opinião, gerar desconfiança generalizada da população em relação a toda a campanha de vacinação contra a Covid-19?

Vimos que a Anvisa tem sido bastante criteriosa com os requisitos técnicos para a aprovação de vacinas contra a Covid-19, como demonstra o recente caso dessa vacina, a Sputnik V. Não há dúvida de que os procedimentos da agência visam a garantir a eficácia e a eficiência do imunizante, bem como a

segurança da saúde dos brasileiros. Sabemos que essa vacina já tem sido utilizada em vários países, e aí passo a fazer algumas considerações e gostaria de ouvir V. Sa.

Pelo que apurei, há problemas graves de desenvolvimento dessa vacina, sendo o maior deles a replicação de adenovírus no processo fabril, quando, na verdade, trata-se de uma tecnologia que se denomina não replicante. Esse ponto, ao que parece, fulmina a segurança da vacina, é característica crítica e grave. Essa replicação pode trazer efeitos inesperados nas pessoas na medida em que pode causar a própria doença, promover a inflamação de tecidos e órgãos e ainda afetar a capacidade reprodutiva das pessoas. Essa afirmação está correta, Diretor?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, está.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A vacina Sputnik foi avaliada por alguma autoridade de peso ou simplesmente foi aprovada no peito nesses ditos 60 países?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu pediria agora a permissão de V. Exa. para responder de maneira completa a sua indagação.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – V. Exa. indaga quanto à questão dos países... É sempre dito que foi aprovada em 60 países, então nós temos aqui algumas considerações a tecer a esse respeito.

Eu gostaria até de responder de maneira mais ampla, se V. Exa. me permitir, abordando toda a questão dessa vacina. É possível? Pode ser?

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Essa cópia... Isto aqui é uma cópia reprográfica colorida de um encarte que existe na nossa agência. Foi oferecido pelo Sr. Tagir Sitdekov – ele é o Vice-CEO, ou pelo menos era, do Russian Direct Investment Fund, que é o fundo soberano russo –, no ano passado, numa das várias reuniões que aconteceram; esta especificamente não comigo.

Eu trouxe aqui a capa, tenho aqui o cartão, e a p. 19 apresenta "*Phase III Study*", que é o estudo clínico Fase III. Aqui vem: "*Current status*", *status* corrente, o que que está acontecendo com o estudo clínico Fase III. Países... Aí vem aqui: "*Current status: on going*". *On going* significa "em andamento". Países... Vários países, inclusive o Brasil.

Não havia, em 2020, nenhum estudo clínico Fase III em andamento no Brasil, como não há no dia de hoje.

Essa vacina é a primeira a ser registrada no mundo, registrada na Rússia, em agosto de 2020, e logicamente – eu faria a mesma coisa – há a ênfase na questão dessa primazia, que é importante. É uma

esperança para o mundo: "Olha, temos vacina registrada". Porém, no mesmo ano de 2020, eu ressalto, já havia uma referência de algo que não aconteceu, que foi o estudo clínico Fase III em andamento no Brasil.

Corrida vacinal, Senador, não é quem larga na frente; é quem chega na frente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É o final do processo.

Quanto aos países que V. Exa. citou, e é um argumento que tem sempre sido elencado, na Anvisa, através da sua Assessoria de Assuntos Internacionais, nós temos um diplomata da Academia Rio Branco, do Instituto Rio Branco, do MRE, que é servidor, ele trabalha lá, trabalha na Anvisa, é o Chefe da Assessoria Internacional, e há outros ali da mesma origem dele. Através dele, nós entramos em contato com 58 países que pertencem ao rol daqueles países que tem sido dito que usam a Sputnik. Eu gostaria de citar quais os países, eu acho que é importante: Angola, Armênia, Azerbaijão, Eslováquia, Filipinas, Gabão, Gana, Guatemala, Honduras, Índia, Iraque...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Deixe-me fazer um apelo a V. Exa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Em vez de citar os 58 países, eu pergunto: quais desses países têm dados técnicos da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Vou responder ao senhor: desses 58, 24 responderam que não estão utilizando a vacina. Eu estou dando dados da nossa decisão do dia 26, segunda-feira, 26. Vinte e quatro países responderam que não estão utilizando a vacina. Então, não são 58.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não estão utilizando a vacina.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, não estão utilizando a vacina. Então, já caiu esse número que foi dito, "olha, estão utilizando". Não, não estão ou pelo menos não estavam à época da nossa análise. Não estavam utilizando a vacina.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Brasil tem relação muito boa com o México. Foi solicitada informação técnica ao México?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi solicitada ao México...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Qual foi a resposta?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... que tem uma sólida agência regulatória, que declinou de nos informar e disse que tinha acordo de confidencialidade... Quando eu digo "disse", o documento escrito está conosco. Não deu informação nenhuma, porque tinha acordo de confidencialidade.

Um outro país dessa lista de países...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... é a Argentina. Também tem instância regulatória. O documento está aqui. Encaminhou um relatório elaborado ao nosso pedido, que foi o de buscar responder aos questionamentos, mas é um documento de quatro páginas e que não traz a elucidação daquilo de que nós precisávamos e acrescentou informação adicional de que, pelo ordenamento administrativo argentino, a decisão é uma decisão do Ministério da Saúde argentino, que comunica essa decisão à agência regulatória daquele país.

Onze dos 58 não responderam. Eu tenho aqui toda a lista dos 11. E, daqueles que efetivamente estão em uso da vacina, as respostas que obtivemos foram de que houve uma contratação de "x" doses e a recepção até aquele momento ainda era inicial, um quantitativo pequeno em relação ao que foi pedido.

Nenhum desses países, tirando México e Argentina, possui estrutura regulatória madura, sênior, com toda a certificação que as grandes agências mundiais, inclusive a Anvisa, possuem. Consequente a isso, a própria monitorização de efeitos adversos nesses países acaba fornecendo uma informação a menor do que seria cientificamente esperado, mesmo considerando que há poucas doses em cada país, mas, quando se somam os tais 58 – que já vimos que não são 58, são bem menos do que isso –, teria que haver um número de eventos adversos a maior, e não há. Há uma informação que, se olhada de plano, se pensa: estamos diante de uma situação excelente. Não se sustenta.

E, para concluir – para concluir –, da Argentina vem uma informação que é bastante relevante, nós temos que ter muita atenção.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É que na Argentina a vacina Sputnik V comparece com um percentual de 57% da vacinação, 57%. Entretanto, dos eventos adversos apontados – e aí, veja bem, não estou falando de evento adverso grave, eventos adversos no geral –, ela comparece com 92%. Então, na questão dos países que é tão falada, "poxa, mas está aprovado em tantos países", o número não é esse. Pode até estar aprovado, mas que esteja utilizando a vacina na data da nossa decisão, 23 disseram que não tinham utilizado. Mais vinte e poucos receberam doses muito pequenas da vacina, e 11 simplesmente não responderam o nosso questionamento, do número de 64. Essa é a resposta objetiva à questão dos países que o senhor perguntou.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a colaboração de V. Sa., porque isso é esclarecedor à Comissão e aos brasileiros. Pelo que eu apurei e V. Exa. confirma aqui, a Anvisa foi a primeira autoridade de peso regulatório no mundo que avaliou com alguma seriedade os documentos disponíveis sobre a Sputnik. Foi a primeira agência a fazer uma crítica séria à vacina russa.

Pergunto a V. Sa.: a Anvisa enviou técnicos à Rússia. A equipe de inspeção teve acesso às instalações da Gamaleya as quais abrigavam importante etapa do processo de produção, o que permitiria o exame *in loco* de aspectos de qualidade?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não teve, e explico por quê. A nossa missão foi uma missão tratada com tranquilidade, tinha uma proposição de data de início, que, a pedido dos nossos anfitriões, foi postergada, pouco tempo, poucos dias, mas foi um pouquinho postergada. Tivemos algumas barreiras ali a vencer de documentos, o que é normal em qualquer tipo de viagem dessa natureza. Contávamos com um observador da Embaixada do Brasil em Moscou, observador totalmente neutro. E, quando das tratativas da nossa ida a Moscou, foi colocado por nós que tínhamos interesse de visitar, de visualizar o local do controle de qualidade dessa vacina. E o local de controle de qualidade dessa vacina é o Instituto Gamaleya.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Doutor, o seu tempo já foi esgotado, e, com certeza absoluta, outros Senadores irão fazer perguntas sobre a vacina russa. Aí, essa explicação que o senhor vai demorar um pouco para dar para o Senador Marcos Rogério, o senhor aproveita... Todos vão perguntar sobre essa vacina russa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, apenas uma pergunta para finalizar, e a resposta vai ser objetiva. Não vai gastar tempo.

Houve alguma divergência interna entre os quadros técnicos da agência e a diretoria colegiada quando a decisão de não autorizar a vacina russa aconteceu, foi tomada?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nenhuma divergência, unanimidade entre todo o quadro técnico e todo o colegiado da Diretoria. Unânime.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Vice-Presidente Randolfe Rodrigues com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Dr. Barra Torres, eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar também todos os técnicos da Anvisa aos quais reputo pela qualidade técnica. Aqui também cumprimento o Sr. Presidente e o Sr. Relator.

Inicialmente, Dr. Barra Torres, eu queria destacar aqui e registrar o ato de profunda dignidade de V. Exa. aqui ao registrar que foi inadequado o comparecimento a uma manifestação pública de aglomeração feita pelo Presidente da República. Eu acredito que aqui o senhor trouxe algumas contribuições importantes a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

E aí eu queria logo iniciar sobre o que foi perguntado também pelo Sr. Relator, Senador Renan Calheiros, sobre a dita reunião da chamada bula preparada pela hidroxicloroquina. Pelo que o senhor me falou, estava presente um médico; a Dra. Nise Yamaguchi... Em relação ao médico, por acaso, seria o Dr. Otávio Berwanger?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Eu não tenho... Eu não tenho memória disso, Senador. Era um médico e me parecia alguém da relação da doutora, mas não...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Como?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ele? Não tenho essa convicção. Eu não saberia identificá-lo, inclusive, fisionomicamente, não saberia.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor afirma... Mas quem, nessa reunião, falou sobre a bula...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ela.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... foi a Dra. Nise? Foi ela que argumentou?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ela. Ela fez uma proposta absurda, porque – já declarei – ninguém, nenhum de nós aqui pode propor isso. Isso é o laboratório que tem o registro.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para ficar claro, quem mais estava nessa reunião?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nessa reunião, eu me lembro, com certeza, conforme citei, dessa doutora, do doutor de que eu não me recordo o nome, eu próprio, do Ministro Mandetta, e do Ministro Braga Netto.

Eu vi até um depoimento do Ministro em que ele cita o Ministro Jorge e o Ministro Ramos. Eu não tenho essa convicção, esse registro na minha mente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Desculpe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Algum filho do Presidente estava presente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não, com certeza, não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O Ministro Braga Netto estava?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, porque, na época, ele era a autoridade máxima desse grupo executivo interministerial e a Anvisa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A quem o senhor... Ao surgir a ideia da indução, da preparação da bula, o senhor, pelo que eu entendi aqui, reagiu...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Reagi...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... inclusive veementemente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... de maneira até deseducada.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Passando... Voltando, então, ao assunto das vacinas, que eu acho que é um esclarecimento importante. No intuito do esclarecimento mesmo, Dr. Barra Torres, a Anvisa estabeleceu regulamentação de uso emergencial de vacinas para Covid em dezembro de 2020. Não lhe pareceu um pouco tarde em relação a outros países que já tinham feito isso desde o início do ano de 2020?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eu penso que não, inclusive a primeira vacinação ocorre também próximo a essa época. Eu acho que não. Penso que não. Acho que foi quando

conseguimos chegar lá, porque, como o senhor sabe, Senador, é abrir mão de uma série de recursos de segurança.

O registro é a zona de conforto. O registro é a análise mais longa, é muito mais pesada a análise, e, quando o registro é dado, praticamente não há aqueles condicionantes de longo prazo: "Olha, tem que monitorizar isso por 'x' meses, 'x' anos". Há uma monitorização, mas não é como é a do uso emergencial. Então, o uso emergencial é uma situação, como o próprio nome diz, emergencial e, portanto, para o regulador, tremendamente desconfortável, mas a necessidade impõe.

Então, para chegar nesse ponto – e é importante lembrar: nunca houve, em 22 anos de Anvisa, nenhum protocolo de uso emergencial –, nós tivemos que criar, tivemos que refletir, analisar, pesar muito do risco-benefício, para chegar nesse documento. Então, penso que não houve essa questão.

E, se nós compararmos a defasagem de tempo entre o primeiro vacinado no mundo e o primeiro vacinado no Brasil, nós vamos chegar a exatos 39 dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Ainda em relação ao uso emergencial, ficaram de conhecimento público as manifestações do Presidente da República contra a CoronaVac, que hoje é a vacina que mais imuniza brasileiros.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sem dúvida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Oito de cada dez brasileiros são imunizados com a CoronaVac. O Presidente...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Devemos muito à CoronaVac.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É importante inclusive esse reconhecimento por parte da Anvisa.

O Presidente da República, em algum momento, chegou a telefonar ao senhor sobre o registro da CoronaVac, fazer algum contato?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Senador, deixe-me responder aqui com uma analogia.

No meio militar, de onde eu venho, uma das coisas que é ruim e causa irritação nos demais é aquele cidadão que quer ser alguma coisa que ele não é. Aí começa a frequentar outros círculos, começa a emitir certos conceitos. Então, eu sempre me posicionei muito dentro da minha área de atuação. Então, a minha área eu acho que é muito rica, é muito nobre, eu me realizo muito na Anvisa. Não tenho desejo, almejo nenhum outro lugar a não ser exatamente o lugar onde eu estou agora.

V. Exa., quando esteve com o Governador João Doria – e eu os recebi na Anvisa –, colocou uma coisa muito importante ali. V. Exa. disse que essa era a missão da minha vida, se recorda?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Então, Senador, eu encaro exatamente assim. Então, eu entendo que o assessor do Presidente para assuntos de saúde é o Ministro, é o Ministro da Saúde. E nada pior de quem é de fato assessor ter outras pessoas orbitando, dando opiniões que nem sempre são as mesmas. Isso só aumenta o grau confusional e leva a problemas administrativos sérios.

Então, não é do meu feitio esse tipo de coisa, não fiz, não faço e farei, sim, toda vez em que for perguntado em assuntos regulatórios, assuntos da agência.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Muito importante esse depoimento de V. Exa. a esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Pergunto a V. Exa., aí voltando ao tema da vacina Sputnik. Na entrevista coletiva do dia 26 de abril, em uma entrevista coletiva – já foi perguntado inclusive pelo Relator –, foi dito o seguinte: "adenovírus replicante detectado em todos os lotes". Houve apreciação de lotes da vacina Sputnik?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Essa é informação do desenvolvedor. O desenvolvedor coloca isso de maneira clara nos documentos que ele envia a nós dizendo que, em todos os lotes, foi observado um valor diferente de zero.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Então, Dr. Barra Torres, me permita, nós vamos chegar aí, mas essa informação, me parece, é da apresentação da Anvisa em 26 de abril de 2020.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Confere.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É a informação de que teria ocorrido a apreciação, a avaliação de lotes por parte da Anvisa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não houve?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não, não, não. Quando se refere, eminente Senador, à questão da presença em todos os lotes, essa é a informação que o instituto nos passa, e ele coloca um índice que vai até "x". Qualquer coisa até "x" é diferente de zero; o preconizado é o zero. Mas, se V. Exa. me perguntar: "Mas não existem vacinas que tenham a presença de vírus replicantes?". Pode existir, o que

é preciso haver nessa ocasião, Senador? É a documentação de que a eventual presença de vírus replicantes é autoextinguida em "x" horas ou em "x" dias, ou que esses vírus replicantes foram mapeados e se comprovou que não causam mal nenhum.

Então, nós temos: primeiro problema, a existência pura e simples; segundo problema, se existem, onde está o mapeamento do que eles fazem no corpo? Também não havia. Então, nós só tínhamos uma informação de algo que não deveria estar lá e sem o mapeamento da sua trajetória.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas me permita: o senhor informou agora que as documentações que recebeu foram do Fundo Soberano Russo. A Anvisa não recebeu nenhuma documentação do Instituto Gamaleya?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, é meio misturada, essa limitação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque, veja, eu tenho aqui e vou fazer chegar até o senhor...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É o mesmo que eu tenho aqui.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... uma carta oficial do Centro Gamaleya, de 26 de março de 2021...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Está aqui, é essa mesmo que eu acabei de mostrar.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – E essa carta diz que não há nenhum RCA registrado, ou seja, nenhum vírus replicante registrado.

Além dessa, Dr. Barra Torres, há uma outra documentação também, de data inclusive anterior, que diz novamente: "Nenhum adenovírus competente de replicação foi detectado". Também é do Instituto Gamaleya, aliás, esse segundo documento é da congênere da Anvisa, que é o serviço federal de supervisão na saúde; a congênere da Anvisa lá na Federação Russa.

Temos um terceiro documento que dá conta exatamente do que o senhor está falando aqui, veja: "Adenovírus replicante, zero". Aqui onde está por 50, na carta aqui apresentada pelo Instituto Gamaleya, fala que isso é padrão, não é que tenham sido detectados.

A Anvisa recebeu essas cartas do Instituto Gamaleya?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu estou até pedindo, porque eu já cedi a minha cópia à CPI, até para compararmos se é a mesma que o senhor tem. A que eu tenho...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eu tenho a tradução aqui.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Temos tudo isso; a minha está traduzida para o português, que deve ser exatamente isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A original foi em russo; a outra via em inglês.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, sim, sim, sim, perfeito.

Senador, a questão é a seguinte: primeiro, a análise regulatória não se pauta pela afirmação. Se fosse isso, seria muito simples, porque nós teríamos um atesto, e o nosso problema estava resolvido. A análise regulatória repete e repassa praticamente todos os passos que são apresentados para se tentar observar o mesmo resultado. Quando há uma afirmação de "olha, a minha eficácia é de 50%, é de 50,38%, é de 70%", não basta a afirmação; é necessário que todos os cálculos sejam apontados para que nós possamos ver como se chegou naquele valor. Então, nós temos, de fato, uma contraposição de informações, diga-se de passagem, nesse documento enviado após a nossa decisão, na segunda-feira. Então, os documentos que tínhamos naquela época ali, que estão públicos desde a segunda-feira...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Desculpe, Dr. Antonio Barra Torres, mas, veja, essa documentação que nos chega aqui é datada de março. Essa decisão da Anvisa é de abril.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Na decisão de abril, Senador, que é pública, na própria segunda-feira, todos os argumentos que fomos, digamos assim, que nos levaram, levaram tanto as três áreas técnicas – nós estamos falando aí talvez de 30 ou 40 pessoas das três áreas técnicas –, mais o diretor relator e mais os cinco diretores – isso tudo está publicizado na segunda-feira, à disposição de quem quer que seja que acesse o nosso *site* –, mostram claramente as informações recebidas sem o mecanismo de chegada nas informações. Esse é um dos problemas.

Se V. Exa. me permitir, eu tenho aqui situação que eu reputo como muito mais grave do que a do vírus replicante, que é a questão da ausência dos estudos de toxicidade reprodutiva e mais aproximadamente 12 ou 13 itens. O que é...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Vou...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Desculpe, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Apenas para concluir.

Esse rigor, Senador, regulatório, ele foi empregado nas cinco vacinas já aprovadas. E as cinco vacinas passaram por ele. Nenhuma delas teve uma aprovação tácita; todas tiveram o bate e volta de informações que faz parte do processo: argumentação científica na pergunta, argumentação científica na resposta. É isso que nós precisamos para progredir nesse processo, apenas isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas só para entender... Veja, o senhor mesmo admitiu aqui que não há a testagem *in loco*...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não há...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não foi verificado o lote da vacina.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não é feito assim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é assim, inclusive, o procedimento da Anvisa. É feito a partir das informações que tem.

A informação, que me parece que é a informação que havia sido divulgada, é sobre o adenovírus replicante. Os documentos do Gamaleya dizem aqui que não existe detecção do adenovírus replicante. São as informações que constam.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato. Elas conflitam. Elas conflitam totalmente com o que eles apresentam para nós e...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas conflitam com o quê? Com qual testagem?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Com os próprios... Com os próprios documentos. Com os próprios documentos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas tem algum documento que indica a existência de adenovírus replicante?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tem. Estão publicizados desde segunda-feira. Não sei se eu tenho eles aqui comigo, mas posso ofertá-los à CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Porque, veja, os documentos dos testes, os próprios documentos dos testes feitos pelo Instituto Gamaleya, ao que me parece, são esses. E estes documentos aqui, quando nós... Quando fala aqui, em relação ao adenovírus, da coleta de adenovírus replicante, todos constam que zero, que não foi detectado nenhum adenovírus replicante.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É verdade.

Nos documentos que temos, Senador, eles constam até 1 x 10^3, o que, no caso, é 1 x 10^3 até 1 x 10^2, dez ao quadrado, e isso, obviamente, não é zero. Nós temos esses documentos. E esses documentos nortearam parte – reitero: 1/14, 1/15 – dos problemas que ocorrem com essa vacina que precisam de esclarecimento.

Então, reitero, existem os documentos que não mostram esse mesmo zero. Só por isso já seria o caso de podermos avançar ainda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É. O documento é o mesmo. É este aqui, olha. Acho que é o mesmo que o senhor tem.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Acho que sim. Bom, depois a gente checa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse aqui já está de posse da CPI...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... já está ofertado à CPI.

Só por isso, Senador, somente por uma eventual existência de dados conflitantes, nós precisaríamos ter esclarecimentos. E enviamos o rol dos nossos questionamentos ainda dentro do prazo hábil de análise. Não tivemos resposta. Não havia outra coisa a fazer naquele dia, naquela segunda-feira, do que decidir da forma que fizemos. Mas, reitero, não é porta fechada; nós temos condição...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para concluir em relação a esse caso da vacina Sputnik, para ficar bem claro para todos.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Parece-me que a vacina já foi utilizada, já foi aplicada... Aí tem o dado que o senhor contesta de 60 países, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eu não contesto. É que alguns não responderam; 11 não responderam.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ah, não responderam! Não é que não tenham...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Onze simplesmente ignoraram a interpelação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Segundo dados, 20 milhões de doses foram aplicadas. As notícias que temos é que elas foram aplicadas na Índia, na própria Rússia...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... na Hungria, no México e na Argentina.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tenho aqui. Confirmo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Nesses países em especial, o senhor tem notícia de algum efeito adverso relevante por conta da vacina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Já citei na resposta ao Senador quanto à questão da Argentina, em que a Sputnik comparece com 57% do universo vacinal e é responsável por 92% dos efeitos adversos na Argentina.

O México, infelizmente, nada respondeu. Ele atestou que tem um acordo de confidencialidade e que não iria, de maneira nenhuma, contrariar isso.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Rússia e Índia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A própria Rússia é o país com quem nós temos...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perdão. Não o País. As instâncias de produção e de regulação russa são os órgãos de que nós estamos tentando obter informações, sem sucesso nesse sentido.

E V. Exa. citou também a Índia. Eu tenho aqui a referência de que a própria Índia... Ela não apresentou a nós essas respostas. Foi indagada efetivamente, mas não apontou para nós as respostas do que perguntamos.

Esse é o cenário dos países.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por último, Presidente, eu pergunto ao senhor, Dr. Barra Torres: o senhor compartilha da informação de um responsável pela curadoria de saúde do Governo que, em relação à política de enfrentamento da pandemia, um manda e outro obedece? É simples assim?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Da curadoria de saúde?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – De uma autoridade da saúde, de uma autoridade de saúde no enfrentamento à pandemia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Se eu tenho conhecimento?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não, não.

Eu lhe pergunto se o senhor compartilha da opinião de alguma autoridade da saúde, no enfrentamento à pandemia, de que a máxima em relação ao enfrentamento à pandemia ou à vacina tem que ser sempre "um manda e outro obedece"?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. De maneira nenhuma. Qualquer ação de saúde é pautada...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pela técnica?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... por ciência. Se... A questão hierárquica é uma outra questão. Não tem nada a ver com isso. Então, não é a minha filosofia, por exemplo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

Cumprimento-o por isso.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Randolfe.

Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar.) – Sr. Presidente, senhores colegas e Sr. Antonio Barra Torres, vamos aqui, então, direto às perguntas.

Dr. Barra Torres, neste domingo o Presidente Bolsonaro reuniu mais de 1,5 mil motociclistas em um passeio pelas ruas de Brasília. O senhor é motociclista; é destacado, inclusive, no seu próprio currículo. E eu pergunto ao senhor: qual a sua opinião acerca dessa aglomeração? E a segunda pergunta: o senhor esteve presente nesse evento? Foi convidado para esse evento?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Não. Não estive presente nesse evento. Sou contra qualquer tipo de aglomeração nesse sentido.

As mídias sociais dos grupos de motociclistas... O motociclista normalmente tem mídias de computador, enfim... Então, apareceram vários motogrupos citando essas questões, mas eu realmente não compareci. Aliás, encontrava-me também me preparando – além de ser sanitariamente inadequado, claro, não é o preconizado –, me preparava para estar aqui hoje com as senhoras e os senhores.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor acha que...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Desculpe, era domingo, Dia das Mães, não é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, Dia das Mães.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Domingo, Dia das Mães. A minha está no Rio de Janeiro; não pude passar com ela, infelizmente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo, mas o senhor não concorda com esse tipo de aglomeração?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não concordo. Qualquer coisa que fale de aglomeração, não usar álcool, não usar máscara e negar vacina são coisas que não têm nenhum sentido no ponto de vista sanitário.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Dr. Barra Torres, sobre portos e aeroportos, é verdade que o senhor chegou a recorrer ao Presidente Bolsonaro contra decisão do então Ministro Mandetta que queria a suspensão de novos cruzeiros no Brasil enquanto se mantivesse o estado de emergência? Ao mesmo tempo também, quais as medidas sanitárias que a Anvisa tomou no início da pandemia em relação a portos e aeroportos? E por que não houve essa sugestão por parte da Anvisa acerca da suspensão de voos do exterior quando do início da pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – As medidas sanitárias de portos, aeroportos e fronteiras, eminente Senadora, foram tomadas e graduadas no decorrer da pandemia. Então, obviamente, houve uma fase inicial em que a própria Organização Mundial de Saúde – o Ministro Mandetta inclusive citou isso –, durante 45 dias, não emitiu nenhuma orientação quanto à restrição. Muito pelo contrário – eu tenho aqui –, a Organização Mundial de Saúde dizia: "Não há que se restringir nem cargas, nem pessoas". Isso no início da pandemia.

Nesse momento, contrariando o que a OMS preconizava, a Anvisa não concordou e foi além. Então, nós instituímos, naquele primeiro momento, protocolos de ação do nosso pessoal de portos, aeroportos e fronteiras, com comunicação a todas as empresas aéreas, para que buscassem identificar, no interior das aeronaves, quaisquer pessoas, passageiros que, porventura, apresentassem qualquer sinal que

levasse a supor um estado gripal e, por conseguinte, um possível estado de Covid-19; comunicação ao comando da aeronave; comunicação do comando da aeronave, por rádio, com o aeroporto onde se destinava o pouso. Com a chegada dessa aeronave, a mobilização da equipe, tanto da Anvisa quanto do centro de investigação epidemiológica e vigilância sanitária local, Cievs – que não são órgãos federais; são órgãos das vigilâncias sanitárias locais –, para que um eventual passageiro, se avaliado de acordo por essa equipe, fosse, então, conduzido ao Cievs para testagem e monitoramento pelo Cievs e identificação de todos os contactantes e procedimento de acompanhamento semelhante. Isso numa época em que não se preconizava pela OMS nenhum tipo de medida – nós já atuávamos dessa maneira.

No transcurso do início do evento pandêmico, da sua decretação até a presente data, só em termos de abordagens em aeronaves e ações em aeroportos, é de praticamente 30 mil o número das ações de abordagem da Anvisa nesses casos.

Com a evolução do cenário internacional e com a evolução do quadro de pandemia, nós fomos aumentando o rigor, a ponto de que hoje, por exemplo, todo tráfego marítimo de turismo, por exemplo, está bloqueado no Brasil. Houve o final da temporada naquela época. Tentou-se imaginar uma possibilidade. Eu recebi vários pedidos de audiência de setores da área náutica de turismo em agosto do ano passado, quando se pensava na possibilidade de voltar através de uma queda da primeira onda...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... e dissemos "não". Então, mantemos fechado até hoje.

A área terrestre se mantém fechada exceto para cargas, guardadas particularidades muito pontuais, locais, das cidades espelho ou de acordos binacionais ou de ações humanitárias.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – E, na questão aérea, eu tenho aqui a data: quando nós efetuamos a restrição de todo e qualquer voo internacional que pousasse no Brasil; e também, mais recentemente, falando agora do final do ano passado e início desse ano, as recomendações para restrição total de voos do Reino Unido, da África do Sul; e, agora, a última recomendação, em relação à Índia.

Agora, era interessante notar, Senadora Eliziane, que acordo à Lei 13.979, de 7 de fevereiro de 2020, a Anvisa tem papel assessorial nessa tomada de decisão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ela assessora três ministérios inicialmente: Saúde, Justiça e Infraestrutura. Depois, houve o acréscimo da Casa Civil, enquanto perdurou essa configuração de grupo interministerial.

Mais recentemente, a Anvisa deixou de fazer parte do grupo titular, que é esse grupo agora que tem altíssimas autoridades brasileiras, onde está, inclusive, o Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco, e a possibilidade de chamar entidades para participar. Então, nessa última configuração, a Anvisa ainda não tomou parte.

Agora, ao longo da pandemia, foram diversas ações de controle de fronteira.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Presidente Barra Torres, o nosso tempo é muito limitado. Eu queria que o senhor me respondesse apenas a seguinte pergunta.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – "Sim" ou "não", até porque o meu tempo já praticamente foi embora.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Vou tentar ser objetivo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O senhor chegou, de fato, a recorrer ao Presidente da República em relação a essa possível decisão do Ministro Mandetta de suspensão de novos cruzeiros para o Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Em que época isso, Senadora?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, veja bem... Temos a informação de que o Ministro Mandetta teria, durante a sua gestão como Ministro da Saúde, pedido...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, é só para situar. É lá no início então?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso.

A suspensão de novos cruzeiros no Brasil...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E o senhor teria recorrido ao Presidente...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... da República para que essa decisão não fosse tomada?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. O que aconteceu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Agora eu acho que entendi qual é o episódio a que V. Exa. se refere.

Houve, numa reunião dos grupos, porque naquela época... Nós estamos falando muito no início, eu tenho dúvida se já... Não, já havia o grupo interministerial de enfrentamento porque ele é de fevereiro, ele é de 07 de fevereiro.

Houve uma decisão tomada, numa determinada tarde – à tarde –, quanto a uma suspensão imediata de cruzeiros marítimos – imediata, ou seja, decisão tomada às 16h para cumprir naquele exato dia. Instalou-se um caos no setor de navios no Brasil. A própria autoridade marítima brasileira, que é a Marinha, precisa ser avisada disso, porque isso, sem um universo de horas ou pelo menos de dias – seria o ideal – para que isso se desse, isso causa o que acabou causando naquela noite. E eu comecei a receber uma série de informações dos portos controlados pela Anvisa de situações como: pessoas, por exemplo, na prancha para embarcar no navio de turismo e tendo que tirar a bagagem e descer.

Então, naquela... Foi uma tarde/noite. Houve uma série de telefonemas, inclusive conversei com, na época, o Secretário Executivo João Gabardo sobre isso...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. Mas, Presidente, a pergunta é direta...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O meu tempo está acabando.

O senhor chegou a recorrer...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – ... ao Presidente da República, pedindo que essa suspensão não ocorresse?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Em absoluto. Eu recebi...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Tudo bem.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

Bom, desculpa...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Não, não. Eu gostaria de ouvi-lo o dia inteiro, mas, infelizmente, o meu tempo é muito curto.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, está bem. Eu entendo. Perfeito. Eu entendo, Senadora. Eu entendo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A minha outra pergunta é referente... Causou-nos muita estranheza, por exemplo, termos o Secretário de Comunicação do Governo tratando, na linha de frente, acerca da negociação, por exemplo, com a Pfizer em nome do Governo, em detrimento, por exemplo, do Ministério da Saúde e até mesmo do Ministério da Ciência e Tecnologia.

O senhor também acha estranho? E a minha pergunta direta: o Secretário de Comunicação também chegou a tratar com o senhor em relação à questão da Pfizer?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. Nunca. Os contatos foram muito rápidos com ele e não tratamos de nenhum assunto da minha área.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Nós estamos acompanhando agora, Presidente, acerca da produção da primeira vacina para a Covid-19, a ButanVac, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Em junho seriam produzidas 40 milhões de doses. E registre-se que a ButanVac, após acordo com universidades americanas, está produzindo a própria matéria-prima, portanto, o IFA, mas a Anvisa ainda não autorizou, por exemplo, testes em humanos. Eu pergunto o seguinte: hoje, qual seria o principal entrave para que a gente ainda não tenha uma resposta em relação a esse teste? Ao mesmo tempo, também, o Presidente Bolsonaro é informado pela Anvisa quando precisa decidir sobre pendências do Instituto Butantan?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Olha, a primeira pergunta é sobre a questão dos entraves da ButanVac. Eu gostaria de citar aqui, já que estamos falando de entraves, a vacina Versamune também.

Então, são dois protocolos de vacinas ditas genuinamente nacionais a serem produzidas aqui no Brasil. Os dois protocolos neste momento estão com discrepâncias a serem atendidas pelos desenvolvedores, tanto o Butantan quanto o desenvolvedor da Versamune. Então, no momento o nosso tempo para responder está travado – o cronômetro, digamos assim –, à espera desses documentos.

Eu não seria capaz aqui, agora – não me preparei para isso, mas posso encaminhar para a senhora, se assim for o desejo –, de dizer quais são os problemas que cada uma está apresentando. Mas isso é normal dentro do processo. Com todas as outras cinco foi assim também. Há uma dúvida? Manda documento, responde. Sanou? Prossegue. Então, podemos encaminhar à senhora.

Agora, quanto à segunda pergunta que a senhora faz, eu sempre respondi perguntas que me foram feitas, claro – não tenho por que... –, em relação a procedimentos da agência, não só em vacina como em qualquer outro tema – e sem nenhuma em particular. Então, houve ocasiões em que o Presidente perguntou: "Como é que está o protocolo da AstraZeneca? Como é que está isso? Como é que está aquilo?". E eu sempre disse.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – O Presidente fez pergunta especificamente sobre a ButanVac?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, sobre a ButanVac, não. Nem ButanVac, nem Versamune, nenhuma das duas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo.

Presidente, nós tivemos aqui algumas informações de que poderia estar acontecendo, por exemplo, um governo paralelo. Presença de pessoas que não integram o Governo em algumas reuniões do Governo. O senhor chegou a participar de reuniões com a equipe do Governo, em que havia presença de não integrantes do Governo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, absolutamente. E não tenho nenhuma participação, como já disse aqui, em assuntos de saúde. Eu entendo que sobre assunto de saúde quem fala é o Ministro. A minha área é a área regulatória. Então, sobre esse tipo de colocação que eu tenho visto na imprensa, de que existiria... Eu não tenho, nem a Anvisa tem nenhuma participação assessorial, de decisões ligadas à área do Ministério da Saúde ou paralela à área do Ministério da Saúde, em momento algum.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Então, o senhor confirma que não esteve presente em nenhuma reunião técnica, com membros do Ministério da Saúde, onde houvesse, por exemplo, mais diretamente a presença de algum dos filhos do Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nunca aconteceu com a minha presença. Eu tive várias reuniões no Ministério da Saúde: eu tive reuniões com o Ministro Mandetta – o Ministro Mandetta esteve na agência em duas ou três oportunidades –; com o Ministro Teich, foi muito breve, não chegou a acontecer; com o Ministro Pazuello chegou a acontecer. Mas não, reuniões de trabalho com presença de outras pessoas, principalmente essas que a senhora agora apontou, não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A presença da Dra. Nise Yamaguchi nas reuniões se dava exatamente de que forma, de que maneira? E, ao mesmo tempo também, considerando aqui o meu tempo, o senhor tem informação de que ela atua como conselheira do Presidente da República quanto à defesa da cloroquina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Olha, eu não tenho a informação de que ela atue como conselheira, nem do Presidente, nem de quem quer que seja, mas ela é uma pessoa que sempre se posicionou favorável a essa tendência. Então, ela tem o nome dela muito ligado a essa substância, ao seu emprego, no caso da Covid-19. Agora, realmente, não é do meu conhecimento que ela seja uma conselheira ou uma pessoa que atue nesse sentido; não tenho esse conhecimento, se ela faz isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. E, para finalizar, qual a sua opinião... A gente está num debate, inclusive, neste momento, no Congresso Nacional, acerca da licença compulsória temporária de patentes das vacinas para esse período. Qual a sua opinião sobre isso, Presidente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse é um tema riquíssimo, Senadora, difícil. Não tem resposta fácil, mas eu vou tentar ser rápido para usar o tempo a que a senhora tem direito. Eu entendo, Senadora, que, para uma patente ser quebrada, precisa ter um objetivo isso. Então, vou dar um exemplo bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O senhor pode ficar à vontade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado. Muito obrigado, Senador Randolfe.

A vacina da Pfizer, por exemplo, é uma vacina de altíssima tecnologia. O Brasil não domina essa tecnologia. Tem algum sentido propor uma quebra dessa natureza? A meu juízo, não tem sentido. Não tem sentido porque quebra e não produz, não adianta nada. Agora, é importante que nós lembremos sempre as forças que estão mobilizadas nesse caso, porque é um empreendimento em que 7 bilhões, quase, de pessoas querem todas o mesmo produto. E os fabricantes desse mesmo produto são poucos. Portanto, a defesa dessas patentes, a defesa desse direito de, obviamente, com total justiça, auferir seus lucros, é uma defesa muito pesada. Agora em termos humanistas – em termos humanistas –, se há a possibilidade de determinado país efetuar uma quebra de patente, produzir e vacinar essas pessoas, como

médico, como ser humano, não vejo por que não. Agora, gostaria de deixar claro: não é um tema regulatório. Então, a Anvisa não tem manifestação nesse sentido. Isso não é tema regulatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – E, para finalizar, minha última pergunta: os cargos de direção da Anvisa, o critério para esses cargos é um critério técnico ou passa por algum tipo de avaliação de membros do Governo, especificamente pelo Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A indicação, Senadora, é sempre uma mensagem do Presidente da República ao Senado Federal, à Comissão de Assuntos Sociais, para que haja a sabatina. Esse é o mecanismo. Nós temos hoje, no nosso quadro de diretores da Anvisa, com muito orgulho, dois representantes da área técnica da agência, servidores de carreira: Dra. Meiruze Sousa Freitas e Dr. Romison, que já vêm trabalhando... Por exemplo, o Dr. Romison ainda é diretor substituto. Ele já vem no enfrentamento da pandemia por três períodos consecutivos de seis meses, porque ele constava da lista tríplice, como também Dra. Meiruze. Quando não há uma indicação imediata – e isso aconteceu –, para que a agência não pare, ela emite uma lista tríplice. Essa lista tríplice é enviada ao ministério. Para cada cargo vacante, essa lista tríplice vai ao ministério e do ministério vai à Casa Civil. Aí é feita uma escolha, e esse critério de escolha é um critério que não pertence à agência. Esse é o regramento vigente hoje no Brasil.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Eliziane.

O próximo inscrito, que falaria pelo sistema remoto, é o Senador Tasso, mas S. Exa., parece-me, declinou... Se S. Exa. o Senador Tasso quiser se manifestar, basta fazer o registro aqui junto à secretaria, que lhe passarei a palavra de imediato.

Então, o Senador Humberto tem 15 minutos para fazer seus questionamentos ao depoente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores...

Sr. Presidente da Anvisa, é importante nós situarmos aqui que V. Exa. está aqui como Presidente da Anvisa, mandatado. V. Exa. não é do corpo técnico da Anvisa. Portanto, aqui, nós não estamos

julgando a Anvisa nem seus técnicos. Aliás, nem estamos julgando V. Exa. V. Exa. é tão somente uma testemunha.

Fiquei muito feliz por saber que existe alguém no Governo – de toda sorte, a agência é vinculada ao Governo – que condena a prática do Presidente da República de fazer aglomerações, de andar sem máscara e de disseminar o vírus. Aliás, a estratégia do Presidente da República e do seu Governo, desde o início, é disseminar a Covid-19, na expectativa de conseguir que 70% – ele fala esse número cabalístico – da população sejam contaminados e que, com isso, se estabeleça a chamada imunidade natural coletiva ou de rebanho. Isso, para mim, é a tese do Governo. O Governo expôs o povo brasileiro à doença e à morte, cometendo um crime de dolo eventual, porque sabia que poderíamos chegar a isso.

O senhor concorda com a ideia da imunidade de rebanho? Sim ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Não.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – É mais uma divergência de V. Exa. com o Presidente da República.

Fico feliz que V. Exa. tenha se arrependido não só de ter participado de um ato contra a liberdade, contra a democracia – o que já era razão suficiente para censurá-lo, mas V. Exa. se arrepende –, mas se arrependeu também de ter transgredido o Código Penal em dois pontos importantes, ou melhor, três pontos: por promover perigo para a vida ou a saúde de outrem; por ter infringido medida sanitária preventiva ao participar de aglomeração; e, terceiro, por causar epidemia.

Então, eu, sinceramente, fico feliz por ter encontrado alguém nesse Governo que considera que as atitudes do Presidente da República são absolutamente equivocadas.

Mas, Sr. Presidente, eu queria perguntar a V. Exa. o seguinte. Primeiro, o Presidente do Butantan vem aqui na semana que vem. Ele tem outra versão do caso. Assim como a representação da Sputnik estará aqui também na semana que vem. Nós vamos ouvir outra versão. Eu vou, depois, perguntar a V. Exa. sobre isso.

Quem informou o Presidente da República de que teria acontecido aquele evento adverso de uma morte durante a realização da Fase III da CoronaVac? Foi V. Exa. ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Esse evento adverso, Senador, foi publicado no portal da Anvisa, naquela mesma noite.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não foi V. Exa. que pessoalmente comunicou a ele, não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Vou chegar lá, Excelência. Foi publicado no portal da Anvisa naquela mesma noite.

A Rede Globo, através do portal G1, inclusive, também efetuou a mesma notícia naquela noite, tornando-se, portanto, uma notícia pública. Inclusive, o próprio Dr. Dimas, que virá aqui durante esta semana, ele certamente poderá confirmar isso porque também ele próprio relatou que teve acesso pela imprensa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado. Entendi que não foi V. Exa. que reservadamente informou o Presidente. Ele deve ter tomado contato pela própria mídia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi público. Desculpe-me, Senador. Como tentamos fazer, todos os atos da Anvisa a gente publica no portal.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Claro, V. Exa. agiu corretamente.

Mas eu pergunto, ao ter a informação do que aconteceu, ele disse: "Morte, invalidez, anomalia, esta é a vacina que o Doria queria obrigar a todos os paulistanos tomá-la. O Presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha."

Depois, em janeiro de 2021 – aquela primeira afirmação foi em novembro de 2020 –, o Presidente diz, depois que foi dito que a eficácia da CoronaVac era de 50,38%: "Essa de 50% é uma boa?", e diz que João Doria estava desmoralizado pela baixa taxa de sucesso da sua vacina.

O senhor acha que esse tipo de fala do Presidente da República, essas dúvidas que ele levantou sobre diversas vacinas ajudam o processo de enfrentamento à pandemia ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu entendo que não ajuda, Senador, e coloca esse tipo de declaração na conta de uma verdadeira guerra política que se instaurou num tema que deveria ficar eminentemente na área da ciência. Como V. Exa. sabe, o evento adverso grave que ocorreu não envolve nem deformidade nem nenhum tipo de transformação, foi um óbito, foi uma morte.

Então, é bastante específico e pontual. Agora, quando isso vem num cenário de forte ação política de ambos os lados – se é que se pode dizer lados, partes envolvidas, que, na verdade são inúmeras – chegamos a uma situação ruim, onde a ciência acaba se misturando com a área política, não é adequado. A política é muito boa para as áreas políticas, não para as áreas da ciência.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabéns! Eu acho que o Presidente deveria ouvir muito mais o senhor, viu? Parabéns pela sua opinião aqui. Está mostrada uma cisão dentro da cidadela bolsonarista e eu o parabenizo, com toda certeza.

Eu pergunto: o Presidente da República – nem ninguém do Governo – nunca o pressionou nem para antecipar nem para retardar qualquer tipo de avaliação de medicamentos ou vacinas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O Presidente Bolsonaro tem mantido comigo uma conduta muito ética em qualquer ação...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele nunca chamou a Anvisa de "minha Anvisa", não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, ele defende sempre a Anvisa. Nesse ponto, como Presidente da casa, eu tenho que agradecer as referências que ele sempre faz, muito elogiosas, aos servidores – e isso é uma realidade, está na imprensa, inclusive –, que ele sempre faz. Agora, naquilo que tange à influenciação – "faça isso, faça aquilo, dê esse parecer ou não dê esse parecer" –, o Presidente nunca o fez, Senador, nunca o fez.

Acredito também, Senador, que a minha forma de ser é muito transparente. Então, não há possibilidade desse tipo de coisa comigo, mas, ainda que eu...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu não teria nenhuma dificuldade de liberar o seu sigilo telemático, de WhatsApp...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não há nenhum problema, eu não tenho...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – O Presidente nunca fez pressão?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, nunca fez nenhum tipo de pressão e, se o fizesse, Senador, não só o Presidente, como qualquer Governador, Senador, Deputado ou quem quer que seja, a minha conduta... Eu estou aqui para me pautar numa linha...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Parabéns!

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Se eu ficar tergiversando para lá e para cá, não tem linha, vira uma sinuosa, não existe...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Isso é muito importante, inclusive porque é uma conduta completamente diferente da do Ministro da Saúde, que veio aqui e ficava o tempo inteiro: "Eu não vou fazer juízo de valor", "Eu não vou dizer se está certo usar máscara ou não", "Eu mandei fazer um estudo para ver a cloroquina". Está claro, mais do que nunca, que o Dr. Queiroga tem que voltar aqui, tem que voltar aqui!

Agora, V. Exa. também tem sorte... Sorte, não, V. Exa. foi aprovado pelo Congresso...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor estava lá.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... mas eu acho que, se V. Exa. não tivesse mandato, V. Exa. não continuaria a partir de amanhã, a julgar pelo Presidente da República.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Humberto Costa...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Por último, eu queria fazer uma última colocação, mas aí não é um julgamento contra V. Exa., é um julgamento do Presidente da República que eu estou fazendo aqui. Eu queria só fazer minha última pergunta.

Olhe, me desculpe, eu respeito muito o corpo técnico da Anvisa, inclusive há pessoas na Anvisa que sabem do meu esforço para se tentar encontrar um consenso técnico para se liberarem todas as vacinas que são colocadas aqui, mas, me perdoe, vou fazer uma crítica construtiva. Eu acho que o detalhamento que V. Exa. trouxe hoje da análise que a Anvisa fez sobre a vacina Sputnik... Eu não sei se é adequado, até porque há um processo de continuidade, há um pedido de recurso, tanto da União Química quanto do Consórcio Nordeste.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – V. Exa. também não disse que são dois processos diferentes: a União Química fez um pedido de autorização emergencial...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É diferente...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... o Consórcio Nordeste fez um pedido de liberação excepcional para importação, que requer meramente um relatório técnico...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Que não veio...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... sobre o qual há muitas divergências. Como a Sputnik vem aqui, nós vamos ouvir, mas eu me permito fazer essa consideração, até porque o Presidente da Anvisa, quando faz esse detalhamento, termina por levantar uma aura de desconfiança sobre a vacina que não está comprovada.

V. Exa. falou, por exemplo, na Argentina. Semana passada, saiu uma avaliação do Ministério da Saúde da Argentina de que com a Sputnik, nos casos que foram levantados, apenas 0,2% das pessoas tinham sido acometidas pela doença depois de terem sido vacinadas e que o percentual dos mortos era de 0,0005%. Então, eu não estou querendo aqui contestar o que V. Exa. disse, estou querendo dizer apenas

que V. Exa. precisa ter mais cuidado, faltam informações, ainda precisamos fazer esse esforço. Eu fiquei muito feliz quando V. Exa. disse aqui que esse esforço está sendo buscado.

Às vezes há uma diferença cultural tão brutal, que eu estou dizendo "a" e o outro está entendendo "b", e eu espero que se resolva, sabe por quê? Porque são 66 milhões de doses de vacinas encomendadas. Se elas já estivessem sendo administradas, nós estaríamos salvando vidas. Veja, por exemplo: lá na Europa, a AstraZeneca... Alguns países resolveram suspender a utilização da AstraZeneca, porque houve alguns casos de coagulação sanguínea. E qual foi a decisão da agência central? Foi dizer o seguinte: o benefício que se pode ter prejuízo é muito maior! A quantidade de pessoas que, sem tomar aquela vacina, pode morrer pela Covid-19 é muito maior do que as que podem ter um problema de coagulação. Então, temos que levar isso em consideração.

Mas V. Exa. disse aqui uma coisa muito importante, Sr. Relator. Ele foi perguntado por V. Exa. se o Ministério da Saúde está fazendo alguma gestão para que todas as vacinas venham a ser aprovadas, e S. Sa. disse que não. E repetiu. V. Exa. perguntou duas vezes, e ele disse que não. E o próprio Ministro da Saúde disse aqui que não, diferentemente, por exemplo, do Ministério da Saúde, quando, em 2020, nós tivemos um risco de não termos imunoglobulina para atender ao SUS, para atender à população brasileira, e não havia registro da imunoglobulina chinesa. E ela foi aprovada, inclusive por unanimidade, porque houve esse esforço de construção de um consenso técnico para isso. Ia faltar para atender à população.

Naquele momento, foi o Ministério da Saúde... Eu tenho aí muitas divergências com o Ministro Mandetta, com a gestão dele, mas ele assumiu a frente, o ministério assumiu a frente para que isso se resolvesse. O Ministério da Saúde do Brasil encomendou 10 milhões de vacinas da Sputnik, encomendou mais não sei quantos milhões de vacinas da vacina indiana, e não faz nada, não faz nenhuma articulação... Não é para passar por cima dos técnicos da Anvisa, não, mas para procurar construir essa situação de consenso técnico.

Há pouco tempo, a ideia de fazer a Fase III no Brasil era uma coisa fundamental. Exigia-se e ninguém admitia aprovar um remédio na Anvisa que não tivesse uma Fase III com os brasileiros. E tem razão. Nós temos uma conformação genética diferente. É logico que tem razão. Mas, em meio a uma pandemia, em meio a uma situação como esta, a Anvisa tomou a decisão correta: "Não, se foi aprovado em tal lugar, vamos então aqui também levar em consideração; vamos analisar o estudo, enfim...". Então, essa questão eu considero bastante importante, bastante relevante.

Eu me considero satisfeito com as questões que V. Sa. respondeu e faço uma última pergunta, que diz respeito exatamente... Lógico, eu não quero que V. Sa. antecipe nenhum julgamento, mas pelo menos do sentimento que V. Sa. tem: será possível nós termos em breve a Sputnik à disposição dessas 33 milhões de pessoas que podem ser beneficiadas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu peço a Deus, Senador, que os desenvolvedores russos estejam com a mesma vontade que nós estamos de ter essa vacina aprovada. Nossa vontade de encontrar soluções é total. Eu espero que eles deixem um pouquinho o discurso do processo, de que vão nos processar, vão mover ações contra nós e apresentem argumentos científicos.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Está errado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A nossa disponibilidade de trabalho é imediata e ela é plena, Senador. Fique muito tranquilo quanto a isso. Se houver a possibilidade, o Brasil patenteará através da Anvisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu queria só aproveitar, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Caso seja também do interesse da CPI, eu posso deixar aqui toda a documentação que temos a respeito da CPI, da Sputnik, perdão. São 600 páginas aqui impressas, fazendo a ressalva de que aqui há propriedade industrial e uma série de outros itens. Está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Peço à Secretaria para fazer o registro, autuar o recebimento da documentação por parte da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O próximo inscrito, Senador Eduardo Girão. V. Exa. tem 15 minutos à sua disposição.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Presidente desta sessão, Senador Randolfe Rodrigues.

Seja muito bem-vindo, Dr. Antonio Barra Torres. O senhor tem respondido de forma objetiva, com muita transparência, o que lhe é peculiar. Outras vezes que o senhor esteve aqui no Senado também foi dessa forma. E eu tenho algumas perguntas aqui para fazer para o senhor no estilo Pinga-Fogo, programa que existia na TV Tupi na década de 70.

E é o seguinte. Ficou muito claro aqui para nós, e o senhor deixou isso evidenciado, que a Anvisa é um órgão de Estado. É uma instituição de Estado e não de governo. Isso é uma coisa que realmente é importante que fique muito clara, e a gente vê isso aqui. Eu lhe pergunto: o processo de análise técnica e aprovação de vacina segue um protocolo reconhecido internacionalmente. A Anvisa faz isso de forma

técnica. Considerando esse referido protocolo, pode-se dizer que houve retardo na análise das vacinas AstraZeneca e CoronaVac? E eu já emendo com a pergunta: ou o senhor considera que houve atraso na entrada dos pedidos pelas farmacêuticas para aprovação das referidas vacinas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Eminente Senador Eduardo Girão, eu entendo que nem uma coisa, nem outra coisa; nem houve atraso das empresas, nem atraso da Anvisa.

As empresas todas mantinham conosco uma fase chamada pré-submissão. São reuniões em que a equipe técnica da Anvisa e a equipe técnica do desenvolvedor conversam. Para quê? Para que, na hora de entregar os documentos, os dossiês, eles estejam os mais corretos possíveis. Então, há essa fase.

Depois que protocolou, a Anvisa foi recordista mundial na questão do uso emergencial que V. Exa. citou da CoronaVac e da AstraZeneca. Nós fizemos esses dois protocolos emergenciais em nove dias. O Reino Unido fez um protocolo em nove dias. Então, tanto o setor regulado produtor de vacinas quanto a Anvisa, acredito que tenham feito o melhor, o que era possível fazer de ambos os lados em termos de celeridade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Considerando os objetivos da Anvisa e os trabalhos realizados por ela, eu lhe pergunto: a agência tem sofrido... Porque a gente sabe do mercado bilionário que se move de indústria farmacêutica. Não é brincadeira, é uma das indústrias mais poderosas do mundo, que tem um *lobby* atuante.

A agência tem sofrido *lobby* dessas empresas? Aprovação de vacinas, de medicamentos, como a gente teve um medicamento de altíssimo custo, que é o remdesivir... Eu lhe pergunto se tem, de alguma forma, a presença de Parlamentares envolvidos nesse eventual *lobby*. Eu lhe pergunto sobre isso. Se, sim, o senhor poderia citar algumas empresas ou eventuais Parlamentares que fazem ou que fizeram esse *lobby?* É por conta desse *lobby* que o tratamento imediato ou precoce é tão combatido aqui no Brasil, já que é um procedimento antigo de médicos? Eu queria entender... Ou é a politização em cima de medicamentos por declarações de autoridades públicas que erraram, no meu modo de entender, como o Presidente da República, em mostrar remédios? Eu lhe pergunto se isso deixou turvo o debate em torno de medicamentos que existem há décadas no Brasil.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu considero, Senador, que toda e qualquer pressão diferente do clamor natural das pessoas por soluções... Eu tenho sempre dito isto: qual é a maior pressão que a Anvisa sofre? São 410 mil mortos. Essa é a maior pressão que a Anvisa sofre. Só que, evidentemente, essa questão foi politizada muito cedo e permanece politizada.

O diretor, que está numa esfera de decisão um pouco mais alta, recebe as informações, os subsídios do processo de decidir, de tomada de decisão das áreas técnicas, que são os servidores de carreira. Esses

servidores já ultrapassaram há muito tempo o limite de renúncias que eles têm a fazer, já renunciaram a tudo. É um sacrifício. Não é diferente, claro, do enfermeiro, do motorista de ambulância, do médico que está lá no hospital. É toda uma coletividade que está ao máximo da sua capacidade e, quando sofrem colocações – e nós tivemos algumas colocações políticas muito ruins, acusatórias em relação aos servidores –, isso logicamente impacta no psiquismo dessas pessoas, que já está atacado pela doença, porque, tendo ou não tendo Covid, todos nós estamos sofrendo um ataque psicológico maciço, e aí vem um outro questionamento, muitas vezes de maneira agressiva, de maneira inadequada, que leva ainda a um estado muito pior de moral dos nossos servidores. Então, eu vejo que isso é muito ruim, isso é muito triste.

Para que os senhores tenham uma ideia, a hospitalização e a morte, é claro, já frequentaram e frequentam a Anvisa. Nós perdermos alguns já. Servidores que foram remanejados de locais voluntariamente – voluntariamente... "Olha, eu quero ir para porto, aeroporto e fronteira", que é onde se tem mais contato com pessoas, se arriscando ao contágio. "Eu quero ir porque eu sei que esse setor pode ser reforçado". Tudo isso nós tivemos.

Então, em que pese a discussão ser importante, a elucidação é muito importante, mas é claro, pressões outras que não a do motivo básico não somam, dificultam o processo.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Então, essa questão de *lobby* de empresas, de Parlamentares...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não, não. Nós temos... Por exemplo, na minha agenda e na dos diretores tem "n" setores que solicitam reuniões, setor produtivo... E a gente vê nitidamente quem é, de fato, produtor e quem é lobista. O produtor vem e diz: "Eu sou o dono da empresa farmacêutica tal, eu tenho esse, esse e esse dossiê". Perfeito.

E as outras pessoas que às vezes tentam fazer *lobby,* a gente recebe e depois começa a dar, efetivamente, a prioridade que tem que ter, que, no meu modo de ver, no caso, é baixa. Para o *lobby*...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Tá.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... não vejo necessidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Eu queria lhe perguntar também o que circulou no grupo de Senadores há cerca de um mês, sobre uma esperança com relação a um medicamento desenvolvido aqui, com pesquisadores brasileiros envolvidos, que tem um baixíssimo custo em relação ao remdesivir, por exemplo, que custa R$13 mil, isso para hospitais públicos... Mas a proxulatamida...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Proxalutamida.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Isso. Inclusive, se eu não me engano, eu queria lhe perguntar se há pedido na Anvisa para liberação desse medicamento, porque eu presenciei debates que aconteceram na Câmara dos Deputados, semana passada, dizendo que pode estar turva a discussão desse medicamento no Conep (Conselho Nacional de Ética em Pesquisa), inclusive os desenvolvedores, os pesquisadores têm colocado muito isso.

O senhor acha que, de alguma forma, a guerra ideológica chegou ao Conep? E como é que está essa questão da Anvisa com relação a esse medicamento brasileiro?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A questão, Senador, se alguma guerra política ou ideológica chegou ao Conep eu não tenho como responder a V. Exa. Eu não tenho esse dado, eu não tenho um contato pessoal maior com os servidores do Conep, então eu seria incompetente para responder objetivamente a esse quesito.

Na questão que V. Exa. aponta da proxalutamida, a Anvisa foi procurada por um grupo de pesquisadores daqui do Brasil que têm contato com um pesquisador, que é estrangeiro – salvo melhor juízo, ele é estadunidense –, que teria o interesse de desenvolver no País um estudo duplo-cego, randomizado, placebo controlado para as ações da proxalutamida. Chegamos a fazer duas reuniões com esse grupo, em que passamos todo o regramento, tudo que é necessário, e esse grupo ficou de retornar. Um dos pontos que apresentamos foi, sim, a necessidade da interlocução com o Conep, porque, sem ética em pesquisa, absolutamente, não dá para fazer nada, a ética tem que prevalecer na seleção dos voluntários testadores, enfim, é fundamental. E esse grupo não voltou mais a contato conosco.

Eu queria deixar claro aqui para os eminentes Senadores e Senadoras que nós não temos nenhum preconceito contra nenhum tipo de possibilidade. Quando a ciência coloca preconceito, ela fecha os olhos e deixa de analisar coisas que eventualmente venham a ser boas. Nós tivemos uma série de pedidos de reuniões. Tivemos um grupo que nos apresentou um crachá eletrônico que combateria o vírus. Então, recebemos esse grupo, conversamos, analisamos, explicamos: "Olha, as possibilidades que os senhores têm para protocolar alguma coisa são essas". Um outro grupo, numa outra época, apresentou uma tinta de parede contra o mosquito da dengue. Recebemos, analisamos. Depois vem um outro grupo que trouxe um mosquito geneticamente modificado para combater a dengue. Então, chegou lá e disse "olha, eu tenho aqui alguma coisa de pesquisa científica brasileira, internacional e acho que vai poder ajudar pessoas", vamos fazer algumas reuniões, vamos passar o que precisar ter e vamos separar obviamente o que é ciência do que não é ciência.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito. Inclusive, eu tenho colocado aqui que a ciência está dividida com relação a esse tratamento dito

preventivo, precoce ou imediato. Eu, inclusive, espero que esta Comissão possa ouvir os dois lados, para que a gente busque a verdade sobre esse tema.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É interessante, Senador, se o senhor me permitir: houve, ao longo do tempo, desde quando começou a pandemia, no início, por exemplo, houve muita esperança em relação a hidroxicloroquina, logo no início, com muitos trabalhos sendo feitos ao longo do mundo. Isso, depois, meio que mudou o foco. Então, tivemos uma fase ali em se que falava mais em ivermectina; uma fase mais em nitazoxanida. Foram, digamos assim, possibilidades que, naquela época, principalmente 2020, tiveram peso, tiveram valor. Hoje, no mundo, tem estudos, ainda, que vão ser concluídos, em 2027, 2029, 2030, abordando alguns desses medicamentos, mas a sinalização que temos, neste momento, agora, é um pouquinho menos favorável, claro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Também parece que o tamiflu era desfavorável no início do H1N1; depois se mostrou eficiente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, teve uma trajetória sinuosa; teve.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Mais uma pergunta: uma reportagem do G1, no dia 7 de maio, diz que a Universidade Federal do Ceará desenvolveu uma vacina contra a Covid-19 e pediu autorização da Anvisa para iniciar testes em humanos, após sucesso nos testes em camundongos. A HH-120-Defenser, que é o nome da vacina, teria um custo muito baixo, em torno de 0,44 centavos por dose, segundo a reportagem do G1. Se levarmos em conta que temos 240 milhões de pessoas no Brasil, então, seriam necessários 480 milhões de doses. Isso significa que a imunização de todo o País, com duas doses, custaria pouco mais de R$21 milhões. A dose de vacina mais barata comercializada hoje é a CoronaVac, que custa R$16 cada dose; é uma diferença brutal.

Eu lhe pergunto: considerando esses dados extraídos na reportagem, o senhor poderia nos informar o estágio atual do processo de aprovação da HH-120-Defenser para testes em humanos?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu estava até conversando agora com a minha assessoria, eu não tenho nenhum registro de memória, pelo menos, e acho que é um assunto tão relevante que, se, de fato, houvesse um protocolo conosco, eu o teria, obrigatoriamente, porque são 22,8% do PIB, mas a prioridade hoje é muito focada em vacina. Então, eu teria esse registro. Eu não tenho esse registro na minha memória, mas, se V. Exa. permitir, enviaremos...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Vou lhe passar a matéria aqui.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pois não. Sim, senhor, enviaremos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Os grandes laboratórios de vacina, como a Pfizer, por exemplo, têm a garantia legal da isenção de responsabilidade pelos efeitos adversos. A Pfizer só aceita comercializar a vacina se o ente público assumir o pagamento de quaisquer indenizações que sejam pleiteadas por pessoas prejudicadas pelos efeitos colaterais decorrentes da vacina.

A Lei nº 14.125, de 2021, em vigor desde 10 de março de 2021, em seu art. 1º, autorizou expressamente que a União, os Estados, o DF e os Municípios assumam essa responsabilidade. A Pfizer também impôs que só irá comercializar as vacinas para o Poder Público, porque está garantida a isenção de responsabilidade. Eu queria... Inclusive, há um requerimento meu hoje sobre esse assunto, chamando a AGU também, para que a gente possa entender esse despacho, essa orientação dela. Mas a Anvisa poderia ter feito algo com relação a essa situação da Pfizer, é isso que eu queria lhe perguntar, para facilitar a entrada dessa vacina no Brasil?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, essa vacina, ela está registrada por nós. Então, em havendo por parte do Ministério toda a efetivação da negociação, conforme, aliás, vem sendo noticiado que isso tem avançado, eu acredito que não haverá nenhum tipo de óbice, porque o registro já tem, ela é uma vacina registrada no Brasil. Houve, lá numa fase mais inicial, uma alegação da Pfizer, inicialmente, de que os nossos parâmetros regulatórios eram rigorosos e eles não teriam vontade de efetuar qualquer protocolização aqui no Brasil. Logo depois, quando nós flexibilizamos tudo isso, e foi um momento em que esperávamos que fosse haver ali a chegada desse fabricante, ele não chegou. Depois, houve uma colocação também – não foi por documento oficial, mas isso foi noticiado – de que a Pfizer esperaria uma sinalização de compra efetiva para então efetuar a submissão à Anvisa. Tudo isso é passado. Tudo isso já aconteceu. O fato é: depois que houve a submissão, nós efetuamos a análise, efetuamos o registro e, agora, inclusive, ela já está sendo utilizada. Já temos notícia, no Rio de Janeiro, por exemplo, de que já há pessoas vacinadas com Pfizer.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - CE) – Perfeito.

Eu quero agradecer, Sr. Presidente. Me considero satisfeito com as respostas.

Obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Senador Otto Alencar, o senhor tem 15 minutos, com a tolerância deste Presidente. O depoente está à sua disposição.

Só, antes, queria só determinar à Secretaria que todos os documentos repassados pelo Sr. Barra Torres sejam colocados no cofre da CPI sob o sigilo desta Comissão Parlamentar de Inquérito. No momento oportuno, a direção desta CPI vai estabelecer o protocolo para que as senhoras e os senhores membros da CPI possam ter acesso aos documentos, até pela recomendação que V. Exa. deixou sobre os documentos em relação à Sputnik.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É exatamente nesse sentido, Sr. Presidente, que eu queria enfatizar, muito importante: aquele documento sobre o evento da CoronaVac, ali, traz dados de um cidadão brasileiro que precisam ser preservados eticamente. Então, seriam sob sigilo. E bem aquele dossiê maior que é o teor total da Sputnik.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Então reitero: determino à Secretaria da Comissão que sejam autuados os documentos no cofre da Comissão Parlamentar de Inquérito sob o sigilo devido.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Otto Alencar, 15 minutos para V. Exa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – V. Exa. vai contar o meu tempo a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente e com toda a tolerância desta Presidência, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para interpelar.) – Dr. Barra Torres, é um prazer conhecer o senhor, meu colega.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu nunca tinha estado antes com o senhor em momento nenhum.

Ouvi aqui as suas colocações e começo questionando com a seguinte pergunta: no dia 27 de março de 2020, o senhor encaminhou um protocolo ao Hospital Einstein para estudo da hidroxicloroquina. Confere?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Confere.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – No dia 4 de abril de 2020, o Presidente da República Jair Bolsonaro, dando uma entrevista ao Datena, no ar, disse que a Anvisa tinha protocolo, e disse exatamente assim: "Liguei há pouco para o Barra e ele já me respondeu que manda imediatamente o protocolo da

Anvisa para o tratamento da hidroxicloroquina". Eu pergunto: quem está com a verdade, o Presidente ou o senhor? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: o senhor tem conhecimento do Parecer Técnico 7.440, de 2021, que foi exarado pelo Presidente da CTNBio, Dr. Paulo Augusto Barroso, do órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia responsável pela biossegurança no nosso País? E esse parecer técnico é textual quando, na análise provocada pela União Química Farmacêutica Nacional – textual –, ele diz que considera que

> as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente [...] [e da] saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa [...] [de nenhum problema para a] saúde humana.

Ou seja, a vacina Sputnik, segundo o parecer técnico do órgão de biossegurança do País – do País! –, o responsável por isso, disse que, pela análise, não existe nenhum problema quanto à biossegurança. Ou seja, essa questão do adenovírus replicante aqui foi rebatida. O senhor concorda, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então o senhor discorda do órgão do Governo mesmo? O senhor discordo do órgão de biossegurança, que é a CTNBio.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São situações diferentes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não, não... Discordo de V. Exa.

Terceira pergunta: considerando que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O senhor não quer que ele responda uma por uma (*Fora do microfone.*)

em vez de fazer todas?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode ser.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Talvez fosse melhor, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sabe por quê? Senão, ficam muitas perguntas.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pode responder às duas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A questão do CTNBio...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. A primeira foi...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor prefere pela ordem cronológica?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A primeira, Senador, o que houve de aprovação de protocolo foi protocolo de pesquisa, de estudo aqui no Brasil; não de uso. Os protocolos de uso já havia no ministério, mas aí é uma questão do ministério. Quanto à Anvisa, ela não aprova protocolos de uso em lugar nenhum. Ela aprovou naquele caso relativo ao Hospital Israelita Albert Einstein protocolo de pesquisa e, salvo melhor juízo, não foi um só não. Teve também um grande estudo chamado Coalizão V. O estudo Coalizão V previa fase leve, moderada e grave. A fase moderada e a grave já se encerraram e não mostraram resultados satisfatórios. A fase leve tem data de encerramento em 31 de dezembro do corrente ano, 2021. Jamais aprovamos protocolo de tratamento com medicação *off-label*. A Anvisa não trabalha em absoluto com *off-label*. Eu quero crer que, conforme V. Exa. colocou, se foi essa frase, foi uma frase equivocada, porque não tratou de protocolo de tratamento em momento algum.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – A frase é do Presidente da República...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que chama o senhor de Barra: "Barra, me mande o protocolo", e o senhor disse, de pronto: "Vou mandar". A frase não é minha. Não atribua a mim aquilo que o Presidente da República falou.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não estou atribuindo ao senhor. Estou dizendo a frase que V. Exa. relatou. Não estou atribuindo ao senhor não. Mas o fato foi esse: é protocolo pesquisa e existe sim. Vai concluir em 31 de dezembro de 2021 para casos leves.

A outra questão que V. Exa. apontou do CTNBio, essa é uma análise de todo e qualquer organismo geneticamente modificado que adentra Território nacional. Esse é o órgão competente para dizer se o adentrar Território nacional desse tipo de material está dentro dos padrões de segurança internacionais que não comprometem qualquer seguridade sanitária brasileira. Isso é uma coisa.

E é muito importante esse dado – aliás, eu gostaria de dar esse depoimento –, é muito importante para a própria futura produção dessa vacina no Brasil, porque nós temos, respondendo aqui ao Senador Humberto Costa, que colocou... Eu realmente não tive a chance de citar isso naquele momento, mas há dois processos distintos de Sputnik: um é a importação, a autorização excepcional para a importação por parte de demandantes, que, em sua imensa maioria, são os Governadores do Nordeste e do Norte; e tem a Sputnik feita no Brasil, que é aquela que a empresa União Química está avançando para chegar lá.

Então, essa chancela da CTNBio é muito importante para o que se espera que seja feito pela União Química aqui no Brasil. Então, são coisas diferentes. Uma coisa não anula a outra. São diferentes.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu discordo de V. Exa., mas V. Exa. é o Presidente da Anvisa, é quem dá as ordens.

Considerando, Dr. Barra Torres, que a Anvisa não testou diretamente a vacina... Ela não testou a vacina, não é isso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Teste de laboratório, microscópio, lâmina, não.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não. Não testou então?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não. E não testa nenhuma outra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Nem solicitou a testagem a empresas especializadas?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não é esse o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Também não solicitou?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não é esse o processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Simplesmente se ateve à documentação existente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, nós nos ativemos...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Só isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... mas não simplesmente, Senador. É o que fazemos no processo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Que, após a reunião ocorrida em abril e transmitida pela internet, a Anvisa recebeu correspondência oficial do Instituto Gamaleya, esclarecendo não apenas a inexistência do adenovírus replicante na sua vacina Sputnik, como também refutando a possibilidade da presença de qualquer adenovírus replicante em índices ditos seguros, consoante orienta a FDA, dos Estados Unidos. É uma agência americana que tem credibilidade. Não é isso mesmo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Como a nossa.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

Que a vacina da Oxford/AstraZeneca, de igual tecnologia... A vacina Oxford/AstraZeneca é a mesma tecnologia da Sputnik, é a mesma da Sputnik. A diferença é que, na Oxford/AstraZeneca, o vírus é retirado de chimpanzés, não é isso mesmo?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Adenovírus, chimpanzé.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é.

Foi aprovada pela Anvisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Fazendo uma observação que hoje mesmo a Anvisa mandou cancelar a AstraZeneca em pacientes gestantes.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Exatamente. Então, tem risco.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tem.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Como tem a Oxford risco também.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Até que seja esclarecido que risco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E V. Exa., inclusive, é médico do setor de angiologia; sabe que uma tromboembolia mata.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, claro.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não é isso mesmo? Mata.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, claro, é mortal.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, todas as duas têm efeitos colaterais que precisam ser observados e acompanhados...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Muito de perto, muito de perto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Muito de perto.

Mas foi aprovada pela Anvisa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foi.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... tanto a de Oxford como a AstraZeneca, diante de eventos sérios, como eu acabei e citar ao senhor.

E pergunta é a seguinte: tendo a Anvisa avaliado dossiês regulatórios de outras vacinas, essa agência insiste em afirmar haver a presença de adenovírus replicantes em índices não seguros apenas na Sputnik V, mas não na outra que é a mesma tecnologia? A Anvisa passou lotado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – E, de outra sorte, qual a razão de não ter sido dado o tratamento similar à vacina Sputnik V àquele atribuído, como eu falei, à Oxford/AstraZeneca e aceitar apenas a informação oficial do fabricante?

Questão segunda. Essa questão segunda, eu queria a acuidade e a atenção de V. Sa.

Na apresentação dos eslaides, a ser interpretados como manifestação técnica que fundamentou a decisão da Diretoria Colegiada da Anvisa, da Diretoria-Geral de Monitoramento de Produtos Sujeitos à Vigilância Sanitária, exatamente no eslaide n° 08, para ilustrar a proposta de inconsistência da vacina Sputnik V, documentada na literatura científica, foi inserida uma reportagem da revista *Science*, datada de 9 de abril de 2021, com a seguinte manchete, Dr. Barra Torres: "Última vacina russa chega envolta de grande dose de mistério". Isso aí foi considerado pela Anvisa como uma referência à Sputnik, e não era. Essa referência, Dr. Barra Torres, era feita à outra vacina russa, a EpiVacCorona, confere?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não tenho essa informação.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Tem sim, mas é verdade.

Essa referência da revista é à vacina...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu não tenho.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... EpiVacCorona...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – ... que é outra vacina que não é a Sputnik, mas, no momento, para desqualificar a Sputnik... E eu nem conheço o Embaixador russo e, se estivesse na Rússia, era opositor à Vladimir Putin, porque é um ditador. Então, eu gosto da democracia, seria oposição a ele. Não tem nada a ver com os russos, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – V. Exa. já teria sido preso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Não tem problema, não. Uma prisão por patriotismo não me causa nenhum dano, tranquilamente.

Então, foi feita essa relação de forma incorreta, injusta à Sputnik V.

Pergunta: como manter a autoridade e credibilidade no posicionamento técnico da Anvisa quando se verifica um equívoco dessa gravidade, ainda mais quando o Instituto Gamaleya afirma que a Anvisa não soube ler a documentação entregue no que se refere à replicação do adenovírus e cometeu grave erro na interpretação com danos irreparáveis à vacina?

Eu quero, inclusive, acrescentar e não vou afirmar, mas, desde que a vacina Sputnik foi encaminhada à Anvisa – e foi uma das primeiras encaminhadas –, se postergou por muito tempo a análise dela. Veio se analisar agora, se postergou por muito tempo. E foi uma vacina cujo contrato foi assinado lá atrás com o consórcio do Nordeste. Então, eu não quero crer que essa discriminação odiosa contra os Estados do Nordeste continue no Governo e, sobretudo, seja contaminada a Anvisa.

No meu Estado, por exemplo, Dr. Barra Torres, eu luto, desde o início do Governo, para ter um empréstimo. E nós temos condição de tomar empréstimo. Nós estamos agora no espaço fiscal B, e o cerco implacável contra o meu Estado da Bahia pelo Governo é muito grande.

Então, eu não quero crer que V. Exa. permita... Eu vi que V. Sa. tem personalidade, tanto é que discordou do Presidente da República, teve altivez para discordar, um médico que não se rendeu, não se ajoelhou, não fez genuflexo à pressão do Presidente e discordou dele.

Era isso que eu queria perguntar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, em relação aos métodos de análise da agência, eles são métodos realmente que não são laboratoriais, são métodos de análise de documentos que são fornecidos pelos próprios desenvolvedores. E essa foi a mesma técnica analítica usada em todas as vacinas – nas já aprovadas e naquelas que, porventura, ainda possam ser aprovadas.

Quanto à questão do vírus replicante, por exemplo, nós trabalhamos com as afirmações dos institutos. Essas afirmações têm de vir atreladas a todo um arcabouço que nos permita crer naquelas afirmações. Elas não podem estar desatreladas de toda a metodologia que levou até a construção daquele raciocínio. Isso estava presente na aprovação da AstraZeneca, mas não estava presente na aprovação da Sputnik, pelo menos na análise feita até aqui.

Como o senhor bem colocou, novos documentos foram acostados a esse processo e encontram-se sob análise. Não há nenhuma porta fechada, absolutamente, e a nossa preocupação é de não a levarmos a um rótulo de vacina que não seja boa, que seja ruim. Não queremos isso. Nós queremos, ao contrário, ter a convicção de aprovar vacinas boas, conforme essa própria tem condição de ser.

V. Exa. colocou a questão de um determinado eslaide que foi apresentado naquela coletiva que fizemos logo depois, no dia seguinte, salve melhor juízo, na terça.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi o 08.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não foi na terça, não; foi na quinta-feira.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O eslaide 08.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Na segunda-feira foi a decisão. Quero crer que foi na quinta-feira.

O que aconteceu? O primeiro movimento dos desenvolvedores, nesse caso, foi de partir para um ataque depois da reunião, depois da reunião de segunda – dados publicados à noite, a reunião foi noturna. No dia seguinte, terça-feira pela manhã, em toda a mídia, internacional e nacional, havia promessas de processo, havia ataques dizendo que éramos subservientes aos Estados Unidos da América. Eu reiterei aqui que o Embaixador americano nunca pisou na Anvisa. Eu nunca fui à Embaixada americana. Não sou capaz de conhecê-lo, Senador, se ele passar aqui na minha frente. "Olha, o Embaixador", não sei quem é.

Então, foi dito por eles que nós éramos subservientes a governos estrangeiros, éramos disseminadores de *fake news* e que nós mentíamos. Isso não é uma atitude – e eu não vou tecer nenhum tipo de comentário ou crítica –, não é a atitude encontrada num ambiente regulatório. Normalmente se contrapõem... É o duelo dos cientistas: um fala uma coisa, o outro refuta, e assim vai. Então, foi uma coisa um tanto quanto chocante isso aí, o que acabou motivando fazer aquilo que não queríamos, que foi ir à imprensa e explicar: "Olha, esse ataque que a gente está recebendo, na verdade, não é um ataque devido, porque nós temos essas e essas e essas pontuações. E o vírus replicante é uma delas".

Eu citei a ausência total, eminente Senador, de estudo de toxicidade reprodutiva. Não tem dados sobre a ação dessa vacina em espermatozoide e óvulo, em testículo e ovário. Não tem estudo sobre feto, nem em animal, nem em camundongo tem. Não tem nos dossiês enviados a nós. Então, a questão do vírus replicante, que acabou se tornando, digamos assim, um ponto de honra...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas nenhuma dessas vacinas tem o que o senhor citou agora. Nem a Oxford, nem a AstraZeneca.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foram todos enviados. Nós temos esses estudos. Têm, têm, sim.

Senador, eu reitero: o dossiê está publicizado, por gentileza. V. Exa. terá todo o acesso. E o que não estiver ali e que desejar, basta oficiar e requerer que nós traremos. Tem problema nenhum. São vários itens, Senador. São mais de 14 itens...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Já ultrapassamos...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... que levam a uma preocupação muito grande.

E eu queria só concluir, para não me estender aqui na...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... todos os relatórios de inspeção sobre as vacinas, as que foram aprovadas e as reprovadas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Perfeito. Eu pediria, por favor, para a Dra. Samia anotar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É porque, Presidente... Inclusive, já pedimos para ser autuado...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Aprovadas e reprovadas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Isso. O Dr. Barra Torres já declinou aqui em relação à Sputnik. Seria de bom tom para esta Comissão Parlamentar de Inquérito ter todos os relatórios de todas que foram analisadas até agora.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu não terminei...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Estou aguardando a conclusão do Dr. Barra Torres. Eu só queria uma réplica, se for possível, Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Quando nós tivemos a divulgação desses dados, Senador, nós tivemos amplas manifestações da comunidade científica nacional principalmente de compreensão e de apoio à decisão tomada aqui no Brasil. Tivemos amplas manifestações nesse sentido. Porque, de fato, havia – e eu acho que ainda há – uma expectativa muito grande. Esperamos ter mais essa vacina. E, quando houve aquela informação nossa inicial de que infelizmente não seria naquele momento, à luz dos documentos que possuímos, a comunidade científica nacional toda se mobilizou para saber os porquês. Então, foram "n" pedidos de reunião para que nós explicássemos, o que nós atendemos. E, logo depois, tivemos esse convencimento dessa mesma comunidade.

A Anvisa não postergou, Senador, a análise nem dessa vacina, nem de nenhuma outra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Quando foi que o pedido da Sputnik chegou à Anvisa, Dr. Barra Torres?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu tenho que pedir que separe aqui, que são...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Foi umas das primeiras que foram encaminhadas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu tenho que pedir aqui, Senador – eu trouxe essa informação –, se eu podia separar...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se eu não me engano, tem cinco meses.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, mas não é corrido, Senador, até porque a lei nos obriga a dar respostas antes disso.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Se eu não me engano, tem cinco ou seis meses que chegou à Anvisa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O senhor quer ver uma coisa?

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Então, o senhor acha, num momento de pandemia, de uma gravidade de uma doença dessa, postergar por cinco meses a análise de uma vacina é tempo bom? É rápido?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não. Isso é crime. Isso é um crime. A questão é: esse tempo de cinco meses não é um tempo corrido conosco.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – O senhor sabe que... O senhor é médico? A gente trabalha de plantão, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eu, por exemplo, dei muito. O senhor deu muito plantão?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Uma porção.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu também dei vários plantões.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Emergência...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Eram 24 horas sem dormir. Então, um caso desse exige análise urgente – dedicada, aplicada, correta, mas urgente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – V. Exa. pode ficar tranquilo quanto a isso. Isso foi feito. Agora, existem os períodos em que a gente pede documentos e há uma demora na volta desses documentos. Então, realmente, se for pensar que esses cinco meses foram cinco meses passados pela Anvisa... O senhor sabe que o acionamento judicial hoje é imediato. Nós tivemos várias ações de STF respondidas e respondidas sem retorno de crítica do próprio Supremo Tribunal. Então...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Mas, por exemplo. Por exemplo, só fazendo... Fui eu que provoquei, em abril de 2020 – eu encaminhei a V. Sa. –, a questão do Remdesivir, que era uma droga que já estava sendo testada nos Estados Unidos no ano passado, em ambiente hospitalar, com bons resultados. A análise, Presidente, veio a ser feita e concluída em março deste ano, ou seja, uma medicação que, em ambiente hospitalar, salva vidas. Ao contrário do que o nobre Senador Eduardo Girão falou, ela custa R$19 mil por unidade.

Nós tentamos quebrar a patente para vir por R$5 mil. O laboratório que produz o Remdesivir, Presidente, o Gilead, na Califórnia, quebrou a patente para 127 países do mundo, só não a quebrou para o Brasil, diante – sabe de quê, Presidente? – da maneira obtusa com que se relacionava com o mundo o ex-Chanceler, de triste memória, Ernesto alguma coisa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Araújo.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Araújo. Não ficou uma boa lembrança.

Então, quebrou-se a patente do Remdesivir para 127 países, Girão, e não se quebrou para o Brasil. Foi por isso que eu entrei... Depois de dez meses que solicitei à Anvisa a análise do Remdesivir foi que a Anvisa veio liberar agora, em março. Eu fiz isso em abril do ano passado, mas ela veio liberar em março uma droga que, comprovadamente, em ambiente hospitalar, se bem aplicada, está salvando vidas. Custa R$19 mil. É cara, mas uma diária na UTI custa, pelo SUS, R$1.680. Então, é melhor comprar Remdesivir e comprar vacina do que deixar as pessoas superlotarem os hospitais, morrendo por falta de oxigênio, amarradas às cordas por falta de *kit* intubação.

Eu falo assim – e me perdoe até minha maneira de falar – porque me comove muito, Dr. Barra Torres, passar o que a gente está passando no Brasil hoje. Isso me comove muito. É um negócio por que, como médico, eu não esperava passar, pela maneira como o Governo Federal e o Ministro Pazuello fizeram as orientações protocolares por causa da doença.

Inclusive, até V. Sa. mesmo... Quando nós pedimos na Bahia para fazer barreira sanitária no aeroporto de Salvador e nos aeroportos da Bahia, V. Sa. negou, e a Anvisa não fez as barreiras. V. Sa. sabe que, em viroses, barreiras sanitárias são fundamentais para se evitar a disseminação da doença. O Governador pediu, provocou a Anvisa. Não havia por que a Anvisa não passar para o nosso departamento de vigilância sanitária para fazer as barreiras. Barreira sanitária é fundamental para qualquer tipo de virose, para qualquer tipo de doença. Eu trabalhei nisso como Secretário de Saúde de 1991 a 1994, e controlamos a cólera na Bahia fazendo barreiras sanitárias. E isso é coisa de urgência. Ninguém pense que isso é eletivo! Essa é uma doença que precisa de urgência, para salvar vidas. Não é uma coisa de... Essa é uma coisa séria!

Então, a urgência é esta de que estou falando aqui para o senhor. Que a Anvisa possa verificar esses casos! Eu jamais viria aqui para politizar isso, absolutamente, até porque eu o respeito muito do ponto de vista pessoal. Eu jamais vou me dirigir do ponto de vista pessoal ao Presidente, aos seus familiares ou a quem quer que seja! Não farei nunca isso. Ele pode ter tentando até acertar. O próprio Presidente errou, mas não reconhece o erro. É até falta de grandeza não reconhecer o erro diante de tantos desacertos e descompassos na orientação da saúde pública na pandemia no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – Obrigado, Senador.

Vou passar a palavra ao Senador Rogério Carvalho, mas peço a anuência... Espero que ele não fique aborrecido hoje, até porque já foi chamada a sua atenção dentro de casa por causa disso.

O Senador Otto tocou no assunto da barreira sanitária.

V. Exa. orientou o Ministério da Saúde sobre barreira sanitária no Brasil no início da pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – A lei, Senador, que define esse processo é a Lei nº 13.979, de 7 de fevereiro de 2020, que estabelece para a Anvisa um caráter assessorial na parte de trânsito de pessoas e de controle sanitário do trânsito de cargas em todo o Brasil.

Então, a resposta é sim, nós emitimos daquele momento até agora 299 notas técnicas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Para o Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eram três ministérios no início, agora são quatro. Na verdade, agora até mudou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas nenhum tomou nenhuma providência.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, tomou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Quais foram as providências?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Por exemplo, fechamentos de aeroportos para vindas de estrangeiros para o Brasil...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Onde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, tivemos vários. Vários!

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só para te dizer...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nós temos tudo isso documentado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – No meu Estado até hoje você entra no aeroporto... Ontem, eu vim de Manaus para cá, o avião lotado. Diminuíram o número de voos, mas aumentou o número de passageiros dentro dos voos, sem nenhum controle. Ninguém mede a sua temperatura, você entra no avião sem nada. Até hoje, nada é feito. O que aconteceu foi que os outros países fecharam as fronteiras para a gente. E o que aconteceu no início da pandemia no meu Estado, no Amazonas, é que ela entrou via Miami, Los Angeles, nas férias que a classe média alta tem todo final de ano. Está certo? Não foi o pobre, não foi o trabalhador de fábrica, não foi o camelô, foram as pessoas que tinham poder aquisitivo que vieram de outros países e não houve nenhuma fiscalização no aeroporto de Manaus, um aeroporto que tem voo diário Miami-Manaus. É mais fácil você ir para Miami de Manaus do que ir para São Paulo.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É, é mais perto.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, veja bem, isso foi cobrado.

Agora mesmo, qualquer um de nós aqui entra nos aeroportos para vir para cá e não tem fiscalização nenhuma por parte de nenhum órgão do Governo nem da Anvisa. Isso é uma questão.

Laboratórios genéricos, os laboratórios que produzem remédios genéricos produzem a cloroquina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – De genéricos, não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Genéricos não.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu tenho um respeito muito grande pelo Dr. Dimas Covas, que eu entendo ser uma pessoa que tem conduzido muito bem o Butantan. E a grande reclamação é de que até hoje a Anvisa não permitiu que fossem feitos estudos clínicos em pessoas em relação à ButanVac. O que está faltando para isso, Presidente?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São documentos, discrepâncias que foram apontadas e que estão com eles para nos responderem. É um processo...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – É importante porque a quantidade de produção de vacina, neste ano, caso seja aprovada, lógico, com todos os requisitos feitos pelos técnicos da Anvisa, é em torno de 40 milhões de doses.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, vai ser muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Será muito bom. Obrigado.

E parabéns, porque V. Exa. aqui hoje passa para o Brasil o que a ciência pensa. Está certo? Isso é importante, independente da formação ou não. O senhor tem uma formação militar de hierarquia, de disciplina, mas, acima de tudo – foi o que eu disse para o Ministro Queiroga aqui –, o cargo passa, mas a sua profissão vai continuar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Para sempre.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Então, parabéns pelo seu posicionamento sobre isolamento, sobre vacina e sobre aglomeração. É muito importante que quem está nos ouvindo ouvir de um profissional, de uma pessoa que está num cargo muito importante e que pode ajudar a salvar muitas vidas, dar esse depoimento aqui.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – O senhor poderia fazer um intervalo, Presidente, de 15 ou 20 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Posso, se vocês quiserem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Posso falar primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Ele fala e eu faço o intervalo. Pode ser, Heinze?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Até porque ele precisa também tomar uma água, alguma coisa. Isso aqui não é uma máquina, não, é um ser humano.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Presidente da Anvisa, Sr. Relator, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, a nossa Constituição é muito clara quando estabelece que a responsabilidade pela saúde não é só do Estado, é de toda a sociedade, de todos os setores, mas o Brasil definiu na sua Constituição que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e, para garantir esse direito, criou o Sistema Único de Saúde, assentado em três princípios fundamentais e em um quarto, que está escondido, mas acaba sendo um princípio, porque ele se repete permanentemente: o princípio da integralidade, da universalidade, da descentralização e da complementariedade, que está sempre presente no texto constitucional e nas leis orgânicas da saúde, porque diz que a responsabilidade é do Município, complementada pelo Estado e pela União e, quando o Estado não complementa, é responsabilidade da União; ou seja, eles se complementam e, então, a complementariedade está aí conformada. Portanto, são ações concorrentes.

E nós temos no Brasil, formalmente, 5.801 operadores de sistemas de saúde: 5.570 Municípios que operam sistemas de saúde; 26 Estados e o Distrito Federal, que operam sistemas de saúde; a Anvisa; a ANS; e mais alguns institutos nacionais que têm poder de operar sistemas de saúde. A operação do sistema de saúde se dá pela emissão de norma, pela regulação, pela produção, pela gestão, pelo gerenciamento, pelo financiamento, e há uma complementariedade em tudo, porque a Anvisa normatiza umas coisas, os Estados normatizam, os Municípios normatizam, todos se complementam para garantir o princípio fundamental, que é o acesso universal e a integralidade.

Mas há uma questão fundamental na saúde que diz que, para fazer saúde, a gente precisa de cinco requisitos fundamentais que todos precisam praticar: a proteção à vida, a prevenção, a cura, a reabilitação

e a promoção à saúde. Esses cinco itens, todos eles, estão, de alguma forma, direta ou indiretamente, vinculados à Anvisa. A proteção à vida é, de fato, o grande objeto da Anvisa, porque ela regula o que vai para o consumo humano e ela tem que ter, ao mesmo tempo, a agilidade de regular o que vai para o consumo humano em tempo para garantir a própria vida.

Portanto, aqui eu queria, primeiro, parabenizar V. Exa. porque, ao longo de toda a oitiva, V. Exa. se posicionou, de forma clara, defendendo aquilo que se acumulou de caminhos para a proteção da vida, para a prevenção, para a cura e para a reabilitação, baseado naquilo que a civilização adotou como a melhor forma de legitimar, que é a ciência, quando se trata de determinadas decisões relacionadas com o bem maior, que é a vida. Então, o senhor está de parabéns!

Eu queria fazer três questionamentos. O primeiro é em relação à cloroquina.

Quanto à cloroquina, a Anvisa disse, expressamente, que a única indicação recomendada é a que está na bula. Porém, o Ministério da Saúde emite um documento, uma nota técnica, orientando aqueles que fazem saúde pública nos Estados e nos Municípios, hospitais, etc., com fases distintas para o uso da cloroquina, sem passar pela Conitec, e, se tivesse passado pela Conitec, mesmo assim teria que ter passado pela Anvisa, para saber se aquela droga ou aquela substância tem, na farmacopeia dela, a possibilidade de garantir aquele uso específico. Pergunta: por que que a Anvisa não interferiu na defesa da vida, quando a cloroquina foi indicada, sem amparo científico, para uso massivo da sociedade brasileira? Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta... Então, por que a Anvisa não interveio, já que ela tem poderes regulatórios para tal? Por que ela não interveio, já que ela tem como função precípua a defesa da vida, a proteção à vida?

Dois: no *site* da Anvisa, sai um documento "desrecomendando", ou dizendo, não recomendando a ivermectina para o tratamento da Covid-19 ou para combater o coronavírus. E diz quais são os efeitos colaterais. O que aconteceu, que, dias depois, a mesma Anvisa troca o documento, retirando os efeitos colaterais e ainda mantém que aquilo não tem efeito efetivo, mas retira os efeitos colaterais? A que tipo de interferência a Anvisa se submeteu e por que ela mudou de posição? Acho isso uma questão importante, porque nós estamos falando aqui o tempo todo que a Anvisa é um órgão de Estado e que tem que se reportar à sociedade brasileira, e por isso o senhor tem mandato para dirigir a entidade.

Por fim, o senhor fez MBA, na UFRJ, que é considerada, Presidente, uma das melhores faculdades de Medicina do Brasil. Ficou já entre as três, quatro melhores, nunca fica abaixo num *ranking* entre as cinco melhores do Brasil.

E o Professor Amilcar Tanuri, que é professor titular, é doutor em genética, é doutor em virologia, escreve numa análise que ele faz da Sputnik V o seguinte:

> A vacina Sputnik V já teve sua eficácia e segurança analisadas em vários testes clínicos publicados em revistas de alto nível mostrando uma eficácia de 91.6% e um ótimo perfil de efeito adverso. Este nível de eficácia é o maior dentre as vacinas de vetor adenoviral, como AstraZeneca, que apresentou uma eficácia de 76% e a da J&J [já aprovadas pela Anvisa] que teve uma eficácia de 85,4%. A eficácia da Sputnik V é comparável com as vacinas a base de mRNA [da Pfizer] da BioNTech-Pfizer com uma eficiência de 95% e da Moderna com 94,1%. Além disso, a Sputnik V tem uma temperatura de armazenagem de -18°C facilitando sua aplicação nas condições brasileiras.

Ele vai descrever, mostrar que não existem elementos biológicos ativos na composição da vacina; portanto, não causaria nenhum efeito, ou seja, nenhum efeito do ponto de vista da doença propriamente, e nenhuma doença decorrente da atividade biológica dos seus componentes. Ele discorre isso daqui. E, por fim, o final, no meio, ele diz: "Outro dado importante sobre a segurança é que a vacina Sputnik V já vem sendo utilizada na Argentina e México, onde mais de 6 milhões de doses já foram utilizadas". Seis milhões de doses superam qualquer teste de primeira, de terceira fase, que é em humanos, porque são 6 milhões de pessoas que tomam a vacina.

> As primeiras avaliações feitas pelo Ministério da Saúde destes dois países indicaram uma alta eficiência da vacina e um perfil de segurança muito bom quando comparado com as vacinas, como a da AstraZeneca e Sinovac [que são as que nós adotamos no Brasil] em uma população de profissionais da saúde [portanto, populações controladas, que estão dentro de estabelecimentos de saúde, Sr. Relator; portanto, ali]. O estudo de vacinação oficial do governo mexicano confirma que o Sputnik V é a vacina mais segura com 7 vezes menos efeitos adversos por dose administrada do que as vacinas [...] da Pfizer e da Moderna.

Já o estudo argentino com profissionais de saúde vacinados apontou que a taxa de infecção de profissionais de saúde vacinados apontou... De infecção de Covid-19, após a primeira dose da vacina é duas vezes...

> Já o estudo argentino com profissionais de saúde vacinados apontou que a taxa de infecção de Covid, após a primeira dose [...] é 2 vezes menor para a Sputnik V, em comparação com as outras vacinas. Além disso, nenhum caso de morte foi registrado no estudo, após a vacinação completa contra a Sputnik V. Estes dados de avaliação pós implementação são de uma importância para se aferir a segurança e eficácia de vacinas na vida real.

E aí eu pergunto a V. Exa. a última pergunta. O Presidente da República, de quem o senhor aqui, em algumas ocasiões, fez questão de diferenciar a sua postura como médico e como Presidente da Anvisa da postura dele, enquanto Presidente, de aglomerar, de proibir o uso de máscaras, de negar a vacina, de estimular o contágio, de defender a imunidade de rebanho pela contaminação livre e não pelo uso de vacina em massa... A pergunta que eu faço é... O Presidente, recentemente, disse que a China tinha sido

responsável pela criação do vírus. O Presidente, no passado, disse que a vacina da China tinha 50%, que não prestava. A pergunta é: a Sputnik V sofre deste preconceito, o preconceito por vir? Porque, veja, este Governo tem dito que quer acabar com o marxismo cultural. Olavo de Carvalho, o Presidente, eles disseram em vários momentos que não vieram aqui para construir, vieram aqui para destruir. E a Rússia é uma ex-república comunista; a China, uma república comunista. Será que é esse tipo de preconceito que está impedindo que a gente tenha no Território brasileiro 66 milhões de doses, que equivalem a 100% de todos, quer dizer, a 200% de todos que receberam primeira e segunda dose no Brasil?

Então, Presidente, eu aqui faço um apelo a V. Exa., já que V. Exa. demonstrou, nesta Casa, nesta oitiva, que o que o dirige é a ciência, a proteção à vida, o desejo de este País sair desse atoleiro sanitário em que o Presidente da República insiste em nos manter. Eu pergunto a V. Exa.: o que pode ser feito... As duas primeiras questões: o que pode ser feito para a gente sanar e trazer todos esses estudos que existem sobre a Sputnik para termos 66 milhões de doses e salvarmos 100, 200 mil vidas, que não têm preço?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou passar... V. Exa. quer que ele responda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Quero.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Tá. Por favor. Já tinha encerrado o tempo, mas por favor.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Rogério Carvalho... Senador, o que pode ser... Vou manter a ordem inversa da cronológica. O senhor concorda?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Concordo. Claro que sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O que pode ser feito sobre a Sputnik? Eu espero, Senador, que essa pergunta esteja na mente dos que têm as respostas aos questionamentos que apontamos e que mandem para nós o quanto antes, junto com processo, sem processo. O processo em que fomos ameaçados eu acho que faz parte. Não vai ser talvez nem o primeiro, nem o último. Faz parte. O acionar da Justiça faz parte numa democracia, mas que venham as respostas.

V. Exa. apontou a questão da replicação viral, que é, de fato, um dos itens que apontamos com maior ênfase. Eu gostaria... Eu tenho... Sr. Presidente, o meu tempo. Posso aumentar um pouquinho o tempo aqui da minha resposta?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade, até porque as suas respostas são de importância para o esclarecimento não só daqui, mas de todos.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado. Eu queria poder...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Fique à vontade, fique à vontade. Depois a gente vai suspender por 20 minutos e voltamos. O.k.? Pode ser, Líder Fernando Bezerra? (*Pausa.*)

O nosso Presidente precisa tomar uma água pelo menos, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Alguns pontos, eminente Senador Rogério Carvalho, foram elencados como as lacunas de informação.

O primeiro deles foi a ausência do relatório técnico da autoridade internacional que concedeu o registro. A própria autoridade técnica que concedeu o registro não acostou ao processo... E aí vamos falar: que processo? O Senador Humberto Costa lembrou com muita propriedade, são dois: um é o desenvolvimento de vacinas no Brasil, firma União Química, que vai fazer a Sputnik no Brasil; o outro é a importação excepcional, que é mais a ênfase de V. Exa.

Nos documentos recebidos, faltava o relatório técnico, que é justamente aquele que firma e mostra por que firmou a qualidade, a segurança e a eficácia. Não basta um atesto puro e simples, é preciso que todo aquele processo seja demonstrado de maneira que quem analisa ou investiga – investigação científica – possa cumprir as etapas e chegar no mesmo lugar. Isso não veio.

Foi demonstrada uma falta de controle do processo e das matérias-primas em relação a agentes adventícios. O que é agente adventício? Agente adventício é qualquer micro-organismo, qualquer fragmento de cultura celular que não deveria estar ali – tem que vir puro –, e, para isso, para que não esteja presente na vacina, o desenvolvedor tem que mostrar qual foi o mecanismo de controle que ele usou, de filtragem que ele usou, de segregação da linha produção que ele usou. Essa informação também não veio.

A caracterização incompleta da substância ativa, não tendo sido pontuadas as suas características físicas, químicas e biológicas, ou seja, estamos lidando com adenovírus modificado, e modificado com material genético do novo coronavírus. Portanto, é necessário que, em toda caracterização física, química e biológica, venha demonstrado: "Olha, o pH é tal, a temperatura ótima é tal". Nada disso estava presente.

Prosseguindo, esse tema, agora, Senador, é um tema em que estive, particularmente, já trabalhando com isso há algum tempo; é um tema que sempre me causou uma certa dificuldade, mas vamos lá: a ausência de validação, qualificação de todas as metodologias de análise. O que é a validação de um processo? Validação é repetir aquele processo *ad nauseam*, e não chegar a resultado díspar; é repetir uma vez, duas vezes, vinte vezes e chegar àquele mesmo resultado. Depois de um número, "x" vezes, é dito: "Esse processo está validado". Também não veio, também não se mostrou a validação dos processos. Tudo isso que eu estou dizendo aqui é muito de que as informações foram colocadas, mas não foram comprovadas no processo.

Vou prosseguir, tem outros itens diferentes. Controles de qualidade implementados insuficientes em relação ao produto ou em relação ao processo. Controles de qualidade que demonstrasse a estabilidade, se ele está com algum grau de contaminação, sim ou não, e aquelas características físico-químicas que já citei anteriormente. O período de acompanhamento dos testadores voluntários. Testadores voluntários precisam ser acompanhados, e esse período varia de um a dois anos. Não é preciso esperar dois anos para protocolar, senão nós não estaríamos salvando vida na Covid-19, mas tem que ser apontado: "Olha, eu vou acompanhar meus testadores voluntários durante dois anos, e, agora com três meses, eu estou protocolando". Sem problema nenhum, está mostrando ali que vai acompanhar até dois anos. Esse prazo, Senador, não é apontado, não é definido.

A empresa não conseguiu demonstrar que o processo, em escala comercial do produto... O processo é igual à escala comercial, ou seja, no projeto piloto, foram 5 litros numa bancada. Ele é analisado, validado, estudado, enfim, dissecado. E existe o produto, no final da linha de produção, que aí vai para dezena de milhar, centena de milhar. Do que precisa ter certeza quando se analisa uma autorização? É que esse material que é feito sobre os 5 litros de bancada – e foi o que chegou para nós – tem um estudo chamado comparabilidade, ou seja, ele foi comparado e ele é exatamente igual ao produto da escala industrial. Também não veio, também não temos acesso a esse dado. Só para você ter uma ideia, quando se muda de uma escala de bancada para uma escala industrial, passa de 5 litros para mil litros. E tem que vir para nós a documentação que diga: "Olha, eu testei, eu fiz a comparabilidade; o que você está analisando com 5 litros é igual ao que eu vou te entregar com dezenas de milhares de litros, ou quanto seja possível".

Foram apresentados dados de caracterização referentes a apenas um único lote. Quando se mandam resultados por lote, minimamente são três lotes; veio apenas um, este que citei desse lote de bancada. A prática analítica prevê, no mínimo, informações vindas de três lotes.

A questão do potencial de liberações de vacinas que não sejam semelhantes àquelas estudadas e que apresentem problemas que impactam no seu uso seguro, ou seja, é preciso ter a certeza o país que vai adquirir aquele produto de que o que ele está adquirindo vindo daquela fábrica – e, no caso concreto, são nove; nós inspecionamos duas; são nove fábricas –, de que a garantia daquilo que foi ofertado virá daquela fábrica, que é a que foi inspecionada, e que, portanto, temos total certeza de que o que foi feito naquilo que nos disseram que ia ser feito de fato é o que chegou para nós.

Isso é um compromisso que tem que ser assumido pelo desenvolvedor. Ele tem que apontar isto claramente: "Olha, eu estou testando o lote que veio da linha de produção tal e você vai comprar dessa linha de produção".

São coisas, Senador, que – eu sei que o senhor é médico, eu também –, são coisas que para nós, da prática médica, a gente talvez nunca tenha parado para pensar nisso, mesmo o senhor, que tem estudado muito sobre esse tema, já demonstrou grandes conhecimentos aqui. Mas eu confesso, falando por mim,

que há coisas que eu precisei me debruçar muito, junto com a minha área técnica, até para tentar entender, internalizar esse conhecimento. Porque digo que há determinadas situações aqui que eu, confesso, não tinha parado para refletir, da importância desses dados.

Não vou citar a questão da ocorrência do vírus replicante. Qual é o problema do vírus replicante? Em si, muito pouco. Adenovírus? Muito pouco. Agora, é exato, o senhor falou muito bem: adenoviroses respiratórias. Agora, eu preciso ter o estudo que comprove que esse adenovírus, embora replicante numa taxa que não é aceitável internacionalmente – internacionalmente, em vacinas, Senador, é zero, não ter vírus nenhum –, mas, vamos lá, foi documentado, tem vírus replicante? Está no documento deles que tem vírus replicante. Mas foi mapeado esse vírus, foi acompanhada a sua vida e chegou-se à conclusão de que com "x" horas, dias, ele está inativado. Ou foi acompanhado que ele não está inativado, mas ele se fixou nesse, nesse e nesse tecido e não causou problema nenhum a esse tecido. Essa informação também não está lá.

Outro item que não foi possível superar: toxicidade reprodutiva, Senador. Não tem estudo. Não foi enviado... Não estou dizendo que não tenha. Pode ser que chegue agora.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sabemos que não tem.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pode ser que chegue...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não tem interferência, não é, Dr. Barra? Sabemos que não tem interferência neste nível, até porque nós estamos falando de um vírus modificado com algum...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Geneticamente.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sim. Com alguns segmentos com inatividade. Então, tem algumas coisas que, me desculpem, mas...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu vou pedir para a gente... Eu acho que poderia passar, tecnicamente, ao Dr. Rogério Carvalho, que é Senador da República, mas é médico por profissão. Ele tem mais capacidade técnica de entender o que o senhor está dizendo do que nós aqui. Porque vocês estão falando uma linguagem técnica, mas creio eu, Presidente, eu não sei quantos técnicos avaliam, analisam isso aí...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Foram três grupos que têm mais de 70 pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Setenta pessoas. É impossível haver o boicote contra A ou B porque vazaria. É impressionante, mas, não tenham dúvida, não dá para você, num grupo de 70 pessoas: "Vamos boicotar fulano?". Aí todo mundo: "Ê, vamos!". Não dá, porque vazaria. Além do

mais, tem a equipe técnica, a diretoria que também analisa isso, e eles também não se prestariam a isso. Eu passo a crer, com esse depoimento, pela quantidade de pessoas que analisam isso...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, uma pessoa só – uma pessoa só – na Anvisa pode impedir...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Olha, eu não sou, eu não sou...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou falando de quem sabe, tem algum pouco de conhecimento da Anvisa: uma pessoa só, ela pode impedir que...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Só se os outros 69 não sabem nada...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... o pensamento de outras 50... Porque não é votação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas eles estão lá analisando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sim, mas e difícil a gente ir por esse caminho. Não corresponde ao fato.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Estou falando na prática só, porque, tecnicamente, não vou entrar no debate.

Eu estou dizendo que são tantas pessoas que seria impossível fazer um boicote à vacina A ou B. Eu queria que a Sputnik tivesse hoje... Até dei uma declaração dizendo que, se o Presidente russo, o Putin, tomou, porque, pelo menos... Só se foi enganação, não é? Ele apareceu lá e tomou a vacina. Se o Putin, que é um homem muito bem informado, muito mais informado do que todos nós juntos aqui e talvez o Brasil todo... Talvez ele tenha mais informações *on-line*, ali, sobre tudo o que está acontecendo no mundo e sabe, se quiser, o que está acontecendo aqui nesta sala neste momento... Por isso que estou preocupado com o Otto, porque ele pode ser preso, porque ele disse que ia fazer oposição lá ao Putin. Eu quero dizer que ele tomou, e eu, por esse ângulo, até defendi e defendo a vacina. Disse: se o Presidente Putin tomou a vacina, por que eu não posso tomar?

Mas o senhor está dizendo uma coisa muito verdadeira, que eu fui entender agora. Para se ver como o debate é bom. O senhor disse: "Olha, são 12 laboratórios. Um laboratório pode ser diferente, e nós não temos a garantia, pela Sputnik, de que o que virá, virá desse laboratório que nós estamos testando". Então, há várias coisas.

O próprio Fantástico, há duas semanas, fez uma visita à Sputnik, lá na Rússia. Tiveram dificuldade, mas fizeram uma matéria. Eu assisti à matéria, e dei uma ré. Quando eu vi aquela matéria, se aquilo lá for fato, realmente nós temos de estar preocupados com tudo isso.

Mas eu vou parar por 20 minutos. Daqui a pouco a gente volta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, só antes... Até para esclarecer todo esse debate...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos, na volta você fala.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Só para esclarecer todo esse debate, Presidente, nós já requisitamos... Era fundamental, o quanto antes, o Dr. Barra Torres e a Anvisa declinarem para conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... todos os processos de registro de vacinas...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Perfeito.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... das que foram registradas e de vacinas que foram rejeitadas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – A gente aguarda que o senhor encaminhe para nós.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Ele já trouxe. Ele já disponibilizou para a CPI o da Sputnik. Já pedimos, inclusive para autuar...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Sim, sim. Mas os outros, para a gente fazer comparativos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Os outros das duas vacinas que são similares, que têm a mesma tecnologia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – São cinco. Mandamos todos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Marcos Rogério, vamos suspender um pouquinho.

(Suspensa às 14 horas e 42 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 03 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Retomando, no sistema remoto, temos o Senador Angelo Coronel.

O Senador Angelo Coronel está conectado? (*Pausa.*)

Parece que o Senador Angelo Coronel está conectado.

Senador Angelo Coronel, o senhor tem 15 minutos. O Dr. Barra Torres, depoente, está à sua disposição. Fique à vontade.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, senhores, senhoras, ouvintes, povo brasileiro.

Eu vou fazer três perguntas ao Dr. Antonio Barra Torres, que eu não sei se até então alguém perguntou, porque já teve muitas interlocuções por parte de colegas.

Presidente da Anvisa, em 2020, por que a Anvisa entrou com um pedido de liminar no STJ para proibir que a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia retirasse do Aeroporto de Salvador profissionais da vigilância sanitária para medir a temperatura de passageiros que desembarcavam naquele aeroporto? Naquele momento, a Polícia Federal retirou os profissionais; a Anvisa não colocou nenhum profissional da agência e também não deixou que o Estado da Bahia aferisse a temperatura. Queria que o senhor me respondesse sobre isso.

A segunda pergunta: em qual fundamento a Anvisa se baseia para não cumprir a Lei nº 14.124, promulgada pelo Presidente da República em 10 de março deste ano, ao não deferir autorização excepcional e temporária para importação da vacina Sputnik V, conforma manda a lei? Estamos diante, Sr. Presidente, de uma prevaricação, porque lei é para ser cumprida e, nesse caso, a Anvisa descumpriu essa norma legal.

E a terceira e última pergunta: em que base científica a Anvisa pode sustentar as afirmações de que a vacina Sputnik V representa ameaça à segurança humana? Porque, inclusive, ela foi atestada pelos órgãos, pela CTNBio, do Ministério da Ciência e Tecnologia, dizendo que a vacina estava apta, e a Anvisa, além de descumprir essa norma do Ministério da Ciência e Tecnologia, ainda assim, não cumpre a Lei 14.124, que autoriza a compra de vacina em caráter excepcional.

Essas são as três perguntas, Sr. Presidente Barra Torres.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Senador Angelo Coronel, obrigado.

Dr. Barra Torres, fique à vontade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Angelo Coronel, a questão que V. Exa. apontou referente à questão da aferição de temperatura no Aeroporto de Salvador, vamos recapitular rapidamente aqui.

Em 18 de março de 2020, houve uma reunião que contemplou integrantes do Governo do Estado da Bahia, Anvisa, Polícia Federal, administração do Aeroporto de Salvador, Bahia, quando se mostrou a questão de realizar a barreira sanitária através da verificação de temperatura de passageiros e tripulação. Isso foi em 18 de março de 2020.

No mesmo dia, em 18 de março de 2020, a Anvisa negou esse pedido com base em ser aquela ali uma área exclusiva de atuação federal, a saber tanto da Anvisa quanto da Polícia Federal e da própria Receita Federal, e o entendimento, àquela época, Senador, foi que essa realização dessa atividade ali terminaria por ser mais uma concentração de pessoas, seria um problema à circulação de pessoas naquele ponto. Entretanto, não foi objetado que essa realização fosse feita na chamada área não federal do aeroporto, que é justamente aquela área quando se chega – vou dar o exemplo aqui do Aeroporto JK – no aeroporto, desce ali do veículo, então tem todo aquele saguão até a área do *check-in*, naquela área, não é uma área de atuação sanitária federal. Então, ali não há nenhum óbice a que se realizem medidas, inclusive como essa que V. Exa. citou, que é a aferição de temperatura.

Aqui no GDF, por exemplo, foi utilizado. Houve, realmente, essa interlocução conosco aqui, nós apontamos que no nosso entendimento não seria adequado na área federal do aeroporto, na área interna, mas que nessa área poderia ser feito, e foi feito durante algum tempo aqui, os senhores devem se lembrar, havia ali uma câmera de corpo inteiro, havia pessoas prestando esclarecimentos, orientando quanto ao uso de máscaras e coisas dessa linha de ação. Isso foi no dia 18 de março.

No dia seguinte, 19 de março, houve uma ação judicial promovida pelo Estado da Bahia e, também, no dia 19 de março, a decisão de primeira instância que foi favorável à Justiça Federal. Nós fizemos uma nota técnica quanto a essas questões, principalmente sobre o controle de temperatura – que eu vou exemplificar já, já –, em 20 de março. Em 21, enviamos o recurso ao TRF da 1ª Região; em 22 de março a decisão foi favorável à Anvisa; em 26 de março foi feito o recurso do Estado da Bahia para o Supremo Tribunal Federal; em 8 de abril saiu a decisão favorável do Supremo Tribunal Federal à Anvisa.

A questão da verificação da temperatura, eminente Senador, não tem fundamentação científica. Ela é uma medida coadjuvante, é uma medida educativa, ela é usada no Brasil inteiro, hoje mesmo, quando entramos aqui no Senado Federal, tivemos a nossa temperatura aferida, mas ela não tem eficácia perante a Organização Mundial de Saúde na medida em que indivíduos que estão com a Covid e são assintomáticos transmitem o vírus e têm temperatura normal e outros que estão com processos infecciosos, uma infecção urinária, um abscesso dentário, por exemplo, podem ter elevação de temperatura, e não tem nada a ver com a Covid e, de outro lado também, a elevação da temperatura, mesmo no paciente com Covid, se ele tem a intenção de mascarar o sensor, ele toma um antitérmico e consegue passar livremente. Por esse

motivo, a verificação da temperatura, em si, tem valor como medida coadjuvante e educativa, porque ela desperta nas pessoas o senso de que estão passando ali por uma verificação, que há uma situação de pandemia e que elas têm que tomar cuidado, mas, cientificamente falando, não é uma medida eficaz. Mesmo assim, não houve nenhum óbice a que essas verificações, essas atuações fossem feitas nas áreas não federais dos aeroportos de todo o Brasil – citei a questão do GDF e uma ação semelhante do grande Estado da Bahia. O grande Estado do Maranhão também entrou com uma ação semelhante e teve também um transcurso e um desfecho semelhantes. (*Pausa.*)

Desculpe, Senador Angelo Coronel, eu não respondi as outras duas. Desculpe, Presidente, eu não respondi.

O eminente Senador pergunta também, à luz da Lei 14.124, o que houve para que não conseguíssemos aprovar a importação excepcional de vacinas da Sputnik V. Na verdade, faltou, Senador, o relatório firmado pelo país de origem com a agência reguladora de origem nos mostrando, de maneira sólida, transparente e categórica, os dados de qualidade, segurança e eficácia. Mesmo assim, diante dessa ausência, nós entramos em contato com 53 dos tais sessenta e poucos países que fazem uso da vacina Sputnik V, dos quais: 11 não responderam; 23 relataram que não estavam usando absolutamente nenhuma dose, embora constassem dessa lista de 60 países. E, daqueles que nós conseguimos obter respostas, as informações são de que as quantidades disponibilizadas eram muito pequenas e que a própria rede de monitorização daqueles países não era uma rede que permitisse dar dados confiáveis quanto ao acompanhamento do que aconteceu com as pessoas que tomaram essa vacina. Dois países que têm estrutura regulatória sedimentada, amadurecida e de respaldo mundial fazem parte do grupo que nos deu informações: o México e a Argentina.

O México disse que tem um acordo de confidencialidade e não poderia nos responder nada do que foi perguntado. E na Argentina, a agência argentina nos enviou prontamente as suas observações, entretanto não foram observações que respondessem aos quesitos apresentados. E também pontuou que, por razões de governança daquele país, existe ali uma interação com o Ministério da Saúde, que teria sido efetivamente o órgão que autorizou essa vacina na Argentina.

Quanto à questão da CTNBio e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, a análise lá feita é uma análise de uma outra certificação. É uma análise que é mandatória para todo organismo geneticamente modificado que entre num país. Isso é uma coisa muito séria. Um organismo geneticamente alterado, um micro-organismo geneticamente alterado, se ele não tiver uma avaliação de segurança muito boa, pode, sim, levar a transtornos em tudo o que se refere à vida nesse novo país onde ele adentra. Então, a certificação da CTNBio é quanto à biossegurança do componente fundamental da vacina. É muito importante essa certificação para a produção que se espera da fábrica União Química, do laboratório União Química, que é um laboratório que já é certificado pela Anvisa, numa parte de sua linha de produção. Certamente, já com essa chancela da CTNBio e do MCTIC, poderá, tão logo tenha

feito toda a resposta a quesitos formulados pela agência, dar início à sua linha de produção, o que vai ser bom, muito bom para o Brasil.

Mas é diferente, Senador, da análise que fizemos para tentar autorizar a importação emergencial, que não foi possível. Foram, na verdade, dados que buscamos de toda maneira: buscamos esse primeiro relatório que não veio – ele não contém as informações completas –; tentamos usar dados a que já temos acesso por conta do estudo que está sendo analisado na União Química, tentamos ali também; e fizemos também a inspeção *in loco* na Rússia, em duas plantas fabris. Infelizmente, não foi possível autorizar naquele momento, mas não é uma porteira fechada, não é um processo concluso, porque novos documentos podem ser apresentados. Aliás, já foram apresentados, e outros estão chegando, e encontram-se sob análise neste momento. Esperamos que tenha um bom desfecho.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Sr. Presidente Barra Torres, Presidente Randolfe...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não, Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Para fazer aqui uma réplica.

Presidente Barra, essa vacina está sendo usada já na Argentina atualmente? Sabe me informar?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, Sr. Senador. Está sendo usada na Argentina em 57,8% do universo vacinal naquele país.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Quer dizer, olhe bem, senhores, povo brasileiro, essa vacina que está com essa polêmica, a compra da Sputnik V, é usada na Argentina, país vizinho ao nosso, largamente, sem nenhum problema até então registrado. E, aqui no Brasil, a gente vê que o descumprimento da Lei 14.124 é flagrante. Eu ouvi a sua explicação, mas, como a lei diz que a autorização é excepcional e temporária para importação de um produto já sendo utilizado em um outro país, inclusive vizinho aqui no Mercosul, eu acho, Presidente Barra, que... Eu não sei. Eu não quero aqui classificar se isso é até uma má vontade da sua pessoa, porque o senhor é o Presidente; existe um corpo técnico na agência que eu sei que lhe dá também um subsídio para que o senhor coloque até a sua caneta, a sua assinatura, para autorizar essa importação.

Mas eu queria neste momento, em nome do povo brasileiro que está sofrendo, mães enterrando os filhos, filhos enterrando mães e pais... Nós não podemos mais esperar, quando a gente vê uma fonte de suprimento das nossas necessidades de importação, por questões até um pouco burocráticas... Eu queria fazer esse apelo ao senhor, como Presidente da Anvisa: que o senhor se reúna com seus técnicos para ver se dá essa autorização de hoje para amanhã, para que esse lote de vacina da Sputnik tenha autorizada a sua importação, porque, se o humano na Argentina está tomando, se um ser humano lá usa – o Brasil e a Argentina são países coirmãos –, então, se o ser humano lá usa e não está tendo problema, eu não vejo

por que não utilizar no Brasil, já que uma lei reveste a Anvisa de subsídio até para se resguardar dessa compra, dessa autorização de importação.

Então, eu queria que V. Sa. – não é pedir demais; eu peço em nome, repito, de pais chorando enterrando filhos, de filhos enterrando pais e mães –, que o senhor, ao sair desta CPI, se reúna, repito, com seus técnicos. Eu lhe peço pelo amor de Deus! Faço isso de coração ao ver, toda semana, todos os dias, pessoas tendo suas vidas ceifadas por falta de imunização. Não podemos perder essa oportunidade, Sr. Barra Torres. Então, eu deixo aqui esse apelo para que V. Sa., ao terminar esta sessão, convoque seus técnicos e diga: "Não podemos mais esperar, nós temos que autorizar que essa Sputnik venha para amenizar mais ainda ou amenizar um pouco o sofrimento pelo qual as famílias brasileiras estão sofrendo, perdendo os seus entes queridos".

Então, muito obrigado pela sua consideração.

E gostaria muito de ouvir nos jornais o senhor falar: "Autorizada a importação da Sputnik V para o Brasil."

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Quer comentar alguma coisa?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, eu queria apenas agradecer ao Senador Angelo Coronel.

Senador, nosso esforço, nosso empenho é buscar essas soluções. Realmente nos dói muito ver essas cenas que V. Exa. citou, mas também entendemos que não podemos criar outras cenas também de choro à beira de leitos de hospital por motivos causados por produtos que não tenham eventualmente uma segurança confirmada por nós. Mas V. Exa. tenha a tranquilidade de saber que a Anvisa é composta por brasileiros que não estão alheios a esse sofrimento. Estamos fazendo tudo que é possível.

Muito obrigado, eminente Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Randolfe.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Pois não.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Só para completar meus 15 segundos. Eu queria só deixar registrado...

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Por favor, Senador.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Presidente Barra Torres, quer dizer, o senhor fica preocupado em pessoas usarem a vacina e terem uma refrega e terem um problema colateral; mas eu quero deixar registrado que, na Argentina, essa vacina estão usando largamente e não estão tendo esse problema. E o ser humano argentino, eu não tenho dúvida, é igual ao ser humano brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Randolfe Rodrigues. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senador Angelo Coronel.

Dando sequência, então, Senador Alessandro Vieira.

V. Exa. tem 15 minutos, com a tolerância desta Presidência. O depoente está à sua disposição.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Barra Torres, quero registrar de início a satisfação em ver o bom cumprimento do serviço público que V. Exa. exemplifica aqui. Fica realmente como uma referência, sob o ponto de vista da objetividade e da clareza nas afirmações. Então, faço esse reconhecimento, como reconheço também que, todas as vezes que foi solicitado, se apresentou com muita transparência e presteza nas informações que pedi como Senador pelo Estado de Sergipe.

V.Sa. já confirmou a sua presença na famosa reunião no Palácio, onde se discutiu um decreto para alterar a bula de um medicamento. Eu indago quem convidou V. Exa. a participar dessa reunião.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – O convite veio, Senador, pela gestão do grupo, via Casa Civil. Naquela época, a Anvisa, pela Lei 13.979, fazia parte do grupo interministerial e Anvisa. Era o único órgão que não era ministério que fazia parte desse grupo. Então, chegou uma convocação para mim de uma reunião. Essa reunião, que eu me lembre, foi mais para o fim do dia, quase de noite, e obviamente era para tratar de algum tema de combate à pandemia. Elas aconteciam com frequência – essas reuniões. Então, o convite veio dessa maneira que lhe falei.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

A condução da reunião foi feita também pelo Ministro Braga Netto?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato. Ele era, na época, o coordenador desse grupo. Foi por ele, sim, senhor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Além do tema da liberação da cloroquina através de decreto, quais foram os outros assuntos tratados nessa reunião?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu não me recordo de outro tema ter sido tratado nessa reunião. E, como ela não terminou, pelo menos para mim, pessoalmente, não terminou exatamente de maneira ortodoxa, dada a minha reação ali, eu não lembro. Eu me lembro muito desse ponto focal. Aliás, é o ponto que foi citado pelo Ministro Mandetta também.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O senhor também já afirmou, em diversas oportunidades neste depoimento, sua posição técnica contrária à utilização do medicamento cloroquina, hidroxicloroquina, para tratamento de casos de Covid. Eu indago, com relação à sequência de atos normativos emanados da Anvisa, partindo da Nota Informativa nº 1, de 2020, destinada ao Ministério da Saúde e ao Comitê de Crise, se recomendou que a utilização da produção de hidroxicloroquina fosse apenas para as indicações terapêuticas previstas na bula.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Em seguida, nos meses de março e abril, também temos a RDC 351 e a RDC 372, restringindo quantidades e estabelecendo uma forma específica para a prescrição...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... para a receita de controle especial, a famosa receita que fica retida na farmácia para melhor controle.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Receita retida, exato.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – No mês de julho de 2020, através da RDC 405, e, em seguida, em setembro, com a RDC 420, ocorre uma flexibilização: passa-se a abrir mão da receita retida, da receita especial, e se abre uma possibilidade maior da prescrição e da aquisição direta desses medicamentos. O senhor pode me esclarecer qual foi a base técnica disso?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Ainda sob receita, porque essas medicações nunca foram pela norma de livre aquisição, de chegar à farmácia e "eu quero comprar". Tinha sempre que haver a apresentação de receita.

A flexibilização se deu porque começamos a ter, talvez, nessa época... O senhor reportou que foi em junho ou julho, me parece.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – O que é que aconteceu? Houve também – isso é inegável –, por conta dessa questão do uso *off-label*, um consumo bem maior do que a produção, numa velocidade avassaladora. Então, várias medidas tiveram que ser tomadas para garantir o uso de quem precisava efetivamente pela bula, que ó lúpico, o malárico e o artrítico – são basicamente esses três grupos de pacientes. Então, nesse momento, nós começamos a receber uma enxurrada de reclamações de que estava havendo uma dificuldade imposta pela Anvisa, porque agora tinha que ter receita especial, que tinha que ficar retida. Então, como nessa hora essa questão já começou a ser mais bem equacionada, nós entendemos que era hora de desburocratizar e voltar ao *status* anterior.

Isso não aconteceu só com a hidroxicloroquina. Isso aconteceu com outras medicações que sumiram da prateleira pelo uso *off-label*. Isso aconteceu com a ivermectina, isso aconteceu com a nitazoxanida. Houve uma procura muito grande e aí ele sumiu. Tinha mãe que queria tratar criança para verme e não conseguia comprar ivermectina mais.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – A Anvisa nunca recomendou ou referendou esse uso *off-label* desses medicamentos para o atendimento da Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, nunca referendou isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Nós tivemos até, se o senhor me permite...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pois não.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Houve épocas, inclusive, de doações que foram feitas ao Brasil, e essas doações de países estrangeiros tiveram, na parte da importação, o nosso aval, porque não tinham como não ter. O consumo de hidroxicloroquina no Brasil mensal é de 3,45 milhões de comprimidos para pessoas que precisam desse medicamento. E, quando houve essa avassaladora procura por causa do uso *off-label*, nós tivemos que tomar medidas, inclusive aceitar doações. Recebemos aí de alguns laboratórios que doaram 1 milhão, 2 milhões. Isso aí aconteceu.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O senhor tem ciência, ao menos por ouvir falar, de que houve emprego desse tipo de medicamento para atendimento a casos de Covid...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, plenamente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... inclusive com recomendação do Ministério da Saúde?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Existem duas recomendações do ministério, uma bem precoce, no início do enfrentamento à pandemia, que foi até reportada pelo próprio Ministro Mandetta – encontrava-se no protocolo –, que era o uso compassivo naquela época. Depois, o Ministro Teich me parece que não teve nenhuma ação nisso. E, na gestão Pazuello, houve uma ampliação desse uso para outras indicações.

Eu queria pontuar que, na fase inicial – e isso foi gradativo –, era um cenário de grandes incertezas e havia vários estudos em andamento, como existem até hoje. Nós temos um estudo que vai acabar só em 31 de dezembro desse ano. Sobre ivermectina e nitazoxanida tem estudos que vão acabar em 2030, por exemplo. Mas, naquele início de ano, era um cenário de incertezas.

Então, até imagino, infiro, que isso possa ter sido adotado em face dessa questão. Agora, a Anvisa não tem essa atuação quanto aos programas nacionais de saúde.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Para finalizar, o Presidente da República verbalizou, em inúmeras oportunidades, não fazer a aquisição da vacina Pfizer por não se tratar de uma vacina homologada pela Anvisa. O senhor tem ciência dessas afirmações?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu ouvi pela imprensa.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – E o senhor sabe informar se as aquisições que foram feitas, de outras vacinas, foram feitas já com a homologação da Anvisa, ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Aí, Senador, vou citar o que vi dessa situação porque, reitero, a Anvisa não adquire nada, não participa de aquisição para nenhum insumo do SUS, nem de nada. A gente compra o material de trabalho interno na agência.

Parece-me que essa afirmação feita pelo nosso Presidente talvez tenha sido mais no sentido de concretização de tratativas. Porque, vamos nos lembrar, a AstraZeneca já estava tratada muito antes. Já vem se noticiando a questão da transferência da tecnologia, da Fiocruz começar a ter uma linha de

produção. Com a própria CoronaVac, todos devem se lembrar, houve aquela questão inicial: compra, não compra e, depois, compra. Quando foi decidido pela compra, salvo melhor juízo, ainda não tinha certificação da Anvisa. Então, eu penso que tenha sido uma referência... Agora, acabou o depoimento do regulador, estou entrando no campo da opinião. Não sei se interessa aos senhores a minha opinião.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sim, interessa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A minha opinião é a de que a referência foi a questão do pagamento. Imagino aí alguma coisa contratual – "olha, eu tenho intenção, eu quero". O mundo inteiro fez isso. No mundo inteiro, quando começou a questão da vacina, todos os governos se apressaram em dizer: "Olha, não sei nem como é que vai terminar, mas eu quero".

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Todo não, o nosso não fez isso.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Fez na AstraZeneca.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, não, bem depois. Num primeiro momento, nós não fizemos o que tínhamos que fazer.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu digo, Senador, no ano passado, em 2020.

Acho que foi isso. Agora, eu não tenho informação desse dado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Mas, objetivamente, o senhor tem a informação de que a Anvisa não tinha concluído sua análise e de que não tinha homologado, por exemplo, a aquisição de doses da vacina Sputnik?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, a Sputnik não está autorizada...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Que até hoje não está autorizada.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, a Sputnik não está autorizada até agora. O Governo Federal demonstrou interesse, acho que em 20 milhões de doses, e os governos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Dez milhões de doses. E os governos dos Estados do Nordeste em um número maior, parece-me que 38 milhões ou coisa desse gênero. O Amazonas pediu 1 milhão. Então, quer dizer, houve aí diversas fontes desejando a vacina, mas não foi possível atender.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Então, eu posso concluir que não era necessária a homologação da Anvisa para a aquisição de nenhuma das vacinas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, é uma conclusão que eu acho que deveria ser dita, proferida, por quem efetua a compra. Parece-me um raciocínio, agora...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – No regulamento da entidade que V. Exa. preside...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... existe um normativo que impõe essa...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tem...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Geralmente, a compra está condicionada à aprovação.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É. Mas eu gostaria só de acrescentar, Senadores, o uso, o uso, não a compra, o uso. O uso, em Território nacional...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Mas a encomenda também. Na encomenda está dito lá que você só vai pagar se ela for autorizada pela Anvisa.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É. Isso o que o Senador Humberto Costa está lembrando é o que eu infiro que seja... Eu não tenho esse... Eu não li esse dado que o Senador Humberto Costa citou, mas acredito que tenha sido isso: fez-se um protocolo de intenção condicionando o pagamento ao registro na Anvisa. Agora, a lei regulatória diz o seguinte: tem que ter o registro ou a autorização emergencial para usar, para injetar nas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM. Para interpelar.) – E agora, ao contrário, se a gente produzisse em Território brasileiro a Sputnik, um exemplo...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – É o que a União Química pretende fazer.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Por exemplo, para exportar pode?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Sim, porque o que vai determinar é a regra...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Entendi, é o país que vai receber.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não só isso, Senador. Aí, me permita uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nós não teríamos, o Brasil não teria responsabilidade nenhuma.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Teria, posso responder ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pois é, eu queria...

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Teria, teria. Nós colocamos numa resolução nossa a vacina e o oxigênio na anuência de exportação da Anvisa. Ou seja, se alguém produzir oxigênio aqui e resolver exportar para qualquer país, só vai conseguir exportar se a Anvisa disser: "Pode exportar". E antes de a Anvisa dizer "pode exportar", ela consulta o Ministério da Saúde: "Ministério da Saúde, estamos bem de oxigênio? Podemos exportar para algum país? Podemos ceder para algum país?". Então, nós tomamos essa medida de colocar vacina e oxigênio na lista de anuências de exportação.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, o que eu quero saber, por exemplo. A Sputnik, especificamente, não está aprovada para vacinar ninguém. Mas a União Química... A União Química, não é?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A União Química.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Se ela produzir a vacina no Brasil, um exemplo, ela pode exportar para a Argentina? Vender para a Argentina?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Pode, se nós dermos a anuência de exportação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Era isso que eu queria saber.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – ... e se a Argentina aprovar o uso da Sputnik fabricada no Brasil para ser usada na Argentina.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeito.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Alessandro.

Senador Marcos do Val, de forma remota. Com a palavra o Senador Marcos do Val.

Depois é você, Fernando.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Obrigado, Presidente.

É um prazer estar falando aqui com o Presidente Barra Torres.

Presidente, a minha dúvida é a seguinte: a hidroxicloroquina, ou cloroquina, pelo que eu sei, foi criada em 1946, se não me engano. Em 1955, a OMS começou também a utilizá-la. Então, tem mais de 66 anos que a hidroxicloroquina estava nas farmácias brasileiras sem necessidade de receita médica. E quando houve o início da pandemia – e a fala do Presidente sobre o uso dela, de que ela poderia auxiliar... Até confirmando a informação que eu tenho, a informação que eu tenho é de que fizeram testes já no período em que a pessoa já estava em estado grave, hospitalizada, e esse remédio acabou virando veneno nesse teste. E aí, começou essa onda de que era um remédio que não fazia efeito nenhum, que fazia mal, que não tinha efetividade nenhuma.

Bom, então a minha dúvida é o seguinte: foram 66 anos em que esse remédio estava sendo vendido nas farmácias sem receita médica e, de uma hora para outra, veio esse discurso de que ela causava arritmia, problemas cardíacos, infarto, mortes súbitas e tudo mais. Quer dizer, tornou essa medicação como se fosse um veneno absoluto e assustador. Assim que a imprensa, todo mundo sempre faz um discurso até hoje, até agora, há poucos minutos. Aí eu pergunto: quem prevaricou, quem deixou de, durante 66 anos, avisar que essa medicação seria tão perigosa, tanto ao ponto que todos colocam, ou ela não é tão perigosa, mas se tornou obrigatória a receita médica para não haver uma evasão e acabar esvaziando as farmácias para outras doenças?

Pode ter sido uma estratégia também, mas essa estratégia de exigir a receita para que não faltasse para as outras enfermidades causou uma sensação de "Opa, espera aí, essa medicação é perigosíssima, ao ponto de dar um infarto"!

Eu queria saber a posição da Agência: ela prevaricou, não prevaricou, as medidas que foram tomadas foram de precaução? Qual é a sua posição referente a isso? Porque até hoje, como o senhor mesmo já repetiu aí, diversas vezes, há testes ainda, sendo utilizada a hidroxicloroquina na fase inicial da doença – isso que eu sempre escutei, na fase inicial –, e isso deve durar até final do ano. Bom, então não há conclusão nenhuma.

Muita gente tem afirmado que "já está, comprovadamente, confirmado que a hidroxicloroquina não tem efeito". Essa afirmação é uma mentira, porque isso a gente pode ter no dia 31 de dezembro deste ano, conforme o senhor nos colocou aqui, certo?

Então, a minha pergunta é essa: Houve prevaricação durante 66 anos? Essa medicação ainda não pode ser afirmada como não tendo efeito, ou pode continuar sendo afirmado que ela está em processo de pesquisa e essa resposta teremos na data tal?

Essas seriam as minhas perguntas.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador, boa tarde.

Sobre as perguntas que o senhor fez, vamos recapitular a história. A cloroquina é, aproximadamente, ali dos anos 30, salvo melhor juízo, pela Bayer alemã; e, conforme V. Exa. pontuou, precisamente, a hidroxicloroquina, 1946, com uma utilização mais ampla a partir de 1955, por aí.

A hidroxicloroquina é um produto, digamos, bem mais, cronologicamente falando, mais moderno, mais avançado e, consequentemente, com efeitos colaterais a menor do que a sua irmã mais velha, por assim dizer, a cloroquina.

E o que acontece? É exatamente como estávamos agora, há pouco, falando: a Anvisa teve que tomar, como reguladora de mercado também... A agência não só trata da parte sanitária, mas também é reguladora de mercado. Nós vislumbramos que produtos utilizados no tratamento *off-label* estavam levando a um consumo maior sem uma previsibilidade de reposição, por parte dos próprios produtores, principalmente no caso da cloroquina e da hidroxicloroquina, que são medicações de um custo de produção relativamente baixo, principalmente a cloroquina, que acaba não interessando muito a certos produtores, que preferem produtos mais custosos e que têm um retorno de mercado melhor.

Então, não houve uma adaptação do setor produtivo a ponto de suprir a demanda. Tivemos, inclusive, várias denúncias também de pessoas com a receita, porque receita sempre precisou, mas era receita comum. Chegava-se na farmácia com uma receita de três caixas, daqui a pouco, voltava-se, mais três – mais três, mais três – e, no final, fazia-se, inclusive, estoque do produto.

Então, foi necessário que a Agência realizasse, por tempo determinado – e já foi revogado isso – a ortodoxia maior na questão da receita; então, receita especial com retenção, uma via fica retida, e com definição também de quantidade máxima a ser adquirida por cada pessoa, por cada comprador. Tivemos, inclusive, várias reclamações nessa época também, porque algumas pessoas entenderam que era uma medida da agência para dificultar o acesso a pessoas; o intuito não foi esse. E, tão logo essa situação voltou se não a uma normalidade, mas, pelo menos, a um grau de administração do problema melhor, nós revogamos essas situações.

Senador, quanto ao uso *off-label*, a Anvisa não tem ação em uso *off-label*; a Anvisa tem a ação no uso de bula. E, quanto ao uso *off-label*, as entidades de classe são aquelas que se manifestam quanto a isso, são os conselhos regionais, o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e as associações de especialidade. O que vemos, no cenário científico mundial atual, em relação a esse medicamento, é que muitos estudos foram feitos sem método, e os que foram feitos com metodologia mais ortodoxa são estudos que darão respostas ainda num tempo mais à frente, principalmente na questão do uso leve, conforme V. Exa. muito bem apontou.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES) – Eu já te agradeço. Está respondido, fico feliz com a resposta e é exatamente dentro do que eu sempre pensei.

Então, acho que vale afirmar aqui a todos os Senadores, todos os que estão assistindo, à imprensa que o discurso de que as pesquisas já apontaram ineficácia da hidroxicloroquina, essa frase não é uma verdade; ela pode se tornar uma verdade, mas atualmente ela não é uma verdade; ela ainda está em pesquisa, em outro processo, no processo inicial da doença. Mas era isso que eu queria pontuar, porque eu fiquei com muita dúvida: uma medicação ser vendida sem receita, com aquela receita básica que o médico fazia só para botar o horário de dosagem, e ela, de repente, virar um remédio que virou um veneno e que poderia matar do coração qualquer pessoa. Isso para mim sempre foi um discurso mentiroso de quem era contrário a esse tratamento ou a essa prevenção.

Bom, te agradeço, desejo aí ainda mais sucesso e está ganhando grandes admiradores pela transparência e tua equipe. A Anvisa sempre foi um órgão de que todos nós brasileiros nos sentimos muito orgulhosos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador.

Senador Fernando Bezerra; depois... Eu só quero avisar que nós teremos sessão do Senado e, iniciando-se a sessão, eu sou obrigado a encerrar esta sessão. Então, Senador Fernando Bezerra, com a palavra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu dei início, queria pedir permissão ao Presidente Omar Aziz, para fazer um breve registro, porque é importante constar das notas desta reunião. Durante as indagações feitas pelo Relator, o Senador Renan Calheiros, se suscitaram dúvidas sobre a presença da pesquisadora, da Dra. Nise Yamaguchi, em reuniões no Palácio do Planalto, no âmbito do comitê criado para acompanhar as ações de enfrentamento à pandemia.

Eu quero registrar, Sr. Presidente, que a legislação federal, através de norma específica, regula a figura do colaborador eventual. E peço para constar na ata da reunião que existe uma portaria, a Portaria 1.814, de 2019, que define a figura da colaboradora eventual: colaboradora eventual é pessoa sem vínculo com a administração pública federal convocada a prestar colaboração de natureza técnica especializada ou a participar de evento de interesse do ministério em caráter eventual.

É importante que a gente vá fazendo essas observações para que não fique aqui ilação...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Nada contra. Eu acho que o Presidente tem que falar com a sociedade organizada, com cientistas e tal, ninguém é contra isso. Agora, somos contra é a pessoa chegar com um decreto e pedir para o Presidente da Anvisa botar na bula. Somos literalmente contra isso. Há uma diferença muito grande.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Na realidade, suscitou-se a legitimidade da presença dela numa reunião ou não. Então, estão aqui justificadas a legitimidade e, sobretudo, as propostas que podem ser trazidas.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Pois não.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Pela ordem.) – Líder, se V. Exa. me permite: ouvi, na outra sessão, falarem sobre essa questão do decreto, sobre a questão de bula de cloroquina e, hoje, de novo, esse assunto vem à baila. Nós estamos diante da clássica figura do chamado crime impossível. É como você tentar matar alguém dando um tiro só com pólvora ou, então, com bala de algodão: crime impossível. Pergunta... Ele já respondeu aqui hoje: é possível mudar bula de remédio por decreto? Crime impossível. Eu não sei a quem interessa essa cortina de fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Mas ninguém está incriminando ninguém, até porque nós o estamos ouvindo como testemunha, ninguém está sendo investigado aqui. O crime impossível...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Foi repetido tantas vezes aqui que parece que estão querendo inventar crime onde não tem.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Houve pessoas que me perguntaram sobre o Carlos Bolsonaro. Eu não vejo problema nenhum de o Carlos Bolsonaro estar numa reunião. Qual é o problema? Eu fui Governador e, muitas vezes, havia pessoas que não eram secretários que participaram de reuniões. Isso não quer dizer nada, absolutamente nada. Não vejo crime, não dá para criminalizar isso. Agora, pólvora pode matar, é só aspirar! Tu vais ver se não morre!

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para interpelar.) – Mas eu queria formular a minha indagação ao Presidente da Anvisa, Dr. Antonio Barra Torres.

Queria cumprimentá-lo pela exposição, pela transparência, pela clareza dos dados, cumprimentá-lo pelo gesto de trazer toda a diretoria colegiada para esta CPI, mostrando, portanto, a importância da Anvisa neste momento crucial que a Nação brasileira vive. De certa forma, todos nós queremos que a vacina seja acessível à população brasileira o quanto antes, mas aqui ficou evidenciado de forma contundente que a Anvisa é uma agência de Estado e que ela não sofre pressões indevidas de quem quer que seja e ela tem garantida a sua autonomia para poder fazer a defesa dos interesses nacionais, a defesa dos interesses do Estado brasileiro.

E eu quero, ao cumprimentar V. Exa., cumprimentar todo o corpo técnico da Anvisa e parabenizá-lo pelo trabalho até aqui desenvolvido, esperando que a gente possa acelerar, sim, as análises dos novos pedidos de registro de vacina para que a gente possa ampliar a velocidade do programa de imunização brasileiro.

A minha pergunta: em 2019, a Anvisa foi admitida como membro do Comitê Gestor do Conselho Internacional de Harmonização de Requisitos Técnicos para Registro de Medicamentos de Uso Humano, o chamado ICH, entidade que reúne agências reguladoras, representantes da indústria farmacêutica e observadores independentes de todo o mundo, que é responsável pela emissão de recomendações relativas à padronização da atividade regulatória relativa a medicamentos, vacinas e demais produtos farmacêuticos.

Nesse sentido, qual é o papel desempenhado pela Anvisa nessa entidade e qual é a importância da participação do Brasil nesse comitê, especialmente quanto às medidas sanitárias adotadas durante a pandemia do novo coronavírus?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador, primeiramente, queria agradecer a sua imensa gentileza com as suas palavras.

Eu queria pontuar que a iniciativa dos diretores estarem aqui hoje, em primeiro lugar, partiu deles. Numa reunião na semana passada, eles manifestaram esse desejo de estarem juntos aqui comigo. Eu disse a eles: "Olha, eu jamais poderia pedir isso a vocês, mas se vocês estão dizendo que querem ir... Eu não sei se pode, mas vamos tentar".

Eu queria também deixar registrado que eu não precisei tentar, porque, quando da minha primeira vinda, e não foi possível que eu prestasse o meu depoimento, o Senador Omar Aziz, sem que eu pedisse absolutamente nada, disse: "Olha, se o senhor desejar trazer os seus diretores, os diretores da Anvisa e quem mais for possível, dentro logicamente... Não há lugar para todos...". Mas foi uma iniciativa do Presidente Omar Aziz, a quem eu agradeço.

É muito importante esse depoimento que o senhor deu agora para os servidores que estão nos acompanhando verem, na sua fala, esse seu reconhecimento.

Esse órgão que o senhor citou, Senador é o ICH, e a letra chave desse órgão é o H, o H é a harmonização. E à Anvisa faltava ter duas titularidades mundiais para ficar em pé de igual com o que há de mais desenvolvido no mundo regulatório. Faltava o ICH, que é esse aí. Nós somos hoje membros *full*, gestor, não falta mais degrau nenhum para subir; e o outro é o PIC/S, que é o Pharmaceutical Inspection Committee Scheme. O PIC/S é mais sobre inspeções farmacêuticas, e o ICH é harmonização de procedimentos.

Então, a importância de ser membro gestor é imensa, porque, primeiro, que a interlocução fica ombro a ombro, não tem desnível; segundo, o acesso às informações também é muito mais facilitado,

porque existe ali os protocolos de confiança, *reliance*, que a língua inglesa prevê para esse tema, que permite que essa interlocução seja transparente e veiculando informações que são importantes. Quer dizer, digamos assim, sem ninguém imaginar que ia ter pandemia... E nós estamos falando como o senhor apontou o ano de 2019, foi um degrau de força que a Anvisa subiu para o que ela ia enfrentar, e ninguém sabia que ia enfrentar.

E a segunda certificação, que foi essa do PIC/S, é mais recente, já foi durante a pandemia. Mas hoje o Brasil tem assento nos principais fóruns regulatórios mundiais, através da sua pequena agência ali do Guará, que, tão logo acabe a pandemia, estão todos convidados a conhecer.

Obrigado, Senador.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Muito obrigado.

Eu vou fazer só uma última pergunta. Eu não quero insistir, porque V. Exa. já tratou sobre a questão da prescrição *off-label*, mas, ainda sobre essa matéria, dá para inferir quais são os custos para se incluir em bula um novo uso para um medicamento já registrado, incluindo a realização de pesquisas com o rigor exigido pelo processo de regulação? Esse processo tem sido impeditivo para reposicionar medicamentos sem patentes e baratos para o combate à nova doença? Qual é a avaliação que V. Exa. faz dessa afirmação?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Eu penso, Senador, que isso não seja um óbice.

Vamos falar de micro e macro. Na análise micro, seria uma questão de taxas federais que existem para que determinados protocolos sejam analisados e tramitem. Isso é normal, isso não é um fator impeditivo.

Eu acho, sim, que a questão do custo – agora vamos falar de custo –, por parte do desenvolvedor, seria justamente bancar, financiar um estudo clínico, Fase I, Fase II, Fase III, com vários voluntários testadores, para que, com essa robustez, possa ser protocolada – e aí pagando uma taxa que, no caso, vai ser irrisória – a análise pela agência reguladora, seja a Anvisa ou qualquer outra no mundo. Então, o que eu vejo de gasto de dinheiro vai ser justamente no desenvolvimento do estudo clínico.

Por certo, medicações que estão em uso *off-label*, sem dúvida alguma, os donos do registro dos laboratórios devem estar atentos a se vislumbrar essa possibilidade e tratarem de fazer, porque representa, logicamente, mais ganho para as empresas deles.

Então, eu não creio que seja um impedimento propriamente alterações de bulas de produtos já registrados. Creio que não.

A parte de taxas não seria o problema. Agora, quanto à questão de quanto vai custar o estudo, aí somente os laboratórios é que podem dizer efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador Fernando Bezerra.

Em seguida, a Senadora Rose de Freitas, mas, antes disso, o Senador Jorge Kajuru me pediu um segundo, e depois falará o Senador Tasso Jereissati, após o Senador Jorge Kajuru, por favor.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente Omar Aziz. Jamais vou usar o tempo de 15 minutos, tanto, que eu pedi ao senhor apenas 30 segundos. E permita-me: em algum momento, eu só fiquei 15 minutos fora da reunião, até porque as minhas redes sociais transmitem ao vivo, do começo ao fim. Fiquei só 15 minutos, numa reunião do Partido Podemos.

Questionou-se aqui uma notícia publicada na imprensa, vinda do Palácio do Planalto, ao Presidente da Anvisa ou não, Presidente Omar Aziz?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Oi?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Em algum momento, já se questionou – questionou-se no bom sentido – o Presidente da Anvisa, sobre uma notícia vinda do Palácio do Planalto, publicada agora mesmo na imprensa?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Não, Senador. A gente está aqui e eu não tenho informação, não.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Então, me permita fazê-la e dizer o seguinte: como eu estou acompanhando nas redes sociais e ouvindo todos os segmentos, Presidente Barra, é impressionante o tamanho do reconhecimento, de respeito e admiração que o senhor ganhou, no dia de hoje, em todo o Brasil, por não recusar responder a nenhuma pergunta e por ser sincero demais em algumas delas.

Só que aqui, agora, no jornal O Antagonista, a notícia com o título é a seguinte: "[Presidente] Bolsonaro está 'bufando de raiva' com depoimento de presidente da Anvisa". O senhor crê que isso – informação de imprensa, jornal O Antagonista, sério, reconhecido... O senhor crê que isso seja procedente ou não? Sim ou não?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Kajuru, boa tarde.

Senador, não vi realmente. Estou totalmente desconectado de qualquer mídia eletrônica, e os servidores da Anvisa que estão comigo estão fazendo a gentileza de me manterem assim, porque aí eu permaneço focado nas respostas a esta CPI. Agora, veja bem, não tenho como avaliar, Senador. As respostas que falei aqui são rigorosamente verdadeiras e não sei se provocariam esse tipo de reação que o

referido *site* que o senhor citou está provocando. Eu realmente não tenho nem como avaliar e também não tenho controle sobre isso.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Mas, se depois, para concluir, o senhor tomar conhecimento que procede que o Presidente realmente ficou bufando de raiva com o seu depoimento aqui na CPI, qual seria a sua reação?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A minha reação é continuar vivendo como sempre fiz, Senador. Não vou... Não modifico em absolutamente nada. Acho que as amizades existem para atravessar qualquer tipo de problema, se é que está havendo algum tipo de problema, não tenho a menor ideia. Volto a dizer ao senhor: não vi notícia nenhuma, mas de minha parte não há o que ser mudado. Nós estamos trabalhando numa linha que me parece adequada, me parece correta, e é nela que a gente vai continuar. Então, não vou ter reação nenhuma, não, Senador. Eu vou manter a minha conduta.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - GO) – Obrigado.

Obrigado, Presidente Omar Aziz.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

Senador Telmário está mostrando uma lista. Eu sei, Senador Telmário, eu estou vendo aqui, amigo. É que, se você ficar dois minutinhos aqui, você vai me entender um pouquinho.

Ainda temos a Senadora Rose de Freitas, que fala pelas mulheres; o Senador Tasso Jereissati, que é titular; depois, Senador Izalci Lucas; e, depois, Senador Telmário.

Senadora Rose Freitas, por favor.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Presidente. Antes de mais nada, queria até saudá-lo. Tenho assistido às sessões, tão importantes, que demarcam no Brasil a luta que está sendo travada nesta CPI para esclarecer os fatos, mostrar à população a defesa do Congresso Nacional, dos seus interesses, pela vida dos brasileiros e, sobretudo, Sr. Presidente, para que situações como esta nunca mais se repitam no Brasil.

A minha pergunta, Sr. Presidente... Eu recebi muitas perguntas, eu me inscrevi para falar exatamente porque eu sempre tive uma posição em relação à Anvisa, no início desse processo, achando que a Anvisa demorou, que a Anvisa não se colocou como uma instituição que deveria atuar, principalmente, na vigilância sanitária, em situações de risco e, mais do que isso, no que é uma situação de vida ou morte neste País.

Em reunião extraordinária, Presidente, da Diretoria da Anvisa que foi realizada na segunda-feira 26/04, o Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, o Sr. Gustavo Mendes Lima Santos, apresentou, Sr. Presidente da Anvisa, laudo técnico em forma de eslaides, em que afirma que a Sputnik V teve adenovírus replicante, detectado em todos os lotes apresentados da vacina Sputnik. Era o eslaide, inclusive, nº 6. Ele utilizava dessa afirmação para declarar que não se sentia seguro para que a vacina fosse aplicada nos brasileiros.

Muito bem. Mas, numa carta enviada pela União Química, a empresa que representa a vacina no processo de pedido de autorização emergencial junto à Anvisa, no dia seguinte, terça-feira, dia 27/04, os russos perguntam onde a Anvisa conseguiu os lotes da Sputnik que foram analisados e onde foram encontrados alegadamente os tais adenovírus replicantes. Na quarta-feira, no dia 28, o Gerente-Geral, o Sr. Gustavo Mendes, vai ao Twitter e admite que nenhum lote da Sputnik havia sido testado.

A minha pergunta ao senhor é: como a Anvisa pode negar o pedido de importação da Sputnik, baseando-se – aí que é a questão – em um laudo técnico, no mínimo, falho, por não dizer que ele não era um laudo técnico que assegurava a impossibilidade da utilização da vacina? Será que a vacina, que já está aprovada, Sr. Presidente, e sendo aplicada em mais de 68 países ao redor do mundo, será que essa vacina, aplicada em países como a Argentina, o Chile e o México, não teve esse aspecto exaustivamente avaliado pelas agências sanitárias desses países?

O senhor realmente, Presidente, acredita que os técnicos da Anvisa sabem mais do que os outros países que estão lutando, como nós, nessa pandemia, onde essa vacina foi aprovada, e não tiveram o cuidado de fazer as mesmas observações, principalmente depois de erros, que nós diríamos gritantes, como esses mencionados e que foram abordados pela Anvisa?

Quando a Anvisa – é a minha pergunta – irá reavaliar a sua posição, que a nossa ver, sempre de leigos, equivocada e tendenciosa até, com relação a uma vacina que é considerada uma das mais eficazes e segura do mundo?

O povo brasileiro – e eu me considero uma parte dele aqui, como representante – está lutando para se imunizar, para se proteger dessa terrível doença. Então, eu perguntaria sobre a apresentação: o que está errado e o que está certo: a apresentação do dia 26/04 ou as posteriores, as outras posições que foram adotadas pela Anvisa? Eu gostaria de obter essa resposta.

Há uma carta também, enviada pela União Química, do dia 27/04, que está exatamente questionando onde a Anvisa adquiriu os lotes testados – testados.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Aham, perfeito.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES) – Eu pergunto se a Anvisa tem condições, desde o dia em que ela tomou essa posição, de pensar no que foi dito, no que foi colocado, já que não testou nenhuma vacina da Sputnik.

A minha pergunta é essa, porque eu me preocupo em momentos em que nós, sob a Presidência do nosso Presidente Rodrigo, estamos todos ansiosos para que todos consigam – o senhor e outros mais – agilizar o processo de proteção ao povo brasileiro. E só há uma coisa que protege o povo brasileiro, contra a sanha de alguém não, mas, contra a pandemia: somente a vacina, Sr. Presidente!

Era a minha pergunta.

Obrigada.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senadora, boa tarde.

Indo objetivamente para a resposta ao que a senhora perguntou, esse eslaide 06, que o Dr. Gustavo Mendes apresentou, trata de informações sobre lotes – não que nós tenhamos constatado; são informações que vieram do próprio desenvolvedor russo. De fato, a Anvisa não faz teste de bancada, teste laboratorial em vacinas. Ela analisa a documentação que é enviada por parte do desenvolvedor, no caso, o desenvolvedor russo.

Então, eu tenho aqui em minhas mãos e inclusive já está de posse da CPI todo o dossiê vindo dos desenvolvedores russos – são 600 páginas somente sobre a questão do vírus replicante. E lá está bem demonstrada a presença, que é diferente de zero. Vacina não é para ter vírus replicante, tem que ser zero. E os dados que estão demonstrados nos documentos dos próprios russos mostram número superior, número diferente de zero. Então, essa é a colocação.

A posição que o Dr. Gustavo Mendes apresentou não é a posição pessoal dele. Ele lidera um grupo de 15 especialistas das mais diversas especialidades, que é o grupo responsável pela análise de todas as vacinas já aprovadas e daquelas que porventura vierem a ser aprovadas. Isso é apenas uma gerência. Foram três gerências – também a de fiscalização e a de monitorização, com um número um pouquinho maior de servidores – que foram unânimes em demonstrar, infelizmente, a impossibilidade de aprovar, à luz dos documentos recebidos naquela época.

Quanto à questão de a vacina ser aprovada em 60 países, demonstramos aqui hoje país a país dessa lista de 60, que dos 60, 23 não haviam recebido, até aquela nossa decisão, nenhuma dose da vacina. Portanto, não a haviam ainda utilizado. Onze países não responderam, e o restante informou que recebeu quantitativos muito pequenos. E os dois países com agências regulatórias de grande porte, México e Argentina: o México alegou impossibilidade de nos atender com respostas, face a acordo de confidencialidade com o desenvolvedor; e a resposta da nossa agência irmã argentina, a Anmat... Veio uma resposta que não contemplou todas as nossas questões apontadas. Então, permanecemos num cenário

de incerteza e tivemos que decidir, porque já era findo o prazo. E a decisão foi no sentido de não autorizar a importação excepcional, mas documentos estão chegando, e esperamos que possamos analisar direitinho e, se possível, até mesmo rever para o futuro. Mas aquela foi a decisão do momento, tecnicamente embasada.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu quero agradecer à Senadora Rose de Freitas.

Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - CE. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

... Senador Omar Aziz, Dr. Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente da Anvisa, senhoras e senhores.

Presidente Omar, na verdade, eu não tenho uma pergunta. Vou fazer muito brevemente, respeitando a sua paciência, umas observações.

Primeiro, as posições da Anvisa e do Dr. Antonio Barra Torres sobre as polêmicas questões que nós estamos discutindo aqui ficaram muito claras – muito claras – para mim nessa exposição do Dr. Barra Torres, sua posição sobre tratamento precoce, sobre cloroquina, sobre uso de máscara, distanciamento social, o porquê da Sputnik, o porquê da negativa, por enquanto, da vacina da Sputnik.

E quero ratificar, diante desse seu depoimento, meu respeito pela Anvisa, que é uma instituição que tem que ter sua credibilidade e sua respeitabilidade preservadas para a segurança de todos os brasileiros.

O senhor foi aqui para mim... E eu queria dizer: não o conheço pessoalmente, infelizmente; estou tendo a oportunidade agora, Presidente Omar. Mas queria dizer aqui para o Presidente Omar que ele, o Dr. Barra Torres, foi o exemplo de que deveria ser todo aquele que aqui viesse ser testemunha nesta Comissão de que V. Exa. é o Presidente. O que ele fez de extraordinário? Disse a verdade. Simplesmente disse a verdade com franqueza, sem receio, em nome da ciência e de sua instituição, de dizer aquilo que era verdade sem se preocupar de desagradar ou agradar alguém.

Meus parabéns, Dr. Barra Torres.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu quero inicialmente também parabenizar aí o nosso Presidente Antonio Barra Torres, da Anvisa. Já o conheci inclusive por ocasião da sabatina. Quero aqui parabenizar não só V. Sa., mas também toda a equipe da Anvisa.

Praticamente estou contemplado aí com as perguntas, mas, só para fechar alguns itens, pediria para V. Sa. dar uma posição: como é que está a situação hoje da ButanVac? Eu vi alguns Senadores criticando, dizendo que tanto o Instituto Butantan como a Fiocruz estão construindo e a tecnologia vem fora, vão ter que pagar provavelmente *royalties*. Óbvio: se o País não desenvolve, não investe em ciência, tecnologia e pesquisa, evidentemente que vai ter que pagar mesmo, não tenha dúvida disso. E vale a pena, porque o que não vale a pena é exatamente não ter a vacina e ver todos os dias 2 mil, 3 mil, 4 mil pessoas morrendo em função disso. Então, eu queria saber como é que está a situação hoje da ButanVac.

Segundo, da mesma forma, eu acho que já ficou claro, mas o que eu entendi é que, no caso da Sputnik, só depende de eles apresentarem alguns detalhes que estão faltando. Pelo menos é o que eu entendi, somente para confirmar.

Agora, eu perguntaria também assim: com relação à fabricação, por exemplo, da cloroquina, isso passa pela Anvisa? Porque os Ministros da Saúde, tanto o Mandetta quanto o Ministro atual, nenhum deles sabia de nada com relação à produção da cloroquina no Exército Brasileiro. V. Exa. sabe quem autorizou, quem determinou a produção de cloroquina no Exército?

E a última fala é com relação à questão das barreiras sanitárias. Lá atrás, por que não houve iniciativa alguma nesse sentido no início da pandemia? Alguém aventou essa hipótese? Houve alguma espécie de pressão para evitar essa medida de barreira sanitária?

São essas as minhas indagações, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Senador.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PSDB - DF) – São as minhas indagações.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Obrigado, Senador Izalci Lucas. Boa tarde.

ButanVac, Senador, neste momento, tem um protocolo de estudo clínico Fases II e III em análise na Anvisa. Observamos, na análise inicial, alguns pontos que precisavam de melhor esclarecimento. Já oficiamos ao desenvolvedor e estamos agora aguardando o retorno deles para que o processo continue.

Eu cito sempre: temos a ButanVac e temos também a Versamune, que são vacinas que estão, neste momento, em análise de estudo clínico Fase II e III com a Anvisa.

A Sputnik, Senador – V. Exa. entendeu de maneira correta –, depende agora dos nossos desenvolvedores, desenvolvedores russos, para que eles nos enviem informações que possam resolver essas questões que nós apontamos.

A terceira pergunta de V. Exa. é quanto à questão da produção da cloroquina pelo Exército Brasileiro. Senador, o que ocorre? A cloroquina é um medicamento de custo, para a venda, muito baixo. Então, muito pouca gente que obviamente visa a um lucro maior se interessa em produzir. São chamados medicamentos que são negligenciados. São aqueles em que as grandes empresas não têm muito interesse, porque o custo final é muito barato. Então, eles precisam ser feitos, realmente, por laboratórios estatais. Isso é assim praticamente no mundo todo. Quanto à questão do laboratório do Exército Brasileiro, que é um laboratório, aliás, muito capaz, como é o laboratório farmacêutico da Marinha ou da Força Aérea Brasileira, eu não sei, eu desconheço como teria sido essa interlocução.

Agora, é importante trazer aqui, Senador Omar Aziz, o conceito de que, quando nós temos um aumento do uso *off-label* – e foi o que aconteceu –, fosse eu o gestor, eu realmente estaria preocupado em aumentar a produção, para que não faltasse para quem precisa usar, que é pessoa que tem malária, tem lúpus e tem artrite reumatoide. Então, eventuais aumentos de produção por laboratórios estatais podem ser perfeitamente assim compreendidos.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – O.k.

Senador Líder Telmário, por favor.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Desculpa, Líder, a minha aflição. Quando eu vi o Kajuru falar na frente sem estar inscrito, é claro que eu fiquei tenso.

Mas eu quero parabenizá-lo pela condução do trabalho; parabenizar o Relator, o Senador Renan; e, sobretudo, eu quero parabenizar o Presidente da Anvisa, o médico e Almirante – vou chamar assim – Antonio Barra Torres, e toda a equipe da Anvisa pelo grande desempenho hoje, com muita responsabilidade, com muita serenidade. Trouxe as respostas que, naturalmente, eu acredito, são todas de boas intenções, a título de fazer esclarecimento.

Mas, Sr. Presidente, eu queria aqui... Eu tenho visto o Presidente sendo massacrado e, às vezes, politizam esta CPI a título de querer pegar o Presidente como se ele fosse o grande responsável pelos óbitos no Brasil. Quem é que, em sã consciência, gostaria disso? Pelo contrário! O que ele quer é um país acontecendo, funcionando, como está o Japão e como estão outros países acontecendo. Então, houve uma politização, um grande exagero. E querer jogar no colo do Presidente todos os óbitos é um absurdo.

Por exemplo, o meu Estado. No meu Estado, o que a Prefeitura de Boa Vista fez? Tudo politizado. A Prefeitura, que é do MDB, em Boa Vista – todas as Prefeituras do Brasil trabalharam de mãos dadas, as capitais, com o Governo do Estado; em Roraima, não –, o que ela fez? Ela fechava os postos sábado e domingo e até a atenção básica, que é quem tem que dar médico, tem que dar as consultas médicas, tem que dar o remédio, e não fazia isso. A doença agravava, iam para o hospital. E, aí, é claro que a medicação básica, o primeiro protocolo utilizado, não ia consertar.

Mas eu peguei Covid e tratei o meu Covid com azitromicina, com cloroquina, com ivermectina e com dipirona. Tratei o meu Covid dessa forma, porque eu peguei a doença no início – peguei a doença no início –, então não tinha um outro protocolo, esse era o caminho. Não tem jeito.

Agora, Sr. Presidente, eu acho que, neste momento, era mostrar... Eu pensei que, nesta CPI, nós iríamos tratar do quadro brasileiro, arranjar uma solução para o que nós estamos vivendo. Então, no quadro brasileiro hoje, a média de mortes no Brasil caiu 28%. Está aqui no *Correio Braziliense* – no *Correio Braziliense*. A Saúde, o Ministério da Saúde acabou de distribuir – distribuiu ontem, na data de ontem – 1,12 milhões de vacinas para a população. E, olha, como tem, às vezes, o grande contraste: "Ah, a vacina não entrou, o Presidente não trouxe".

Olhe só as Ilhas Seychelles, que foi o país... "Covid avança nas Ilhas Seychelles"; país mais vacinado do mundo, o Covid avançou. Já com a segunda dose. E ainda querem culpar o Presidente por qualquer acréscimo nessa doença. É uma doença que ainda está realmente a ser estudada, os grandes países não chegaram...

Mas eu queria aqui, Presidente, trazer dados que eu acho fundamental a população brasileira ver. O Brasil aplicou, na data de ontem, mais de 1,77 milhões de doses de vacina, melhor resultado de maio e o segundo melhor da vacinação desde o início, 17/01/2021. O Ministério da Saúde possui 77.936.143 doses disponíveis, o suficiente para vacinar 18,5% da população brasileira. Já foram distribuídas pelo Ministério da Saúde 69,173 milhões de doses de vacina, equivalente a 88,5% das doses disponíveis. Mais do que isso, Sr. Presidente: foi administrado um total de 54.922.856, o que equivale a 79,6% das doses distribuídas. E 36.530.506 pessoas, 17,4% da população brasileira, já receberam a primeira dose da vacina e 18.392.350 pessoas, 8,8% da população brasileira, já receberam a segunda dose. O Brasil é o quarto país do mundo que mais vacinou. O Brasil é o quarto país do mundo que mais vacina em número de pessoas que receberam pelo menos uma dose de vacina, perdendo apenas para os Estados Unidos da América, Índia e Reino Unido, formado por quatro países, a saber: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte.

O Presidente Jair Bolsonaro destinou 5,5 bilhões – 5,5 bilhões! – para produção e aquisição de vacina. E é esse cara que é genocida? É esse cara que está contra a população? É esse cara que é contra vacina? Foram 5,5 bilhões! Só não vê quem não quer, só não enxerga quem não quer. Só estão politizando esta CPI porque querem, mas o Presidente está fazendo a parte dele e bem feita – e bem feita!

A Fiocruz anunciou que esta semana começará a fabricar a vacina trazendo ingrediente farmacêutico ativo totalmente produzido no Brasil. Assim, acaba com a necessidade de importação de matéria-prima de imunizantes. Isso foi possível graças ao acerto do Presidente Jair Bolsonaro. Isso foi graças ao acerto do Presidente Jair Bolsonaro, que é o cara que está aí fazendo no que a China, no que a Rússia... Olhe só: isso foi possível graças ao acerto do Presidente Jair Bolsonaro. Em 26/06/2020, o Ministério da Saúde enviou ofício à embaixada britânica, oficializando o interesse para o licenciamento

da tecnologia de produção para aquisição do IFA. Em 08/09/2020, finalizou com o contrato de encomenda tecnológica entre a Fiocruz.

Portanto, Sr. Presidente, o Brasil tem feito isso. E agora está aí a medida provisória no sentido realmente de se levar a saúde para a população.

Presidente, se eu ainda tenho tempo, eu tenho três perguntas ao Presidente da Anvisa. Posso fazer?

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Pode fazer.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Obrigado, Presidente.

Primeira pergunta: sabe-se que, para haver anotação em bula sobre a indicação do remédio, é necessário que o fabricante apresente um dossiê com a comprovação de eficácia do medicamento. Isso requer bastante investimento em dinheiro por parte do fabricante. Parece-me que todos os medicamentos de que foi solicitado uso emergencial para Covid ou que tenham prescrição em bula, como o remdesivir, têm patente, ou seja, há obviamente interesse econômico das fabricantes para o seu uso. O senhor sabe dizer se todos esses remédios que foram aprovados devem ser utilizados na fase inicial da doença? A cloroquina e a ivermectina não têm patente, ou seja, não há interesse econômico envolvido para aprovação da Anvisa. Nesse caso, quem poderá pedir a alteração do bulário ou a aprovação para uso emergencial se não há fabricante interessado em fazê-lo? Primeira pergunta.

Segunda: a despeito de não haver registro da Anvisa contra o Covid, os médicos estão impedidos de receitar? Como se dá isso?

Terceira: muito se viu na mídia o apelo do consórcio nordestino para a compra da Sputnik. O senhor ou sua equipe em algum momento foram pressionados ou constrangidos a promover a aprovação da vacina? O senhor concorda com a fala propalada pela imprensa de que os critérios utilizados pela Anvisa foram os políticos?

E última pergunta, Sr. Presidente da Anvisa: a despeito de não haver registro da Anvisa contra o Covid, o médico está impedido de receitar? O fato de não ter na bula quer dizer que o remédio não tem eficácia contra determinada doença?

Essas são as minhas perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Telmário, boa tarde.

V. Exa. pontuou muito bem. Só quem pode pedir a alteração de bula, seja por inclusão, retirada, acréscimo, substituição é o detentor do registro. Então, o detentor do registro vai fazer a investigação

clínica, o estudo clínico, vai documentar tudo e protocolar um pedido de alteração de bula, a ser feito em acordo, vigilância e observação pela agência reguladora cabível.

Então, V. Exa. começa a sua oração com uma informação muito precisa. É exatamente isso.

V. Exa. pergunta também se o médico é proibido de receitar alguma coisa que não esteja na bula. Não, ele não é proibido de receitar para uma alguma coisa que não esteja na bula. É o que se chama prática *off-label*, fora da bula. Ela é tão antiga quanto a medicina. Ela tem importância capital principalmente em medicações para doenças raras, por exemplo, que muitas vezes não têm medicação com registro, e é necessário usar alguma medicação que amenize aquele quadro, aquele sintoma.

Então, é uma prática regulada não pela Anvisa, mas pelos conselhos de classe: Conselho Federal de Medicina, conselhos regionais e as associações médicas de especialidade.

V. Exa. pergunta se houve algum tipo de critério político nas decisões da Anvisa. Nunca houve, Senador. Quero dizer, nunca houve... Eu sou testemunha ocular desde que eu chego lá, em meados de 2019. E não vejo nada de politização, até porque é uma coletividade muito plural, muito heterogênica, o que é bom. Temos lá pessoas das mais diversas localidades deste imenso País, diversas orientações políticas, diversos credos. Então, não vejo nada disso.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Telmário, satisfeito?

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Muito obrigado! Dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Obrigado, Senador, pela participação.

Por último, o Senador Fabiano Contarato, nosso querido Senador do Espírito Santo.

Com a palavra.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o comparecimento ao Presidente da Anvisa.

Aqui, eu quero fazer um contraponto quando alguns Senadores falam que não é responsabilidade do Presidente da República. Isso não se trata de politizar. Trata-se de entender que quem é pessoa jurídica de direito público externo, com capacidade de celebrar contratos com outros países, é o Estado brasileiro, através do Presidente da República e dos seus Ministérios.

Então, não vamos excluir a responsabilidade e tirar o foco, porque, contra fatos, não há argumentos.

A responsabilidade é dele tanto por ação como por omissão, uma vez que a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. Então, isso tem de ser responsabilizado.

Acho que o Ministro da Saúde tem que comparecer novamente, porque, na minha concepção, ele faltou com a verdade, omitiu muita coisa. E nós queremos, sim, mais esclarecimentos do Ministério da Saúde.

Agora, eu queria saber do Presidente da Anvisa: uma de suas funções na Agência é normatizar, controlar, fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde. Houve alerta, por parte da Anvisa, a respeito da ineficácia desses remédios – cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina, para o tratamento da Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES (Para depor.) – Senador Fabiano Contarato, boa tarde!

Senador, nós temos várias manifestações da agência numa série de processos do enfrentamento da pandemia, onde vai sempre pontuada a inexistência, pelo menos até o presente momento, de indicações outras por parte destes medicamentos que já apontamos para o enfrentamento da Covid-19. Portanto, esse uso permanece para nós em uma atividade que é chamada atividade fora de bula, ou off-label, sobre a qual a nossa agência não tem um poder de controle. Esse é um controle mais dos órgãos de classe, Conselho Federal e Regional de Medicina de cada Estado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sr. Presidente, eu volto a falar com o senhor: a Lei nº 9.782, de 1999, determina, no art. 7º, inciso III, que compete à Anvisa propor políticas, diretrizes e ações de vigilância sanitária, atuar em circunstâncias especiais de risco à saúde. O senhor, em algum momento, foi provocado pela diretoria ou pela equipe técnica da Anvisa para intervir em alguma postura ou diretriz quanto a medicamentos, protocolos ou diretrizes do Governo Federal quanto ao combate à pandemia?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Objetivamente, não, Sr. Senador. Eu queria ressaltar que a agência, seu corpo de servidores são aqueles que estão lá, alguns há 22 anos. Então, certamente, partiria, poderia partir deles esse tipo de provocação, mas, respondendo objetivamente a V. Exa., não partiu nesse sentido. Atribuo inclusive ao fato desses que estão lá há muito tempo e são muito senhores das suas atribuições – de aonde podem ir, aonde têm que ir e aonde é esperado que se avance –, é justamente esse conceito que eu apontei anteriormente, de que não é uma atribuição nossa interferir na questão do uso *off-label*, e também não temos uma atribuição, pelo menos tão direta assim, na questão dos programas nacionais de saúde. Existem órgãos de controle – acho que todos sabem, o TCU e o MPF

– que já efetuaram questionamentos ao Ministério da Saúde nessas questões objetivas que V. Exa. apontou.

Então, não temos, pelo menos de plano, uma ação nesse caso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A Anvisa, Sr. Presidente, realizou ações de fiscalização para evitar a oferta indevida de *kits* Covid sem eficácia comprovada para o tratamento da doença?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Objetivamente, não, Senador. Fiscalizações... Nem recebemos denúncia contra isso, nem, tampouco, tivemos ação de iniciativa nossa em relação à identificação de *kits* Covid à venda em qualquer lugar.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, Sr. Presidente, com todo o respeito, esta é uma função da Anvisa: fiscalizar – ela não precisa ser provocada. Então, a omissão da Anvisa é latente. Nós temos aí, é pública e notória – o senhor pode percorrer as farmácias – a venda de *kits* Covid, induzindo a população... Porque o que se passa para a população é: se de mil pessoas que usam hidroxicloroquina, uma morre, 999 foram salvas pela cloroquina, e não é isso. Nós temos que ter responsabilidade com a ciência.

Eu faço uma pergunta a V. Exa., Sr. Presidente, o senhor sabe a diferença entre um cientista e um médico?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, V. Exa. prefere que eu comece pela pergunta anterior?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sim.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – A pergunta anterior, Senador... Todas essas medicações que têm sido ditas hoje, que fazem parte de *kit* Covid, são medicações sob receituário médico, todas elas.

Uma vez havia o receituário simples, que era o receituário vigente da hidroxicloroquina ou da cloroquina. Quando esse produto começou a faltar no mercado, nós tivemos que colocar no receituário controlado. Os demais... Já foram retirados, hoje não é mais assim. Os demais medicamentos, como ivermectina, nitazoxanida, são medicamentos sempre vendidos com receita médica. Então, caímos naquela mesma situação anterior, essa fiscalização não cabe à Anvisa, os conselhos de classe regulam o uso *off-label*. Esse uso é um uso fora de bula e é um uso tão antigo quanto a própria prática da Medicina. Se formos analisar a Medicina ao longo dos milênios em que ela existe, o advento da receita, o advento da bula é recentíssimo e é sobre esse que a agência tem ação. No uso *off-label*, quer seja unitário ou formando *kits*, esse controle, o controle do uso *off-label* é dos conselhos de classe, não é uma atribuição da agência.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Agora, eu só queria, mais uma vez, enaltecer aqui a ciência, Sr. Presidente, porque a ciência se faz com pesquisa, com seus pares, dentro de um laboratório.

O médico não pode utilizar dos seus pacientes no seu consultório para fazer ciência. Isso é muito grave! Nós temos que respeitar a ciência.

Então, esta CPI tem que ter um foco efetivamente para responsabilizar quem que por ação ou omissão tem ocasionado um dano maior diante dessa pandemia que está violando o principal bem jurídico, que é a vida humana, o respeito à integridade física e à saúde.

Eu pergunto a V. Exa.: V. Exa. já fez uso de hidroxicloroquina ou ivermectina como tratamento precoce para Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – V. Exa. pergunta se fiz uso durante a minha, o meu acometimento...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, na pandemia.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – No meu acometimento de Covid?

V. Exa. pergunta...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Não, não, como tratamento preventivo, para evitar.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, não existe comprovação.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Respondendo objetivamente: para evitar não usei absolutamente nada disso, não tem comprovação de uso profilático de nada disso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

Agora, V. Exa. também foi visto com o Presidente da República percorrendo caminhos... O senhor sabe que ele é contra a utilização de máscaras, distanciamento social, contra o uso da vacina e difunde a utilização de medicação sem nenhuma comprovação científica.

Qual a opinião de V. Exa. sobre esse comportamento do Presidente da República?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador Fabiano Contarato, todas as manifestações que tenho feito ao longo desta pandemia, manifestações públicas, têm sido enfatizando o uso da máscara, do distanciamento social e do álcool em gel quando não for disponível água e sabão. Inclusive, no portal da Anvisa, existem vários vídeos que a população tem até acessado, me parece que são vídeos até razoáveis do ponto de vista didático, em que isso é bem pontuado.

V. Exa. também pode se recordar de uma última *live* de que participei a convite do Sr. Presidente em que usei a máscara durante todo o período em que lá estive, foram talvez ali quase duas horas. Então, esse é o posicionamento sanitário mundial, é o posicionamento que professo.

O evento a que V. Exa. se refere foi em março do ano passado. Aliás, já foi objeto hoje aqui da nossa CPI. Já depus a respeito disto: um momento pontual, em que, naquele momento exatamente, o uso de máscaras ainda não era disseminado. Não havia recomendação do Ministério da Saúde, inclusive, no sentido do uso amplo das máscaras, que era muito focado na questão de pessoas portadoras da doença, mães amamentando e ambiente hospitalar. E procurei manter ali a distância que foi possível, tratei do assunto que tinha que tratar e cada um seguiu para o seu lado. Não houve nenhuma repetição de evento semelhante àquele, de minha parte. Então, esse tem sido o posicionamento que adoto no enfrentamento dessas questões. Comungo da preocupação de V. Exa. em relação a isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só para finalizar, eu gostaria que o senhor me esclarecesse o seguinte. Em março deste ano, uma comitiva do Governo foi à Israel para conhecer um *spray* nasal para combater a Covid-19. Essa viagem custou mais de R$400 mil reais aos cofres públicos. Desde então, a Anvisa recebeu qualquer notificação dos desenvolvedores desse *spray*? Houve pedido de início de testes no Brasil? Na sua estimativa, quanto tempo demoraria até que esse *spray* se torne disponível para o público?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, eu até citei isso hoje. Nós temos recebido uma série de contatos das mais diferentes técnicas possíveis no enfrentamento à pandemia e temos adotado não ter preconceito contra nenhuma, ouvir o que as pessoas têm a dizer, e dizer: "Olha, se desejam submeter à nossa análise, o regramento é este que aqui está". Alguns submetem e alguns não submetem. Nós tivemos recentemente reuniões com um grupo que queria desenvolver, V.Exa. tem conhecimento, a proxalutamida. Esses grupos estiveram conosco, fizeram duas reuniões e depois não avançaram.

A questão do *spray* nasal, que foi bastante comentado na época, eu confesso a V. Exa. não ter, de memória, registro de que esse grupo tenha falado conosco. Não posso ser categórico quanto a isso. O que eu posso ser categórico é que não houve a entrada de protocolo de pesquisa em relação a essa medicação que foi apontada lá pelo grupo de Israel como tendo resultados favoráveis no paciente baixado, paciente internado.

Na questão de quanto tempo isso pode evoluir, Senador, se um protocolo chega para nós sem nenhuma tratativa prévia, geralmente ele vem repleto de inadequações. Não é o ideal. O ideal é que os grupos conversem conosco, tenham as reuniões com o nosso grupo técnico para, quando derem entrada no processo, ele já venha bem redondo, vamos assim dizer, sem arestas, para que a nossa resposta seja rápida.

Nós temos cumprido os prazos que a lei preconiza sempre um pouquinho antes, sempre aquém do máximo prazo legal, mas não tivemos mais notícias, pelo menos que eu me lembre aqui, dessa questão do *spray* nasal. Mas posso me comprometer aqui com a Comissão a verificar isso no nosso protocolo e transmitir a esta CPI para que V. Exa. possa ter acesso, caso tenha ocorrido.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Agora, Sr. Presidente, a Anvisa aprovou o uso da vacina da Pfizer, mas, quando ela finalmente chegou ao Brasil, o Ministério determinou que ela fosse aplicada com intervalo de três meses, apesar de a bula da Pfizer prever intervalo de 21 dias. A Anvisa concorda com essa possibilidade de aplicação da vacina da Pfizer? Em que ela se baseou?

Só para concluir, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Senador, quanto à questão do intervalo entre as vacinas, o que está previsto na bula, realmente, é o intervalo ideal. É uma pergunta também técnica, muito importante, mas também bastante específica, e não tenho, aqui na minha memória, o registro disso, inclusive de alguma manifestação nossa nesse sentido, mas comprometo-me também aqui, publicamente, a enviar para esta CPI a resposta objetiva da questão do nosso entendimento quanto às doses da vacina da Pfizer, primeira e segunda, conforme V. Exa. acabou de relatar.

Eu peço que a minha assessoria tome nota para que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Eu posso te responder, Fabiano. A verdade é que eles querem aplicar todas as doses que vieram, porque só são cinco dias de prazo e eles não têm como acondicionar abaixo de setenta e poucos graus, entendeu? Então, agora, com a próxima leva da vacina, para que eles possam vacinar com a Pfizer, que vai chegar daqui a dois, três meses somente. Senão eles adotariam como foi feito com a CoronaVac: você manda mil vacinas para o Município, são aplicadas em 500 pessoas. Quatorze ou quinze dias depois, as outras 500 são aplicadas, porque você pode acondicionar em qualquer potezinho de gelo. A geladeira vai mantê-la. Então, essa é a diferença, porque não há vacina suficiente. Então, 21 dias é uma coisa, três meses é totalmente diferente. E a primeira dose praticamente não imuniza quase nada. Só a segunda dose que imuniza. Eu acredito que seja isso.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado pela paciência e compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para interpelar.) – É só uma curiosidade: quando V. Sa. foi acometido da Covid, em maio...

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Teve Covid?

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Tive.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – ... V. Sa. tomou cloroquina? Só por curiosidade.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está encerrada. Eu quero aqui agradecer ao Dr. Barra Torres, quero agradecer aos diretores da Anvisa e dizer – viu, Humberto? – que talvez, para algumas pessoas, a participação do Barra Torres não trouxe novidade, mas trouxe, sim, a consciência de que a Anvisa é a favor da ciência. Isso é muito importante para a gente. E as precauções que ele está tendo são importantes, porque, lá dentro, na hora que nós tivemos aquele intervalo, eu perguntei a ele: "Qual é a vacina que você vai tomar?". Ele disse: "Qualquer uma aprovada pela Anvisa. Se tiver lá, à disposição, eu tomo". Então, a gente pode confiar.

Quanto àqueles que não querem se vacinar, tenham certeza de que a Anvisa está correta em ter suas preocupações.

Muito obrigado pela sua participação.

O SR. ANTONIO BARRA TORRES – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Omar Aziz. PSD - AM) – Está convocada a reunião amanhã, às 9h30.

(*Iniciada às 10 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 39 minutos.*)